



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL
DOUTORADO EM TERAPIA OCUPACIONAL

OTAVIO AUGUSTO DE ARAUJO COSTA FOLHA

**A TERAPIA OCUPACIONAL COMO CAMPO DE
CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO BRASIL:
formação pós-graduada e atuação profissional de seus mestres e
doutores**

SÃO CARLOS - SP
2019

OTAVIO AUGUSTO DE ARAUJO COSTA FOLHA

**A TERAPIA OCUPACIONAL COMO CAMPO DE CONHECIMENTO
CIENTÍFICO NO BRASIL:
formação pós-graduada e atuação profissional de seus mestres e doutores**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Doutor em Terapia Ocupacional.

Área de Concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional

Linha de Pesquisa: Promoção do desenvolvimento humano nos contextos da vida diária

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luísa Guillaumon Emmel

São Carlos - SP
2019

Folha, Otavio Augusto de Araujo Costa

A TERAPIA OCUPACIONAL COMO CAMPO DE CONHECIMENTO
CIENTÍFICO NO BRASIL: formação pós-graduada e atuação profissional de
seus mestres e doutores / Otavio Augusto de Araujo Costa Folha. -- 2019.
266 f. : 30 cm.

Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos,
São Carlos

Orientador: Maria Luisa Guillaumon Emmel

Banca examinadora: Maria Luisa Guillaumon Emmel, Adriana de França
Drummond, Mirela de Oliveira Figueiredo, Cláudia Maria Simões Martinez,
Lucivaldo da Silva Araújo

Bibliografia

1. Terapia Ocupacional. 2. Pós-Graduação. 3. Institucionalização
Científica. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Otávio Augusto de Araujo Costa Folha, realizada em 24/05/2019:



Prof. Dra. Maria Luísa Guillaumon Emmel
UFSCar



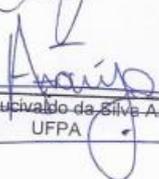
Prof. Dr. Adriana de França Drummond
UFMG



Prof. Dra. Mirela de Oliveira Figueiredo
UFSCar



Prof. Dra. Claudia Maria Simões Martinez
UFSCar



Prof. Dr. Lucivaldo da Silva Araújo
UFPA

Dedico este trabalho às (aos) terapeutas ocupacionais que acreditam no valor do conhecimento para a profissão e que há muito tempo vem insistindo e persistindo em desenvolver a pesquisa em terapia ocupacional no Brasil. O sonho de outrora hoje se faz realidade.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal e de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro e por incentivar a formação na pós-graduação no Brasil¹;

À minha orientadora Profa. Malu, pela oportunidade, confiança, carinho, cuidado e paciência. Foi um privilégio ter aprendido e convivido com você;

Às docentes do PPGTO/ UFSCar que tornam a pesquisa em terapia ocupacional na pós-graduação no Brasil uma realidade. Obrigado por acreditarem!

Às docentes do LAD/ DTO/ UFSCar, o primeiro laboratório de pesquisa em terapia ocupacional do Brasil, pelo acolhimento, pelo incentivo e pelo suporte;

Ao professor Daniel que me acolheu desde a chegada em São Carlos e que muito me ensinou e incentivou na pós-graduação;

À professora LÍlian, pelos ensinamentos, pelas reflexões, pela companhia, pelo afeto e, sobretudo, por tornar o sonho do doutorado sanduíche uma realidade;

À professora Rebecca Renwick da Universidade de Toronto pelo acolhimento e pelas reflexões sobre a importância da pesquisa para a terapia ocupacional;

Aos professores da banca examinadora, pela disponibilidade e pelas contribuições;

Aos professores da FFTO/ UFPA por me concederem licença integral para cursar o doutorado e segurarem a “barra” durante minha ausência;

Aos meus professores por despertarem em mim o apreço pela pesquisa científica e aos meus alunos por me incentivarem a fazer sempre o meu melhor;

Aos amigos do PPGTO, Rodrigo, Dahdah, Belle, Sofia, Jac, Marina, Clô, Lays, Maysa, Ana e Tati. Vocês tornaram a jornada na pós-graduação mais leve e feliz;

Aos amigos da vida pelo apoio constante. Não irei nominá-los. Vocês se reconhecerão!

Aos meus familiares, meus pais Rosa e Otavio, meus irmãos André e Patrícia, meu cunhado Oscarito, meu afilhado João e meus sogros Socorro e Acylino, por compreenderem as ausências e por estarem sempre presentes;

À minha companheira Débora, pelo amor, dedicação, paciência e inspiração de cada dia. Obrigado por sonhar, semear, colher e viver cada sonho junto comigo. Obrigado por ter gerado nosso bem mais precioso durante o doutorado, nossa Pérola.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Capes - Código de Financiamento 001. Houve também o financiamento de uma bolsa de estudos pelo Programa de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE Capes. Processo N° 88881.135228/2016-01.

Se vi mais longe foi por estar de pé
sobre ombros de gigantes.

(Isaac Newton)

RESUMO

A institucionalização como campo de conhecimento científico é um desafio da terapia ocupacional no Brasil no momento em que celebra 50 anos de sua regulamentação profissional. Nos últimos anos, tem ocorrido um movimento intenso dos terapeutas ocupacionais brasileiros no empreendimento de estratégias para abordar esse desafio. Uma dessas estratégias envolve o monitoramento da formação e da participação dos seus pesquisadores no desenvolvimento de atividades de pesquisa e pós-graduação. Nesse estudo, apresenta-se a tese de que falar do envolvimento dos terapeutas ocupacionais em pesquisa não significa, atualmente, afirmar a ocorrência de pesquisa em terapia ocupacional. Essa constatação foi desenvolvida a partir da caracterização da formação pós-graduada e da atuação profissional de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado no Brasil. Trata-se de um estudo descritivo e correlacional, de base documental, com abordagem quantitativa descritiva e analítica. Foram analisados os Currículos Lattes de terapeutas ocupacionais cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq formados e/ou que atuam no Brasil. Foram coletadas também informações acerca da graduação e pós-graduação de terapeutas ocupacionais no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, na Plataforma Sucupira e na Plataforma E-mec. Dentre os resultados, identificou-se que até o fim de 2017, existiam 859 mestres e 329 doutores no país. O campo científico da terapia ocupacional brasileira é composto predominantemente por mulheres (93%). Apresenta um processo de constituição tardio e demorado, com 62,61% dos seus mestres e doutores titulados a partir de 2010. Os seus pesquisadores foram formados em 237 programas de mestrado e 27 de doutorado, com predomínio da formação dos mestres em 11 Áreas de Avaliação (83%) e de doutores em 10 áreas (84%). Tem ocorrido uma mudança no perfil da formação pós-graduada, com influência da diversidade regional e da participação de terapeutas ocupacionais como orientadores nos cursos de mestrado e doutorado. Há uma assimetria regional considerável na distribuição dos mestres e doutores nas regiões brasileiras, onde 55,47% dos pós-graduados estão situados no Sudeste. Somente 52% dos mestres e doutores participam de algum grupo de pesquisa e, desses, somente 59% pesquisam terapia ocupacional. Ocorreu um aumento expressivo na formação de novos pesquisadores na iniciação científica e na pós-graduação. Mais de 90% da produção bibliográfica dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado ocorreu a partir dos anos 2000. No entanto, 7 em cada 10 artigos produzidos por esses profissionais não menciona o descritor “terapia ocupacional” em seu título, resumo e/ ou palavras-chave. Nesse caminho, foram observadas diversas associações entre a formação pós-graduada e a atuação profissional que implicam na produção de conhecimento científico desenvolvida por estes profissionais. Discute-se as implicações desses dados para a institucionalização científica da terapia ocupacional no Brasil.

Palavras-chave: Educação de Pós-Graduação. Pesquisa. Terapia Ocupacional. Educação Superior. Brasil. Institucionalização científica.

ABSTRACT

Scientific Institutionalization is a current challenge of occupational therapy in Brazil as it celebrates 50 years of its professional regulation. In recent years, there has been an intense movement of Brazilian occupational therapists in the development of strategies to address this challenge. One of these strategies involves monitoring the training and participation of its researchers in the development of research and graduate activities. In this study, the thesis is presented that talking about the involvement of occupational therapists in research does not mean affirming the occurrence of research in occupational therapy. This finding was developed from the characterization of postgraduate education and professional practice of occupational therapists with masters and doctorates in Brazil. This is a descriptive and correlational study, based on documents, with a descriptive and analytical quantitative approach. We analyzed the Lattes Curricula of occupational therapists registered in CNPq Lattes Platform trained and / or working in Brazil. Information was also collected about undergraduate and postgraduate occupational therapists in the Capes Dissertation and Thesis Catalog, the Sucupira Platform and the E-mec Platform. Among the results, it was identified that by the end of 2017, there were 859 masters and 329 doctors in the country. The scientific field of Brazilian occupational therapy consists predominantly of women (93%). It has a late and time-consuming process of constitution, with 62.61% of its masters and doctors graduated from 2010. Their researchers were trained in 237 master's programs and 27 doctoral programs, with the predominance of master's training in 11 areas. Assessment (83%) and PhD in 10 areas (84%). There has been a change in the profile of postgraduate education, influenced by regional diversity and the participation of occupational therapists as mentors in master and doctoral courses. There is considerable regional asymmetry in the distribution of masters and doctors in the Brazilian regions, where 55.47% of postgraduates are located in the Southeast. Only 52% of masters and doctors participate in any research group, and of these, only 59% research occupational therapy. There has been a significant increase in the training of new researchers in undergraduate research and postgraduate studies. More than 90% of the bibliographic production of occupational therapists with master's and doctorate degrees occurred from the 2000s. However, 7 out of 10 articles produced by these professionals do not mention the descriptor "occupational therapy" in its title, abstract and / or words. -key. In this way, several associations were observed between postgraduate education and professional practice that imply the production of scientific knowledge developed by these professionals. The implications of these data for the scientific institutionalization of occupational therapy in Brazil are discussed.

Key-words: Education. Graduate. Research. Occupational therapy. Higher Education. Brazil. Scientific Institutionalization.

RESUMEN

La institucionalización como un campo de conocimiento científico es un desafío para la terapia ocupacional en Brasil, ya que cumple 50 años de su regulación profesional. En los últimos años, ha habido un movimiento intenso de terapeutas ocupacionales brasileños en el desarrollo de estrategias para enfrentar este desafío. Una de estas estrategias implica monitorear la capacitación y participación de sus investigadores en el desarrollo de actividades de investigación y posgrado. Este estudio presenta la tesis de que hablar sobre la participación de los terapeutas ocupacionales en la investigación no significa en la actualidad afirmar la incidencia de la investigación en terapia ocupacional. Este hallazgo se desarrolló a partir de la caracterización de la educación de posgrado y el desempeño profesional de los terapeutas ocupacionales con maestrías y doctorados en Brasil. Este es un estudio descriptivo y correlacional, basado en documentos, con un enfoque cuantitativo, descriptivo y analítico. Analizamos los currículos de Lattes de terapeutas ocupacionales registrados en CNPq Lattes Platform capacitados y / o que trabajan en Brasil. También se recopiló información sobre terapeutas ocupacionales de pregrado y posgrado en el Catálogo de Tesis y Tesis de Capes, la Plataforma Sucupira y la Plataforma E-mec. Entre los resultados, se identificó que a fines de 2017, había 859 maestros y 329 doctores en el país. El campo científico de la terapia ocupacional brasileña consiste predominantemente en mujeres (93%). Tiene un proceso de constitución tardío y lento, con un 62,61% de sus maestros y doctores graduados en 2010. Sus investigadores recibieron capacitación en 237 programas de maestría y 27 programas de doctorado, con el predominio de la formación de maestros en 11 áreas. Evaluación (83%) y doctorado en 10 áreas (84%). Ha habido un cambio en el perfil de la educación de posgrado, influenciado por la diversidad regional y la participación de terapeutas ocupacionales como mentores en cursos de maestría y doctorado. Existe una considerable asimetría regional en la distribución de maestros y doctores en las regiones brasileñas, donde el 55,47% de los graduados se encuentran en el sureste. Solo el 52% de los maestros y doctores participan en cualquier grupo de investigación, y de estos, solo el 59% investiga la terapia ocupacional. Ha habido un aumento significativo en la capacitación de nuevos investigadores en investigación de pregrado y estudios de posgrado. Más del 90% de la producción bibliográfica de terapeutas ocupacionales con maestría y doctorado ocurrió a partir de la década de 2000. Sin embargo, 7 de cada 10 artículos producidos por estos profesionales no mencionan el descriptor "terapia ocupacional" en su título, resumen y / o palabras clave. De esta manera, se observaron varias asociaciones entre la educación de posgrado y la práctica profesional que implican la producción de conocimiento científico desarrollado por estos profesionales. Se discuten las implicaciones de estos datos para la institucionalización científica de la terapia ocupacional en Brasil.

Palabras-Clave: Educación de Posgrado. Investigación. Terapia Ocupacional. Educación Superior. Brasil. Institucionalización científica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 – Seleção, Avaliação e Inclusão dos artigos na revisão de literatura.	49
Quadro 1 – Fontes de Informação consultadas e os motivos para sua inclusão.	99
Fluxograma 2 – Descrição das etapas de coleta de dados com identificação das fontes de informação, dos objetivos e conjunto de variáveis de cada etapa.	102
Quadro 2 – Fontes de Informação e Variáveis Operacionais da Pesquisa.	104
Gráfico 1 – Frequência absoluta dos terapeutas ocupacionais com pós-graduação com base no ano de conclusão.	109
Gráfico 2 – Frequência absoluta dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado quanto às instituições de formação pós-graduada mais frequentes ao longo do tempo.	115
Gráfico 3 – Frequência absoluta dos terapeutas ocupacionais brasileiros com doutorado quanto às instituições de formação pós-graduada mais frequentes ao longo do tempo.	117
Gráfico 4 – Descrição temporal do ano de conclusão dos mestrados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e o título dos programas.	120
Gráfico 5 – Descrição temporal do ano de conclusão dos mestrados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e segundo as Áreas Básicas	120
Gráfico 6 – Descrição temporal do ano de conclusão dos mestrados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e segundo as Áreas de Avaliação.	121
Gráfico 7 – Descrição temporal do ano de conclusão dos doutorados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e segundo os títulos dos programas de doutorado.	123
Gráfico 8 – Descrição temporal do ano de conclusão dos doutorados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e segundo as Áreas Básicas de conhecimento.	128
Gráfico 9 – Descrição temporal do ano de conclusão dos doutorados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo, e segundo as Áreas de Avaliação.	125
Mapa 1 – Frequência absoluta de terapeutas ocupacionais com pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil.	128
Gráfico 10 – Frequência relativa dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado quanto ao tipo de participação em grupos de pesquisa relacionados à terapia ocupacional.	130
Gráfico 11 – Frequência relativa dos tipos de participação nos grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional nas cinco regiões brasileiras.	131
Gráfico 12 – Frequências absoluta e relativa dos grupos de pesquisa relacionados à terapia ocupacional registrados no CNPq quanto ao ano de formação.	134
Gráfico 13 – Frequência absoluta de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado considerando o ano de conclusão da primeira orientação de	136

iniciação científica.	
Gráfico 14 – Frequências absoluta e relativa da quantidade de orientações de iniciação científica realizadas por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado no Brasil ao longo dos anos.	137
Gráfico 15 – Frequência absoluta do ano de conclusão dos mestrados e doutorados e do ano de conclusão das orientações de iniciação científica.	138
Gráfico 16 – Frequência absoluta das pós-graduações orientadas por terapeutas ocupacionais com doutorado segundo o ano de conclusão (n = 586).	142
Gráfico 17 – Frequência relativa da formação profissional dos discentes orientados por terapeutas ocupacionais em programas de pós-graduação no Brasil.	144
Gráfico 18 – Frequência absoluta das orientações de mestrado e doutorado realizadas por terapeutas ocupacionais concluídas nas cinco regiões brasileiras.	148
Gráfico 19 – Frequência relativa das dissertações, teses, livros, capítulos de livros e artigos publicados pelos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado.	151
Gráfico 20 – Frequência relativa da distribuição temporal das dissertações desenvolvidas por terapeutas ocupacionais quanto à presença do descritor “terapia ocupacional” e/ ou seus correlatos no título, resumo e/ ou palavra-chave.	152
Gráfico 21 – Frequência relativa da distribuição temporal das teses desenvolvidas por terapeutas ocupacionais quanto à presença do descritor “terapia ocupacional” e/ ou seus correlatos no título, resumo e/ ou palavra-chave.	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequências absoluta e relativa de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado, considerando o período de conclusão da pós-graduação.	109
Tabela 2 – Mediana, limites mínimo e máximo do tempo de formação e pós-graduação de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.	110
Tabela 3 - Frequência absoluta de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado nas regiões brasileiras e no âmbito internacional, considerando o período de conclusão da pós-graduação.	111
Tabela 4 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais com pós-graduação <i>stricto sensu</i> quanto ao local de formação pós-graduada.	112
Tabela 5 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais com pós-graduação <i>stricto sensu</i> quanto a natureza jurídica da instituição.	113
Tabela 6 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais com mestrado no Brasil quanto às instituições de formação pós-graduada mais frequentes.	114
Tabela 7 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais brasileiros com doutorado quanto às instituições de formação pós-graduada mais frequentes.	116
Tabela 8 - Frequências absoluta e relativa dos mestrados concluídos quanto ao nome dos Programas, as Áreas Básicas e as Áreas de Avaliação mais frequentes.	118
Tabela 9 - Frequências absoluta e relativa dos doutorados concluídos quanto ao nome dos Programas, as Áreas Básicas e as Áreas de Avaliação mais frequentes.	122
Tabela 10 - Frequência relativa de mestrados e doutorados segundo as áreas de avaliação da Capes nas regiões brasileiras.	125
Tabela 11 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado quanto à sua participação em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.	129
Tabela 12 – Distribuição dos grupos de pesquisa no quais os terapeutas ocupacionais com mestrado e/ou doutorado participam e que elucidam em sua apresentação (título, repercussões do grupo, linha de pesquisa e palavra-chave) o descritor “terapia ocupacional”.	132
Tabela 13 - Frequências absoluta e relativa dos grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional, considerando a presença do termo “terapia ocupacional” na descrição das atividades do grupo.	135
Tabela 14 - Frequências absoluta e relativa de orientações de iniciação científica concluídas até 2017 por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.	136
Tabela 15 – Mediana, limites mínimo e máximo do número de estudantes de terapia ocupacional orientados em projetos de iniciação científica por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.	139
Tabela 16 - Frequências absoluta e relativa das orientações de iniciação científica de acordo com a natureza jurídica das instituições.	139
Tabela 17 - Frequências absoluta e relativa das orientações científicas efetuadas por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado nas cinco regiões brasileiras.	140

Tabela 18 - Frequências absoluta e relativa das orientações de iniciação científica efetuadas por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado de acordo com as IES mais frequentes.	140
Tabela 19 – Mediana, limites mínimo e máximo das orientações de mestrado e doutorado concluídas no Brasil por terapeutas ocupacionais doutores.	143
Tabela 20 - Programas, Área Básica e Área de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais concluíram orientações de mestrado acadêmico.	145
Tabela 21 - Programas, Área Básica e Área de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais concluíram orientações de mestrado profissional.	146
Tabela 22 - Programas, Área Básica e Área de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais concluíram orientações de doutorado.	147
Tabela 23 - Programas de Pós-Graduação, Áreas Básicas e Áreas de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais estão atuando como orientadores.	149
Tabela 24 - Frequências absoluta e relativa de artigos científicos publicados por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado ao longo do tempo.	154
Tabela 25 - Frequências absoluta e relativa do número de artigos publicados em periódicos específicos de terapia ocupacional pelos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.	155
Tabela 26 - Quantidade de periódicos não específicos (nacionais e internacionais) e número de artigos neles publicado por terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado	156
Tabela 27 - Frequências absoluta e relativa de artigos publicados por terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado em periódicos não específicos.	156
Tabela 28 - Frequências absoluta e relativa de artigos com o descritor “terapia ocupacional” no título, resumo e/ ou palavra-chave publicados em periódicos específicos e não específicos à terapia ocupacional.	157
Tabela 29 – Mediana, limites mínimo e máximo da produção bibliográfica (artigos) desenvolvida por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.	158
Tabela 30 - Frequência relativa de cursos de graduação, vagas ofertadas, profissionais registrados, número de mestres e doutores formados, número de doutorandos e quantidade de pós-graduados em atuação profissional nas regiões brasileiras.	159
Tabela 31 - Relação entre período de titulação e atuação em grupos de pesquisa dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.	160
Tabela 32 - Relação entre a atuação dos terapeutas ocupacionais em grupos de pesquisa e sua formação pós-graduada (Programa, Área Básica e Área de Avaliação).	162
Tabela 33 - Programa, Área Básica e Área de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais que atuam na Pós-Graduação concluíram seus doutorados.	163
Tabela 34 - Relação entre a formação no doutorado com a atuação como orientador na pós-graduação.	165
Tabela 35 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa com a função profissional e área de atuação nas quais os terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado atuam.	166
Tabela 36 - Relação entre orientação de iniciação científica com a participação em grupos de pesquisa.	167

Tabela 37 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa com a orientação de iniciação científica junto a acadêmicos de terapia ocupacional e acerca de projetos com o descritor “terapia ocupacional” no título.	168
Tabela 38 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq com a participação como orientador em programas de pós-graduação de mestrado e doutorado.	170
Tabela 39 - Relação entre formação pós-graduada (Programa, Área Básica e Área de Avaliação) onde os terapeutas ocupacionais cursaram o mestrado e o doutorado com a produção de artigos com o descritor “terapia ocupacional” no título, resumo e/ ou palavras-chave.	171
Tabela 40 - Relação entre formação pós-graduada (Programa e Área de Avaliação) onde os terapeutas ocupacionais cursaram o mestrado e o doutorado com a produção de artigos com o descritor “terapia ocupacional” no título, resumo e/ ou palavras-chave, considerando o percentual médio dos artigos publicados.	173
Tabela 41 - Relação entre a atuação profissional (função e área de atuação) dos mestres e doutores com sua produção bibliográfica (artigos).	174
Tabela 42 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa e a produção bibliográfica.	175
Tabela 43 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa e a produção bibliográfica (Média).	176
Tabela 44 - Relação entre atuação como orientador de pós-graduação <i>stricto sensu</i> com a produção bibliográfica.	177
Tabela 45 - Relação entre atuação como orientador de pós-graduação <i>stricto sensu</i> com a produção bibliográfica, considerando o percentual médio dos artigos publicados.	178

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	19
1	INTRODUÇÃO	25
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	25
1.2	CONCEITOS NORTEADORES: TERAPIA OCUPACIONAL, CAMPO CIENTÍFICO, INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA E PÓS-GRADUAÇÃO.	27
1.3	PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E CARACTERÍSTICAS	31
1.3.1	O desenvolvimento da pesquisa no Brasil: os primeiros passos	31
1.3.2	A Pós-Graduação como força motriz do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro	33
1.3.3	Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil no novo milênio	42
1.4	TERAPIA OCUPACIONAL NO BRASIL: DA FORMAÇÃO TÉCNICA AO DESAFIO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA	47
1.4.1	Ponto de Partida: Revisão de Literatura	47
1.4.2	Anos 1950: Os primeiros cursos de formação em terapia ocupacional no Brasil	51
1.4.3	Anos 1960: Em busca de reconhecimento, legalização e valorização	53
1.4.4	Anos 1970: Tensões profissionais e o horizonte de uma nova formação	55
1.4.5	Anos 1980: Em busca de novas possibilidades em outros lugares. Conhecer para crescer!	57
1.4.6	Anos 1990: Terapia Ocupacional sob outras lentes e possibilidades.	64
1.4.7	Anos 2000: Virada do século, outra era. Novos rumos para a terapia ocupacional brasileira.	72
1.4.8	Anos 2010: Implementação da Pós-Graduação em Terapia Ocupacional: uma luz no fim do túnel?	82
1.4.9	Impressões e lacunas. O que se sabe sobre a formação e a atuação profissional dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado no Brasil?	88
2	OBJETIVO GERAL	92
2.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	92
3	HIPÓTESES	93
4	MATERIAIS E MÉTODOS	95
4.1	TIPO DE PESQUISA	95
4.2	AMOSTRA	96
4.3	FONTES DE INFORMAÇÃO	96
4.4	COLETA DE DADOS	99
4.4.1	Etapas	99
4.4.2	Variáveis operacionais	102
4.5	ANÁLISE DOS DADOS	104
4.6	ASPECTOS ÉTICOS	107
5	RESULTADOS	108
5.1	A FORMAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS PARA O CAMPO DA PESQUISA: “QUEM SÃO OS (AS) NOSSOS (AS) MESTRES (AS) E DOUTORES (AS)?	108
5.1.1	Quando os terapeutas ocupacionais brasileiros obtiveram seus mestrados e doutorados?	108
5.1.2	Onde os terapeutas ocupacionais brasileiros obtiveram seus mestrados e doutorados?	111
5.1.3	Em quais Programas de Pós-Graduação, Áreas Básicas e Áreas de	117

	Avaliação os terapeutas ocupacionais brasileiros obtiveram seus mestrados e doutorados?	
5.1.4	A formação de mestres e doutores para o campo da terapia ocupacional	127
5.2	A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS COM MESTRADO E DOUTORADO NO BRASIL: ONDE ESTÃO NOSSOS (AS) MESTRES (AS) E DOUTORES (AS)?	127
5.2.1	Onde atuam profissionalmente nossos mestres e doutores?	128
5.3	A ATUAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS COM MESTRADO E DOUTORADO EM GRUPOS DE PESQUISA	129
5.3.1	Em quais grupos de pesquisa os terapeutas ocupacionais atuam?	129
5.3.2	Como os terapeutas ocupacionais participam dos grupos de pesquisa? Como pesquisador, estudante ou técnico?	129
5.3.3	Onde estão situados os grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional nos quais os mestres e doutores atuam?	131
5.3.4	Quais as características dos grupos de pesquisa onde os mestres e doutores atuam?	133
5.3.4.1	Quando foram formados os grupos de pesquisa?	133
5.3.4.2	Em quais áreas estão os grupos de pesquisa onde os mestres e doutores atuam?	134
5.3.4.3	Como os grupos de pesquisa onde os mestres e doutores estão vinculados à terapia ocupacional?	134
5.4	A ATUAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS COM MESTRADO E DOUTORADO NA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES	135
5.4.1	Quais as características da formação de pesquisadores no âmbito da iniciação científica?	135
5.4.2	Quais as características da formação de pesquisadores no âmbito da pós-graduação <i>stricto sensu</i>?	141
5.5	A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS COM MESTRADO E DOUTORADO: UM ENFOQUE SOBRE DISSERTAÇÕES, TESES, ARTIGOS, LIVROS E CAPÍTULOS.	150
5.5.1	Como a produção bibliográfica dos terapeutas ocupacionais tem ocorrido ao longo do tempo?	150
5.5.2	Como a produção bibliográfica está relacionada ao campo da terapia ocupacional?	151
5.6	QUAL A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS COM MESTRADO E DOUTORADO NO BRASIL?	158
5.6.1	Há relação entre a oferta de cursos de graduação, o número de profissionais registrados e a formação pós-graduada e atuação profissional dos terapeutas ocupacionais nas regiões brasileiras?	158
5.6.2	Há relação entre a formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais com a sua atuação em grupos de pesquisa?	159
5.6.3	Há relação entre a formação pós-graduada e a atuação como orientador em Programas de Pós-Graduação?	162
5.6.4	Há relação entre a atuação profissional e a participação em grupos de pesquisa, específicos ou não da área?	165
5.6.5	Terapeutas ocupacionais pós-graduados e que atuam na formação de novos pesquisadores participam de grupos de pesquisa, específicos ou não da profissão? De quais formas?	166
5.6.5.1	Há associação entre a atuação em grupos de pesquisa com a orientação de	167

	projetos de iniciação científica?	
5.6.5.2	Há associação entre a atuação em grupos de pesquisa com a orientação em programas de Mestrado e Doutorado?	169
5.6.6	A produção bibliográfica dos terapeutas ocupacionais está associada à formação pós-graduada, à atuação profissional, à atuação em grupos de pesquisa e à atuação na pós-graduação dos mestres e doutores?	170
5.6.6.1	Há associação entre o Programa, Área Básica e Área de Avaliação da formação pós-graduada com a produção bibliográfica?	171
5.6.6.2	Há associação entre a atuação profissional, função exercida e área de atuação, e a produção bibliográfica?	173
5.6.6.3	Há associação entre a atuação em grupos de pesquisa e a produção bibliográfica?	175
5.6.6.4	Há associação entre a atuação na pós-graduação e a produção bibliográfica?	176
6	DISCUSSÃO	180
6.1	SOBRE A FORMAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES E SUA RELAÇÃO COM O CAMPO DA TERAPIA OCUPACIONAL NO BRASIL	180
6.1.1	Mulheres à frente!	180
6.1.2	Os mestres e doutores estão crescendo no Brasil, fruto da evolução no campo, mas não no mesmo compasso!	181
6.1.3	Sobre o ritmo da constituição do campo, rápido ou devagar? Sem dúvida, é preciso apertar o passo!	185
6.1.4	Sobre as instituições de formação pós-graduada e a necessidade de sobreviver e prosperar em tempos difíceis. Mestres e doutores, univos!	187
6.1.5	Sobre a área de formação pós-graduada. As áreas já não são mais as mesmas! Terapeutas ocupacionais entraram no sistema!	189
6.2	SOBRE A ATUAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS COMO PESQUISADORES NO BRASIL	192
6.2.1	Sobre a região de atuação dos mestres e doutores em ação, é preciso desbravar novos horizontes!	192
6.2.2	Sobre o envolvimento de pesquisadores no campo. Pesquisar junto é bom! Organizar-se em grupo é fundamental!	194
6.2.3	Sobre a formação de novos pesquisadores. Semeando o campo...para quem?	197
6.2.4	Sobre os caminhos percorridos para a expansão do campo... “Abrindo portas abertas...”	201
6.3	SOBRE O CONHECIMENTO CIENTÍFICO PRODUZIDO POR TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS COM MESTRADO E DOUTORADO	203
6.3.1	Falando por escrito... Mas falando com quem? E sobre o quê?	204
6.4	SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL	209
6.4.1	Sobre a relação entre a formação pós-graduada e a participação em grupos de pesquisa... É necessário mexer na base! Terapia Ocupacional ao centro!	209
6.4.2	Sobre a relação entre a participação em grupos de pesquisa e o envolvimento na formação de novos pesquisadores...Se colhe o que se planta!	212
6.4.3	Sobre a relação entre a formação pós-graduada e produção bibliográfica... Sobre ter asas e raízes.	214

6.5	PARA AQUÉM OU PARA ALÉM DA FRONTEIRA? ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL COMO CAMPO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO BRASIL.	217
6.6	LIMITAÇÕES E PONDERAÇÕES	219
7	CONCLUSÕES	221
	REFERÊNCIAS	222
	APÊNDICE A - PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	259

APRESENTAÇÃO

Sempre acreditei na importância de um pesquisador se situar em um determinado contexto, indicar suas motivações e deslindar suas perspectivas antes de prosseguir na apresentação de sua pesquisa. Acredito que esta atitude ajuda o leitor a compreender o “lugar” de partida de um projeto investigativo. Aprendi, ao longo da minha formação profissional, que “o que se fala” está relacionado de algum modo ao lugar “de onde se fala”. Portanto, antes de apresentar aqui a pesquisa desenvolvida como tese de doutoramento, penso que seja essencial discorrer sobre o processo subjacente à caminhada na pós-graduação e ao desenvolvimento dessa tese.

Para alcançar essa finalidade, apresento alguns fatos que remontam, em parte, minha trajetória como terapeuta ocupacional e pesquisador e que me conduziram a propor esta temática de tese. Indubitavelmente, este processo não é concomitante à minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em setembro de 2015. Ele é anterior a isso. Ele foi iniciado ainda durante a graduação, foi fortalecido no decorrer da prática profissional e lapidado ao longo da pós-graduação.

Decerto, a temática em questão, a terapia ocupacional como campo de conhecimento científico, me acompanha desde a graduação no Curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado Pará (UEPA). Minha visão pragmática de que a pesquisa deve ser voltada para melhorar a vida das pessoas foi constituída nesse período, mais precisamente no envolvimento em duas experiências acadêmicas.

A primeira delas foi no Laboratório de Tecnologia Assistiva do curso acima citado, onde, durante os quatro primeiros anos do curso, trabalhei junto com outros professores e alunos no desenvolvimento de materiais alternativos para a confecção de tecnologias assistivas de baixo custo. A segunda foi como membro fundador do Laboratório de Estudos em Ciência da Ocupação, hoje, Grupo de Pesquisa em Ciência da Ocupação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse grupo foi criado a partir da percepção de uma lacuna de conhecimentos sobre fundamentos teóricos e metodológicos elaborados sob princípios e teorias próprias da profissão no contexto brasileiro.

Durante a graduação me interessei profundamente pelos aspectos históricos, filosóficos e metodológicos da terapia ocupacional, especialmente pelo conhecimento científico. A diversidade de práticas do terapeuta ocupacional nas diferentes áreas do saber, nos distintos espaços de atuação, com variados objetivos e recursos de intervenção, era fonte de inquietação quanto ao arcabouço teórico capaz de sustentar a vastidão de possibilidades de ação profissional. Em meu entendimento, essa diversidade de saberes teóricos e práticos demandava um corpo de conhecimento amplo e profundo produzido pelos terapeutas ocupacionais. Com base nessa compreensão, me identifiquei com investigações que buscavam mapear a diversidade de conhecimentos da terapia ocupacional, visando discernir pontos comuns às diferentes perspectivas.

No último ano de graduação, ao participar de um congresso na área, tomei conhecimento da aprovação do primeiro mestrado em terapia ocupacional no país. Fiquei muito entusiasmado em pleitear a vaga, mas, por questões financeiras, não pude tentar. No entanto, mantive a determinação em seguir a carreira acadêmica e de pesquisa e consegui, logo após formado, adentrar no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Neurociências e Biologia Celular na UFPA.

No mestrado, embora não tenha tido oportunidades de estudar especificamente a terapia ocupacional, pude conhecer um pouco de um campo de conhecimento (neurociências) que possibilita o compartilhamento de saberes entre diferentes partes do planeta, e que cresce e se fortalece cada vez mais no cenário mundial, contribuindo para a fundamentação de práticas e oferta de serviços com melhor qualidade para a população. Esta experiência também me possibilitou compreender a importância da difusão do conhecimento produzido no país no âmbito internacional.

Considero a experiência no mestrado muito exitosa, embora tenha exigido muito desprendimento pessoal e esforço físico e mental no que diz respeito à busca e apropriação de conhecimentos que estavam bem distantes da minha prática profissional. Após a defesa da dissertação, não satisfeito, continuei meus estudos no campo e iniciei o doutorado, mais especificamente no desenvolvimento de tecnologias de reabilitação para pessoas com desordens neurológicas. Nesse período eu trabalhava

com pessoas com deficiência física, logo, meu interesse de pesquisa, estava centrado em melhorar à qualidade de vida desta população.

No entanto, durante esse período inicial do doutorado em neurociências, algo aconteceu. Tomei conhecimento da abertura do processo seletivo para a primeira turma do doutorado em terapia ocupacional da UFSCar, o primeiro da área no Brasil e na América Latina. Conversei com a esposa que compartilhava do mesmo desejo e acordamos juntos a realização de um sonho a dois. Não nos furtamos e partimos em busca da realização desta aspiração. Paralisamos os doutorados já em andamento (ela era doutoranda na área da psicologia!) e decidimos pleitear o processo seletivo. Foi então que nosso mundo se expandiu. Em meados de agosto de 2015, soubemos de nossa aprovação.

Foi nessa ocasião que o meu caminho encontrou o da Profa. Dra. Maria Luísa Guillaumon Emmel. Lembro bem dessa notícia. Fiquei muito feliz. Afinal, seria orientado por uma docente pioneira na pesquisa em terapia ocupacional no país. A Profa. Malu investigava as ocupações humanas por meio do estudo do uso do tempo. Além disso, tinha sido uma das autoras de um dos textos que mais influenciou o meu apreço pela pesquisa na terapia ocupacional, o artigo “Quem são nossos mestres e doutores? O avanço da capacitação docente em terapia ocupacional no Brasil” (EMMEL; LANCMAN, 1998).

No íterim das atividades iniciais na pós-graduação, tivemos, no dia 18 de setembro de 2015, a aula inaugural do doutorado do PPGTO/ UFSCar. Esta aula foi ministrada pelo coordenador da área de conhecimento a qual o programa estava vinculado. Entre os diversos desafios apresentados pelo coordenador ao novo programa de doutorado, estavam: a necessidade de expandir a pós-graduação em terapia ocupacional para outras regiões do país e o fortalecimento da publicação dos pesquisadores da área, materializado na difusão de artigos com enfoque sobre a terapia ocupacional em periódicos classificados nos estratos superiores A1 e A2 do Qualis Capes (RODAKI, 2015). De imediato, fomos “gentilmente” estimulados a pensar na importância da expansão da pós-graduação em terapia ocupacional no país.

Diante deste último desafio, visando compreender o tamanho do problema, saí da aula com a ideia de desenvolver uma pesquisa que caracterizasse os periódicos e artigos classificados nos estratos mencionados. Desenvolvi este estudo nos meses

iniciais da pós-graduação em paralelo ao meu projeto de pesquisa de doutorado que abordava o uso do tempo e a qualidade de vida de pessoas com deficiência aprovado durante o processo de seleção do programa. A pesquisa sobre os periódicos já foi aprovada e aguarda publicação (FOLHA et al., *no prelo*). De fato, a considero como ponto inicial dessa tese.

A partir desse estudo, comecei a aprofundar minhas leituras e investigações acerca do desenvolvimento da pesquisa em terapia ocupacional e da formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais no país. No segundo semestre de 2016, fui contemplado com uma bolsa de estudos para a realização de um doutorado sanduíche. Mais uma vez minha esposa e eu seguimos juntos para um novo desafio.

O doutorado sanduíche objetivou favorecer, entre outras aprendizagens, o aprofundamento teórico e metodológico no campo da pesquisa em terapia ocupacional. Escolhi o Departamento de Terapia Ocupacional e Ciência Ocupacional da Universidade de Toronto, Canadá, para cursar meu estágio. Esta instituição é um dos principais centros de formação e de pesquisa em terapia ocupacional no cenário mundial. Permaneci nesta renomada universidade entre outubro de 2017 e março de 2018. Lá, pude aprofundar meus conhecimentos sobre pesquisa científica no campo da terapia ocupacional. Entrei em contato com bibliografias específicas na área que até aquele momento eu desconhecia. Vivenciei experiências ímpares de ensino e aprendizagem focadas na produção de conhecimento para o campo. Conheci pesquisadores e grupos de pesquisa que desenvolvem há tempos investigações teóricas e práticas que subsidiam a oferta de serviços em terapia ocupacional.

Sem dúvida, este estágio influenciou bastante a minha percepção sobre a pesquisa em terapia ocupacional. Nele pude constatar e ratificar a necessidade de compreendermos as trajetórias e características da constituição da profissão como área de conhecimento. Voltei para o Brasil disposto a me envolver ainda mais nessa temática e decidi, portanto, mudar meu projeto de tese

Nesse caminho, ocorreu um fato profissional e ao mesmo tempo familiar que fortaleceu em mim o desejo de olhar para o próprio campo da terapia ocupacional. Para explicá-lo, preciso fazer uma conexão com o início da minha graduação. Assim que entrei no curso de terapia ocupacional, meu pai, quando soube a localização do prédio do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UEPA onde iria estudar, me

informou que naquele local, anteriormente à universidade, funcionava o Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira. Este hospital foi fundado em 1892 com a denominação de Hospital dos Alienados (BELA; PINHO, 2009). Ele também me informou que nessa instituição que o seu avô materno, Antônio Porto de Oliveira, falecido em 1978, tinha sido um psiquiatra que desenvolveu um importante trabalho nas primeiras décadas do século XX. Eu prontamente guardei essa informação, mas não me detive em investigá-la. Meu pai também não tinha muitos detalhes. O fato é que esta informação ganhou força anos depois.

Atualmente sou professor efetivo da Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA. Recentemente, como parte de um projeto de pesquisa orientado por mim sobre a história da terapia ocupacional no estado do Pará, me deparei com uma informação surpreendente e que me possibilitou um encontro com o passado. Meu bisavô, o familiar referido por meu pai, não foi apenas um médico em um hospital psiquiátrico. Ele foi contemporâneo e aluno do psiquiatra Juliano Moreira no início do século XX. Ele dirigiu durante muitos anos o referido hospital e foi um dos profissionais responsáveis pela implantação de práticas precursoras da terapia ocupacional nesta instituição. Ele também foi um cientista pioneiro e trabalhou com o sanitarista Oswaldo Cruz em suas expedições pela Amazônia brasileira (MEIRA, 1986). Além disso, também foi docente fundador da Faculdade de Medicina do Pará, faculdade centenária, atualmente vinculada ao Instituto de Ciências da Saúde da UFPA no qual sou professor.

Semelhante ao que acontece com muitos profissionais no país, eu fui o primeiro terapeuta ocupacional da minha família, logo, sempre houve muito desconhecimento familiar em torno da minha profissão. Ao mesmo tempo, como é comum no Norte do Brasil, poucos são os núcleos familiares que tem um membro titulado como doutor ou um cientista em seu meio. Eu também estou sendo um dos primeiros a seguir por esse caminho. Dessa forma, este encontro com o passado, me energizou de tal maneira que fortaleceu em mim o desejo de aproveitar a formação doutoral para “olhar” para o próprio campo, para a própria constituição da profissão no país.

Nesse momento, quando me torno o primeiro terapeuta ocupacional a defender uma tese de doutorado em terapia ocupacional no Brasil, 50 anos depois de

sua regulamentação profissional e abordando a temática da pesquisa em terapia ocupacional, faço algumas conexões com minha trajetória. Ao rememorar-la, revelo alguns fatos e contextos dessa pesquisa. Desse modo, trata-se de um estudo panorâmico do campo da terapia ocupacional brasileira, demarcado pelas trajetórias individuais de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado que, quando agrupadas, refletem algumas características e tendências das atividades de pesquisa desenvolvidas por esses profissionais no país.

O texto a seguir está estruturado com uma introdução, onde estão apresentados os conceitos norteadores e os aspectos delimitadores que culminaram com os objetivos da pesquisa. Posteriormente, apresenta-se os caminhos metodológicos desenvolvidos e os resultados obtidos. Finaliza-se o texto indicando implicações dos resultados na discussão e as conclusões do estudo.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como temática a terapia ocupacional como campo de conhecimento científico no cenário brasileiro. A seguir, contextualiza-se a problemática que circunscreve a questão de pesquisa e os conceitos norteadores que delimitaram os modos de compreensão dessa investigação. Posteriormente, são apresentadas as características e trajetórias da produção de conhecimento científico no Brasil e a inserção da terapia ocupacional nesse contexto.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O fim da segunda década do século XXI demarca pontos importantes do desenvolvimento da terapia ocupacional no cenário mundial e no Brasil. Em 2017, a profissão completou seu primeiro centenário no país onde foi formalmente fundada, os Estados Unidos (WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS *et al.*, 2017). No Brasil, a profissão é mais recente. O ano de 2019 demarca o quinquagésimo aniversário de sua regulamentação profissional (BRASIL, 1969). Acredita-se que esse marco histórico possa ser frutífero para o desenvolvimento de reflexões e investigações acerca da trajetória histórica, científica e profissional da terapia ocupacional no país, contribuindo para o delineamento de novos horizontes para a categoria (OLIVER; SOUTO; NICOLAU, 2018).

Um dos desafios atuais da terapia ocupacional brasileira é a sua institucionalização como campo de conhecimento científico. Esse desafio está relacionado à participação de terapeutas ocupacionais em espaços de gestão, formação de recursos humanos e na produção de ciência e tecnologia (LOPES; MALFITANO, 2009a). Essa necessidade é justificada pela crescente demanda, externa e interna à profissão, de produzir e utilizar conhecimento científico desenvolvido sobre os seus próprios princípios e teorias para subsidiar suas ações profissionais (LOPES, *et al.*, 2012; LOPES *et al.*, 2009a; LOPES; MALFITANO, 2009).

Nesse cenário, compreender as características da formação e da atuação de pesquisadores para esse campo é uma questão fundamental. Isso pode auxiliar na compreensão do panorama da área no cenário brasileiro e favorecer a execução de

estratégias coletivas para o seu aprimoramento (LOPES *et al.*, 2016; EMMEL; LANCMAN, 1998). Esse tipo de lógica processual, caracterizada pelo levantamento de informações da profissão para a tomada de decisões, tem guarnecido o seu desenvolvimento no país (HAHN *et al.*, 2018; LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009). De fato, essa tem sido uma questão premente não só na terapia ocupacional, mas também na ciência nacional.

A urgência em investigar as contribuições científicas de um campo de conhecimento tem sido recorrente no contexto brasileiro (REGALADO, 2010). Isso pode ser justificado pela crescente restrição orçamentária que têm acometido a área de ciência e tecnologia no país nos últimos anos (GIBNEY, 2015). Outra explicação pode estar ancorada na visualização do impacto do investimento realizado na expansão da produção científica nacional, conforme tem sido observado em diferentes áreas (SIDONE; HADDAD; MENA-CHALCO, 2016; LETA, 2012; DE MEIS *et al.*, 2003).

Vários campos científicos já foram analisados quanto as suas trajetórias e características no cenário nacional. Investigações com esse enfoque foram observadas na educação física (PEDROSO *et al.*, 2017), na fonoaudiologia (PAZ-OLIVEIRA; CARMO; FERREIRA, 2015), na fisioterapia (CRUZ *et al.*, 2018; COURY; VILLELA, 2009) e também na terapia ocupacional (VASCONCELOS *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2010).

O desenvolvimento desses campos científicos no Brasil tem sido averiguado a partir de diferentes estratégias. A análise da formação de pesquisadores é uma dessas estratégias. No Brasil, vários estudos demonstraram que a formação de pesquisadores ocorre principalmente em programas de pós-graduação de mestrado e doutorado (PAZ-OLIVEIRA; CARMO; FERREIRA, 2015; TEIXEIRA; GONÇALVES; BOTELHO, 2012; COURY; VILLELA, 2009). Outra estratégia de investigação focalizou atuação dos pesquisadores em grupos de pesquisa e na formação de recursos humanos, seja na iniciação científica ou na pós-graduação (CRUZ *et al.*, 2018; SANTOS *et al.*, 2015). Ainda, uma tática recorrente de investigação é a caracterização da produção científica desses pesquisadores (VASCONCELOS *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2010; LOPES *et al.*, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003).

Nesse sentido, considerando que a institucionalização acadêmica é um desafio contemporâneo da terapia ocupacional e que uma maior compreensão acerca

de um campo científico pode possibilitar a identificação de aspectos que favoreçam o seu fortalecimento, compreender as trajetórias e características da formação pós-graduada e da atuação em pesquisa de terapeutas ocupacionais é uma questão fundamental para o desenvolvimento da área.

A seguir, apresenta-se alguns conceitos norteadores que delimitaram o foco desta pesquisa.

1.2 CONCEITOS NORTEADORES: TERAPIA OCUPACIONAL, CAMPO CIENTÍFICO, INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA E PÓS-GRADUAÇÃO.

Esta investigação parte do entendimento da terapia ocupacional como uma profissão. Segundo a Federação Mundial dos Terapeutas Ocupacionais (WFOT, sigla em inglês para *World Federation of Occupational Therapists*), entidade de classe de abrangência internacional, a terapia ocupacional

É uma profissão da saúde centrada no cliente interessada em promover a saúde e o bem-estar por meio da ocupação. O objetivo principal da terapia ocupacional é possibilitar às pessoas a participarem de suas atividades na vida cotidiana. Terapeutas Ocupacionais alcançam este resultado por trabalharem com pessoas e comunidades para favorecer suas capacidades para engajar-se em ocupações que elas querem, precisam ou são esperadas fazer, ou por modificar a ocupação e o ambiente para melhor suportar o seu engajamento ocupacional (WFOT, 2010, p.1, tradução nossa).

Uma das definições amplamente difundida no contexto brasileiro é a desenvolvida pelo curso de terapia ocupacional da Universidade de São Paulo (USP) onde a terapia ocupacional

É um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, educação e na esfera social, reunindo tecnologias orientadas para emancipação e autonomia das pessoas que, por razões ligadas a problemática específica, físicas, sensoriais, mentais, psicológicas e/ ou sociais, apresentam temporária ou definitivamente, dificuldade de inserção e participação na vida social. As intervenções em Terapia Ocupacional dimensionam-se pelo uso da atividade, elemento centralizador e orientador, na construção complexa e contextualizada do processo terapêutico (SOARES, 2007, p.3)

Segundo Soares (2007) uma definição profissional deve conter objetivo, objeto de trabalho, instrumento e clientela. De acordo com esta autora, os objetivos estão relacionados aos resultados que se pretende atingir a partir da intervenção profissional. O objeto profissional está relacionado ao elemento central da ação profissional na qual o objetivo incide. Os instrumentos envolvem os recursos e

metodologias utilizadas e a clientela refere-se ao público-alvo da intervenção em seus diferentes contextos, condições e circunstâncias (SOARES, 2007).

Nota-se, com base nas definições acima, que a terapia ocupacional tem como objetivo favorecer o melhor envolvimento das pessoas em suas atividades e ocupações cotidianas. Para tanto, utiliza métodos e técnicas diversificados capazes de atenuar ou evitar barreiras ou potencializar aspectos que favorecem o melhor engajamento de pessoas que, por diferentes razões, tem o envolvimento em suas atividades e ocupações alterado.

De um modo geral, o entendimento da terapia ocupacional como profissão está agregado à diferentes perspectivas. Uma delas, refere-se ao conceito de profissionalização. Este conceito, originado no campo da sociologia, é o processo pelo qual uma atividade ou ocupação torna-se uma profissão. Entre os elementos que contribuem para esse processo está a produção de conhecimento na área. Este conhecimento é elaborado pelos agentes envolvidos nessa atividade e visa fornecer subsídios teóricos e metodológicos para fundamentar as ações profissionais (COOPER, 2012; CLOUSTON; WHITCOMBE, 2008; MACHADO, 1995).

No âmbito nacional, ainda são poucos os trabalhos com este enfoque. Magalhães (1989) investigou o processo de profissionalização da terapia ocupacional no Brasil com base em documentos legislativos. Lancman (1998) abordou a influência da capacitação dos terapeutas ocupacionais brasileiros em programas de pós-graduação sobre a constituição da profissão no país. Ambos os estudos possibilitaram identificar atributos que tem permeado a história da profissão no país, como por exemplo, a relação entre a institucionalização da terapia ocupacional e o seu desenvolvimento enquanto campo de conhecimento científico. Tal relação vem sendo aprofundada por outros pesquisadores (LOPES *et al.*, 2010; LOPES; MALFITANO, 2009).

Sobre a compreensão da terapia ocupacional como campo de conhecimento científico é necessário frisar primeiramente que este é um entre os vários tipos de conhecimento existentes na sociedade (APPOLINÁRIO, 2009). Ele representa um tipo de construção social da realidade que desenvolve diferentes características ao longo do tempo e em cada contexto histórico e social (ANDERY *et al.*, 2007; LUCKESI *et al.*, 2007). Este tipo de conhecimento apresenta componentes claros e organizados, como

teorias e métodos, que delimitam as formas de compreensão e ação sobre determinados objetos e realidades (BAZI; SILVEIRA, 2007).

No Brasil, alguns estudos têm analisado o desenvolvimento da profissão no país a partir de sua compreensão como um campo de conhecimento e/ ou profissional. Galheigo (2008) e Galheigo e Tessuto (2010) utilizaram essa perspectiva para entender a composição das práticas hospitalares de terapia ocupacional brasileira. Drummond (2000) analisou como a configuração do campo profissional do terapeuta ocupacional, as organizações curriculares e o saber docente influenciam na produção de conhecimento na área. Esta autora afirmou que

O conhecimento produzido, selecionado, legitimado reflete a força de organização dos grupos, as divergências e estratégias assumidas para determinar sua configuração. O domínio de uma competência afirma o campo, estabelece fronteiras, seleciona agentes e define terminologias próprias nele veiculadas (DRUMMOND, 2000, p.2)

A assertiva desenvolvida por Drummond (2000) induz a reflexão acerca da importância do amadurecimento e fortalecimento do campo científico da terapia ocupacional, conseqüentemente, sua institucionalização. Nesse aspecto, entende-se que é necessário demarcar que a institucionalização da terapia ocupacional como profissão é diferente de sua institucionalização como campo científico.

O primeiro caso compõe a compreensão de profissionalização elucidada anteriormente e está relacionado ao desenvolvimento de um corpo profissional, escolas de formação, criação de entidades de classe, elaboração de regulamentos de conduta, entre outros aspectos. Esse tipo de institucionalização tem se estabelecido primeiro, desde os pioneiros cursos de formação em meados do século XX (COOPER, 2012; CLOUSTON; WHITCOMBE, 2008; SOARES, 2007; MACHADO, 1995; MAGALHÃES, 1989). O segundo tipo refere-se ao reconhecimento como campo produtor de conhecimento científico. Este é mais recente, está em processo, e o seu início remete ao começo dos anos 1990 com a criação dos primeiros grupos de pesquisa e a inserção dos terapeutas ocupacionais como pesquisadores em programas de pós-graduação no país (LOPES *et al.*, 2010; EMMEL; LANCMAN, 1998).

Assim, esse estudo está baseado na compreensão de institucionalização científica desenvolvida na sociologia das ciências por Richard Whitley. Para este autor, a institucionalização de um campo científico decorre do desenvolvimento da clareza e da maturidade de dois processos interdependentes: a institucionalização

cognitiva e a social. A cognitiva refere-se aos aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos, como os conceitos, teorias, questões de interesse e metodologias, de um determinado campo. A social envolve as formas de organização, os mecanismos e recursos de divulgação e as entidades políticas e institucionais desse campo (WHITLEY, 1980).

Esta abordagem conceitual tem sido utilizada na análise de diferentes campos científicos no cenário nacional. Eliel (2008) relacionou marcos regulatórios com a produção científica do campo da ciência da informação para compreender seu processo de institucionalização. Nesse mesmo campo, Arboit, Bufrem e González (2011) analisaram o conhecimento difundido em periódicos internacionais para apreender sua evolução. Mais recentemente e em outras áreas, Neto, Café e Silva (2017) investigaram as instituições, os produtores e produtos científicos para avaliar a institucionalização do campo da moda e Guimarães et al (2018) abordou a papel de uma entidade associativa nos meios de comunicação científica na área da administração.

Desse modo, a perspectiva de Whitley foi utilizada nesse estudo para compreender o desenvolvimento do campo científico da terapia ocupacional. Concebe-se que este campo integra diferentes atores, instituições e estruturas relacionadas à produção de conhecimento científico na área. De um modo mais preciso, este estudo focaliza os principais atores sociais que o constituem, os terapeutas ocupacionais como mestrado e doutorado.

Entende-se o mestrado e o doutorado nos moldes descritos no Parecer nº 977 de 3 de dezembro de 1965 (ALMEIDA JUNIOR *et al.*, 1965) do Conselho de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC). Este parecer conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira (FERREIRA DE OLIVEIRA, 2015). Neste documento, os cursos de mestrado e doutorado fazem parte da modalidade de pós-graduação *stricto sensu* que representa

O ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico (ALMEIDA JUNIOR *et al.*, 1965, sp).

Neste último caso estão situados os cursos de mestrado e doutorado, representando dois níveis de estudos hierarquizados, embora autônomos. O doutorado tem por finalidade a obtenção de uma formação científica ou cultural ampla e profunda onde se

desenvolve capacidades para pesquisa em um determinado campo de conhecimento. O mestrado pode representar uma etapa preliminar para obtenção do grau de doutor ou pode ser um grau terminal (ALMEIDA JUNIOR *et al.*, 1965).

Outros dois tipos de curso constituem essa modalidade – o mestrado e doutorado profissional e o pós-doutorado. Quanto aos cursos de mestrado e doutorado profissional, compreende-se como cursos com uma formação orientada para o estudo de técnicas, processos ou temáticas relacionadas à alguma necessidade do mercado de trabalho (BRASIL, 2017; CAPES, 2019a). O pós-doutorado é destinado a doutores e ocorre por meio da realização de um estágio em um grupo de pesquisa de reconhecida competência científica nacional e/ ou internacional com finalidade principal de aperfeiçoamento em um determinado campo do saber (MOROSINI, 2009).

Com base nesses conceitos e definições norteadoras, a seguir, pretende-se discorrer sobre o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no cenário brasileiro situando-o como pano de fundo para se compreender os aspectos históricos e contextuais que tem permeado a configuração da terapia ocupacional enquanto campo de conhecimento científico no Brasil.

1.3 PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E CARACTERÍSTICAS

Este capítulo apresenta algumas características das atividades de pesquisa e pós-graduação no Brasil, destacando a contribuição de agências governamentais para o seu desenvolvimento. Todavia, acredita-se que os atributos da ciência nacional vigentes refletem os caminhos percorridos no percurso de sua história. Portanto, apresenta-se alguns fatos e etapas da ciência brasileira divididos em três momentos: Os primeiros passos, quando a atividade científica está em constituição; o período entre 1950 e 1999, quando ela se expande; e a partir dos anos 2000, quando se busca a sua consolidação.

1.3.1 O desenvolvimento da pesquisa no Brasil: os primeiros passos

O surgimento da pesquisa no Brasil é considerado tardio, quando se compara a trajetória da atividade científica brasileira com a de outros países, como os Estados Unidos e algumas nações europeias e latino-americanas. Esse início postergado alcançou indicadores de institucionalização somente a partir de meados do século XX (SOUZA; FILIPPO; CASADO, 2018; IVASHITA; VIEIRA, 2017; RIBEIRO, 2016; FILGUEIRAS, 1990). Mas como se desenvolveu a pesquisa no Brasil antes de 1950?

Embora hoje exista uma forte associação entre atividades de ensino, pesquisa e pós-graduação nas universidades brasileiras, até meados do século XX, essa relação não existia (RIBEIRO, 2016). No período colonial, não havia interesse da metrópole em desenvolver cursos de ensino superior para a população sob seu domínio. Os brasileiros que detinham recursos e almejavam uma formação profissional realizavam seus estudos nas universidades européias (FÁVERO, 2006; CURY, 2005; ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ, 2002; FILGUEIRAS, 1990).

Foi somente a partir da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, que foram criadas as primeiras escolas de ensino superior no país. Essas instituições eram autônomas, ofertavam um único curso com enfoque profissionalizante e formavam profissionais, como engenheiros, médicos, advogados e agrônomos, com a finalidade de atender às demandas da Corte (SOUZA; FILIPPO; CASADO, 2018; IVASHITA; VIEIRA, 2017; FÁVERO, 2006; MARTINS, 2003; DURHAM, 1998).

Durante o período republicano (1889-1930) houve uma expansão no número de escolas de ensino superior. Isso ocorreu em virtude da instauração do ensino livre pela legislação brasileira que favoreceu a criação de instituições universitárias desvinculadas do governo (FÁVERO, 2006). Nessas escolas, a pesquisa não era prioritária (GUIMARÃES, 2002; FILGUEIRAS, 1990). Por outro lado, nesse período, foram criados vários institutos de pesquisa para atender às necessidades do país (DOMINGOS, 2004; MARTINS, 2003; DURHAM, 1998). Ademais, o fim da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) favoreceu o reconhecimento, no cenário internacional, da ciência e da tecnologia como fundamental para a soberania das nações. No Brasil, este reconhecimento contribuiu para germinar a compreensão sobre a importância da criação de um conselho nacional de pesquisas nos anos 1920 (MARQUES, 2017).

Na década de 1930 houve investimento do governo brasileiro no desenvolvimento de um projeto nacionalista. Dessa forma, ocorreu, nesse período, a participação do Estado na elaboração de uma proposta universitária nacional. Constituiu-se, nesse momento, o Conselho Nacional de Educação e promulgou-se o Estatuto das Universidades Brasileiras (FÁVERO, 2006; DOMINGOS, 2004). Nesse estatuto, a investigação científica passou a ser uma finalidade do ensino universitário (CURY, 2005).

Associado à ideia de modernização vigente na proposta nacionalista, nesse ínterim, o governo brasileiro buscou implantar cursos de pós-graduação no país com base em alguns modelos já estabelecidos, notadamente os modelos europeus (DOS SANTOS, 2003). Sob estas influências, foram criadas instituições de ensino superior (IES), como a USP, em 1934, que representaram um novo padrão de instituição, baseado na articulação de atividades de ensino e pesquisa. Pesquisadores estrangeiros constituíram o quadro docente dessas instituições e contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e para a criação dos primeiros cursos de pós-graduação (FÁVERO, 2006; HOSTINS, 2006; CURY, 2005; MARTINS, 2003).

No período após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), agentes governamentais e cientistas intensificaram as mobilizações em favor do desenvolvimento científico e tecnológico. Em 1948, foi organizada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e, no ano seguinte, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (DOMINGOS, 2004). Em 1949, encaminhou-se ao Congresso Nacional uma proposta para criação de um conselho nacional de pesquisas (RIBEIRO, 2016; CURY, 2005).

Destaca-se que a pesquisa brasileira antes dos anos 50 ocorreu principalmente nos institutos de pesquisa, que até esse momento eram desvinculados das instituições de ensino e da formação de pesquisadores, e, experimentalmente, a partir dos anos 30, em algumas poucas universidades. Essa situação começou a mudar somente no período posterior à Segunda Guerra Mundial quando houve uma maior mobilização das entidades científicas e de representantes governamentais.

1.3.2 A Pós-Graduação como força motriz do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro

A partir dos anos 1950 o quadro da ciência brasileira começou a mudar. A expansão do desenvolvimento econômico e industrial do país contribuiu para o anseio social de modernização do ensino superior (FÁVERO, 2006; CURY, 2005). Soma-se a isso, a ampliação da compreensão da ciência como uma força motriz para o desenvolvimento nacional. Esse fato propiciou a participação de cientistas e docentes em espaços além da academia e dos institutos de pesquisa (MOREIRA; VELHO, 2008).

O ano de 1951 demarcou um momento importante para a institucionalização da pesquisa no Brasil. Nesse ano, foram criados o atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A criação destas instituições refletiu o interesse brasileiro em estruturar órgãos e instrumentos para desenvolver políticas alinhadas com o projeto de industrialização do país (MARTINS, 2003).

O CNPq foi criado com o objetivo de promover e estimular a investigação científica e tecnológica, com destaque para a concessão de recursos para pesquisa (CNPQ, 2019a; BRASIL, 1951). Por outro lado, a Capes foi constituída para contribuir com a formação de recursos humanos voltados às demandas do desenvolvimento do país (MARTINS, 2003; BRASIL, 1951b). Essas agências, inicialmente, seguiram trajetórias distintas com insuficiente intercâmbio em um projeto nacional (DANTAS, 2004).

Ainda nos anos cinquenta, foi dado um passo estruturante para expansão da ciência brasileira. Em 1952, foi criado o atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que atuou como órgão de fomento às atividades de pesquisa e formação pós-graduada (PATRUS; SHIHAKI; DANTAS, 2018; BRASIL, 2010). Nesse intervalo, foram desenvolvidos acordos de cooperação técnica entre instituições brasileiras e estrangeiras que possibilitaram o intercâmbio de pesquisadores entre os países (CURY, 2005; DOS SANTOS, 2003; MARTINS, 2003). Ao final dessa década, vários estudantes e docentes que estudavam no exterior retornaram ao país e participaram da implantação de cursos de mestrado e doutorado (MARTINS, 2003).

Em razão das cooperações internacionais, os primeiros cursos de pós-graduação no Brasil receberam forte influência de modelos internacionais, particularmente o norte-americano e o francês. Sobre este aspecto, é importante

mencionar que reconhece-se que os primeiros cursos de pós-graduação no país, com características pertinentes ao que seria futuramente padronizado como modalidade *stricto sensu*, foram criados no início dos anos 1960 (IVASHITA; VIEIRA, 2017; RIBEIRO, 2016; DOS SANTOS, 2003; MARTINS, 2003).

É importante frisar que, embora a realização de cursos de pós-graduação tenha sido mencionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente no período, Lei nº 4.024 de 22 de dezembro de 1961, a sua definição era bem genérica. Além do mais, esses cursos não eram regulamentados e reconhecidos pelo MEC e seus egressos não gozavam dos privilégios advindos da titulação (CURY, 2005; MARTINS, 2003; CUNHA, 1974).

O ano de 1964 é emblemático para a história da sociedade brasileira. Nesse ano, o país foi marcado pela ascensão dos militares ao governo. Na esfera educacional, isso significou a implementação de políticas centralizadoras que vincularam mais intensamente a educação ao desenvolvimento econômico e tecnológico do país, com um forte incentivo à internacionalização (MARTINS, 2003).

Para a pós-graduação, o ano de 1965 também foi simbólico. Nesse ano, foi elaborado o documento norteador da organização da pós-graduação no Brasil, o Parecer nº 977/65, conhecido como Parecer Sucupira em virtude do nome de seu relator, o conselheiro Newton Sucupira. Ainda hoje, julga-se este documento como a principal referência sistemática da pós-graduação no Brasil (HOSTINS, 2006; CURY, 2005; DOS SANTOS, 2003). Esse parecer teve como objeto a definição da pós-graduação, seus níveis e suas finalidades e estabeleceu a possibilidade de dois tipos de pós-graduação: *lato sensu* e *stricto sensu* (CURY, 2005; MARTINS, 2003; ALMEIDA JUNIOR *et al.*, 1965).

Na pós-graduação *lato sensu* foram incluídos os cursos de especialização e aperfeiçoamento que tinham como objetivo o aprimoramento técnico específico em um determinado ramo profissional ou científico. Por outro lado, a pós-graduação *stricto sensu* poderia ser composta por cursos regulares realizados após a graduação, com vistas para o aperfeiçoamento científico e cultural em um ramo do saber. Nesta modalidade, foram incluídos os cursos de mestrado e doutorado (ALMEIDA JUNIOR *et al.*, 1965).

Após esse parecer, outras publicações buscaram definir os novos rumos da educação superior no país. Em 1968, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, constituído pelo regime militar, registrou a necessidade de elaboração de uma política nacional de pós-graduação para atender às demandas nacionais (MARTINS, 2003). Nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei de Reforma Universitária que normatizou a organização e o funcionamento do ensino superior no país (BRASIL, 1968). No que diz respeito à pós-graduação, essa legislação incorporou em vários artigos os princípios e recomendações contidos no Parecer nº 977/65 (MARTINS, 2003).

O final dessa década representa um momento de assentamento das bases da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. A Capes, o CNPq e outros órgãos públicos foram incumbidos de promover a formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior (CURY, 2005). Foi criado também um sistema de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência governamental posteriormente responsável pela administração desse fundo (DOMINGOS, 2004; MARTINS, 2003).

Com as fundações estabelecidas, os anos de 1970 registraram a expansão e a organização da ciência e da tecnologia. Ocorreu, nesse momento, a expansão de investimentos nesse setor e o desenvolvimento de diversas ações, como o incentivo à capacitação docente e à expansão da atuação em regime de dedicação exclusiva, bem como o estímulo à criação de entidades científicas nas diversas áreas do conhecimento. Esses movimentos oportunizaram o desenvolvimento da pesquisa nas universidades públicas (FERREIRA DE OLIVEIRA, 2015; MOREIRA; VELHO, 2008; HOSTINS, 2006; DURHAM, 1998).

No contexto de abertura política e redemocratização do país, foram elaborados planos estratégicos para direcionar e organizar as ações desenvolvidas pelo governo brasileiro, como o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCT, estruturado em dois momentos, o I PBDCT (1973-1974) e o II PBDCT (1976-1979). De um modo geral, esses planos circunscreveram as demandas da pesquisa nacional e consolidaram o CNPq como agência essencial ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia (RIBEIRO, 2016; FILHO, 2003).

Em meados dos anos 1970 ocorreram mudanças importantes na gestão da pesquisa no país. O CNPq, como uma forma de favorecer a participação da comunidade científica, organizou os comitês de assessores. Esses comitês efetivaram o processo de avaliação por pares das propostas submetidas para financiamento e foram classificados de acordo com as áreas de conhecimento (DOMINGOS, 2004). A classificação do conhecimento científico em áreas pelo CNPq foi desenvolvida em 1976 (DOMINGOS, 2004). Essa classificação passou a ser utilizada por diversas instituições e agências ligadas à área de ciência e tecnologia no Brasil, como a Capes (DE SOUZA, 2004).

Assim como as atividades de pesquisa, a gestão da pós-graduação no país foi reestruturada. Em 1974, o MEC criou o Conselho Nacional de Pós-Graduação, órgão interministerial responsável pela elaboração e efetivação de uma política nacional de pós-graduação (LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017; RIBEIRO, 2016; CURY, 2005). Aprovado em 1974, o I Plano Nacional de Pós-Graduação - I PNPG (1974-1979) constatou que a pós-graduação brasileira até essa época havia sido constituída de forma desordenada e parcialmente espontânea. Assim, este plano visou sanar estas problemáticas por meio da expansão de vagas nos cursos de mestrado e de doutorado, do estímulo à titulação dos docentes das IES e da implementação de estratégias para a diminuição das disparidades regionais (IVASHITA; VIEIRA, 2017; HOSTINS, 2006; MARTINS, 2003).

Junto ao investimento na pós-graduação, o I PNPG desenvolveu mecanismos de regulação e controle das atividades pós-graduadas. Nessa conjuntura, em 1976, a Capes iniciou um processo de avaliação sistemática da pós-graduação, processo este considerado fundamental para a institucionalização da atividade científica no país. Essa avaliação ocorreu por meio do estabelecimento de comissões de consultores em um mecanismo de avaliação por pares que, entre outras ações, consistiu na visita *in loco* das comissões aos programas para avaliar seu funcionamento e assessorar no seu aprimoramento (BARATA, 2016; HOSTINS, 2006; DANTAS, 2004; DOMINGOS, 2004).

O processo de avaliação da pós-graduação estabeleceu um padrão de qualidade exigido nos cursos de mestrado e doutorado no país. Nesse primeiro momento, enfatizou a formação de quadros de professores e pesquisadores para as

universidades brasileiras. O resultado da avaliação não era divulgado abertamente, era apenas informado às instituições avaliadas e era expresso em conceitos: A (muito bom), B (bom), C (regular), D (fraco) e E (insuficiente). Além disso, esse processo avaliativo foi pensado para abranger todas as áreas de conhecimento e todos os cursos de pós-graduação no âmbito público e privado (PATRUS; SHIHAKI; DANTAS, 2018; BARATA, 2016).

A pujança dos anos setenta na pesquisa e na pós-graduação brasileira enfraqueceu na década de 1980. A crise econômica instalada no país no fim do regime militar determinou uma restrição orçamentária às atividades ligadas à ciência e tecnologia. Outrossim, nesse período, houve uma expansão do modelo neoliberal no ambiente universitário. Diante dessa combinação, foram efetuadas modificações no financiamento e na avaliação dessas atividades com base no discurso de primazia da eficiência e da adequação às necessidades imperativas do país. Nessa mesma linha, ocorreu um aprimoramento do processo de informatização e de coleta de dados sobre as atividades financiadas com a finalidade de produzir indicadores referentes à relação custo/eficiência (RIBEIRO, 2016; HOSTINS, 2006; MARTINS, 2003).

Nesse momento, novas mudanças ocorreram em favor do fortalecimento do papel do CNPq e da Capes no gerenciamento da política científica do país. Mediante a vigência do III PBDCT (1980-1985), que favoreceu a capacitação científica e o desenvolvimento de uma maior autonomia tecnológica nacional, o CNPq consolidou-se como um órgão estruturante da pesquisa científica (RIBEIRO, 2016; FILHO, 2003). Da mesma forma, a Capes assumiu o direcionamento da formação de recursos humanos qualificados por meio da coordenação da implementação do II PNPG (1982-1985) e III PNPG (1986-1989) (MARTINS, 2003).

O II PNPG enfatizou a adequação do sistema de pós-graduação às necessidades prioritárias do estado brasileiro, com foco sobre a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado, sobre os mecanismos de avaliação e sobre a participação da comunidade científica na elaboração e na execução das políticas científicas (IVASHITA; VIEIRA, 2017; MARTINS, 2003). Nesse período, ocorreu o fortalecimento das comissões de especialistas nas diversas áreas do conhecimento com o objetivo de avaliar e classificar cada programa de pós-graduação (HOSTINS, 2006).

O III PNPG (1986-1989) refletiu a necessidade de uma articulação mais efetiva entre as agências governamentais, a pós-graduação e as necessidades nacionais (IVASHITA; VIEIRA, 2017; RIBEIRO, 2016). Enfatizou-se também a institucionalização da pesquisa no ambiente universitário voltada para as demandas do país como um aspecto também estruturante da pós-graduação. O foco deixou de ser somente a formação de pessoal qualificado (PATRUS; SHIHAKI; DANTAS, 2018; MARTINS, 2003).

Nesse período, ocorreu a instalação, pelo CNPq, de uma prática de fomento indutiva. No contexto de contenção orçamentária e de expansão neoliberal, com a presença de auxílio financeiro do Banco Mundial ao Brasil, o fomento de pesquisas passou a ser desenvolvido prioritariamente por meio de editais temáticos, expandindo o papel orientador do governo e de organismos multilaterais na produção de ciência e tecnologia nacional. Alinhados com essa nova realidade, os mecanismos de avaliação da pós-graduação passaram a privilegiar os resultados imediatos da pesquisa, principalmente, aqueles aplicáveis às demandas nacionais (RIBEIRO, 2016; GUIMARÃES, 2007; DOMINGOS, 2004).

É nesse panorama, em meados dos anos 1980, que se inicia o desenvolvimento de um formulário padrão para o registro dos currículos dos pesquisadores brasileiros com três finalidades principais: avaliação curricular do pesquisador; criação de uma base de dados para seleção de consultores e especialistas; e obtenção de informações para produção de indicadores acerca da pesquisa científica no Brasil. Inicialmente, esse Banco de Currículos foi constituído pela captação de dados em papel com digitação posterior em um sistema informatizado. Ao final dos anos 1980, o CNPq, através de uma rede precursora da internet, disponibilizou às universidades e instituições de pesquisa o acesso ao currículo de pesquisadores brasileiros (CNPQ, 2019a).

Nos anos 1990, as agências governamentais foram modificadas em sua estrutura e função visando a obtenção de uma maior flexibilidade administrativa e financeira para contemplar os avanços da ação neoliberal no país. Em 1992, a Capes tornou-se uma fundação pública (CAPES, 2019b). Em 1995, o CNPq passou a ter como missão a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e a execução de pesquisas necessárias ao progresso social, econômico e cultural da nação (CNPQ,

2019a). Nessa década, as Fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) foram expandidas no quadro nacional, refletindo a política governamental de combate às disparidades regionais e de flexibilização de fontes de recursos financeiros (ALVES, 2018; DOMINGOS, 2004).

Nesse decênio, houve um esforço do CNPq para a informatização das atividades da agência que culminou com a expansão da internet nas instituições acadêmicas e na sociedade de um modo geral. Ademais, ocorreu o desenvolvimento de instrumentos fundamentais para o planejamento e execução de políticas de ciência e tecnologia no Brasil - a Plataforma Lattes e o Diretório dos Grupos de Pesquisa (CNPQ, 2019a, b, c; DOMINGOS, 2004).

A Plataforma Lattes estabeleceu uma padronização nacional de currículos. No início da década, os formulários tornaram-se eletrônicos e passaram a ser enviados por disquete. Em 1999, o Currículo Lattes foi lançado e tornou-se modelo padrão no âmbito da ciência e tecnologia nacional. Como uma outra vertente instrumental da institucionalização da pesquisa brasileira, o Diretório dos Grupos de Pesquisa aglutinou informações sobre os grupos de pesquisa, como os recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos) e as linhas de pesquisa em andamento, entre outros aspectos. Esses instrumentos resultaram em maior transparência, confiabilidade e agilidade nos programas de fomento do CNPq e favoreceram a preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil (CNPQ, 2019a, b, c; DOMINGOS, 2004).

No contexto do ensino superior, em 1996, a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/96) contribuiu para a diferenciação e o desmembramento das atividades de ensino-pesquisa-extensão nas instituições de ensino superior (HOSTINS, 2006). No âmbito da pós-graduação, não houve a promulgação do IV PNPG (1996-2004) por não apresentar, entre outras restrições, viabilidade orçamentária. No entanto, isso não impediu que a Capes colocasse em prática algumas de suas diretrizes, especialmente aquelas voltadas ao aprimoramento do sistema de avaliação (IVASHITA; VIEIRA, 2017; LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017; RIBEIRO, 2016; HOSTINS, 2006).

De fato, a prática avaliativa foi uma pauta recorrente nas ações relacionadas à pós-graduação nesse período. Em 1990, os conceitos avaliativos foram substituídos

por notas de 1 a 5. Além disso, incluíram-se indicadores quantitativos no processo de avaliação, como o número de artigos publicados pelos programas (BARATA, 2016). Assim como no CNPq, ocorreu um empenho da Capes no processo de informatização para subsidiar suas ações estratégicas. Na metade derradeira desse período, o crescimento quantitativo dos programas de pós-graduação dificultou a execução dos mecanismos de avaliação anteriormente utilizados (PATRUS; SHIHAKI; DANTAS, 2018; BARATA, 2016).

Assim, nesse ínterim, houve uma mudança significativa no processo de avaliação dos cursos de pós-graduação. Essa mudança estava associada ao objetivo de internacionalização da ciência e tecnologia brasileira e culminou com o estabelecimento de critérios mais rígidos para a qualificação dos cursos e no aprimoramento da divisão em áreas de conhecimento (BRASIL, 2010; MARTINS, 2003). Dessa forma, em 1998, o processo de avaliação envolveu atividades de acompanhamento anual e uma avaliação trienal (PATRUS; SHIHAKI; DANTAS, 2018; LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017; BARATA, 2016).

Nessa ocasião, constatou-se que o crescimento expressivo do número de artigos publicados pelos programas inviabilizou uma avaliação efetiva. Por conseguinte, priorizou-se a qualidade do periódico onde o artigo foi publicado ao invés da quantidade de produtos publicados. Assim, surgiu o Qualis periódicos (BARATA, 2016). Sobre esse instrumento avaliativo, Rodacki (2016, p.67) enfatizou que o Qualis se refere a um “conjunto de critérios empregados pelas diversas áreas do conhecimento para estratificar os periódicos usados por seus docentes/ discentes e do qual deriva uma lista denominada WebQualis”. Desde então, esse instrumento avaliativo tem sido aprimorado e utilizado como mecanismo de avaliação da pós-graduação brasileira (BARATA, 2016; RODACKI, 2016; SOMA; ALVES; YANASSE, 2016).

Ainda em relação às modificações avaliativas, a Capes, com base na intenção de estabelecer parâmetros equiparáveis entre as diferentes áreas do conhecimento, introduziu uma nova escala de avaliação dos programas com notas variando de 1 a 7. Notas 6 e 7 destinaram-se aos programas com desempenho excelente, semelhante aos melhores programas internacionais, enquanto notas 1 e 2 foram reservadas aos programas com desempenho abaixo do padrão mínimo estabelecido (HOSTINS,

2006). De um modo geral, esse modelo de avaliação da pós-graduação tem se consolidado até os dias atuais (PATRUS; SHIHAKI; DANTAS, 2018).

Como parte das estratégias da internacionalização da pesquisa brasileira e da necessidade de fortalecimento da pós-graduação, a Capes desenvolveu iniciativas de apoio à aquisição de periódicos científicos. Essa estratégia foi potencializada pelo advento da internet no meio acadêmico e científico que favoreceu o processo de divulgação científica (CAPES, 2019b; ALMEIDA; ALMEIDA; ALVES, 2010; MARTINS, 2003). Em outra vertente, no final do século XX, a Capes buscou alinhar a formação pós-graduada às demandas nacionais relacionadas ao mercado de trabalho. Assim, a Portaria nº 080 de 16 de dezembro de 1998 reconheceu os mestrados profissionais no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (FERREIRA DE OLIVEIRA, 2015; BRASIL, 1998). Atualmente, o mestrado e o doutorado profissional estão regulamentados pela Portaria nº 60 de março de 2019 (BRASIL, 2019).

Diante de um quadro elucidativo desses cinquenta anos, constatou-se que na segunda metade do século XX ocorreu um processo de organização e expansão da ciência e tecnologia do país que, embora tenha sofrido significativas influências políticas e econômicas, impulsionou setores estratégicos da sociedade. A seguir, busca-se compreender a continuidade desta trajetória a partir do início de um novo milênio.

1.3.3 Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil no novo milênio

O século XXI iniciou com mudanças no fomento e na estrutura organizacional das atividades de pesquisa e pós-graduação no cenário brasileiro. Essas mudanças direcionaram os investimentos e modularam a produção de conhecimentos em setores estratégicos para o desenvolvimento do país. A partir dessas mudanças, desencadeou-se um maior intercâmbio entre as agências governamentais e expandiu-se a compreensão sobre a necessidade de formação de mestres e doutores para atuação em espaços não acadêmicos, como os institutos de pesquisa e as empresas (DANTAS, 2004; GUIMARÃES, 2002).

Em 2004, a Capes instituiu o V PNPG (2005-2010). Este plano objetivou fortalecer a articulação entre ciência, tecnologia e inovação de acordo com as

demandas emergentes do país e incentivar a formação qualificada de recursos humanos para setores não acadêmicos. Fortaleceu também o sistema de avaliação com ênfase na inserção internacional. Ainda, incentivou o ensino à distância na pós-graduação e uma flexibilização do mestrado. Nesse caminho, ocorreu uma atuação mais intensa da Capes em favor da realização de mestrados profissionais com base no entendimento de que poderiam produzir técnicas e processos de aplicação imediata às necessidades de diferentes setores da sociedade (RIBEIRO, 2016; FERREIRA DE OLIVEIRA, 2015; HOSTINS, 2006; NETO *et al.*, 2005).

No início dos anos 2000, quando o sistema de internet das universidades brasileiras dispunha de infraestrutura para acesso à documentos eletrônicos e ocorria a organização das bibliotecas virtuais, foi lançado o Portal de Periódicos. Este portal possibilitou o acesso ao conhecimento científico difundido internacionalmente em periódicos e bases científicas. A criação desse Portal reduziu as desigualdades de acesso às publicações científicas entre as instituições nacionais, fornecendo condições mais adequadas para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no país (CAPES, 2019b; ALMEIDA; ALMEIDA; ALVES, 2010; DANTAS, 2004). É válido frisar que alguns artigos publicados em revistas científicas de ampla reputação internacional destacaram a prosperidade da ciência brasileira nesse período (VAN NOORDEN, 2014; LETA, 2012; JORIO *et al.*, 2010; PETHERICK, 2010; REGALADO, 2010).

Porém, a década atual (2010-2019) não tem apresentado a mesma exuberância do momento anterior, principalmente a partir de sua segunda metade. Desde 2015 tem ocorrido uma diminuição significativa do aporte financeiro para a pesquisa e para a formação pós-graduada no cenário nacional (GIBNEY, 2015).

Em 2011, entrou em vigor o VI PNPG (2011-2020) que está estruturado em cinco eixos: Expansão do SNPG, com ênfase para a qualidade e para a diminuição das assimetrias regionais; Criação de uma nova agenda nacional de pesquisa associada à pós-graduação; Aperfeiçoamento dos mecanismos avaliação e sua expansão; Incentivo à multi- e à interdisciplinaridade nos temas da pesquisa; Apoio à outras modalidades de ensino, com destaque para o ensino médio (BRASIL, 2010).

Ribeiro (2016) observa que mais do que privilegiar algumas áreas de conhecimento para formação pós-graduada e para produção de pesquisas, o VI PNPG

prioriza temáticas específicas nessas áreas, consolidando a indução estratégica de políticas governamentais associadas às demandas do mercado de trabalho, com ênfase para as que possuem aplicação imediata. Nesse caminho, observa-se o crescimento de cursos de pós-graduação interdisciplinares com ênfase nos mestrados profissionais (LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017; FERREIRA DE OLIVEIRA, 2015).

No que diz respeito à avaliação da pós-graduação, atualmente, a coleta de informações é anual e ocorre por meio do preenchimento dos dados pelas instituições de ensino via Plataforma Sucupira. Esta plataforma, lançada em 2014, concentra dados de todo os programas de pós-graduação *stricto sensu* no país e tem integração com a Plataforma Lattes. Ela faz parte da estratégia de ampliação da transparência pública das ações da Capes. A avaliação dos programas é quadrienal e as visitas de comissões avaliadoras ocorrem apenas em situações especiais (PATRUS; SHIHAKI; DANTAS, 2018; SOMA; ALVES; YANASSE, 2016).

Esse sistema de avaliação é dividido atualmente em dois processos distintos: entrada e permanência dos programas. As avaliações são apresentadas para a comunidade acadêmica e organizadas em áreas do conhecimento por meio de Relatórios e Documentos de Área. Esses últimos elucidam o estado vigente, características, perspectivas e quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas pertencentes a cada área (LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017).

Para realizar a avaliação, baseada na organização das áreas de conhecimento desenvolvidas pelo CNPq na década de 1970 e aprimorada ao longo dos anos de acordo com suas demandas (DE SOUZA, 2004), a Capes agrupa os programas por afinidade temática em quatro níveis, do nível mais geral ao mais específico. O primeiro nível refere-se à Grande Área (Ex: Ciências da Saúde). O segundo, à Área Básica de conhecimento (Ex: Medicina). O terceiro nível é relativo à uma subárea da área de conhecimento (Ex: Pediatria). O quarto nível refere-se a uma especialidade que pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas (CAPES, 2018a).

Distinta do CNPq, a Capes agrupa Áreas Básicas de conhecimento de uma grande área em Áreas de Avaliação. À essas Áreas de Avaliação, vinculam-se comitês de assessores que executam as avaliações dos programas de pós-graduação (CAPES, 2018a). Assim, podem existir Áreas de Avaliação diferentes para cada grupo de Áreas

Básicas em uma mesma grande área. Por exemplo, na grande área ciências da saúde, há a Área de Avaliação denominada Medicina I que avalia as subáreas de clínica médica, cardiologia e pneumologia, entre outras, assim como há a Área de Avaliação Medicina II que mensura o desempenho das subáreas de neurologia, psiquiatria, entre outras. A Tabela de Áreas de Conhecimento da Capes contém atualmente 9 Grandes Áreas de Conhecimento, 49 Áreas de Avaliação, 80 Áreas Básicas e 1.213 subáreas (CAPES, 2018a). Ao longo dos anos, tem ocorrido uma especialização das Áreas de Avaliação no intuito de garantir as especificidades de cada área de conhecimento (MARTINS, 2003).

Essa tendência tem sido observada também no processo de aperfeiçoamento da elaboração dos critérios Qualis e da listagem de periódicos derivada em cada avaliação – a WebQualis (RODACKI, 2016). Atualmente, há uma combinação de critérios gerais para todas as Áreas de Avaliação com critérios específicos de cada área para a classificação dos periódicos. De um modo geral, a classificação atual distribui os periódicos em oito estratos, com uma gradação, em ordem crescente de qualificação, a saber: C, B5, B4, B3, B2, B1, A2 e A1 (SOMA; ALVES; YANASSE, 2016). Os periódicos de maior reputação em cada área são enquadrados nos estratos superiores A1 e A2 e geralmente são publicações de abrangência internacional (RODACKI, 2016). Sabe-se que essa forma de classificação tem sido revisada constantemente pela Capes.

Quanto aos cursos de pós-graduação, atualmente, todas as universidades federais, nos diferentes estados brasileiros, contam com cursos ou programas de mestrado e doutorado, embora haja uma importante assimetria quantitativa entre as regiões (FERREIRA DE OLIVEIRA, 2015). Sobre este aspecto, estudos recentes demonstraram que as políticas científicas de redução das disparidades regionais têm produzido efeitos nos últimos anos, no entanto, ainda há uma forte concentração da formação e da atuação de mestres e doutores no Sudeste e Sul do país (CIRANI; CAMPANARIO; DA SILVA, 2015). No período entre 1998 e 2014, no Brasil, ocorreu um crescimento de 192% no número de programas *stricto sensu* entre todas as áreas do conhecimento, além da expansão do número de bolsas (LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017). Esse fato tem influenciado diretamente a produção científica e tecnológica nacional.

Nesse contexto, embora tenha se identificado um crescimento expressivo da produção científica nacional nas últimas décadas, colocando o Brasil na 13ª posição do ranking mundial, a internacionalização dessa produção ainda é uma das principais preocupações da comunidade científica brasileira, embora não seja consenso entre as diversas áreas de conhecimento (LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017; SANTIN; VANZ; STUMPF, 2016). Ramos (2018) investigou os programas com conceitos 6 e 7 no intuito de analisar a internacionalização dos programas de pós-graduação brasileiros. Ele identificou que esses programas representam 12% de todos os cursos avaliados no país e estão concentrados nas universidades públicas da Região Sudeste (RAMOS, 2018).

Neste último período, um dos avanços mais notórios na política de ciência e tecnologia nacional pode ser atribuído ao desenvolvimento e ao aprimoramento de ferramentas de gerenciamento de informações que tem permitido a obtenção de dados acerca da realidade da pesquisa e da pós-graduação no país. Segundo o Painel Lattes (CNPQ, 2019c), ferramenta desenvolvida a partir das informações disponibilizadas no Currículo Lattes, existem 3.520.867 currículos cadastrados na Plataforma Lattes, sendo que 6,47% são doutores e 10,54% são mestres. Na grande área da saúde, vinculados ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino, existem 19.663 doutores e 12.070 mestres cadastrados. Quanto ao gênero, 58% dos doutores e 67% dos mestres são mulheres. Frisa-se que esses dados são referentes ao último censo disponibilizado na plataforma, realizado em novembro de 2016.

De um modo geral, as informações apresentadas acima permitiram elucidar, em parte, a trajetória de constituição da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, ao longo de diferentes momentos da sociedade brasileira. Essas informações possibilitaram identificar também algumas características peculiares desse processo, constituindo-se em um arcabouço compreensivo de inserção da terapia ocupacional no cenário nacional.

A seguir, elucidam-se de forma cronológica alguns estudos e pesquisas que permitem compreender a constituição da terapia ocupacional como campo científico no país.

1.4 TERAPIA OCUPACIONAL NO BRASIL: DA FORMAÇÃO TÉCNICA AO DESAFIO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA

1.4.1 Ponto de Partida: Revisão de Literatura

Abordar a estruturação da terapia ocupacional como campo de conhecimento científico no Brasil requer compreendê-la incorporada ao seu processo histórico de constituição no país. Nesse aspecto, é imperativo salientar que, embora neste estudo entenda-se que não é possível separar estas perspectivas, a profissão e o seu respectivo campo de conhecimento científico, prioriza-se a faceta atinente ao campo científico da terapia ocupacional.

Da mesma forma, é mister considerar também que se depreende que esse desenvolvimento não ocorre em um “vazio” social, histórico e temporal. Pelo contrário, concebe-se que a trajetória da profissão no país é estritamente marcada pelo contexto de cada momento, especialmente pelas ações do estado brasileiro. No entanto, essas questões não serão profundamente exploradas aqui por não serem o foco imediato do estudo. Alguns autores têm efetuado essa reflexão (BEZERRA; TRINDADE, 2013a; MALFITANO; FERREIRA, 2011).

A seguir, dar-se-á destaque a alguns marcos que delinearam a constituição do campo científico da terapia ocupacional no íntimo dos diferentes momentos que compuseram a trajetória da profissão no contexto brasileiro.

Para a composição de uma apreciação ao mesmo tempo compreensiva e panorâmica dessa trajetória, realizou-se uma revisão de literatura. A busca de textos ocorreu por dois caminhos. No primeiro, buscou-se encontrar artigos em algumas bases de dados com os termos, em inglês e português, “terapia ocupacional” e seus correlatos “terapeuta ocupacional, terapêutico ocupacional e terapêutica ocupacional” no título, resumo e/ ou palavras-chaves. Nesse momento, foram excluídos editoriais, anais de congressos, livros, capítulos de livro, bem como artigos em duplicidade nas bases.

As fontes de indexação consultadas foram: *Psycinfo* (American Psychological Association), *Web of Science* (Clarivate Analytics), *Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature - CINAHL* (EBSCO), *Scopus* (Elsevier), *MEDLINE/PubMed*

(via *National Library of Medicine*), *Scientific Electronic Library Online – Scielo (BIREME)*, *LILACS* (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) e *Biblioteca Virtual em Saúde – BIREME*. Estas bases informacionais foram escolhidas por representarem as principais fontes de indexação de periódicos e artigos publicados nacionalmente (VIEIRA; WAINER, 2013; ZORZETTO *et al.*, 2006; VELLOSO; LANNES; De MEIS, 2004) e, também, na terapia ocupacional (POTTER, 2010; SCHROEDER, 2008; REED, 1999, 1988).

Foram identificados 550 artigos neste momento. Salienta-se que alguns resultados parciais desta revisão já foram publicados (FOLHA; CRUZ; EMMEL, 2017). Em virtude da prática de publicação de artigos pelos terapeutas ocupacionais brasileiros ser relativamente “recente”, com maior ênfase a partir dos anos 1990, quando foram criados os periódicos científicos da profissão no país (LOPES *et al.*, 2016; EMMEL *et al.*, 2010), optou-se pela implementação de uma segunda estratégia de identificação e recuperação de fontes de informação.

Essa estratégia envolveu uma varredura manual² e eletrônica em cinco periódicos científicos de terapia ocupacional no Brasil³, ativos e inativos, a saber: *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*⁴ (1990-2018), *Revista de Terapia Ocupacional da USP* (1990-2018), *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO*, (2017-2018), *Revista do Centro de Especialidades de Terapia Ocupacional - Revista CETO*, (1995-2012) e a *Revista Bahiana de Ocupacional*⁵ (2004-2013).

Inicialmente a coleta de dados nos periódicos ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2018 e posteriormente foi atualizada, em janeiro de 2019. Até o fim dezembro de 2018, haviam 1895 textos publicados nos periódicos pesquisados. Diante do universo amostral resultante da busca nas fontes de indexação (n = 550) e nos

² Optou-se também pela varredura manual, em virtude da *Revista CETO* e a *Revista de Terapia Ocupacional da USP* não disporem seus volumes integralmente em formato eletrônico. Alguns números são encontrados somente em formato impresso.

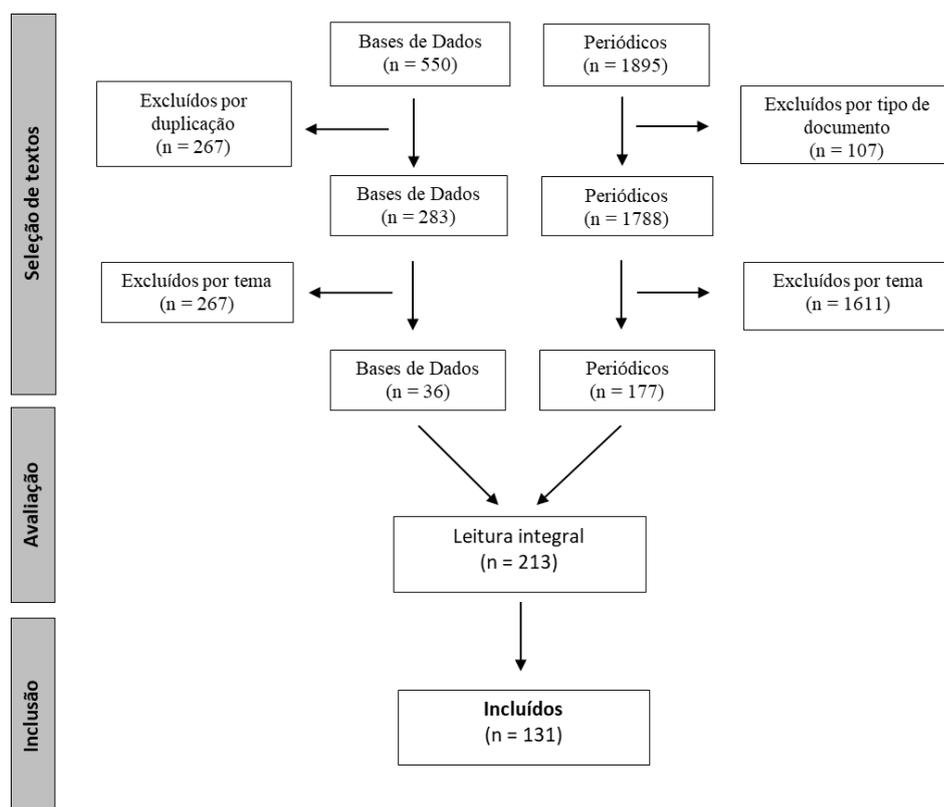
³ Embora se tenha consciência da existência de um outro periódico de difusão de conhecimento em terapia ocupacional no Brasil, o *Cadernos de Terapia Ocupacional do Grupo de Estudos Profundos de Terapia Ocupacional (GES.TO)*, publicado pela primeira vez em 1989 (JORGE, 1989), o mesmo não foi incluído por não ter sido encontrada fonte de informação com a descrição dos volumes publicados e onde localizá-los. Esta carência informativa inviabilizou a realização de uma busca sistematizada.

⁴ Anteriormente denominado de *Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*. A mudança da nomenclatura ocorreu em 2017.

⁵ Anteriormente denominada *Revista de Terapia Ocupacional da Bahiana*. A mudança da nomenclatura ocorreu em 2012.

periódicos de terapia ocupacional no Brasil (n = 1895), prosseguiu-se para a seleção dos textos. O processo de seleção, avaliação e inclusão dos textos está descrito no Fluxograma 1.

Fluxograma 1 – Seleção, Avaliação e Inclusão dos artigos na revisão de literatura



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do número total de textos nas fontes de informação, primeiramente, foram excluídos artigos duplicados entre ambas as fontes. Especificamente, foram excluídos os textos publicados nos periódicos *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* e *Revista de Terapia Ocupacional da USP* das bases de dados, uma vez que eles já estavam contemplados na coleta dos respectivos periódicos. Desses periódicos, foram excluídos os artigos quanto ao tipo de documento (comentários, resenhas e anais de congresso). Com o entendimento de que os editoriais dos fascículos da área tem chamado atenção para questões específicas, como a produção de conhecimento no país, a ampliação da indexação dos periódicos e o registro de momentos importantes da profissão, os mesmos foram incluídos no intuito de abordá-los como marcadores temporais do desenvolvimento da terapia ocupacional no Brasil

(LOPES; CRUZ; MALFITANO, 2018; MÂNGIA; LANCMAN, 2018; OLIVER; SOUTO; NICOLAU, 2018).

Em seguida, buscou-se por textos que continham informações acerca da trajetória da profissão no país, particularmente aqueles alusivos à questão da pesquisa. A partir da compreensão de que essa temática atravessa vários assuntos, optou-se pela inclusão inicial de textos com enfoque sobre alguns temas, tais como: Pesquisa, Pós-Graduação, Iniciação Científica, Publicação, Produção de Conhecimento, História, Formação Profissional, Ensino Superior e Universidade. Reitera-se que foram focalizados, nas duas fontes, artigos que retratassem a pesquisa de um modo geral na profissão e não em campos e áreas específicos. Esta estratégia resultou em 213 artigos.

Em seguida, partiu-se para avaliação dos textos por meio de sua leitura integral. Nesse momento, foram constatados textos que focalizavam questões específicas, não correspondentes ao foco da revisão, como metodologias de ensino-aprendizagem, debates conceituais, descrição de serviços, entre outros. Com base nesse critério, 82 textos foram excluídos. Assim, 131 artigos foram incluídos e utilizados como ponto de partida para a revisão de literatura.

Reitera-se que esta revisão não teve o objetivo de mensurar sistematicamente as publicações, mas de, sobretudo, obter uma ampla cobertura do conhecimento disseminado por terapeutas ocupacionais brasileiros. Portanto, conforme a leitura e análise dos textos e a identificação de novas referências como potenciais fontes de informação, as mesmas também passaram a ser incluídas na medida em que foi possível recuperá-las. Dessa forma, artigos, dissertações, teses, livros e capítulos de livro foram incluídos em um processo interativo. Autores que abordam os diferentes tipos de revisão de literatura identificam esta estratégia como uma abordagem compreensiva e efetiva para se conhecer amplamente um campo de conhecimento (GRANT; BOOTH, 2009).

Com base nas informações coletadas, optou-se pela apresentação cronológica do desenvolvimento da terapia ocupacional no contexto brasileiro nas diferentes décadas, considerando como ponto de partida o período de inserção da profissão no país. Essa é uma estratégia que tem sido escolhida por pesquisadores do campo para compreender longitudinalmente as características e mudanças da profissão no seu curso histórico (GALHEIGO *et al.*, 2018; REIS; LOPES, 2018).

Destaca-se que, para a composição de cada período de análise, foram utilizados textos publicados tanto no período em questão quanto artigos publicados posteriormente, mas que em seu escopo apresentaram alguma informação de um momento anterior. A finalidade desta articulação foi tentar reunir o maior conjunto de informações acerca de cada período analisado.

Sobre esta demarcação inicial, embora existam indicações de práticas percussoras da terapia ocupacional antes da primeira metade do século XX em hospitais, manicômios, asilos, etc., (DRUMMOND; CRUZ, 2018; GALHEIGO *et al.*, 2018; MEDEIROS, 2003; DE CARLO; BARTALOTTI, 2001; SOARES, 1991; FRANCISCO, 1988), elegeu-se, como ponto de partida, o momento em que começaram a ser formados os primeiros terapeutas ocupacionais no país, os anos 1950 (REIS; LOPES, 2018; SOARES, 2007, 1991).

1.4.2 Anos 1950: Os primeiros cursos de formação em terapia ocupacional no Brasil

O surgimento da terapia ocupacional ocorreu em diferentes momentos no cenário internacional. A profissão surgiu nos Estados Unidos no início do século XX (BEZERRA; TRINDADE, 2013a). No contexto latino-americano, os primeiros cursos, ainda de nível técnico, ocorreram nos anos de 1950. Nesse continente, o Brasil foi um dos países pioneiros a desenvolver a profissão (BIANCHI; MALFITANO, 2017; SOARES, 1991).

O desenvolvimento da terapia ocupacional no país ocorreu no contexto da implantação de uma política nacional desenvolvimentista, conforme relatado do capítulo anterior, que visou a modernização de diferentes setores da sociedade, entre os quais, a educação superior e o mercado de trabalho (BENETTON, 2008; FÁVERO, 2006; TIRADO *et al.*, 2006; LOPES, 2001). Nesse período, no campo da saúde pública, a população brasileira sofreu com uma epidemia de poliomielite que aumentou a necessidade de serviços de reabilitação (FERRARI, 2013). Esses serviços também eram demandados nas instituições de reabilitação profissional (LOPES, 1993/6).

Dessa forma, as demandas por profissionais de reabilitação, a necessidade de escolarização e profissionalização da classe média, bem como a expansão do mercado consumidor compuseram, entre outros elementos, o contexto no qual os primeiros cursos de terapia ocupacional surgiram no país (BEZERRA; TRINDADE, 2013b; LOPES, 1993/6; FERRIGNO, 1991; SOARES, 1991). Esses cursos possuíam duração de dois anos e tinham como característica uma formação técnica voltada para a prática da reabilitação (TIRADO *et al.*, 2006; LOPES, 1993/6; FERRIGNO, 1991).

Entre os primeiros cursos de terapia ocupacional criados, estão o curso de formação técnica desenvolvido pela Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro, criada em 1956 pela Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação, e o curso desenvolvido pelo Instituto de Reabilitação vinculado ao Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina na USP (BENETTON, 2008; SOARES, 1991; HAUCK, 1959).

Dois motivos permitem supor que, assim como aconteceu nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com a oferta de cursos de terapia ocupacional por e para profissionais de outras categorias, esses anos iniciais podem também ter sido palco da oferta de cursos em outros estados da nação. O primeiro deles deriva da existência de diversos manicômios, asilos e instituições filantrópicas no país nesse período. O segundo refere-se ao fato de que o desenvolvimento de práticas precursoras da terapia ocupacional no Brasil, como praxiterapia, laborterapia, ludoterapia, entre outras, já ocorriam no território nacional (SOARES, 1991; CERQUEIRA, 1958; SILVEIRA, 1956; FILHO, 1955). Porém esse parece ser ainda um caminho aberto para investigação no Brasil.

Do ponto de vista da formação profissional, os primeiros cursos tiveram como inspiração a prática da terapia ocupacional nos Estados Unidos, marcada nesse período, pelo predomínio da aplicação de técnicas fundamentadas em um modelo biomédico e reabilitativo. Procedimentos avaliativos e de tratamento foram passados pelos professores para os alunos. Estes docentes, formados no exterior, tinham formação alicerçada em bases médicas e psicológicas estruturantes do período (GALHEIGO *et al.*, 2018; REIS; LOPES, 2018). A bibliografia produzida por terapeutas ocupacionais no Brasil era escassa (HAUCK, 1959). Por outro lado, relatos de “práticas terapêuticas ocupacionais” supervisionadas ou executadas por outros

profissionais de saúde, como médicos, predominava (MORAES, 1959; CERQUEIRA, 1958; SILVEIRA, 1956; FILHO, 1955).

De fato, os anos 1950 denotam um momento histórico da profissão no Brasil por terem sido, em seus anos derradeiros, o contexto de formação das primeiras turmas de terapeutas ocupacionais no país.

1.4.3 Anos 1960: Em busca de reconhecimento, legalização e valorização

A década de 1960 é marcada pela ascensão do militarismo ao governo brasileiro que desencadeou inicialmente a adoção de políticas intervencionistas em setores estratégicos da sociedade (OLIVER; SOUTO; NICOLAU, 2018; MALFITANO; FERREIRA, 2011; SOARES, 1991). Na saúde, ocorreu a consolidação de um modelo médico-assistencial privatista no Brasil (LOPES, 2001). Pessoas com deficiência física e/ ou transtorno mental, frequentemente dependiam de instituições filantrópicas para receberem algum tipo de tratamento (SOARES, 1991). Na educação, houve uma expansão do setor privado. Nesse processo, novos cursos de terapia ocupacional foram criados e, junto com eles, ocorreu a demanda pelo seu reconhecimento e fiscalização (FERRIGNO, 1991).

Nesse momento, a formação ainda era de nível técnico (EMMEL; LANCMAN, 2003) e durante os anos de 1960, dois novos cursos técnicos em terapia ocupacional foram criados: um na atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), curso pioneiro na região Nordeste; o outro, em Belo Horizonte/MG, na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) (REIS; LOPES, 2018; BENETTON, 2008).

Ressalta-se que na década de 1960 ocorreu o início do processo de profissionalização de várias profissões no Brasil (LANCMAN, 1998; MAGALHÃES, 1989). Segundo Lopes (1990), esse processo estava relacionado com a busca de lugares específicos no mercado de trabalho. Nessa conjuntura, os terapeutas ocupacionais iniciaram uma organização coletiva com o propósito de lutar por reconhecimento e valorização social (FERRIGNO, 1991). Entre as demandas centrais da categoria, estava a sua legalização como uma profissão de ensino superior (TIRADO *et al.*, 2006; MAGALHÃES, 1989).

Em 1963, o MEC, por meio do Parecer nº388/63, estabeleceu pela primeira vez os currículos mínimos para a formação de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, em nível técnico (BENETTON, 2008; LOPES, 1990). Esse currículo era composto por cinco disciplinas, sendo três disciplinas comuns aos dois cursos e duas específicas para cada um, demandando uma carga horária mínima de 2.160 horas com duração estimada do curso em 3 anos. As disciplinas específicas do curso de terapia ocupacional eram Terapia Ocupacional Geral e Terapia Ocupacional Aplicada (LOPES, 1990).

De acordo Ferrigno (1991) essa legislação não trouxe somente benefícios à profissão. Ela flexibilizou a formação e favoreceu a expansão de cursos de qualidade questionável, o que demandou a mobilização da categoria. Em 1964, foi fundada a Associação dos Terapeutas Ocupacionais do Brasil – ATOB (SOARES, 1991; MAGALHÃES, 1989), entidade de classe, que passou a organizar os debates e demandas da categoria, principalmente no que concerne à mudança no currículo mínimo vigente, à regulamentação da profissão e ao seu reconhecimento como de nível superior (LOPES, 1990; FERRIGNO, 1991; PALHARES, 1991; MAGALHÃES, 1989). No fim dessa década, a profissão foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 938 de 1969 (BRASIL, 1969).

Sobre a formação continuada dos terapeutas ocupacionais nesse período, como a graduação ainda era de nível técnico, o aperfeiçoamento da prática se dava por meio do “domínio de técnicas específicas de intervenção” (EMMEL; LANCMAN, 1998, p.30). No que corresponde à produção de conhecimento, Barros e Oliver (2003) e Oliver (2009) referem que ela ocorria no contexto assistencial, embora coexistissem com as descrições de “técnicas terapêuticas ocupacionais”, realizadas por outros profissionais, sobretudo, na psiquiatria. Vale frisar que essas produções tinham um referencial teórico comum e eram utilizadas na formação dos terapeutas ocupacionais (CERQUEIRA, 1965; ARRUDA, 1962; DOS SANTOS, 1962).

De um modo geral, os acontecimentos dos anos 1960 distinguem esse período como um primeiro momento de institucionalização profissional da terapia ocupacional no Brasil. Isso foi observado na expansão dos cursos de graduação, na organização curricular, na criação das primeiras entidades de classe, bem como no seu reconhecimento como de nível superior. Este movimento foi fundamental para que na

década seguinte, mesmo em condições de arrocho econômico e tensão política do país, fosse possível vislumbrar outros horizontes, como uma formação profissional mais ampla e adequada às demandas da sociedade brasileira.

1.4.4 Anos 1970: Tensões profissionais e o horizonte de uma nova formação

É possível compreender a década de 1970 a partir de dois ângulos: um no início e outro no fim desse período. No início, destacam-se as repercussões do “milagre econômico brasileiro” e o avanço do regime ditatorial nas atividades sociais. No fim, observa-se uma crise econômica, o enfraquecimento do regime ditatorial e o começo do processo de redemocratização do país com o fortalecimento dos movimentos sociais (CAVALCANTE; TAVARES; BEZERRA, 2008; LOPES, 2004).

No princípio da década, em decorrência do fortalecimento da iniciativa privada no ensino superior, da regulamentação profissional e do estabelecimento de um currículo mínimo de formação, ocorreu uma primeira expansão dos cursos de graduação em terapia ocupacional (PAN; LOPES, 2016; LOPES, 2004), com destaque para o quantitativo de IES privadas (REIS; LOPES, 2018). Até o fim desse período, foram criados outros dois cursos no Nordeste e cinco no Sudeste, sendo três em instituições privadas e dois em públicas federais, UFSCar (1978) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1979 (REIS; LOPES, 2018).

No cenário da formação em terapia ocupacional, os cursos de graduação ainda tinham uma formação tecnicista, centrada na “reprodução de técnicas de reabilitação” (FERRIGNO, 1991, p.6), o que era incompatível com o *status* da profissão como de nível superior (BRASIL, 1969). Nessa época, iniciou-se, tanto na fisioterapia quanto na terapia ocupacional, um amplo debate nacional acerca dos problemas decorrentes da formação pautada no primeiro currículo mínimo, implementado em 1963 (PALHARES, 1991). Segundo Tirado *et al.* (2006) as críticas acerca dessa formação eram alicerçadas em dois enfoques: a qualidade da formação e as reivindicações corporativas.

Entre os problemas detectados no debate nacional, estavam: a fragilidade e a heterogeneidade dos cursos de formação profissional, a falta de abordagem científica e questões relacionadas à infraestrutura dos cursos (PALHARES, 1991), bem como o

não reconhecimento da autonomia profissional da categoria (LOPES, 1990). Além desses, identificava-se que uma problemática importante estava relacionada à “fraca” identidade do terapeuta ocupacional que vinha sendo formado no país cuja orientação básica dirigia sua formação para a reabilitação (PALHARES, 1991, p.151).

Após a identificação dos problemas decorrentes dessa formação, passou-se ao delineamento de um perfil profissional no âmbito nacional (LOPES, 1990). Esse delineamento considerou as diferentes compreensões de saúde e a necessidade de diferentes práticas profissionais (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; PALHARES, 1991). Nesse novo entendimento, a atuação nesse campo passou a incluir os profissionais nas três fases de atenção à saúde: prevenção, cura e reabilitação, demanda essa fortificada pela ação dos movimentos sociais (OLIVER; SOUTO; NICOLAU, 2018; OLIVER; BARROS; LOPES, 2005; LOPES, 1990).

Esse momento foi um período de “centralização” da formação profissional para orientar a graduação em todo o país. Era uma luta de duas facetas: ao mesmo tempo que a categoria reforçava o pleito por uma visão ampliada de saúde, unindo-se a outros profissionais, ocorria também a defesa de um campo específico de atuação (PALHARES, 1991). Sobre este aspecto, as discussões acerca do currículo mínimo trouxeram a necessidade de definir a especificidade da profissão, o que produziu debates importantes na categoria (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; LOPES, 1990).

Com relação à aproximação da terapia ocupacional com o contexto da pesquisa e da produção de conhecimento, frisa-se que a valorização de aspectos relacionados à formação científica dos terapeutas ocupacionais foi uma das orientações originadas na nova proposta curricular (PALHARES, 1991). Nesse período, embora ainda predominasse a publicação de relatos de outros profissionais sobre a terapia ocupacional (CERQUEIRA; CIONE; VERA, 1977; CERQUEIRA, 1975; FILHO; SULIANO, 1972), ocorreu a publicação de alguns artigos de terapeutas ocupacionais. Esses textos visavam retratar e registrar práticas profissionais, como na psiquiatria (NAKAGAWA; BENETTON; TAKAKI, 1971) e na saúde pública (FERRARI, 1974).

No que diz respeito à formação pós-graduada, poucos profissionais buscavam qualificação além da especialização técnica. O aperfeiçoamento técnico ocorria

principalmente nas áreas de disfunção física e saúde mental (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015). Como Emmel e Lancman (1998, p.30) relataram sobre esse período

Era raro haver terapeutas ocupacionais interessados em buscar formação em programas de mestrado e doutorado, mesmo porque encontravam enormes dificuldades em ingressar nesses cursos, que limitavam aos profissionais da própria área.

No entanto, essas autoras referiram que, no fim dos anos 1970, a expansão do ensino superior ampliou a oferta de cursos, inculcando à docência como um novo espaço de trabalho para os terapeutas ocupacionais. Da mesma forma, observa-se que a lei de reforma universitária recém promulgada passou a exigir a qualificação docente para a entrada e para a progressão na carreira universitária. Esse contexto favoreceu a aproximação dos terapeutas ocupacionais com a pós-graduação (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; EMMEL; LANCMAN, 2003, 1998). Sobre esse aspecto, como bem observou Drummond (2000), enquanto, nesse período, vários cursos superiores estavam organizando seus programas de pós-graduação no Brasil, a terapia ocupacional estava em fase de implantação de seus cursos de graduação.

Decerto, além do crescimento do número de cursos de graduação nas regiões onde já haviam outros cursos de terapia ocupacional, um dos principais marcos da composição do campo da terapia ocupacional brasileira na década de 1970 está associado às transformações vivenciadas na categoria, decorrentes das discussões relacionadas ao currículo mínimo. Esse momento pode ser considerado como um estágio embrionário do processo de institucionalização acadêmica. Essas transformações foram fortemente evidentes na década seguinte com a implementação dessa nova proposta curricular e profissional.

1.4.5 Anos 1980: Em busca de novas possibilidades em outros lugares.

A década 1980 foi palco de intensas transformações na sociedade brasileira. No plano político, destaca-se o fim do regime militar e o estabelecimento de novas eleições presidenciais. Na esfera econômica, buscou-se combater a crescente inflação que afetava de forma substancial a capacidade de consumo da população. No âmbito social, o fortalecimento dos movimentos sociais e a promulgação da nova Constituição Federal ampliou e legitimou direitos dos cidadãos, como o acesso à saúde e à

educação. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma consequência elementar dessa mobilização (DRUMMOND; CRUZ, 2018; MALFITANO; FERREIRA, 2011; OLIVER; BARROS; LOPES, 2005; LOPES, 2004; LOPES, 2001).

O início desta década refletiu um desdobramento do intenso movimento desencadeado pela reformulação da proposta curricular vigente no período. Em 1980, por meio de suas entidades de classe, a categoria enviou ao MEC, uma nova proposta que tinha por base os debates desenvolvidos anteriormente, bem como os padrões de formação estabelecidos pela WFOT (BENETTON, 2008; TIRADO *et al.*, 2006). Em dezembro de 1982, ocorreu a aprovação da nova proposta curricular pelo CFE (Parecer n°622/82), homologada pela Resolução n° 4 em fevereiro de 1983 que estabeleceu os conteúdos mínimos e a duração dos cursos (TIRADO *et al.*, 2006; LOPES, 1990; MAGALHÃES, 1989).

O novo currículo mínimo passou a ser organizado em ciclo de matérias biológicas, de formação geral, pré-profissionalizantes e profissionalizantes, com carga horária mínima 3.240 horas, ministradas em período mínimo de 4 anos. Nesse processo, a nova orientação curricular recebeu modificações advindas do MEC que poderiam dificultar o processo de organização da formação da categoria no cenário nacional. Dessa forma, em 1983, foi organizado um encontro de coordenadores de cursos de fisioterapia e terapia ocupacional, em São Paulo, onde foi aprovado um documento com orientações básicas acerca dos objetivos educacionais dos cursos de graduação (LOPES, 1990). Ainda conseqüente a esse processo, ocorreu em 1986, em Belo Horizonte, o I Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional (ENDTO) que teve como temática central, entre outros aspectos, a formação do terapeuta ocupacional no Brasil, dando início à uma profícua estratégia de organização coletiva da categoria (HAHN *et al.*, 2018).

Nos anos 1980, outros cursos surgiram no país, com destaque para os primeiros cursos na região Sul, em 1980, no Instituto Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e em 1981, na Faculdade Tuiuti, Paraná (REIS; LOPES, 2018). Até 1986, segundo levantamento realizado por Toyoda, Pinto e Emmel (1986), existiam somente 15 cursos de Terapia Ocupacional no Brasil, sendo 66,7% (n=10) no Sudeste, 20% (n = 3) no Nordeste e 13% (n =2) no Sul, sendo em 4 instituições públicas e 11 particulares.

Na segunda metade desta década, ocorreu a implantação de outras escolas, dentre elas, a primeira da região Norte, em 1985, no Pará, na atual Universidade do Estado do Pará (UEPA, 2017).

Nesse decenário, o âmbito de prática profissional foi marcado por tensões vivenciadas pela categoria no que diz respeito aos seus objetivos de intervenção e aos resultados obtidos, o que gerou reflexões sobre o seu papel na sociedade (LOPES, 2004; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 1999; SOARES, 1991). Como desdobramentos, houve a necessidade da realização de mudanças de ordem técnica, ética social e política, na busca dos terapeutas ocupacionais por ampliar suas habilidades e formações (TOLDRÁ; CARVALHO; BALLARIN, 2008; BARROS; OLIVER, 1997). A formação e o aperfeiçoamento técnico já não eram mais suficientes. Houve, portanto, uma aproximação com a pesquisa e a pós-graduação (EMMEL; LANCMAN, 1998).

É válido retomar que, nesse ínterim, era implementado no Brasil, segundo Martins (2003), os planos nacionais de ciência, tecnologia e pós-graduação - o III PBDCT (1980-1985) e o II PNPG (1982-1985) e III PNPG (1986-1989). No bojo desses planos, houve uma maior participação da comunidade científica nacional, o levantamento de suas demandas de pesquisa e de formação pós-graduada, bem como a criação de comitês assessores e o aperfeiçoamento da divisão das áreas de conhecimento (IVASHITA; VIEIRA, 2017; HOSTINS, 2006; MARTINS, 2003).

Sobre este momento, o documento *Avaliação & Perspectivas* do CNPq (CNPQ, 1982), que realizou uma análise crítica da ciência brasileira, caracterizou pela primeira vez o campo da terapia ocupacional, incluindo-a em área de conhecimento conjunta com a educação física, a fonoaudiologia e em uma subárea com a fisioterapia. Esse documento diagnosticou que essa subárea não estava consolidada cientificamente e não dispunha de um mecanismo formador de recursos humanos qualificados, um curso de pós-graduação *stricto sensu*. Acerca desse momento, Magalhães (1989) comentou em sua dissertação de mestrado

Há seis anos os terapeutas ocupacionais lutam para incluir entre os membros do Conselho Consultivo do CNPq (e também da CAPES), profissionais indicados pela categoria. Ainda não passamos da reivindicação. Na classificação das áreas do conhecimento proposta pelo CNPq a Terapia Ocupacional figura no mesmo código da Fisioterapia (4.08.00.00-8). São as únicas carreiras a receber um código comum. [...]. Na CAPES não há código para a Terapia Ocupacional (é a única carreira da saúde sem código específico). Não tem sido simples conquistar mínimas

condições de aprimoramento teórico e técnico (MAGALHÃES, 1989, p.128).

Semelhante ao que ocorria em outras áreas, a preocupação com o desenvolvimento de atividades de ciência e tecnologia também foi vivenciada nos anos oitenta. O III Encontro Nacional de terapeutas ocupacionais (fórum precursor do Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional - CBTO), ocorrido em agosto de 1985 em Curitiba, teve como tema central “A Pós-graduação no Brasil” (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986). Em 1988, no III ENDTO, na USP, em São Paulo, houve uma mesa redonda com enfoque sobre a produção científica da profissão no país. Além disso, nesse evento, ocorreu a participação de um representante do CNPq com o qual se iniciou um conjunto de diálogos acerca da pesquisa e da obtenção de financiamentos pela terapia ocupacional (HAHN *et al.*, 2018). Sobre esse período, Emmel (2017, p.239) destacou que

As agências de fomento, por sua vez, eram impermeáveis não só a abrir financiamento para aqueles que não fossem doutores, mas também a Terapia Ocupacional era uma profissão desconhecida para elas. Em meados dos anos de 1980, o grupo de docentes da Terapia Ocupacional da UFSCar abriu conversações com o CNPq para buscar sensibilizar aquele órgão para as questões de nossa área. A resposta veio em forma de tarefa: fazer um levantamento nacional sobre a situação da Terapia Ocupacional.

Derivou desse movimento o primeiro levantamento nacional sobre os cursos de graduação e capacitação de docentes terapeutas ocupacionais (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986). A partir de um questionário enviado a 15 escolas existentes, sendo que somente 8 responderam, identificou-se que, até 1986, existiam 2 mestres e 1 doutor como docentes terapeutas ocupacionais. Todos situados em escolas públicas. Cerca de 33 docentes estavam com mestrado em andamento, sendo 24 em escolas públicas e 9 em particulares, e 1 com doutorado em execução (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986).

Dentre alguns dos resultados e reflexões encontrados neste estudo pioneiro, destacam-se aqueles relacionados à pesquisa na terapia ocupacional. Houve um aumento do número de pesquisas nas quais os profissionais atuavam em relação ao quadro identificado pelo CNPq anteriormente (CNPQ, 1982), bem como abertura para novas áreas, desvinculadas das áreas de pós-graduação efetuadas ou em andamento pelos docentes. Havia também uma demanda para o desenvolvimento de uma formação científica na graduação (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986).

Sobre a formação pós-graduada, foi observado um incremento do número de programas de pós-graduação que aceitavam terapeutas ocupacionais como candidatos, assim como foi constatada uma demanda para a criação de cursos de pós-graduação específicos da área. Destaca-se que, ao contrário do que aconteceu com os primeiros cursos de pós-graduação no Brasil, nesse período inicial, os terapeutas ocupacionais compunham um grupo de profissionais que eram resistentes “à idéia de importação de um curso do exterior” devido às diferenças sociais e culturais existentes que influenciavam o perfil da profissão. Além disso, a categoria já compreendia que a admissão em programas de outras áreas poderia levar a um “desvio” do potencial científico a ser desenvolvido na própria profissão (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986).

No tocante ao apoio e financiamento de pesquisas a partir das IES e de órgãos financiadores, os docentes relatavam dificuldades de obtenção de recursos para desenvolver projetos e a formação pós-graduada. Sobre este aspecto, foi observado que era necessária uma organização coletiva dos docentes e pesquisadores em grupos de pesquisa e o seu registro no CNPq. Foram também identificadas áreas prioritárias para pesquisa em terapia ocupacional no período, como a formação do terapeuta ocupacional, o mercado de trabalho, o processo de intervenção terapêutico ocupacional em diferentes condições de saúde; o desenvolvimento histórico-social da profissão e o trabalho na comunidade (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986).

Diante desse panorama, associado às tensões existentes na prática profissional, às mudanças decorrentes da nova formação curricular e às mudanças na organização da ciência e tecnologia no país, os terapeutas ocupacionais lançaram-se em busca de diferentes estratégias que pudessem auxiliar na compreensão e na ampliação do escopo da profissão (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; MARTINS, 2003; PALHARES, 1991).

Um fato importante acerca desse período é que a produção e transmissão do conhecimento sobre a terapia ocupacional no país era baseada principalmente na comunicação oral e restrita à eventos específicos da categoria (GALHEIGO, 1988; TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986). Sobre isso, Galheigo (1988, p.3) comentou

Os poucos textos escritos por terapeutas ocupacionais no Brasil (publicados ou não) são em sua maioria mais analíticos do que descritivos e poucos conseguem registrar o cotidiano das práticas dos terapeutas ocupacionais, fundamentar sua metodologia e apontar suas contradições.

Nessa mesma linha e com um tom mais reflexivo, um linguista e professor de português, ao falar da “afasia” do terapeuta ocupacional em um evento da área, provocou

Parece que falam pouco os/as terapeutas ocupacionais. Falam pouco do seu trabalho, de suas práticas. Alguns poucos e recentes livros impedem que se diga que não há nada de produção nacional escrito sobre TO. A área não tem uma revista própria para divulgação de trabalhos, nos congressos são poucas as comunicações ou apresentações de resultados de pesquisas e estudos (BRITTO, 1990, p.141).

Portanto, desenvolver a terapia ocupacional como um campo produtor de conhecimento era um desafio à categoria.

Nota-se que esse desafio foi abordado por diferentes modos. Por exemplo, ocorreu um incentivo à produção de trabalhos de conclusão de curso como uma estratégia para melhorar o ensino e despertar no aluno o interesse pela pesquisa científica. Estudos posteriores, que descreveram as monografias produzidas nesse período, evidenciaram que essa estratégia foi profícua para o incentivo à pesquisa e para o incremento do corpo de conhecimento da área (TOLDRÁ; CARVALHO; BALLARIN, 2008; BARROS; OLIVER, 1997; PÁDUA, 1991). Ocorreu também o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa científica, como a organização de grupos e linhas de pesquisa (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986), a elaboração de revistas científicas da área (MEDEIROS, 1990) e, sobretudo, a realização de pós-graduações (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; EMMEL; LANCMAN, 1998).

No que concerne a este último ponto, destaca-se que a busca pela capacitação formal (mestrado e doutorado) pelos terapeutas ocupacionais começou no final da década de 1970 e início da década de 80, sendo realizadas em áreas afins, principalmente nas áreas de educação, saúde coletiva, ciências sociais, psicologia, comunicações e artes, assim como algumas na terapia ocupacional, essas últimas no exterior (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; OLIVER, 2008; EMMEL; LANCMAN, 1998).

No tocante à produção de conhecimento na terapia ocupacional nos anos oitenta, é possível observar duas linhas distintas. Uma linha foi constituída por publicações com enfoque semelhante ao final dos anos anteriores, buscando assinalar experiências de terapeutas ocupacionais em diferentes áreas, como na geriatria e gerontologia (FERRARI, 1980, 1981), saúde mental (BENETTON, 1984) e na reabilitação física (PEDRAZZANI *et al.*, 1985), além do contínuo registro do emprego

de “técnicas terapêuticas ocupacionais”, executadas por outros profissionais na psiquiatria (OLIVEIRA *et al.*, 1987; ARAUJO, 1986; FILHO, 1982).

A outra vertente foi constituída especialmente na segunda metade deste período, quando houve uma riqueza de produções e reflexões sobre a profissão, fruto das dissertações de mestrado, publicadas nesse e no decênio seguinte. Estas pesquisas investigaram, entre outros aspectos, as trajetórias e características do desenvolvimento da terapia ocupacional em determinados contextos, com destaque para os trabalhos desenvolvidos pelas docentes Soares (1987), Galheigo (1988), Magalhães (1989), Medeiros (1989), Ferrigno (1990), Pinto (1990), Lopes (1991), entre outras.

Frisa-se que, até esse momento, a divulgação científica da profissão se limitava às dissertações, a alguns poucos livros derivados das experiências pessoais de alguns profissionais e de apresentações de trabalhos em eventos (GALHEIGO *et al.*, 2018; SOARES, 1991, MAGALHÃES, 1989). Dada a inexistência de periódicos específicos da profissão no país, as publicações de terapeutas ocupacionais eram difundidas em veículos científicos de outras áreas. Essa característica dificultava a publicação de questões mais internas (EMMEL *et al.*, 2010). Foi somente no final dos anos 1980 que os terapeutas ocupacionais brasileiros começaram a organizar e criar seus primeiros periódicos científicos. Estes, por sua vez, passaram a aglutinar o conhecimento produzido na área (CRUZ, 2019; TOLDRÁ; CARVALHO; BALLARIN, 2008; JORGE, 1989). Sobre este assunto, Medeiros (1990, p.5), em palestra proferida em 1989 acerca da produção e transmissão de conhecimento na profissão, afirmou “os terapeutas ocupacionais brasileiros estão “inventando” a terapia ocupacional necessária ao mesmo tempo que inventam as formas de se organizar e se comunicar”.

Uma das produções teóricas de grande repercussão nesse período, foi a publicação do livro “Terapia Ocupacional” de Berenice Rosa Francisco, em 1988, que apresentou, entre outras questões, uma perspectiva de modelos filosóficos na terapia ocupacional, tais como: uma perspectiva positivista, humanista e materialista-histórica (FRANCISCO, 1988). Em 1989, foi criado o Cadernos de Terapia Ocupacional do Grupo de Estudos Profundos de Terapia Ocupacional (GES.TO), veículo de publicação destinado à difusão de conhecimento sobre terapia ocupacional produzido no referido grupo de estudos (JORGE, 1989).

É importante destacar que eram poucos os profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento científico e coletivo da terapia ocupacional, o que ao mesmo tempo facilitava e dificultava sua organização (HAHN *et al.*, 2018). Por outro lado, isso não quer dizer que as visões acerca dos caminhos que a profissão deveria seguir eram unânimes (SOUZA, 1990). Várias perspectivas acerca da terapia ocupacional e de sua relação com a produção de conhecimento científico afloraram e constituíram distintas visões sobre a profissão na década seguinte (GALHEIGO *et al.*, 2018).

De um modo geral, a década de 1980 demarcou um período muito intenso de transformações na comunidade de terapeutas ocupacionais. Essas transformações estiveram relacionadas à implementação de uma nova formação curricular e de uma atuação profissional fortemente caracterizada pela influência dos movimentos sociais e pela aproximação ao ambiente universitário. Além disso, as mudanças na legislação brasileira repercutiram nas áreas e formas de atuação. Estas transformações foram palco, cena e ato para a aproximação desses profissionais com o campo da pesquisa, seja na graduação ou na pós-graduação, repercutindo na sua constituição como campo de conhecimento no país.

1.4.6 Anos 1990: Terapia Ocupacional sob outras lentes e possibilidades.

Em concordância com o que foi assinalado no capítulo anterior, os anos 1990, foram fortemente determinados pela expansão do neoliberalismo na economia mundial e pela evolução do desenvolvimento tecnológico, em especial, pela expansão da utilização do computador pessoal e da internet. Frente a esse contexto, o governo brasileiro adotou uma política crescente de privatização de instituições estatais e de abertura ao capital econômico, incluindo o setor educacional. Houve uma intensificação de ações voltadas ao aumento da eficiência e da competitividade nas instituições de ciência e tecnologia no país (RIBEIRO, 2016; DOMINGOS, 2004; LOPES, 2004).

No aspecto legislativo da prática do terapeuta ocupacional, ocorreu a fixação da jornada de trabalho em, no máximo, 30 horas semanais por meio da Lei nº8.856 /94, um avanço importante para a categoria (BRASIL, 1994). Houve também uma

ampliação das áreas e locais de atuação, decorrente, principalmente, da implantação de novos serviços no sistema público de saúde. Esta expansão requereu mudanças nas formas de pensar e atuar profissionalmente (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; OLIVER; BARROS; LOPES, 2005; LOPES, 2004).

No contexto da graduação em terapia ocupacional, os anos 1990 registraram a interlocução dos profissionais brasileiros com o MEC acerca da definição dos parâmetros para autorização, avaliação e reconhecimento dos cursos de formação em terapeuta ocupacional. Nesse período, houve uma expansão de 52% dos cursos de graduação na área, de 17, em 1991, para 26, em 1999, principalmente no setor privado. Nessa ampliação foram criadas escolas na região Centro-Oeste (TIRADO *et al.*, 2006). Assim, foi somente a partir desse período que ocorreu a formação de terapeutas ocupacionais em todas as regiões do Brasil, embora ocorresse uma intensa disparidade regional entre a distribuição dos cursos.

Nessa década, ocorreu um importante avanço na institucionalização científica da terapia ocupacional no país, a criação dos seus primeiros periódicos científicos no contexto brasileiro. Em maio de 1990, foi lançado o primeiro número do Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar (EMMEL *et al.*, 2010). Em agosto do mesmo ano, ocorreu o lançamento do primeiro número da Revista de Terapia Ocupacional da USP (LOPES *et al.*, 2016). A Revista CETO foi lançada em 1995 (BENETTON, 1995). Inicialmente, esses periódicos foram lançados na forma impressa e refletiam as demandas da categoria para registrar, compartilhar e ampliar o seu corpo de conhecimento (EMMEL *et al.*, 2010; CONSELHO EDITORIAL, 1990; MAROTO; EMMEL, 1990).

Além dos periódicos, ocorreram outros marcos importantes da institucionalização científica, como o fortalecimento dos eventos científicos de abrangência nacional e regional (HAHN *et al.*, 2018), a criação e o registro dos grupos de pesquisa da área no CNPq (EMMEL, 2017; LOPES *et al.*, 2010), a inserção da primeira terapeuta ocupacional como orientadora de pós-graduação e a conclusão do primeiro mestrado orientado e defendido por uma terapeuta ocupacional (EMMEL, 2017; PFEIFER, 2017). Desenrolou-se um aumento gradativo do número de terapeutas ocupacionais mestres e doutores (EMMEL; LANCMAN, 1998), a inserção de discentes em projetos de iniciação científica (BALLARIN; TOLDRÁ, 2001) e o

crescimento da publicação bibliográfica (EMMEL *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003).

Como repercussão das reflexões, investigações e debates desenvolvidos nos anos anteriores, vários autores apresentaram proposições sobre o que a profissão deveria abordar teórica e profissionalmente, buscando configurar seu campo de conhecimento e intervenção. Esses apontamentos tinham como força motriz as práticas acadêmicas, assistenciais e/ou advindas das formações pós-graduadas.

Considera-se um marco na produção de conhecimento sobre terapia ocupacional no Brasil, a publicação do livro intitulado “Terapia Ocupacional: Lógica do capital ou trabalho” (SOARES, 1991), fruto da dissertação de mestrado desenvolvida pela autora. Esse livro abordou o desenvolvimento da terapia ocupacional no país, tendo como pano de fundo o contexto político, econômico e ideológico do Estado brasileiro e suas intervenções na área da saúde. Sua finalidade voltou-se para a superação de práticas profissionais consideradas alienantes e institucionalmente consolidadas.

Sobre as práticas profissionais e bases teóricas do período, Nascimento (1990), em um artigo publicado no primeiro fascículo da Revista de Terapia Ocupacional da USP, ao ressaltar o distanciamento entre os objetivos profissionais e os resultados alcançados na prática do terapeuta ocupacional, questionou a compreensão da atividade como terapêutica, principalmente quando circunscrita somente à relação terapeuta, paciente e atividade, advinda de teorias psicoterápicas. No seu entendimento acerca dessa perspectiva

A ação humana é reduzida aos aspectos imediatos do fazer, àquilo que o terapeuta ocupacional pode perceber e interferir durante sua realização, ao que é visível a olho nu. A dimensão social objetiva, isto é, a situação concreta da vida dos clientes é excluída do horizonte profissional (NASCIMENTO, 1990, p.18).

A autora defendeu a inevitabilidade dos terapeutas ocupacionais abordarem as necessidades concretas da população (NASCIMENTO, 1990).

Com outro enfoque, mas também preocupada com o rumo da profissão, Machado (1991) fez uma crítica à definição profissional centrada nos seus recursos e meios de intervenção. Essa autora acreditava que o nome “terapia ocupacional” favoreceria uma compreensão da profissão como uma técnica e propôs uma definição que tivesse por base seu objeto de estudo. Dessa forma, baseada em uma compreensão

da filosofia da práxis, propôs que a atividade humana fosse esse objeto e que os profissionais deveriam produzir conhecimento científico sobre esse objeto para fundamentar a prática profissional (CANÍGLIA; CARVALHO; LOPES, 1993/6; MACHADO, 1991).

Em 1992, a professora Eda Tassara (1993/6), docente do Instituto de Psicologia da USP, em um debate promovido pelo curso de terapia ocupacional dessa instituição, após uma contextualização histórica acerca do desenvolvimento da ciência e da técnica no mundo, defendeu que a terapia ocupacional era uma tecnologia e não uma ciência. Sua compreensão gerou importantes reflexões no campo e ganhou apoiadores terapeutas ocupacionais que entendiam que a centralidade do desenvolvimento do conhecimento da terapia ocupacional não deveria estar na compreensão de seu objeto de estudo nem nos seus recursos, mas sim nas populações e contextos assistenciais aonde essa prática acontecia (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 1999; MÂNGIA, 1998; LOPES, 1993/6).

Em outra perspectiva, Benetton (1995) situou a terapia ocupacional no campo das ciências empíricas, mesmo considerando que a profissão ainda não era uma ciência. A autora sugeriu que a composição de um objeto próprio de estudo deveria partir de um recorte metodológico com base na própria prática profissional. Para ela, as dificuldades de produzir conceitos e teorias singulares à área conduziram os terapeutas ocupacionais a buscar associações e “emprestar” conhecimentos teóricos, técnicos e metodológicos de diferentes ciências para explicar, justificar e criticar a terapia ocupacional. Para essa autora, se deveria caminhar no sentido da teorização das técnicas da profissão (BENETTON, 1995).

Toyoda e Akashi (1995), refletindo a preocupação com as definições conceituais estruturantes do campo da terapia ocupacional, buscaram compreender o entendimento e uso do conceito de atividade entre docentes nos cursos de graduação. Os resultados do estudo demonstraram a utilização concomitante de diferentes termos, como atividade, ocupação, fazer e ação humana, para designar o objeto de estudo e intervenção da profissão. As autoras discutiram acerca desse amálgama de conceitos na estruturação do corpo de conhecimento da área.

Lima (1997), ao desenvolver reflexões acerca da participação e contribuição de movimentos transdisciplinares na constituição do campo da terapia ocupacional,

afirmou que a profissão era resultado de um processo de fragmentação do conhecimento e da cisão entre teoria e prática. Com esse entendimento, elucidou que os terapeutas ocupacionais caminhavam na contramão desse processo, decorrente principalmente de sua formação pós-graduada em outros contextos. Para ela, a profissão, por ter uma constituição interdisciplinar, deveria habitar os espaços de fronteiras entre as disciplinas e criticou a tentativa de isolamento do campo.

Mângia (1998), ao apresentar alguns apontamentos sobre o campo da terapia ocupacional, fez uma ponderação importante acerca das diferentes perspectivas apresentadas até aquele período

Quando se discute genericamente a terapia ocupacional e suas práticas é importante que se delinee precisamente o que está se pretendendo, pois alguns parecem referir-se a um campo de conhecimento, outros a uma ciência em constituição, ou ainda a métodos, a tendências práticas ou apenas a uma profissão (MÂNGIA, 1998, p.5).

Após apresentar as características e limitações dessas perspectivas, propôs outra alternativa, no entanto, priorizou as populações atendidas e os serviços assistências desenvolvidos (MÂNGIA, 1998). Com esse pensamento, concordou com a compreensão da terapia ocupacional como uma tecnologia ao invés de uma ciência, conforme Tassara (1993/6).

Em um ensaio teórico apresentado em um evento de terapia ocupacional, Lima (1999), ao situar a terapia ocupacional como um campo de saber e de produção de conhecimento, recomendou a adoção uma perspectiva transdisciplinar, baseada na teoria da complexidade de Edgar Morin, para compreender sua composição. Partindo do mesmo referencial de complexidade, Galheigo (1999) indicou que a terapia ocupacional deveria ser pensada a partir de seus campos de estudo e prática, campos de produção de conhecimento e da ação cotidiana. Para ela,

Um campo, portanto, pressupõe um recorte teórico e metodológico, uma prática assistencial dirigida a determinada população, e a construção de um elenco de metodologias de ação. Entretanto, a idéia de campo se opõe à concepção das T.Os aplicadas que parte do pressuposto da existência de uma única Terapia Ocupacional que se aplica às várias disfunções, patologias ou clientela. Igualmente, se opõe à idéia da construção de um modelo de Terapia Ocupacional que se diga suficiente para explicar e lidar com a condição humana em geral (GALHEIGO, 1999, p.53).

Como Mângia (1998), a autora se posicionou de forma contrária à compreensão de uma unicidade na terapia ocupacional.

Medeiros (2000a), em um artigo publicado com base em uma conferência proferida em 1999, discutiu sobre a produção de conhecimento e as fundamentações científicas da terapia ocupacional. Para a autora, a terapia ocupacional poderia ser considerada como um campo de saber e sua especificidade estaria centrada no fazer humano. Ela elucidou que as diferentes denominações e compreensões desse fazer eram originadas dos diferentes contextos e circunstâncias onde eram produzidos. Tais aspectos conduziram à elaboração de diferentes teorias, modelos e práticas na profissão.

Essa visão interdisciplinar, característica de algumas perspectivas apresentadas acima, não era unânime. Outros autores defendiam a importância de delimitação do campo profissional. Para Drummond (2000, p.3), em um artigo derivado de uma palestra apresentada em 1999,

O estabelecimento de fronteiras entre as áreas e suas respectivas disciplinas se dá, na medida em que produzem, legitimam procedimentos, linguagens específicas e, autorizam determinadas formas de empréstimo de conhecimento entre as áreas.

A autora defendeu que “para melhor fundamentar o campo, é necessário restringi-lo, no sentido de aprofundar no que lhe é específico, de ampliá-lo no sentido de fundamentá-lo nas suas relações sócio-econômico-culturais (DRUMMOND, 2000, p.5). Ela defendeu também que era necessário fomentar a produção de conhecimento no próprio campo da terapia ocupacional.

Tomando as diferentes leituras apresentadas acima, sem pormenorizar cada uma delas, compreende-se que quando se fala de terapia ocupacional, parte-se de algum lugar e que a produção de conhecimento sobre a profissão está diretamente relacionada às condições sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais de determinado momento (MEDEIROS, 2000a; 1990; MÂNGIA, 1999). Além disso, nota-se que as perspectivas apresentadas acima decorrem de reflexões teóricas e opinativas de cada autor, portanto, não refletem “toda” a composição do campo. Destaca-se que é nas décadas posteriores que se observa o desenvolvimento de investigações com base nessas leituras, umas mais que outras, assim como o desenvolvimento de outras possibilidades de compreensão.

Sobre essas leituras, vários autores apresentaram objeções em relação ao que entendiam como pretensão à cientificação da profissão e defenderam a necessidade de crítica e de integração de outros saberes (MÂNGIA, 1999, 1998; GALHEIGO, 1999;

LIMA, 1997; LOPES, 1993/6; BARROS, 1991; FRANCISCO, 1991; MEDEIROS, 1990). Da mesma forma, uma característica importante desse período foi o predomínio de publicações que rejeitavam e/ ou criticavam a adoção de teorias desenvolvidas no exterior para subsidiar a prática dos terapeutas ocupacionais brasileiros (MEDEIROS, 2000a; MÂNGIA, 1998, 1999; GALHEIGO, 1999; LOPES, 1993/6; BARROS, 1991; FERRIGNO, 1991), embora outros autores tenham alertado para os riscos de visões extremas que desconsideravam o conhecimento produzido em outro contexto (MAGALHÃES, 1998; SOUZA, 1990).

No campo da pesquisa propriamente dita, constatou-se nesta década a publicação dos primeiros textos sobre métodos de pesquisa na terapia ocupacional brasileira, principalmente com enfoque em abordagens qualitativas (VILLARES, 1999, 1998; LIBERMAN; SAMEA, 1998; BRUNELLO, 1997).

Quanto ao avanço da capacitação de docentes de terapia ocupacional em programas de mestrado e doutorado, em meados dos 1990, as reflexões sobre a necessidade de uma pós-graduação *stricto sensu* na área, germinadas na década anterior, ganharam força novamente. Magalhães (1998), ao discutir as perspectivas de criação de um curso de mestrado em terapia ocupacional na UFMG, apresentou algumas limitações para sua estruturação ao mesmo tempo em que identificou a necessidade de desenvolvimento de estratégias para alcançar essa demanda. Entre essas estratégias, destacou: a experiência em pesquisa, como elaboração de projetos, aquisição de financiamento, experiência em publicações nacionais e internacionais; a definição e o fortalecimento de linhas de investigação dentro de um grupo ativo de pesquisa; e a ampliação da troca de experiências e do intercâmbio entre pesquisadores no âmbito nacional (MAGALHÃES, 1998).

Nesse contexto, Emmel e Lancman (1998), dez anos após o primeiro censo docente (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986), realizaram um novo levantamento acerca da capacitação dos terapeutas ocupacionais no Brasil. Essas autoras estimaram que o número de professores em todos os cursos de graduação do país girava em torno de 205 terapeutas ocupacionais. Nesse sentido, encaminharam um questionário a todos os cursos no território brasileiro, recebendo retorno de 145 docentes. Com esse estudo, as autoras identificaram que somente 4,8% (n = 7) dos docentes possuíam doutorado e 20% (n = 29) mestrado. Identificaram que essa formação ocorreu em outras áreas do

conhecimento e que havia um desequilíbrio regional com forte concentração na região Sudeste do país (EMMEL; LANCMAN, 1998).

Destaca-se que, embora seja um número relativamente pequeno de pós-graduados, comparado ao levantamento anterior (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986), as autoras identificaram um crescimento importante da formação pós-graduada na categoria, projetando, inclusive, que “os programas de pós-graduação da área vão ser formados por terapeutas ocupacionais capacitados, em sua maioria, no Brasil, ainda que em áreas afins” (EMMEL; LANCMAN, 1998, p.31) e realçaram que tal fato ocorreria de forma diferente de como aconteceu em outras áreas no país, quando os primeiros doutores foram capacitados no exterior.

Uma outra constatação derivada desse estudo foi a identificação de uma influência do processo de capacitação docente sobre a constituição da área da terapia ocupacional no Brasil (EMMEL; LANCMAN, 1998). Em uma investigação complementar publicada posteriormente (EMMEL; LANCMAN, 2003), essas autoras identificaram como consequências da capacitação docente: o crescimento da produção científica, o fortalecimento dos periódicos específicos da profissão e a possibilidade de criação de um programa de pós-graduação (PPG) específico da área no país.

Sobre a formação desses profissionais ter ocorrido em outras áreas, Mângia (1998) ressaltou os efeitos positivos da influência de uma multiplicidade de saberes sobre as discussões centrais da profissão. Por outro lado, Lancman (1998) considerou que a capacitação em outras áreas, com a ampliação do universo de relações entre campos de conhecimento, acrescido da pouca delimitação do corpo teórico da profissão, mudou o perfil dos currículos dos cursos, o perfil profissional e o perfil da profissão no país. Para ela,

A formação em outras áreas pode estar dificultando a criação de uma cultura comum e de uma identidade profissional, que nos leve a uma produção dirigida à constituição de linhas de pesquisa e à desenvolver a nossa própria profissão, o que vai refletir inclusive nos cursos de graduação (LANCMAN, 1998, p.50).

As reflexões de Mângia (1998) e Lancman (1998) foram pertinentes e ainda são base para diferentes posicionamentos em torno da capacitação pós-graduada na área ou em campos afins. De qualquer forma, parecia imperativo para o desenvolvimento da profissão naquele período, criar o seu próprio programa de pós-graduação *stricto sensu*.

Nesse contexto, em 1999, ocorreu a primeira tentativa de criação de um curso de pós-graduação em terapia ocupacional no Brasil, no entanto, a solicitação proveniente dos docentes de terapia ocupacional da UFSCar não foi aprovada pela Capes. Ressalta-se que, no Brasil, no final dos anos 1990, ocorreu uma mudança significativa do sistema de avaliação da pós-graduação, com atribuição de maior peso para indicadores quantitativos de publicação de artigos em periódicos internacionais (PATRUS; SHIHAKI; DANTAS, 2018; BARATA, 2016).

Além da mudança na avaliação, o fato da terapia ocupacional estar vinculada às áreas já tradicionalmente inseridas no sistema de pós-graduação como aquelas vinculadas à área da saúde, dificultou a criação de programas específicos nesse período (OLIVER, 2008; MÂNGIA; ALMEIDA, 2002). Frente à dificuldade de criação de um programa de pós-graduação próprio, alguns terapeutas ocupacionais inseriram-se nesse sistema em áreas afins (MALFITANO et al, 2013).

Em síntese, pode-se dizer que a década de 1990 representou um período de amadurecimento dos terapeutas ocupacionais que atuavam com pesquisa, fruto de seus processos de capacitação em programas de mestrado e doutorado. Como consequência, ao mesmo tempo que essa formação em outras áreas alargou a base teórica e metodológica e contribuiu para a ampliação dos limites do campo, ela distanciou os terapeutas ocupacionais de discussões mais específicas. Isso ficou ainda mais evidente quando os terapeutas ocupacionais passaram a atuar em programas interdisciplinares ou de outras áreas do conhecimento, em virtude da impossibilidade de um programa próprio. Essa questão tornou-se um ponto central da categoria na década seguinte.

1.4.7 Anos 2000: Virada do século, outra era. Novos rumos para a terapia ocupacional brasileira.

Os anos 2000, politicamente, foram marcados por uma mudança no governo brasileiro. Ocorreu o investimento em políticas sociais nos diversos setores na sociedade, dentre os quais, saúde e educação. Em relação às políticas educacionais, destaca-se a implantação de novas diretrizes curriculares nacionais, auxiliada por políticas de reorientação da formação em saúde e pelo incentivo à criação e ampliação

de vagas e cursos em universidades públicas (HADDAD *et al.*, 2010). A implementação de políticas e programas de saúde e assistência social também foi um marco importante no período (BEIRÃO; ALVES, 2010).

A formação profissional do terapeuta ocupacional passou a ser fortemente influenciada pela expansão das políticas públicas, principalmente aquelas relacionadas às ações indutoras de reorientação da formação curricular voltada para atender às demandas do sistema público de saúde, como as Diretrizes Curriculares para o Curso de Terapia Ocupacional, o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde – PET- Saúde (PAN; LOPES, 2016; MÂNGIA, 2012; HADDAD *et al.*, 2010; DRUMMOND; RODRIGUES, 2004).

Ainda no âmbito educacional, ocorreu a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que promoveu a abertura de vagas e cursos de graduação principalmente em regiões menos abastecidas de formação superior. Esse programa teve importante impacto na formação dos terapeutas ocupacionais, tanto na oferta de vagas para graduação quanto na demanda de docentes capacitados para atuar nesses novos pontos de trabalho (BIANCHI; MALFITANO, 2017; PAN; LOPES, 2016; EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; EMMEL *et al.*, 2010; OLIVER, 2008).

Numericamente, observou-se uma terceira expansão, essa mais expressiva que as anteriores, dos cursos de graduação em terapia ocupacional no país (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015). Em 2000, haviam 27 cursos (TIRADO *et al.*, 2006), enquanto que, em 2009, existiam 64 escolas de terapia ocupacional (LOPES *et al.*, 2009a; LOPES *et al.*, 2008). Em ambos os períodos, a distribuição nas regiões brasileiras seguiu a mesma ordem, com um predomínio no Sudeste seguida das regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte.

Ao contrário das expansões de cursos nas décadas anteriores, nesse decenário, houve um aumento do número de escolas públicas e uma diminuição do número de matrículas em cursos privados (LOPES *et al.*, 2008). Pan e Lopes (2016) demonstraram que antes do REUNI, implantado em 2007, 6 IES federais ofereciam cursos de terapia ocupacional, com a oferta de 220 vagas. Após a implantação do referido programa, esses 6 cursos ampliaram seu número de vagas e outros 8 cursos

foram criados em outras IES federais (UNB, UFPA, UFES, UFSM, UFRJ, UFPB, UFPel e UFS)⁶, totalizando 822 vagas de terapia ocupacional ofertadas universidades federais. Este crescimento impôs desafios para docentes e profissionais no que diz respeito à estruturação e consolidação do ensino em diferentes regiões do país, onde a sua capacitação docente era fundamental, particularmente na pesquisa, que é uma atividade prevista nessas instituições (OLIVER, 2008; ROSA; EMMEL, 2001).

Em 2000, no VII ENDTO, Salvador, no bojo dos esforços coletivos de criar instrumentos de ação política para atuar no cenário de formação graduada em terapia ocupacional, foi criada a Rede Nacional de Ensino de Terapia Ocupacional (RENETO), inicialmente uma rede virtual utilizada para agilizar a comunicação entre os docentes do país e descentralizar as ações ligadas ao ensino (MÂNGIA; ALMEIDA, 2006). Em 2004, no IX ENDTO, Ribeirão Preto, foi aprovada a criação da RENETO como associação jurídica, ocorrendo sua primeira assembléia geral em 2005 (HAHN *et al.*, 2018).

Observa-se que diversas questões relacionadas à formação profissional foram registradas nesse período. Medeiros (2000b) relatou a experiência e o impacto positivo de estratégias de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão na formação do terapeuta ocupacional. Drummond e Magalhães (2001) analisaram as tendências de formação do terapeuta ocupacional no Brasil e apontaram a necessidade de estabelecimento de uma cultura de pesquisa no campo da terapia ocupacional. Para essas autoras, a formação de uma cultura de pesquisa poderia contribuir para atuação dos profissionais e para o crescimento da profissão (DRUMMOND; MAGALHÃES, 2001).

No que concerne à constituição do campo científico da terapia ocupacional, identificou-se, embora de forma mais tênue, a continuidade de estudos e reflexões. Nesse contexto, Tedesco (2001) a partir da reconstituição de uma perspectiva histórica da profissão, argumentou em favor da necessidade de aprimoramento de teorias com base nas técnicas utilizadas na prática clínica. Sobre a diversidade das teorias existentes, Medeiros (2004) propôs uma forma de entendimento das diferentes visões em modelos, assim como fizeram alguns autores internacionais. Apoiados em uma

⁶ Universidade de Brasília - UNB, Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Universidade Federal de Pelotas-UFPel e Universidade Federal de Sergipe- UFS

perspectiva transdisciplinar e no entendimento da filosofia da diferença, Costa e Almeida (2004) criticaram as tentativas de delimitação de uma identidade da área, em virtude dessas leituras demandarem a necessidade de delimitação dos saberes teóricos e práticos da profissão, produzindo modos de exclusão.

Nesse período, buscou-se também caracterizar historicamente a constituição da profissão de uma forma geral ou em uma condição particular. Benetton (2000), em alusão aos 40 anos do início da formação em terapia ocupacional no Brasil, apresentou detalhes do seu processo de constituição. Em outro estudo, criticou o modo como a história da profissão vinha sendo abordada, principalmente, pela ausência de procedimentos metodológicos sistematizados para se compreender a essa trajetória (BENETTON, 2005). Em outras investigações, focalizou-se a influência das mulheres no desenvolvimento da terapia ocupacional no país (VOGEL; BENETTON; GOUBERT, 2002; BENETTON, 2008), o papel do sistema capitalista brasileiro nesse processo (CAVALCANTE; TAVARES; BEZERRA, 2008) e a trajetória histórica de um curso de graduação (TOLDRÁ; CARVALHO; BALLARIN, 2008).

Houve um interesse dos terapeutas ocupacionais, nessa década, em compreender as trajetórias de incorporação e constituição da profissão em diferentes campos de intervenção. Lopes (2004), ao refletir sobre sua trajetória profissional, apresentou diferentes marcos históricos da profissão no país. Oliver, Barros e Lopes (2005) investigaram a inserção da terapia ocupacional no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa com deficiência no Município de São Paulo entre 1989 e 1993. Nessa mesma linha, todavia no decenário seguinte, Ho e Oliver (2005) desenvolveram investigação com foco semelhante.

No que diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa em terapia ocupacional, observou-se a presença estudos metodológicos com destaque para estratégias de produção de saber (SIEGMANN; FONSECA, 2007) e de estudos que ressaltaram a contribuição do envolvimento em atividades de pesquisa durante a graduação, seja na iniciação científica (BALLARIN; CARVALHO; TOLDRÁ, 2008; BALLARIN; TOLDRÁ, 2001) ou na elaboração das monografias de conclusão de curso (PIMENTEL, 2004; PÁDUA; PALM, 2000). Nesse período, buscou-se também identificar as visões e perspectivas dos estudantes acerca do envolvimento em atividades científicas e compreender seus impactos na formação (CRUZ; PFEIFER,

2007; CRUZ, 2003) assim como os diferentes papéis assumidos pelo professor universitário, dentre os quais, o de pesquisador, papel identificado como mais frequente em universidades públicas (ROSA; EMMEL, 2001).

Seguramente, os anos 2000 representam um período de realização de importantes ações individuais e coletivas, institucionalizadas ou não, que favoreceram o avanço da institucionalização do campo científico da terapia ocupacional. A expansão do número de cursos no país, particularmente nas universidades públicas, o incremento da formação pós-graduada e o anseio coletivo de criação de pós-graduação na área potencializaram a realização dessas ações.

No tocante à publicação científica, essa década registrou o surgimento de um novo veículo de comunicação científica na área, a Revista de Terapia Ocupacional da Bahiana (PASSOS, 2004), o que parece ter sido o primeiro periódico da profissão situado fora da região Sudeste. Além disso, constatou-se também um processo de aperfeiçoamento dos periódicos científicos já existentes (LOPES et al, 2016; EMMEL et al, 2010; HAYASHI; HAYASHI; LIMA, 2007), vislumbrado por modificações nas equipes editoriais (PALHARES; HAHN, 2008), nos processos de submissão e revisão de artigos (HAHN; MALFITANO; FERRIGNO, 2009; MAROTO, 2003), pela indexação em bases de dados (MÂNGIA; ALMEIDA; LANCMAN, 2008; ALMEIDA; MÂNGIA, 2004) e pela disponibilização dos mesmos também de forma *online*. Este fato democratizou e favoreceu o acesso por alunos, profissionais e pesquisadores em diferentes regiões do país (MÂNGIA; ALMEIDA; LANCMAN, 2005). Além disso, os anais de eventos importantes da categoria passaram a ser publicados nos periódicos da área (HAHN *et al.*, 2018).

Outro avanço sobre a pesquisa em terapia ocupacional nesse momento correspondeu à participação nas agências regulamentadoras e de fomento à ciência e tecnologia do país. Em 2007, pela primeira vez, a terapia ocupacional foi representada por um pesquisador da área na comissão de Avaliação Trienal da Capes. Além disso, nesse ano também apresentou representação na área de Fisioterapia/ Terapia Ocupacional do CNPq (MANCINI, 2012).

No âmbito da formação pós-graduada, no início dos anos 2000, alguns docentes de terapia ocupacional conseguiram compor, de forma conjunta com docentes de outras áreas, programas de pós-graduação interdisciplinares, com destaque

para os programas de Ciências da Reabilitação na UFMG, em 2002, e na USP no ano de 2005. Esses programas, além de possuírem em seus quadros docentes terapeutas ocupacionais, estruturaram linhas de pesquisa e disciplinas relacionadas à área de terapia ocupacional (DRUMMOND; CRUZ, 2018; LANCMAN, 2012; MAGALHÃES, 2012; MANCINI, 2012; LANCMAN; MÂNGIA; ALMEIDA, 2006).

A criação desses cursos é considerada um importante marco do crescimento do campo científico da terapia ocupacional. Segundo Mancini (2012), com o início da pós-graduação em Ciências da Reabilitação, em especial da UFMG, em 2002, a terapia ocupacional inaugurou sua presença efetiva em uma Área de Avaliação da Capes, a Área 21⁷. Essa pertinência tem sido reforçada em eventos da categoria (LANCMAN apud OLIVER *et al.*, 2011). Sobre essa questão, Bianchi e Malfitano (2017, p.144) alertaram que esses programas

Possuem linhas de pesquisa com oferta de estudos na área ou em interface e contribuições de professores orientadores da terapia ocupacional, possibilitando a discussão e produção de conhecimentos em interface às outras áreas da reabilitação, como fisioterapia e fonoaudiologia. Contudo, a formação de pesquisadores terapeutas ocupacionais é proporcionalmente pequena, tendo em vista o número de formados em cada programa e a demanda dos terapeutas ocupacionais.

Considerando a ressalva apresentada acima, observou-se nessa década, em outra linha de frente, ações coletivas que visaram favorecer a criação e a implementação de um programa de pós-graduação específico de terapia ocupacional no país. Assim, foram efetuados levantamentos sobre a produção bibliográfica, a participação em grupos de pesquisa e a formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais com propósitos semelhantes aos estudos realizados nos anos 80 (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986) e anos 1990 (EMMEL; LANCMAN, 1998).

Nesse contexto, Emmel e Lancman (2003) caracterizaram o perfil do terapeuta ocupacional pós-graduado e, entre outros resultados, identificaram alguns motivos para fazer pós-graduação, tais como: consolidar a prática por meio da pesquisa; adquirir, aprofundar e sistematizar conhecimentos; aperfeiçoar o papel

⁷ A terapia ocupacional constitui com a fisioterapia, a educação física e a fonoaudiologia, uma única Área de Avaliação, historicamente denominada de Área de Educação Física que, também por organização interna da Capes, recebe um número (21), portanto esta Área de Avaliação também é denominada Área 21 (COSTA, 2009). Esta área está situada na grande Área da Saúde, juntamente a outras grandes áreas das Ciências da Vida. Atualmente, a Área 21 dispõe de 67 programas de pós-graduação que ofertam cursos de mestrado e doutorado (RODACKI; GUIRRO; KESKE-SOARES, 2017).

docente; enriquecer a prática profissional com abertura para novos campos; aprimorar e desenvolver habilidades científicas, como elaborar projetos de pesquisa, obter financiamento, redigir textos científicos, entre outros.

Em virtude do aprimoramento dos instrumentos de gestão da atividade científica no Brasil nesse período, como a Plataforma Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (CNPQ, 2019a; 2019b; DOMINGOS, 2004), vários pesquisadores analisaram essas ferramentas para monitorar o envolvimento dos terapeutas ocupacionais em pesquisa e produção de conhecimento.

Barros e Oliver (2003), ao mapearem a produção bibliográfica de pesquisadores terapeutas ocupacionais pertencentes a grupos de pesquisa coordenados por terapeutas ocupacionais, identificaram um número restrito de autores e com uma concentração importante na região Sudeste. Além disso, constataram, em termos absolutos, uma pequena produção de artigos dispersamente distribuída em diferentes periódicos. Com suporte nesses dados, essas autoras criticaram o estabelecimento de parâmetros pela Capes para inserção na pós-graduação que tinham como critério a quantidade e a qualidade de publicações indexadas em bases de dados majoritariamente em língua inglesa, fato que não favorecia a comunidade de pesquisadores brasileiros.

Em uma pesquisa semelhante à de Barros e Oliver (2003), cinco anos depois, Oliver (2008) caracterizou a produção bibliográfica de grupos de pesquisa liderados por terapeutas ocupacionais. Neste estudo, a autora identificou um crescimento quantitativo e qualitativo de participantes nos grupos de pesquisa, o que refletiu na consolidação desses grupos. Constatou o crescimento do número de terapeutas ocupacionais vinculados como docentes à programas de pós-graduação, notadamente, nos programas de Educação Especial e Educação da UFSCar e de Ciências da Reabilitação da UFMG e USP. Observou, também, uma ampliação significativa no número de artigos publicados em periódicos internacionais e nacionais, com maior destaque para esse último tipo (OLIVER, 2008).

Nesse sentido, em 2008, na USP, ocorreu o XI ENDTO que, entre outros assuntos, abordou os desafios da pesquisa em terapia ocupacional, particularmente no tocante ao acesso à financiamentos em instituições de apoio à pesquisa, como CNPq, e aos parâmetros de avaliação da Capes. Um dos pontos discutidos nesse eixo foi a

ausência de revistas nacionais indexadas em bases de dados priorizadas pela Área 21 da Capes, o que dificultava a entrada e permanência dos terapeutas ocupacionais em programas de pós-graduação. Essa questão também prejudicava o acesso à financiamentos de novas pesquisas, estabelecendo um ciclo danoso à área: falta de projetos financiados conduz a baixa produção de artigos que culmina com menor número chances de fomento de novos projetos (LOPES *et al.*, 2008). Esse circuito danoso foi reafirmado em estudo posterior (LOPES *et al.*, 2010).

Diante desses entraves ao desenvolvimento da pesquisa em terapia ocupacional, mas considerando que essa atividade perpassava pela inserção da área na pós-graduação no país, o evento culminou com encaminhamentos de ações para a área. Entre esses encaminhamentos, destacou-se: a necessidade de fortalecimento dos periódicos científicos específicos; o incentivo à produção e publicação científica; o aumento da demanda para agências de fomento; e a criação de espaços específicos da categoria para favorecer a institucionalização do campo. Sobre este último ponto, foi determinado a criação de comissões permanentes de pesquisa e a realização do primeiro Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional (SNPTO) (LOPES *et al.*, 2008).

A intensidade do envolvimento dos terapeutas ocupacionais com a atividade de pesquisa no país foi notável nessa década, e, em 2009, ocorreu na cidade de São Carlos, São Paulo, o I SNPTO. Vários pesquisadores de diferentes regiões do país participaram do evento. À época, existiam 25 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, que apresentavam o termo “terapia ocupacional” no nome do grupo, nas linhas de pesquisa e/ ou em suas palavras-chave (LOPES *et al.*, 2009a). Nesse evento, docentes e pesquisadores reconhecidos no território nacional foram convidados para compartilhar suas experiências e ampliar o leque de compreensões para o desenvolvimento da pesquisa em terapia ocupacional.

Nesse caminho, Alfonso-Goldfarb e Souza (2009) apresentaram algumas questões e desafios relacionados à produção de ciência no Brasil, narrando os percursos traçados para organização das áreas de conhecimento no país, especialmente, pela adoção de diferentes parâmetros por parte das agências de fomento. Em outro momento, o então coordenador da Área 21 da Capes, apresentou as

trajetórias e características do desenvolvimento do sistema de pós-graduação no Brasil, esclarecendo a composição da terapia ocupacional nessa área (COSTA, 2009a).

No que concerne à obtenção de financiamentos para pesquisa, Mancini e Coury (2009), representantes da área de terapia ocupacional/ fisioterapia no CNPq na ocasião, apresentaram os procedimentos e critérios para aquisição de apoio financeiro junto a esta agência. Além disso, elucidaram um conjunto de perspectivas e desafios para a área de terapia ocupacional. Dentre os desafios, as autoras destacaram: a ampliação da produção acadêmica; a expansão da divulgação das produções em periódicos indexados e vinculados à área da saúde; e o fortalecimento dos periódicos específicos da área com vistas à obtenção de melhores indexações (MANCINI; COURY, 2009).

Sobre a questão da disseminação do conhecimento em terapia ocupacional e sua relação com periódicos da Área 21, Costa (2009b) situou o processo de composição do Qualis Periódicos dessa área. Referiu também que a cada avaliação dos programas, tem ocorrido um incremento quanti e qualitativo das publicações desenvolvidas. Sobre este tema, Oliver (2009) contextualizou que a pesquisa tem ocorrido, sobretudo, a partir das universidades públicas e da vinculação de terapeutas ocupacionais como alunos e docentes em programas de pós-graduação. Essa autora argumentou que a criação de cursos específicos de terapia ocupacional foi fundamental ao seu desenvolvimento.

Entre alguns apontamentos elencados para favorecer a disseminação do conhecimento em terapia ocupacional, destaca-se; a organização de uma biblioteca virtual de terapia ocupacional e a articulação de profissionais e pesquisadores para desenvolver estratégias de divulgação científica. Ressalta-se o alerta para a necessidade de uma articulação entre gerações de pesquisadores como parte do processo de desenvolvimento e consolidação da área (OLIVER, 2009).

Ainda neste seminário, a partir de uma reflexão sobre a pós-graduação na grande área da saúde (MANOEL, 2009), salienta-se dois apontamentos elucidados. Um está relacionado à sua ponderação em torno da pressão para publicação em periódicos de circulação internacional. O outro está associado a influência de determinadas áreas de conhecimento sobre a produção e a disseminação de conhecimentos de outras áreas. O autor ressalta que essa interferência, às vezes, se

traduz na absorção de agendas de pesquisa de uma área pela outra, geralmente das mais tradicionais pelas mais recentes (MANOEL, 2009).

Acredita-se que esses dois apontamentos permeiam a composição do campo da terapia ocupacional no Brasil. Primeiramente, pelo distanciamento dos pesquisadores brasileiros em relação à produção internacional nos anos 1980 (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986) e 1990 (MÂNGIA, 1999, 1998; MAGALHÃES, 1998; SOUZA, 1990) e pela aproximação no final dos anos 2000 (MAGALHÃES; GALHEIGO, 2010). Segundo, pela influência da formação pós-graduada e da atuação na pós-graduação ter ocorrido e estar ocorrendo predominantemente em outras áreas do conhecimento. Como relatado anteriormente, tais aspectos têm influenciado a constituição do campo da terapia ocupacional (MÂNGIA, 1998; LANCMAN, 1998).

Este I SNPTO ficou marcado pela necessidade de elaboração de estratégias coletivas para o favorecimento da área de um modo geral. Como foi observado pelas organizadoras do evento “À medida que se avança no debate, os pesquisadores compreendem que seguir solitariamente, no panorama nacional da pesquisa no Brasil, é uma estratégia cada vez mais frágil” (LOPES *et al.*, 2009b, p.112).

Este seminário possibilitou a articulação entre pesquisadores e o firmamento de consensos e estratégias no que corresponde as demandas para a consolidação da pesquisa, dentre as quais: a constituição de parcerias intra e interinstitucionais no âmbito nacional e internacional; o desenvolvimento de estratégias de aperfeiçoamento para elaboração de projetos de pesquisa e de artigos em eventos da categoria; o fortalecimento de periódicos científicos; a articulação mais efetiva entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; e o estabelecimento de uma maior aproximação com as agências de fomento e a apropriação de seus critérios (LOPES *et al.*, 2009b). Sobre este último aspecto, constatou-se a necessidade da apresentação mais clara da terapia ocupacional perante as agências de fomento, delimitando a especificidade de seu conhecimento, situada na interface de outros saberes (LOPES; MALFITANO, 2009).

Como uma das consequências do desenvolvimento das atividades de pesquisa na terapia ocupacional ao longo da década, em outubro de 2009, foi aprovada pela Capes, a proposta de criação do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, PPGTO, da UFSCar, o primeiro no país (MALFITANO *et al.*, 2013). Segundo Lopes e Malfitano (2009, p.117), a entrada da terapia ocupacional “como área específica,

com um programa de pós-graduação próprio” na Área 21 ocorreu nesse momento. Considera-se que esse acontecimento foi um marco histórico da institucionalização do campo científico da terapia ocupacional no país, pois possibilitou a formação de pesquisadores comprometidos com a produção de conhecimento no próprio campo da terapia ocupacional (PPGTO, 2019).

De um modo geral, ocorreu na primeira década do século XXI um grande avanço no que diz respeito à expansão da pesquisa em terapia ocupacional no Brasil. Esta expansão esteve associada a fatores externos e internos à área. Externamente, este desenvolvimento foi influenciado pela implantação de políticas públicas que favoreceram a inserção profissional dos terapeutas ocupacionais no mercado de trabalho e à expansão do número de cursos e vagas na graduação que aumentaram a demanda de docentes e, conseqüentemente, para capacitação em programas de mestrado e doutorado. Internamente, este incremento está associado à uma efetiva mobilização da categoria nos seus fóruns e eventos e, por conseguinte, na elaboração e realização de estratégias individuais e coletivas que impulsionaram as atividades de pesquisa na área.

1.4.8 Anos 2010: Implementação da Pós-Graduação em Terapia Ocupacional: uma luz no fim do túnel?

Os primeiros anos da década atual (2010-2019) resguardaram ainda uma continuidade de um governo que priorizou a manutenção de políticas sociais e de parcerias com a iniciativa privada na gestão de setores estratégicos da sociedade (VAN NOORDEN, 2014). Por outro lado, a segunda metade da década, influenciada por um período de recessão econômica e pela mudança de governo, está sendo marcada pela restrição de investimentos sociais em vários setores, com destaque para a ciência e tecnologia (ANGELO, 2019, 2017; GIBNEY, 2015) e, principalmente, para a pós-graduação com cortes de bolsas de estudos e investimentos (CAPES, 2019).

No âmbito profissional, tem se constatado desde 2011, um avanço no campo de exercício da terapia ocupacional no que diz respeito à normatização de parâmetros assistenciais e o reconhecimento de suas especialidades em diferentes contextos de atuação (COFFITO, 2014). Da mesma forma, observa-se a continuidade da

normatização das práticas do terapeuta ocupacional em diversos contextos nas políticas públicas de saúde (CARVALHO, 2012; BEIRÃO; ALVES, 2010). Além disso, um marco muito importante nesse período foi a inclusão do terapeuta ocupacional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), legitimando uma prática desenvolvida desde os anos 1970 (ALMEIDA et al, 2012). Esses avanços têm possibilitado aos terapeutas ocupacionais um diálogo mais profícuo em instâncias legislativas e executivas.

Sobre o contexto da formação do terapeuta ocupacional, como bem afirmaram Pan e Lopes (2016), o REUNI foi determinante para o incremento de vagas e cursos de graduação em terapia ocupacional no país, aspecto também notado por Carvalho (2012). No entanto, desde o período anterior tem ocorrido uma diminuição do número de cursos em IES privadas. Em 2013, de acordo com dados disponibilizados pelo MEC existiam 63 cursos, onde 21 estavam na esfera pública e 42 na esfera privada (PAN; LOPES, 2016. Segundo Emmel, Cruz e Figueiredo (2015), as diferenças regionais na distribuição desses cursos têm sido semelhantes às de décadas anteriores.

Ainda no âmbito da formação graduada, Pan e Lopes (2016), a partir do levantamento e da análise dos projetos político-pedagógicos de cursos de graduação em terapia ocupacional nas universidades federais, elucidaram um panorama dos cursos e contextualizaram o processo de implantação dos mesmos tomando por base o REUNI e o Pró-Saúde. Bianchi e Malfitano (2017) compararam a trajetória da formação graduada em terapia ocupacional na América Latina. Reis e Lopes (2018) descreveram a trajetória histórica de implantação dos primeiros cursos de terapia ocupacional no Brasil. Reitera-se que todos esses estudos sobre a formação foram derivados de pesquisas de mestrado desenvolvidas no PPGTO/ UFSCar.

Nota-se que temas de pesquisa relacionados à constituição do campo da terapia ocupacional, ainda têm sido publicados, o que significa que ainda são questões de interesse da comunidade dos terapeutas ocupacionais. Nesse contexto, destaca-se a reflexão de Carvalho (2012) acerca das contribuições da teoria de estigma desenvolvida por Erving Goffman para compreender a identidade do terapeuta ocupacional. Galheigo (2014), tendo por base a compreensão de epistemologias do Sul

proposta por Boaventura de Souza Santos, discorreu sobre os elementos que unem e contribuem para um pensamento latino-americano na terapia ocupacional.

No que concerne ao registro histórico da profissão no país, Bezerra (2011) refletiu acerca da relação entre o capitalismo estatal brasileiro e suas influências sobre a profissionalização da terapia ocupacional e afirmou que o desenvolvimento da profissão no país tem estado condicionado às políticas sociais adotadas pelo Estado em diferentes momentos históricos. Em linha semelhante, Malfitano e Ferreira (2011) afirmaram que o desenvolvimento da profissão também está associado à sua inserção nas políticas públicas, o que demandou a produção de novos saberes e práticas bem como a reformulação e reorganização dos saberes já existentes.

Ainda sobre o aspecto histórico da profissão no país, Bezerra e Trindade (2013a) propuseram uma abordagem teórico-metodológica para a compreensão da constituição histórica da terapia ocupacional. Destaca-se que outros estudos têm buscado compreender as trajetórias e contribuições de terapeutas ocupacionais pioneiros no Brasil (MELO; GALIAN, 2017; BATTISTEL; ISAIA, 2017). Soliani (2012) apresentou marcos históricos da profissão no país e a constituição de um dos primeiros cursos no Nordeste.

Nessa década, observou-se uma maior frequência de artigos que apresentaram métodos de pesquisa em terapia ocupacional como temática, o que enuncia um avanço do campo. Nessa linha, foram observados os estudos de Silva e Barros (2010) acerca do método de história oral e de Packer e Turato (2011) sobre os facilitadores e barreiras à pesquisa de campo. A entrevista foi foco de abordagem de Malfitano e Marques (2011) no contexto de pessoas em situação de rua e de Gonçalo e Barros (2013) na sua realização à distância. Da mesma forma, as atividades foram objeto de análise de Silva (2013) e de Estevão e Malfitano (2014). O desenvolvimento da pesquisa na saúde mental também foi abordado por Dimov e Ricci (2016). Por fim, Coster e Mancini (2015) apresentaram recomendações para tradução e adaptação transcultural de instrumentos para pesquisa em terapia ocupacional.

No que tange ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, observou-se o seu contínuo monitoramento, principalmente nos eventos da categoria. Oliver *et al.* (2011), face a realização do VI Encontro Latino-ameriano de Escolas e Docentes de Terapia Ocupacional, realizado em 2011, na USP, notaram que, embora o Brasil

apresente uma estrutura mais consolidada no que diz respeito à produção de conhecimento em terapia ocupacional, as exigências brasileiras para participação na pós-graduação podem comprometer sua expansão (OLIVER *et al.*, 2011).

Lopes *et al.* (2010), retomando encaminhamentos derivados do encontro de docentes, apresentaram dados referentes aos grupos de pesquisa em terapia ocupacional no país e identificaram 26 grupos ativos de pesquisa na área, concentrados predominantemente na região Sudeste e, também, em escolas públicas, especialmente na USP e UFSCAR. Identificaram que a organização da categoria nesses grupos é recente, com maioria dos grupos registrada a partir dos anos 2000 (LOPES *et al.*, 2010). Essas autoras perceberam também nesses grupos a ocorrência de uma pulverização de projetos de pesquisa em detrimento de um projeto guarda-chuva que realiza a integração das atividades do grupo. Sobre esta característica, elas abordaram que

Tem-se, portanto, um quadro que demonstra a necessidade de organização em torno da pesquisa em terapia ocupacional, por meio do delineamento de suas áreas e subáreas, do seu objeto de investigação, avançando para que se possa alcançar os financiamentos disponíveis e ingressar, formalmente e de forma fortalecida, no campo da produção de conhecimento científico brasileiro (LOPES *et al.*, 2010, p.213).

Outro registro das atividades científicas desenvolvida na área foi realizado por Lopes *et al.* (2014) acerca da realização do II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional, Rio de Janeiro. Inicialmente, foram apresentados dados que ratificaram a discrepância regional do número de cursos de graduação em terapia ocupacional no país. Sobre os grupos de pesquisa na área, observaram um modesto crescimento em relação ao levantamento anterior (LOPES *et al.*, 2010).

Nesse estudo, identificou-se 88 pesquisadores com doutorado, sendo que a maioria desenvolveu formação pós-graduada no Brasil. Constatou-se a presença de 16 terapeutas ocupacionais orientadores na Área 21 da Capes. Sem essa condição, constataram a atuação de 34 orientadores. Essa diferença foi compreendida como a inserção de terapeutas ocupacionais em programas de pós-graduação fora da área específica de terapia ocupacional, o que corrobora a demanda para a criação de mais cursos de pós-graduações específicos da área no país (LOPES *et al.*, 2014). Os dados de Cruz (2019) referentes à existência de 61 orientadores em 2018 fortalecem a perspectiva da demanda levantada por Lopes *et al.* (2014).

Seguindo essa mesma linha descritiva, em 2014, foi realizado o III SNPTO em João Pessoa, na UFPB. O evento reuniu mais uma vez docentes e pesquisadores da área para a construção de consensos e estratégias frente aos desafios da pesquisa e da pós-graduação em terapia ocupacional (OLIVER *et al.*, 2016). Em 2016, em Vitória, foi celebrado os 30 anos de encontro de docentes e refletiu-se sobre a importância deste fórum no desenvolvimento da profissão no país (HAHN *et al.*, 2018).

Ainda sobre o monitoramento da pesquisa na área, Vasconcelos *et al.* (2014) analisaram o perfil do pesquisador terapeuta ocupacional doutor com base no Currículo Lattes. Diferente das abordagens metodológicas dos estudos anteriores com este enfoque, os autores não partiram da presença de pesquisadores em grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional. Eles realizaram a busca de forma individual, utilizando filtros relacionados à titulação e à região de formação/ atuação dos doutores. Identificaram 102 doutores terapeutas ocupacionais no país, em 2012.

Como resultados, constataram que 94% eram do gênero feminino, graduados principalmente na USP e UFSCar. Observaram que 70% das titulações foram obtidas entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Quanto a atuação profissional, verificaram que aproximadamente 90% dos doutores atuam em IES. Quanto a distribuição regional, constataram um desequilíbrio regional, pois 81,4% estavam no Sudeste, 7,8% no Nordeste, 6,9% no Sul, 2% no Norte e 1% no Centro-Oeste. Os doutores identificados foram responsáveis pela publicação de 1361 artigos, 90 livros e 488 capítulos.

Além dessas investigações sobre as atividades de pesquisa dos terapeutas ocupacionais, observou-se o registro das trajetórias profissionais de pesquisadores (MARTINEZ, 2018; EMMEL, 2017; PFEIFER, 2017; ASSIS, 2013; FERRARI, 2013; LOPES, 2013; MAGALHÃES, 2012; MANCINI, 2012; LANCMAN, 2012). Considera-se que esses relatos são um meio frutífero para o compartilhamento de experiências na área e refletem, em parte, às constatações sobre a necessidade de articulação de gerações de pesquisadores para favorecer o processo de continuação e consolidação do campo científico da terapia ocupacional (OLIVER, 2009).

Sobre as publicações científicas no campo, Emmel *et al.* (2010) contextualizaram historicamente o surgimento dos periódicos brasileiros, destacando

suas mudanças ao longo do tempo com vistas à realização de aperfeiçoamentos para obtenção de melhores indexações em bases de dados, aspecto considerado essencial para a inserção e manutenção das atividades de pesquisa e atuação na pós-graduação. Lopes *et al.* (2016) investigaram a produção bibliográfica difundida nos dois principais periódicos científicos da área no cenário brasileiro.

Observou-se que as estratégias deliberadas nos fóruns da categoria acerca do fortalecimento dos periódicos científicos têm produzido notáveis resultados. Dessa forma, constatou-se a continuação da profissionalização dos periódicos (EMMEL *et al.*, 2010), com a disponibilização *online* (MALFITANO; HAHN, 2010a); a adoção da publicação outros idiomas (MÂNGIA *et al.*, 2015; MALFITANO; HAHN, 2010b); a indexação em bases de dados internacionais (LOPES; CRUZ; MALFITANO, 2017; CRUZ; VEIGA, 2014; MALFITANO; HAHN, 2011c; LUSSI, 2011), a elaboração de dossiês temáticos (MALFITANO; PALM, 2012); e o crescimento da diversidade de autores oriundos outras de regiões do Brasil (MÂNGIA; LANCMAN, 2016, 2014, 2013; EMMEL *et al.*, 2010).

Desde 2010 tem se observado a busca por diálogo mais amplo com a comunidade internacional da terapia ocupacional (MAGALHÃES; GALHEIGO, 2010; GALHEIGO, 2011), com destaque para o contexto latino americano (ARAÚJO *et al.*, 2011; OLIVER *et al.*, 2011; ARAÚJO; FOLHA, 2010). Mais recentemente, esse diálogo tem sido impulsionado pela demanda da pós-graduação.

No que diz respeito à pesquisa e pós-graduação, os anos de 2010 registraram vários marcos da trajetória brasileira. Houve a implementação do mestrado no PPGTO/ UFSCar e até fevereiro de 2019 cerca de 102 dissertações de mestrado foram defendidas nesse programa (REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL, 2019). Fruto do crescimento do PPGTO, em 2015, ocorreu a aprovação e implantação do doutorado em terapia ocupacional (DRUMMOND; CRUZ, 2018; MALFITANO, 2015) com previsão de conclusão da primeira turma em setembro de 2019, 60 anos após a formação das primeiras turmas de técnicos em terapia ocupacional (REIS; LOPES, 2018; SOARES, 1991) e 50 anos da regulamentação da profissão no país (BRASIL, 1969).

Ainda, no fim de 2018, foi aprovada a criação de dois novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área de terapia ocupacional no Brasil, o Mestrado

Profissional de Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social da USP (CAPES, 2018b) e o Mestrado em Estudos da Ocupação da UFMG (CAPES, 2018c). Além desses, foi aprovado o primeiro programa de pós-graduação da Área 21 da Capes no Norte do Brasil, o Mestrado em Ciências do Movimento Humano na UFPA (CAPES, 2018d). Esses três programas estão situados na subárea de fisioterapia e terapia ocupacional da Capes.

É notório o crescimento do campo científico da terapia ocupacional brasileira na década atual, no entanto, alguns desafios à sua institucionalização científica têm sido levantados. Segundo Cruz (2019), manter e fortalecer a publicação de periódicos e o desenvolvimento de pesquisas e da atividade da pós-graduação em tempos de redução orçamentária é um desafio importante. Da mesma forma, as políticas avaliativas da Capes têm demandado o crescimento contínuo dos programas de pós-graduação. Isso inclui melhorar a qualidade dos periódicos onde os artigos produzidos nas pós-graduações são publicados, o que é mais difícil em períodos de contenção de despesas.

Outro desafio está relacionado ao desequilíbrio regional na formação graduada e pós-graduada em terapia ocupacional no país que é refletida na produção de conhecimento desenvolvida. Lopes *et al.* (2016) identificaram que a produção de conhecimento científico no país é concentrada em poucos autores e instituições, portanto, expandir a comunidade de pesquisadores terapeutas ocupacionais é fundamental. Quanto à formação pós-graduada na área, ela somente ocorre no Sudeste, sendo necessário desenvolvê-la em outras regiões (MALFITANO *et al.*, 2013). Essa é uma das missões institucionais de um dos programas específicos da área (PPGTO, 2019).

1.4.9 Impressões e lacunas. O que se sabe sobre a formação e a atuação profissional dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado no Brasil?

Ao revisitar a literatura acerca do desenvolvimento da pesquisa em terapia ocupacional no Brasil, da formação pós-graduada e da atuação dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado, destacam-se alguns pontos.

Primeiro, o fim dos anos 1970 e começo dos anos 1980 demarcaram o início da preocupação com a pesquisa e pós-graduação na terapia ocupacional (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986). Segundo, a capacitação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais foi iniciada nesse período, majoritariamente, nas áreas ligadas à saúde pública, educação, ciências sociais e psicologia (EMMEL; LANCMAN, 1998). Terceiro, a formação pós-graduada tem influenciado no desenvolvimento da profissão no Brasil (EMMEL; LANCMAN, 1998; LANCMAN, 1998)

Um quarto destaque é que há uma forte vinculação entre a prática profissional e a produção de conhecimento desenvolvida no campo científico (MALFITANO *et al.*, 2013; OLIVER; BARROS; LOPES, 2005) e como essa prática está associada às políticas públicas implementadas no país (MALFITANO; FERREIRA, 2011) a produção de pesquisa e conhecimento segue a mesma tendência (MÂNGIA, 1999, 1998).

A implementação de diferentes estratégias de institucionalização é o quinto destaque. Nesse ponto, inclui-se o fortalecimento dos periódicos científicos específicos (LOPES *et al.*, 2016; EMMEL *et al.*, 2010) e os fóruns e eventos da área por produzirem debates, consensos e encaminhamentos para sua expansão (HAHN *et al.*, 2018; LOPES *et al.*, 2009a; LOPES; MALFITANO, 2009).

O sexto aspecto a ser ressaltado é que o desenvolvimento de pesquisas que monitoram a formação pós-graduada e a atuação de pesquisadores tem produzido informações substanciais para a comunidade de terapeutas ocupacionais brasileiros (LOPES *et al.*, 2014, 2012, 2010; VASCONCELOS *et al.*, 2014; OLIVER, 2009, 2008; EMMEL; LANCMAN, 2003, 1998; TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986). Essas pesquisas têm produzido importantes indicadores, como a participação em grupos de pesquisa na terapia ocupacional (LOPES *et al.*, 2008), a produção bibliográfica (OLIVER, 2009; 2008; BARROS; OLIVER, 2003) e o envolvimento em atividades de pesquisa relacionada à formação de recursos humanos na iniciação científica (VASCONCELOS *et al.*, 2014; BALLARIN; TOLDRÁ, 2001) e na pós-graduação *stricto sensu* (LOPES *et al.*, 2014, 2012, 2010).

O sétimo e último ponto diz respeito ao histórico desequilíbrio regional no desenvolvimento da pesquisa em terapia ocupacional no país (VASCONCELOS *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2010; EMMEL; LANCMAN, 1998) que é refletido na produção

de conhecimento no campo (LOPES *et al.*, 2016; EMMEL *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008).

Depreende-se que, apesar dos muitos avanços observados, ainda existem lacunas no conhecimento quanto à formação pós-graduada e a atuação em pesquisa dos terapeutas ocupacionais brasileiros. Embora se saiba onde foi iniciada essa capacitação, o monitoramento e a comparação dessa formação sob uma perspectiva temporal e geográfica não tem sido efetuado. Além disso, pouco se conhece acerca dos Programas, Áreas Básicas e Áreas de Avaliação da Capes onde os mestres e doutores têm sido titulados.

Outra lacuna observada se refere à escassez de investigações acerca da atuação dos mestres e doutores em grupos de pesquisa, mais especificamente, sobre a modalidade de participação e a vinculação com o campo da terapia ocupacional e na orientação de novos pesquisadores seja na iniciação científica ou na pós-graduação. Os estudos existentes elucidam apenas experiências locais ou a indicação superficial dos programas de atuação. Não há estudos com abrangência nacional acerca desses aspectos.

Destaca-se também um hiato no corpo de conhecimento da área acerca da produção bibliográfica de terapeutas ocupacionais. As investigações existentes têm sido limitadas à determinadas condições, como a participação em grupos de pesquisa, que historicamente estão situados de forma predominante no Sudeste do país. Não há estudos panorâmicos sobre a produção nacional. Por fim, ressalta-se que são raras as investigações que relacionam a formação pós-graduada e a atuação em pesquisa dos mestres e doutores.

Assim, com base nas impressões e lacunas no conhecimento apontadas acima, e com referência ao estudo de Emmel e Lancman (1998) que questionou “Quem são nossos mestres e doutores”, este estudo foi desenvolvido a partir das seguintes questões norteadoras: Quais as características da constituição da terapia ocupacional como campo de conhecimento científico no Brasil? Como este campo tem sido institucionalizado? Mais especificamente, como tem se estabelecido a formação pós-graduada e atuação profissional de seus mestres e doutores? Há relação entre a formação pós-graduada e a atuação em pesquisa e na produção de conhecimento?

Acredita-se que uma maior compreensão acerca desses questionamentos pode fornecer subsídios para auxiliar na compreensão da constituição da terapia ocupacional como campo de conhecimento científico no Brasil. Dessa forma, pode possibilitar informações e reflexões capazes de favorecer a implementação de iniciativas coletivas para o alcance de um dos seus desafios na atualidade, sua institucionalização científica.

2 OBJETIVO GERAL

- Caracterizar o processo de constituição e institucionalização na terapia ocupacional como campo científico no Brasil a partir da análise da relação entre a formação pós-graduada e atuação profissional dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e descrever as trajetórias de formação dos terapeutas ocupacionais brasileiros em programas de mestrado e doutorado quanto ao aspecto temporal, regional, institucional e temático;
- Conhecer a atuação dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado quanto ao aspecto temporal, regional e institucional;
- Descrever a atuação dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado quanto à participação em grupos de pesquisa;
- Caracterizar a atuação dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado quanto à atuação na formação de pesquisadores no âmbito da iniciação científica e no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*;
- Mapear a produção bibliográfica de artigos, capítulos e livros dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado;
- Identificar a relação entre formação e a atuação de terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado e o campo da terapia ocupacional;
- Identificar a relação entre as características da formação dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado e a atuação enquanto pesquisadores no Brasil;
- Identificar a relação entre a atuação dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado em grupos de pesquisa e a formação de pesquisadores no Brasil
- Identificar a relação entre a atuação dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado em grupos de pesquisa e a produção bibliográfica.

3 HIPÓTESES

Este estudo analisou as seguintes hipóteses, organizadas em três eixos da pesquisa: Formação Pós-Graduada dos Mestres e Doutores; Atuação Profissional; e Relação entre Formação Pós-Graduada e Atuação Profissional.

- a) No que se refere à formação pós-graduada:
 - ✓ Há uma mudança nas áreas de conhecimento (Título de Programa, Área de Avaliação e Área Básica) predominantes ao longo do tempo.

- b) No que se refere à atuação profissional:
 - ✓ Há uma assimetria regional na atuação de mestres e doutores;
 - ✓ Há uma diferença na atuação profissional entre mestres e doutores;
 - ✓ Há uma maior frequência da atuação na área da terapia ocupacional;
 - ✓ Há uma maior frequência da atuação em grupos de pesquisa de terapia ocupacional em comparação à participação em grupos de outras áreas temáticas;
 - ✓ Há uma assimetria regional da atividade de orientação de projetos de iniciação científica;
 - ✓ Há uma maior frequência da atividade de orientação de projetos de iniciação científica de discentes de terapia ocupacional em comparação com discentes de outros cursos;
 - ✓ Há uma maior frequência da atividade de orientação de projetos de iniciação científica em terapia ocupacional quando comparado com outras temáticas;
 - ✓ Há uma assimetria regional da atividade de orientação de mestrado e doutorado;
 - ✓ Há uma menor frequência da atividade de orientação de mestrado e doutorado de discentes terapeutas ocupacionais em comparação com discentes de outras formações;
 - ✓ Há uma menor frequência da orientação de dissertações e teses com o descritor “terapia ocupacional” em comparação à outras temáticas;

- ✓ Há uma menor frequência da publicação da elaboração de dissertações e teses com o descritor “terapia ocupacional” em comparação à outras temáticas;
 - ✓ Há uma maior frequência da publicação de artigos com o descritor “terapia ocupacional” em comparação à outras temáticas;
 - ✓ Há uma maior frequência da publicação de artigos em periódicos específicos de terapia ocupacional em comparação à periódicos não específicos;
- c) No que concerne à relação entre a formação pós-graduada e a atuação profissional:
- ✓ Há associação entre a formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais com a sua atuação em grupos de pesquisa;
 - ✓ Há associação entre a formação pós-graduada e a atuação como orientador em Programas de Pós-Graduação;
 - ✓ Há associação entre a atuação profissional e a participação em grupos de pesquisa, específicos ou não da área;
 - ✓ Há associação entre a atuação em grupos de pesquisa com a orientação de projetos de iniciação científica;
 - ✓ Há associação entre a atuação em grupos de pesquisa com a orientação em programas de Mestrado e Doutorado;
 - ✓ Há associação entre o Programa, Área Básica e Área de avaliação da formação pós-graduada com a produção bibliográfica;
 - ✓ Há associação entre a atuação profissional, função exercida e área de atuação, e a produção bibliográfica;
 - ✓ Há associação entre a atuação em grupos de pesquisa e a produção bibliográfica;
 - ✓ Há associação entre a atuação na pós-graduação e a produção bibliográfica;

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva e correlacional, de base documental, com análise quantitativa descritiva e inferencial.

Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva visa descrever os atributos de um determinado fenômeno, como sua ocorrência e frequência ao longo de um período. Fazem parte também das pesquisas descritivas as investigações que visam identificar a existência de associações entre variáveis, sem, no entanto, buscar identificar relações de causa e efeito. Essas investigações também são chamadas de correlacionais (TRIVINOS, 2011; GIL, 2002).

Caracteriza-se o estudo como uma pesquisa documental, uma vez que a coleta de dados foi centrada na utilização do Currículo Lattes como documento norteador. Na pesquisa documental, documentos pessoais, escritos ou não, contemporâneos ou retrospectivos, são um dos tipos de fonte de informação, assim como bases de dados eletrônicas que fornecem indicadores estatísticos (GIL, 2002). O Currículo Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisa são importantes meios de registro e preservação da memória da ciência e tecnologia no Brasil (CNPQ, 2019b, c), portanto, essas fontes de informação têm sido abordadas em investigações sobre o desenvolvimento de vários campos de conhecimento no Brasil (NETO; CAFÉ; SILVA, 2017; TEIXEIRA; GONÇALVES; BOTELHO, 2012).

Foi realizada análise quantitativa dos dados tanto com enfoque descritivo, que tem como objetivo evidenciar as características de uma variável, como frequências absoluta e relativa, média, mediana, percentil e desvio padrão, quanto com enfoque analítico, que visa testar hipóteses como a associação entre variáveis (VIEIRA, 2010; FILHO, 1999).

Esse tipo de abordagem investigativa tem sido utilizado para analisar áreas de conhecimento de forma agrupada, como algumas profissões da saúde (FREIRE *et al.*, 2013; TEIXEIRA; GONÇALVES; BOTELHO, 2012), tanto de forma individual, como na medicina (OLIVEIRA *et al.*, 2014; MENDES, *et al.*, 2010), odontologia (SOUZA *et al.*, 2016), enfermagem (SANTOS *et al.*, 2015), saúde coletiva (SANTOS

et al., 2009) quanto nas áreas profissionais que constituem a Área 21 da Capes, educação física (PEDROSO *et al.*, 2017), fonoaudiologia (PAZ-OLIVEIRA; CARMO; FERREIRA, 2015) e fisioterapia (CRUZ *et al.*, 2018; COURY; VILELLA, 2009). Este tipo de investigação tem sido amplamente usado em estudos anteriores para monitorar a capacitação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais brasileiros (TEIXEIRA; GONÇALVES; BOTELHO, 2012; VASCONCELOS *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003).

4.2 AMOSTRA

A amostra foi composta por 1188 currículos de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado cadastrados Plataforma Lattes do CNPq.

Foram adotados como critérios de inclusão ser terapeuta ocupacional, com título de mestre ou doutor e com formação graduada e/ou atuação profissional no Brasil com currículo cadastrado na Plataforma Lattes. Foram excluídos os currículos de profissionais com mestrado em andamento e de profissionais com graduação que não tenha sido em terapia ocupacional. Embora estudos anteriores tenham limitado o levantamento a docentes (EMMEL; LANCMAN, 1998; TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986), doutores (VASCONCELOS *et al.*, 2014) ou à participação em grupos de pesquisa (LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003), optou-se pela não restrição condicional ou temporal no intuito de obter um levantamento mais amplo.

4.3 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nesse estudo, foi realizada uma combinação de fontes de informação. Estudos recentes têm utilizado essa estratégia para fazer o cruzamento de dados, descrevendo e relacionando variáveis para entender as características de um determinado campo de conhecimento. Por exemplo, Cruz *et al.* (2018) combinaram informações obtidas na Plataforma Lattes e Plataforma Sucupira para descrever o perfil de fisioterapeutas docentes em programas de pós-graduação no Brasil e Neto, Café e Silva (2017) utilizaram dados do Currículo Lattes, do Diretório dos Grupos de

Pesquisa, da Plataforma *E-Mec*, da Plataforma Sucupira, além de sítios eletrônicos de entidades científicas e de periódicos para analisar a institucionalização científica do campo da moda no Brasil.

A seguir, descreve-se brevemente cada uma das fontes consultadas neste estudo.

A Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br>) integra um sistema de informações com dados sobre currículos, grupos de pesquisa e instituições e possibilita a obtenção de informações para o planejamento, gestão e formulação de políticas públicas. Por meio dela, é possível acessar o currículo de pesquisadores brasileiros. Esse registro é efetuado pelo preenchimento do Currículo Lattes, documento eletrônico que representa um padrão nacional no que diz respeito a vida pregressa e atual de estudantes, profissionais e pesquisadores do país (CNPQ, 2019). Nesta plataforma, identificou-se o Currículo Lattes dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

Ainda por meio da Plataforma Lattes, acessou-se o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>). Este diretório apresenta informações acerca da participação dos pesquisadores em grupos de pesquisa, seja como pesquisador, estudante ou técnico, assim como dispõe de dados sobre as linhas de pesquisa e as repercussões da atividade de pesquisa de cada grupo (CNPQ, 2019c). Essa plataforma foi utilizada para identificar a participação dos terapeutas ocupacionais em grupos de pesquisa e para obter dados sobre o perfil dos grupos que esses pesquisadores participam.

O Catálogo de Dissertações e Teses da Capes (<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>) é um sistema de busca bibliográfica que fornece dados acerca das dissertações e teses produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação de mestrado e doutorado no Brasil. Foi disponibilizado pela Capes a partir 2002 e contém referências e resumos de trabalhos defendidos desde 1987 (CAPES, 2018e). Os dados acerca de dissertações produzidas anteriormente a esse período foram obtidos tanto por meio de sítios eletrônicos específicos direcionados via Rede Mundial de Computadores, como plataformas de compartilhamento de publicações e sítios eletrônicos pessoais, quanto pela busca em Repositórios Institucionais de Dissertações e Teses. Estes últimos são repositórios

baseados em sistemas de informação digital que visam armazenar, preservar, organizar e disseminar produção científica de uma instituição (WEITZEL, 2006). Nestes bancos de dados, geralmente estão incluídas informações sobre as dissertações e teses produzidas nessa instituição.

Outro banco de dados consultado neste estudo foi a Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>). Esta plataforma, dentre outras informações, disponibiliza dados acerca dos cursos avaliados e reconhecidos pela Capes (CAPES, 2018f). Acessou-se também a Plataforma E-MEC (<http://emec.mec.gov.br/>), base oficial de informações acerca das IES e cursos de graduação e pós-graduação do Sistema Federal de Ensino (MEC, 2018), para coletar informações sobre a natureza jurídica, sobre a localização das instituições identificadas e sobre a quantidade de cursos de graduação em cada unidade federativa (UF) e região do país.

Os sítios eletrônicos dos periódicos científicos onde os terapeutas ocupacionais publicaram seus artigos foram acessados. Quando algum periódico e os seus respectivos artigos não foram localizados, procedeu-se a busca em Bases Informacionais de Indexação e Referências. As bases de dados de indexação de periódicos foram criadas para facilitar o acesso às informações produzidas em virtude do alto volume de publicações existentes (CASTRO, 2006).

As bases informacionais consultadas foram: *Pyscinfo* (*American Psychological Association*), *Web of Science* (*Thomson Reuters Scientific*); *Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature-CINAHL*); *Scopus* (*Elsevier*); *MEDLINE/ PubMed* (*National Library of Medicine*); *Scientific Electronic Library Online – SciELO*; *LILACS* (*Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde*); *Biblioteca Virtual em Saúde – BIREME* e *LATINDEX* (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*). Optou-se por essas bases, em virtude de serem as principais fontes de indexação de periódicos e artigos publicados no Brasil (VIEIRA; WAINER, 2013; ZORZETTO *et al.*, 2006; VELLOSO; LANNES; De MEIS, 2004) e também na terapia ocupacional (POTTER, 2010; SCHROEDER, 2008; REED, 1999, 1988).

Essas bases foram acessadas via Portal de Periódicos da Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>). Este portal é uma biblioteca virtual que reúne e

disponibiliza para instituições de ensino e pesquisa no Brasil o acesso à produção científica nacional e internacional (BRASIL, 2019c).

As fontes de informação consultadas e os respectivos objetivos para sua utilização estão resumidamente descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Fontes de Informação consultadas e os motivos para sua inclusão.

Fonte de informação	Objetivo
Plataforma Lattes do CNPq	Localizar Currículos Lattes de terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado e acessar o Diretório de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq para identificar os grupos de pesquisa onde atuam.
Catálogo de Dissertações e Teses da Capes	Complementar e confirmar informações acerca do ano de conclusão, do título da dissertação ou tese, do nome do programa de pós-graduação. Localizar terapeutas ocupacionais que concluíram mestrados e/ ou doutorados não identificados na Plataforma Lattes. Além disso, essa fonte consultada para localizar e acessar o resumo das dissertações e teses produzidas.
Plataforma Sucupira	Obter informações acerca dos programas e cursos de mestrado e doutorado, bem como as Áreas Básicas e de Avaliação da Capes nas quais os programas estão inseridos.
Plataforma E-MEC	Obter informações acerca da localização e da natureza jurídica das instituições onde os mestres e doutores obtiveram suas graduações e pós-graduações, bem como onde atuam profissionalmente. Além disso, foi utilizada para obter dados acerca dos cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil.
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Obter informações acerca do quantitativo de terapeutas ocupacionais registrados em cada estado.
Rede Mundial de Computadores	Localizar e acessar os resumos de dissertações, teses e artigos publicados pelos mestres e doutores em sítios eletrônicos de compartilhamento de publicações e sítios pessoais.
Repositórios Institucionais	Localizar e acessar o resumo de dissertações e teses publicadas pelos mestres e doutores participantes do estudo
Sítios eletrônicos de Periódicos	Localizar e acessar artigos publicados pelos mestres e doutores participantes do estudo, complementando informações acerca da autoria e da referência bibliográfica dos artigos. Além disso, foram obtidas informações acerca dos periódicos onde os artigos foram publicados.
Bases Informacionais de Indexação e Referências	

4.4 COLETA DE DADOS

4.4.1 Etapas⁸

⁸ A descrição detalhada dos procedimentos de coleta de dados está descrita no Apêndice A.

A coleta de dados foi realizada por um único pesquisador em três etapas, realizadas em dois momentos. Em um primeiro momento, no período entre o início de dezembro de 2017 e o fim de janeiro de 2018, identificou-se os terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado (1º etapa). Em seguida, nesse mesmo período, obtiveram-se os dados referentes aos programas de pós-graduação onde esses mestres e doutores foram formados (2º etapa). Em um segundo momento, realizado entre os meses de julho a setembro de 2018, coletou-se informações referentes à produção bibliográfica identificada nos currículos (3º etapa).

Mais detalhadamente (Fluxograma 2), na 1º etapa, buscou-se identificar, localizar e extrair informações acerca da formação pós-graduada e da atuação profissional dos mestres e doutores. Nesta última categoria, inclui-se dados acerca da função e do local de atuação, participação em grupos de pesquisa, orientação na formação de recursos humanos em iniciação científica, mestrado e doutorado, bem como da produção bibliográfica, como artigos, livros e capítulos. Para tanto, primeiramente foi realizada a busca na Plataforma Lattes utilizando-se os descritores “terapia ocupacional” e “terapeuta ocupacional” no campo Assunto somado à marcação do filtro Formação acadêmica/ titulação com as opções de “Mestrado” e “Doutorado” e do filtro Unidade da Federação. Buscaram-se inicialmente os mestres em cada UF do país e depois os doutores. Esta estratégia foi adaptada a partir do estudo de Vasconcelos *et al.* (2014).

Ainda nesta etapa, procedeu-se a busca com o nome dos autores ou com os títulos das dissertações e teses no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, com o propósito de complementar dados e/ ou confirmar informações conflitantes ou não claras sobre as dissertações e teses apresentadas, sobre os programas de pós-graduação e as IES de formação pós-graduada dos profissionais. Este catálogo também foi utilizado para localizar pós-graduados não identificados na etapa anterior em virtude da não atualização do currículo ou de algum eventual problema na sua recuperação pelo sistema. Para tanto, utilizaram-se os termos “terapia ocupacional” e “terapeuta ocupacional” na ferramenta de busca do catálogo. Uma vez encontrado um profissional não identificado na etapa anterior, procedeu-se a busca nominal na Plataforma Lattes. Investigação anterior também utilizou o banco de teses para

identificar potenciais profissionais que concluíram mestrados ou doutorados (OLIVER, 2009).

Como parte desta etapa, pesquisaram-se informações na Plataforma E-mec quanto à natureza jurídica (pública federal, pública estadual e privada) das IES identificadas. Quando a informação sobre a IES não foi encontrada nesta plataforma, buscaram-se os dados no endereço eletrônico das instituições. Além disso, foi solicitado ao COFFITO, o quantitativo de terapeutas ocupacionais cadastrados em cada estado do país (COFFITO, 2018).

Por fim, ainda nesta etapa, acessou-se o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil para obtenção de informações acerca da atuação dos profissionais em grupos de pesquisa específicos ou não da terapia ocupacional. Para tanto, buscou-se individualmente o nome de cada mestre e doutor identificado no estudo no filtro “Termo de busca” associado ao filtro “Consulta por” nas modalidades de “Pesquisador”, “Estudante” e “Técnico”. A busca de informações nesse diretório tem sido uma estratégia utilizada em estudos recentes (TEIXEIRA; GONÇALVES; BOTELHO, 2012; VASCONCELOS *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014, 2010; OLIVER, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003).

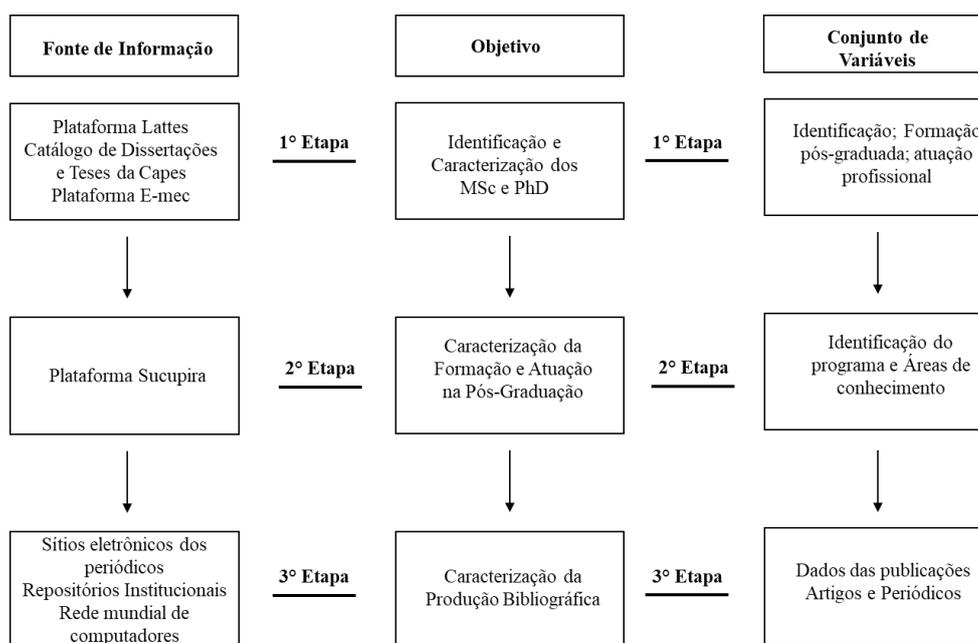
A 2ª etapa foi constituída pela coleta de dados na Plataforma Sucupira acerca dos programas de pós-graduação de formação e de atuação dos terapeutas ocupacionais. Nesta plataforma foi acionado o ícone Cursos Avaliados e Reconhecidos pela Capes. Em seguida, com base na identificação da UF e da IES de obtenção do mestrado ou doutorado no currículo dos profissionais, buscou-se informações sobre os programas pelo filtro “região”.

A 3ª etapa foi constituída pela obtenção de informações acerca da produção bibliográfica dos mestres e doutores, mais especificamente acerca dos artigos publicados e das dissertações e teses produzidas e orientadas pelos terapeutas ocupacionais. Primeiramente, com base nas produções mapeadas na etapa 1, procedeu-se a busca das dissertações e teses no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes. Quando não identificadas neste catálogo, buscou-se pelas produções na Rede Mundial de Computadores e/ ou nos Repositórios Institucionais.

Ainda nesta etapa, com relação aos artigos, primeiro buscou-se no sítio eletrônico dos periódicos. Quando o periódico ou artigo não foi encontrado neste

momento, efetuou-se a busca nas Bases Informacionais de Indexação e Referências e na Rede Mundial de Computadores. As diferentes etapas da coleta de dados estão descritas no Fluxograma 2.

Fluxograma 2 – Descrição das etapas de coleta de dados com identificação das fontes de informação, dos objetivos e conjunto de variáveis de cada etapa.



Legenda: MSc: Mestres; PhD: Doutores

4.4.2 Variáveis operacionais

Em cada fonte de informação, obteve-se um conjunto de variáveis operacionais (Quadro 2). No Currículo Lattes, foram obtidas variáveis operacionais relacionadas à Identificação, Formação na graduação e pós-graduação, Atividade profissional, Orientações concluídas de iniciação científica como orientador, Orientações concluídas e em andamento de mestrados e doutorados como orientador, Produção bibliográfica. No Diretório de Grupos de Pesquisa, obteve-se informações sobre a Participação em grupos de pesquisa e na plataforma E-Mec sobre a localização e natureza jurídica das IES.

Informações sobre o Programa de Pós-Graduação e as Dissertações e Teses foram obtidas via Plataforma Sucupira e o Catálogo de Dissertações e Teses da Capes/Repositórios Institucionais, respectivamente. Por fim, nas Bases Informacionais de

Indexação e Referências, foram obtidos os atributos dos Artigos e Periódicos de publicação.

A partir de algumas variáveis coletadas foram produzidos indicadores. Com base nos anos de graduação e pós-graduação, foi calculado, com referência ao ano de 2017, o tempo de graduado, o tempo de mestrado e o tempo de doutorado. Além disso, calculou-se também o tempo de formação entre graduação e mestrado, graduação e doutorado e mestrado e doutorado. Em seguida, foram computadas as médias destes tempos no grupo de mestres e no grupo de doutores.

Da mesma forma, com base no número total de orientações de iniciação científica, de mestrado e doutorado e na quantidade de profissionais e alunos de graduação de terapia ocupacional orientados, foi possível calcular o percentual de orientações de acadêmicos e profissionais de terapia ocupacional para cada mestre e doutor.

Outra variável desenvolvida refere-se a um indicador de vinculação da produção bibliográfica à área de terapia ocupacional. A partir identificação do descritor “terapia ocupacional” e de seus correlatos, “terapeuta ocupacional”, “terapêutico ocupacional” e terapêutica ocupacional” no título, resumo e palavras-chave dos artigos publicados e das orientações e teses produzidas pelos participantes do estudo, foi possível estabelecer o percentual de orientações com foco sobre o campo da terapia ocupacional. Este procedimento também ocorreu para obtenção do percentual de publicação de cada pesquisador em periódicos específicos ou não de terapia ocupacional.

Destaca-se que o desenvolvimento de uma variável para identificar a relação de uma produção com um campo de conhecimento foi realizada em estudos anteriores (LECUONA *et al.*, 2017; LOPES *et al.*, 2016; OLIVER, 2009). Da mesma forma, ressalta-se que a obtenção de indicadores a partir dos dados obtidos nos currículos dos pesquisadores produz informação substancial para compreender algumas características de uma comunidade de pesquisadores (CRUZ *et al.*, 2018; SANTOS *et al.*, 2015).

O Quadro 2 abaixo apresenta as variáveis de interesse extraídas com base em cada fonte de informação.

Quadro 2 – Fontes de Informação e Variáveis Operacionais da Pesquisa.

Fonte de Informação	Variáveis operacionais
Plataforma Lattes/ Currículo Lattes	<i>Identificação:</i> Nome, data da última atualização do currículo, gênero; <i>Formação na graduação e pós-graduação:</i> Ano, IES, Programa, UF, Região e País de obtenção da titulação; <i>Atividade profissional:</i> ano de início da atuação profissional atual, Instituição, Função, Área, carga horária, UF, Região; <i>Orientações concluídas de Iniciação Científica como orientador:</i> Nome do discente, Ano de Conclusão da Orientação, Curso do Discente, Título do Projeto, IES, natureza jurídica, UF e Região; <i>Orientações concluídas e em andamento de mestrado e doutorado como orientador:</i> Título, Nome do discente, Ano de Início, Ano de Conclusão, Programa de Pós-Graduação, Curso de graduação do discente, Título do trabalho, IES, natureza jurídica, UF e Região; <i>Produção bibliográfica:</i> Livros publicados (Título, Autores, Editora, Cidade e Ano de Publicação); Capítulos de Livro (Título do Capítulo, Autores, Título do livro, organizadores, Editora, Cidade e Ano de Publicação) e Artigos publicados em periódicos (Título do artigo, autores, Periódico, Fascículo, Volume, Páginas, Ano de publicação)
Plataforma Lattes/ Diretório de Grupos de Pesquisa	<i>Participação em grupos de pesquisa:</i> Nome do Grupo, Instituição, UF, Região, Área Predominante, Sub-área, Ano de Formação, Repercussões do trabalho do grupo, Linhas de pesquisa; Palavras-chaves das linhas de pesquisa; Modalidade de Participação.
Plataforma E-MEC	Natureza jurídica das IES
Plataforma Sucupira	Programa de Pós-Graduação: Nome do Programa, Área Básica e Área de Avaliação do Programa, Situação de funcionamento, IES, UF, Região.
Catálogo de Dissertações e Teses da Capes	Dissertações e Teses: Título, Resumo e Palavras-Chave da Dissertação e/ ou tese, Nome do Programa de Pós-graduação, IES e Ano de Defesa.
Repositórios Institucionais	Dissertações e Teses: Título, Resumo e Palavras-Chave da Dissertação e/ ou tese, Nome do Programa de Pós-graduação, IES e Ano de Defesa.
Bases Informativas de Indexação e Referências.	Artigos publicados: Título do artigo, autores, Periódico, Fascículo, Volume, Páginas, Ano de publicação; Periódicos de Publicação: ISSN impresso e online, situação do periódico (Ativo ou Inativo), tipo de publicação periódica, periodicidade, editora, ano de início do periódico, ano de fechamento, país e idiomas de publicação e áreas de conhecimento de vinculação.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram organizados e tabulados em planilha (Excel) e apresentados em gráficos e tabelas. As variáveis qualitativas foram apresentadas por meio de suas frequências absolutas e relativas, enquanto as variáveis quantitativas foram apresentadas com base na mediana e nos limites máximo e mínimo. Uma variável foi categorizada como qualitativa quando seus valores puderam ser distribuídos em categorias mutualmente exclusivas. Essas variáveis ocorreram em dois tipos: nominal ou ordinal. No que concerne as variáveis quantitativas, elas são

expressas por números absolutos em uma escala numérica (VIEIRA, 2010), como o número de artigos publicados em periódicos específicos de terapia ocupacional.

Primeiramente foi realizada uma análise descritiva univariada para descrever as características das variáveis analisadas (FILHO, 1999). Para a análise temporal, os dados foram agrupados nos seguintes períodos: 1960-1969; 1970-1979; 1980-1989; 1990-1999; 2000-2009; 2010-2017, no intuito de compreendê-los no contexto do conhecimento produzido à época. As áreas de conhecimento foram analisadas com base na classificação desenvolvida pela Capes tendo como foco as Áreas de Avaliação onde os profissionais foram titulados (CAPES, 2018a). A análise das regiões foi baseada na distribuição geopolítica do Brasil, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que divide o país em cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Esse tipo de análise regional foi utilizada em estudos anteriores sobre a formação pós-graduada de terapeutas ocupacionais (TEIXEIRA; GONÇALVES; BOTELHO, 2012; LOPES *et al.*, 2014).

Em seguida, utilizou-se o Teste Qui-Quadrado para verificar associação das variáveis. Esse teste é baseado nas frequências observadas e esperadas na amostra. Adotou-se 5% como nível de significância estatística, valor padrão comumente utilizado nos estudos com hipótese de associação entre variáveis (VOLPATO; BARRETO, 2016; VIEIRA, 2010; FILHO, 1999). Esse tipo de análise tem demonstrado sensibilidade para identificar diferenças e relações entre as atividades de pesquisa desenvolvidas por profissionais brasileiros (CRUZ *et al.*, 2018; PAZ-OLIVEIRA; CARMO; FERREIRA, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2014; FREIRE *et al.*, 2013).

Foram analisadas as seguintes associações: Formação Pós-Graduada x Atuação Profissional; Formação Pós-Graduada x Atuação em Grupos de Pesquisa; Formação Pós-Graduada x Atuação na Pós-Graduação; Atuação em Grupos de Pesquisa x Atuação Profissional; Atuação em Grupos de Pesquisa x Orientação de Iniciação Científica; Atuação em Grupos de Pesquisa x Atuação na Pós-Graduação; Formação Pós-Graduada x Produção Bibliográfica; Atuação Profissional x Produção Bibliográfica; Atuação em Grupos de Pesquisa x Produção Bibliográfica; Atuação na Pós-Graduação x Produção Bibliográfica.

No que diz respeito à produção bibliográfica, analisou-se a associação entre a formação e atuação dos mestres e doutores com a produção de conhecimento para o campo da terapia ocupacional. É importante frisar que este estudo utilizou como critério de vinculação da produção bibliográfica ao campo de conhecimento em terapia ocupacional a identificação dos descritores acima mencionados. No entanto, de um modo geral, com base da definição profissional adotada nessa investigação, considerou-se como pesquisa e produção de conhecimento vinculada à área aquelas produções que abordam, direta ou indiretamente, os aspectos referentes aos processos de compreensão, formação e intervenção em terapia ocupacional. Também considerou as produções que abordam os diferentes contextos, como o social, político, econômico, cultural, histórico, etc, que influenciam a formação, a percepção, a prática, a pesquisa e a produção de saber da profissão e de seu objeto de intervenção, e o homem e suas ocupações cotidianas.

Operacionalmente, a publicação de artigos científicos pelos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado foi verificada. Optou-se pela análise desta produção em virtude da quantidade de artigos produzidos, do elevado percentual de recuperação dos artigos identificados nos currículos e de ter sido possível identificar a vinculação dos textos ao campo da profissão com base na observação de descritores relacionados ao termo “terapia ocupacional” no título, resumo e palavras-chave.

Reitera-se que a análise dos artigos foi baseada em duas variáveis, a saber, a somatória da frequência absoluta da participação dos mestres e doutores em artigos publicados em periódicos específicos de terapia ocupacional, e a somatória da frequência absoluta da participação dos mesmos em artigos publicados que contém o descritor “terapia ocupacional” e seus correlatos no título, resumo e/ ou palavras-chave.

Destaca-se que, foi realizada a opção pela quantificação da participação nos artigos ao invés da contabilização da frequência absoluta dos artigos analisados em virtude de um mesmo trabalho ter a possibilidade de conter mais de um terapeuta ocupacional participante do estudo. Por exemplo, um terapeuta ocupacional A publicou 20 artigos, sendo que 15 foram veiculados em periódicos da profissão e 5 não foram. Um outro profissional B publicou 5 artigos, sendo 3 em periódicos da área e 2 em outra área. A e B participam como autores em um mesmo trabalho publicado em

um periódico específico. Dessa forma, o trabalho foi contabilizado para os dois profissionais, pois contabilizou-se a participação na autoria. A análise da publicação de artigos relacionados a um campo de conhecimento têm sido adotada como uma forma de compreender sua institucionalização (NETO; CAFÉ; SILVA, 2017; LOPES *et al.*, 2016)

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

Em relação aos aspectos éticos desta pesquisa, frisa-se que como o estudo foi desenvolvido com base em documentos públicos e acesso livre, sua aprovação em Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos não foi necessária, de acordo com o que também tem sido argumentado por investigações recentes (CRUZ *et al.*, 2018). Conforme ressaltado por Coury e Vilella (2009), que analisaram o Currículos Lattes de fisioterapeutas pesquisadores, os próprios indivíduos que desejam depositar seu currículo na Plataforma Lattes são responsáveis pelo preenchimento do mesmo, informando a veracidade das informações declaradas por meio de um “Termo de Adesão e Compromisso”, bem como sua ciência em relação ao fato de que algumas de suas informações podem ser divulgadas.

5 RESULTADOS

A partir da execução das estratégias de busca descritas anteriormente, foram encontrados 9.994 currículos. Após aplicação dos critérios de inclusão foram selecionados 1.188 currículos de terapeutas ocupacionais com pós-graduação *stricto sensu*. Identificou-se que 17,59% (n=209) não foram atualizados nos últimos três anos anteriores à coleta de dados (2015 a 2017) e somente 10,61% (n=126) não foram atualizados nos últimos cinco anos.

A seguir, são apresentados de forma descritiva os dados acerca da formação na pós-graduação, da atuação profissional e da produção bibliográfica dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado no Brasil. Logo após, apresentam-se dados referentes à análise da associação entre as variáveis caracterizadas.

Destaca-se que alguns dados obtidos, neste estudo, referentes à formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais foram publicados recentemente (FOLHA *et al.*, 2018).

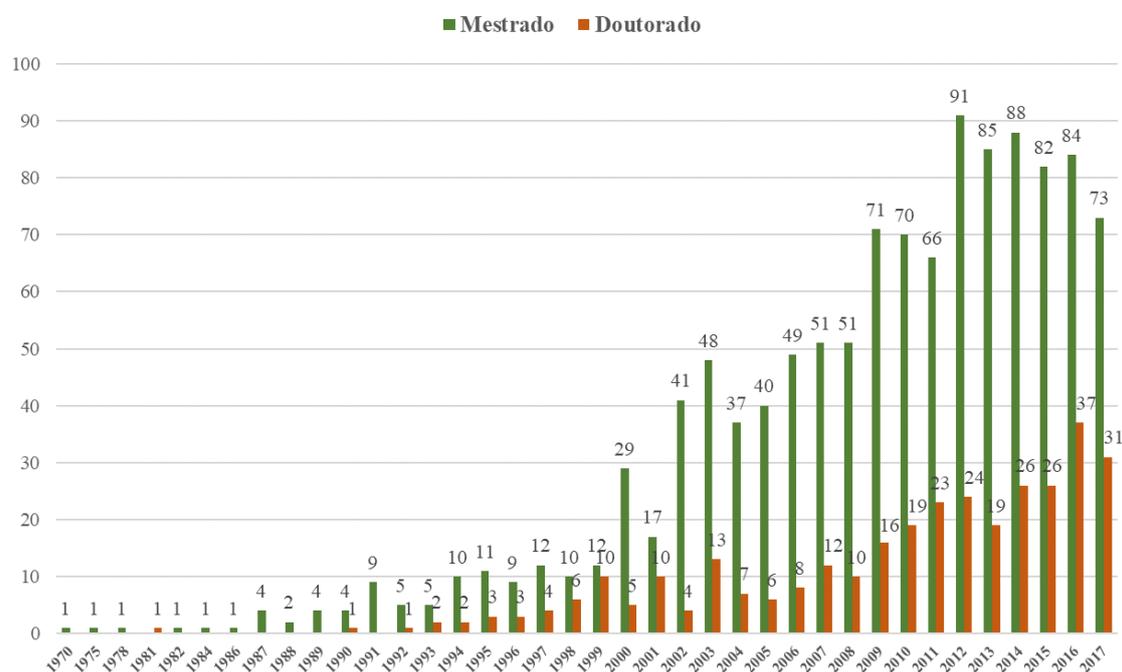
5.1 A FORMAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS PARA O CAMPO DA PESQUISA: “QUEM SÃO OS (AS) NOSSOS (AS) MESTRES (AS) E DOUTORES (AS)?

Até dezembro de 2017, haviam 859 mestres e 329 doutores no país. Identificou-se que 93,35% (n=1109) são profissionais do sexo feminino e 6,65% (n=79) do masculino.

5.1.1 Quando os terapeutas ocupacionais brasileiros obtiveram seus mestrados e doutorados?

O ano de 1970 registrou a primeira obtenção de um grau de mestre por um terapeuta ocupacional no Brasil. Em 1981 houve a conclusão do primeiro doutorado. Foi somente a partir do final da década de 1980 que começou a ocorrer o aumento gradual na formação de mestres e na década de 1990 de doutores (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Frequência absoluta dos terapeutas ocupacionais com pós-graduação com base no ano de conclusão*.



Nota: Número total de mestrados concluídos (n = 1176); Número total de doutorados concluídos (n = 329); * 12 terapeutas ocupacionais não cursaram mestrado e realizaram doutorado direto.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Houve um aumento expressivo da formação pós-graduada de terapeutas ocupacionais nos primeiros 17 anos do século XXI. Aproximadamente 90% do quantitativo atual de mestres e doutores obteve a titulação entre 2000 e 2017 (Tabela 1). Um indicativo desse aumento recente foi constatado que somente no período de 2010-2017, a cada ano, 91 terapeutas ocupacionais obtiveram suas titulações de mestrado e 29 de doutorado. Observou-se também que há 179 doutorados em andamento.

Tabela 1 - Frequências absoluta e relativa de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado, considerando o período de conclusão da pós-graduação.

Períodos	Mestrado			Doutorado		
	FA	%	Média por década**	FA	%	Média por década**
1970-1979	3	0,26%	0,30	0	0,00%	0,00
1980-1989	13	1,11%	1,30	1	0,30%	0,10
1990-1999	87	7,40%	8,70	32	9,73%	3,20
2000-2009	434	36,90%	43,40	91	27,66%	9,00
2010-2017	639	54,34%	91,29	205	62,61%	29,43
Total	1176*	100%	25,02	329	100%	7,00

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Nota:* 12 terapeutas ocupacionais realizaram doutorado direto, portanto, não realizaram mestrado; ** Para o cálculo da média anual de pós-graduações por década, para o período entre 2010-2017, foi considerado o período de 7 anos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A relação entre o ano de conclusão da graduação e o ano de referência deste estudo (2017) possibilitou a identificação do tempo de formado. Da mesma maneira, a relação entre ano de referência e o ano de conclusão da pós-graduação produziu o tempo de formação pós-graduada. Esses indicadores puderam referir, em parte, a experiência acumulada pelos profissionais na prática profissional e na pesquisa. Posto isso, nos mestres, o tempo máximo de formado foi de 45 e sua mediana foi de 13 anos. Nesse grupo, o tempo máximo de mestrado foi de 35 e sua mediana foi de 5 anos. Já para os doutores, o tempo máximo de formado foi de 54 com mediana de 24 anos. O tempo máximo de mestrado foi de 47 e a mediana de 13 anos e o tempo máximo de doutorado foi de 36 e mediana de 6 anos (Tabela 2).

Assim como foi possível obter um indicativo da experiência acumulada dos terapeutas ocupacionais, foi possível obter também um indicador referente ao ritmo da formação pós-graduada. Ele foi obtido pela diferença entre o ano de titulação e o ano de graduação e, também, pela diferença entre o ano de conclusão do mestrado e do doutorado. Assim, nos mestres, embora tenha ocorrido um caso de um profissional que concluiu o mestrado 40 anos após sua graduação, observou-se que a mediana do período entre a graduação e o mestrado, nesse grupo, foi de 8 anos. Para os doutores, essa mediana foi de 9 anos e a mediana do intervalo entre graduação e o doutorado foi de 16 anos.

Tabela 2 – Mediana, limites mínimo e máximo do tempo de formação e pós-graduação de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

Variável	Mestres				Doutores			
	n	Mín	Mediana	Máx	n	Mín	Mediana	Máx
Tempo de Formado	855*	0	13	45	327**	6	24	54
Tempo de Mestrado	859	0	5	35	317***	3	13	47
Período entre Graduação e Mestrado	855*	0	8	40	315#	2	9	32
Tempo de Doutorado	-	-	-	-	329	0	6	36
Período entre Graduação e Doutorado	-	-	-	-	327**	4	16	37
Período entre Mestrado e Doutorado	-	-	-	-	317***	2	6	26

Legenda: n: número de participantes incluídos; Mín: Limite Mínimo; Máx: Limite Máximo. Nota: *Quatro mestres não foram incluídos por não apresentarem o ano de graduação; ** Dois doutores não foram incluídos por não apresentarem o ano de graduação; *** Doze doutores não cursaram

mestrado; # Dois doutores não foram incluídos por não apresentarem o ano de graduação e 12 doutores não cursaram mestrado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro dado revelado nesta pesquisa sobre a pós-graduação dos terapeutas ocupacionais no Brasil, é que ela tem ocorrido em décadas diferentes em cada região do país (Tabela 3). Os primeiros mestrados e doutorados foram obtidos no Sudeste nas décadas de 1970 e 1980, respectivamente. Nos anos de 1990, houve o início da formação pós-graduada nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul, e uma ampliação quantitativa da formação no Sudeste. A formação pós-graduada no Norte do país foi iniciada somente a partir dos anos 2000. Essa formação também tem ocorrido no âmbito internacional, com mais frequência a partir dos anos 2000.

Tabela 3 – Frequência absoluta de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado nas regiões brasileiras e no âmbito internacional, considerando o período de conclusão da pós-graduação.

Região	CO		NO		NE		SE		S		IN		Total	
Período	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M*	D
1970-1979	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0
1980-1989	0	0	0	0	1	0	9	1	0	0	3	0	13	1
1990-1999	2	0	0	0	5	0	72	27	6	0	2	5	87	32
2000-2009	15	0	14	0	82	6	266	75	43	5	14	4	434	90
2010-2017	11	6	56	6	95	26	400	140	60	15	17	13	639	206
Total	28	6	70	6	183	32	750	243	109	20	36	22	1176	329

Legenda: CO: Centro-Oeste; NO: Norte; NE: Nordeste; SE: Sudeste; S: Sul; IN: Internacional. M: Mestres; D: Doutor. Nota: *12 terapeutas ocupacionais realizaram doutorado direto, portanto, não realizaram mestrado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1.2 Onde os terapeutas ocupacionais brasileiros obtiveram seus mestrados e doutorados?

Houve uma assimetria quanto a região de formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais brasileiros. A Tabela 4 indica que 63,78% (n=750) dos terapeutas ocupacionais obtiveram o mestrado e 73,86% (n=243) o doutorado em instituições na Região Sudeste. Por outro lado, na Região Centro-Oeste 2,38% (n=28) dos terapeutas ocupacionais obtiveram os mestrados e 1,82% (n=6) os doutorados na região.

Tabela 4 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais com pós-graduação *stricto sensu* quanto ao local de formação pós-graduada.

Local	MSc (FA)	MSc (%)	PhD (FA)	PhD (%)
Brasil	1176*	100%	329	100%
Norte	70	5,95%	6	1,82%
Acre	0	0,00%	0	0,00%
Amapá	2	0,17%	0	0,00%
Amazonas	2	0,17%	0	0,00%
Pará	66	5,61%	6	1,82%
Rondônia	0	0,00%	0	0,00%
Roraima	0	0,00%	0	0,00%
Tocantins	0	0,00%	0	0,00%
Nordeste	183	15,56%	32	9,73%
Alagoas	14	1,19%	0	0,00%
Bahia	21	1,79%	5	1,52%
Ceará	56	4,76%	6	1,82%
Maranhão	16	1,36%	3	0,91%
Paraíba	3	0,26%	1	0,30%
Pernambuco	66	5,61%	15	4,56%
Piauí	0	0,00%	0	0,00%
Rio Grande do Norte	5	0,43%	2	0,61%
Sergipe	2	0,17%	0	0,00%
Centro-Oeste	28	2,38%	6	1,82%
Mato Grosso	2	0,17%	0	0,00%
Mato Grosso do Sul	11	0,94%	0	0,00%
Goiás	6	0,51%	0	0,00%
Distrito Federal	9	0,77%	6	1,82%
Sudeste	750	63,78%	243	73,86%
São Paulo	591	50,26%	196	59,57%
Rio de Janeiro	42	3,57%	15	4,56%
Espírito Santo	9	0,77%	3	0,91%
Minas Gerais	108	9,18%	29	8,81%
Sul	109	9,27%	20	6,08%
Paraná	28	2,38%	5	1,52%
Rio Grande do Sul	63	5,36%	14	4,26%
Santa Catarina	18	1,53%	1	0,30%
Internacional	36	3,06%	22	6,69%

Legenda: FA: Frequência Absoluta; MSc: Mestres; PhD: Doutor. Nota: * 12 terapeutas ocupacionais realizaram doutorado direto, portanto, não realizaram mestrado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Houve também assimetria quanto à natureza jurídica das instituições de formação pós-graduada (Tabela 5). A formação é mais frequente nas instituições públicas. No mestrado, houve uma maior frequência nas IES federais (47,53%, n=559) em relação às estaduais (29,93%, n=352), privadas (19,47% n=229) e internacionais (3,06%, n=36). No doutorado, a diferença entre as instituições públicas e privadas foi mais acentuada, com maior frequência nas IES federais (43,47%, n=143) e estaduais (40,73%, n=134), no entanto, IES privadas (9,12%, n=30) e internacionais (6,69%, n=22) também foram identificadas.

Tabela 5 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais com pós-graduação *stricto sensu* quanto a natureza jurídica da instituição.

Natureza Jurídica da Instituição	MSc (FA)	MSc (%)	PhD (FA)	PhD (%)
Privada	229	19,47%	30	9,12%
Pública Estadual	352	29,93%	134	40,73%
Pública Federal	559	47,53%	143	43,47%
Internacional	36	3,06%	22	6,69%
Total	1176	100%	329	100%

Legenda: FA: Frequência Absoluta; MSc: Mestres; PhD: Doutor. Nota:* 12 terapeutas ocupacionais realizaram doutorado direto, portanto, não realizaram mestrado. Fonte: Elaborado pelo autor.

No que concerne às IES, os mestrados ocorreram em 153 IES diferentes, sendo que 10 IES formaram cerca de 60,54% (n = 712) dos mestres (Tabela 6). Destas instituições, 7 estão localizadas na Região Sudeste, 2 no Nordeste e 1 no Norte do país. A USP (15,65%, n=184), a UFSCar (12,41%, n = 146) e a UFMG (7,23%, n = 85) situadas na Região Sudeste, formaram o maior número de mestres no Brasil. A UFPE (3,15%, n = 37) e a UNIFOR (2,38%, n = 28) foram as instituições formadoras mais frequentes no Nordeste e a UFPA (3,74%, n = 44) no Norte do país.

Tabela 6 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais com mestrado no Brasil quanto às instituições de formação pós-graduada mais frequentes.

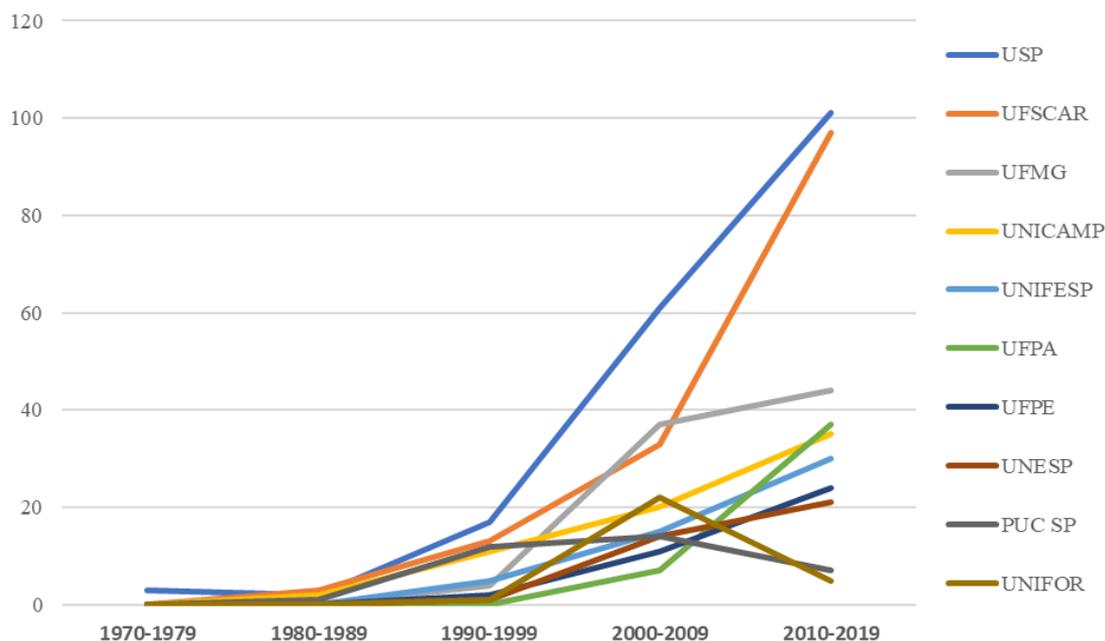
Instituição	FA	%
Universidade de São Paulo	184	15,65%
Universidade Federal de São Carlos	146	12,41%
Universidade Federal de Minas Gerais	85	7,23%
Universidade Estadual de Campinas	68	5,78%
Universidade Federal de São Paulo	50	4,25%
Universidade Federal do Pará	44	3,74%
Universidade Federal de Pernambuco	37	3,15%
Universidade Estadual Paulista	36	3,06%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	34	2,89%
Universidade de Fortaleza	28	2,38%
Outras Instituições	464	39,46%

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 2 elucidava a formação dos mestrados ao longo das décadas nas IES que titularam o maior número de profissionais. As instituições USP e UFSCar têm sido responsáveis pela pós-graduação dos terapeutas ocupacionais brasileiros desde as primeiras formações, com notável desempenho a partir da década de 1990, a UFMG, desde os anos 2000. Destaca-se também que as únicas instituições particulares, que estão entre as 10 mais frequentes instituições formadoras de terapeutas ocupacionais pós-graduados, apresentaram declínio no número de profissionais pós-graduados em seus cursos na década atual.

Gráfico 2 - Frequência absoluta dos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado quanto às instituições de formação pós-graduada mais frequentes ao longo do tempo.



Legenda: USP: Universidade de São Paulo; UFSCar: Universidade Federal de São Carlos; UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais; UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas; UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo; UFPA: Universidade Federal do Pará; UFPE: Universidade Federal de Pernambuco; UNESP: Universidade Estadual Paulista; PUC SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; UNIFOR: Universidade de Fortaleza.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação aos doutorados, eles ocorreram em 57 IES diferentes, sendo que 11 IES formaram cerca de 72,04% (n=237) dos doutores (Tabela 7). Destas, 7 estão situadas na Região Sudeste e há uma IES em cada outra região do país. Assim como no número de mestres, a USP (26,14%, n = 86), a UFSCar (12,16%, n = 40), a UFMG (7,90%, n = 26) e a UNICAMP (7,90%, n = 26) titularam o maior número de doutores do país. A UFPE (2,43%, n = 8), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2,13%, n = 7), a UFPA (1,82%, n = 6) e a UnB (1,82%, n = 6) foram as instituições formadoras mais frequentes nas Regiões Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente, embora se deva levar em consideração que são quantidades bem menores quando comparadas às instituições do Sudeste.

Tabela 7 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais brasileiros com doutorado quanto às instituições de formação pós-graduada mais frequentes.

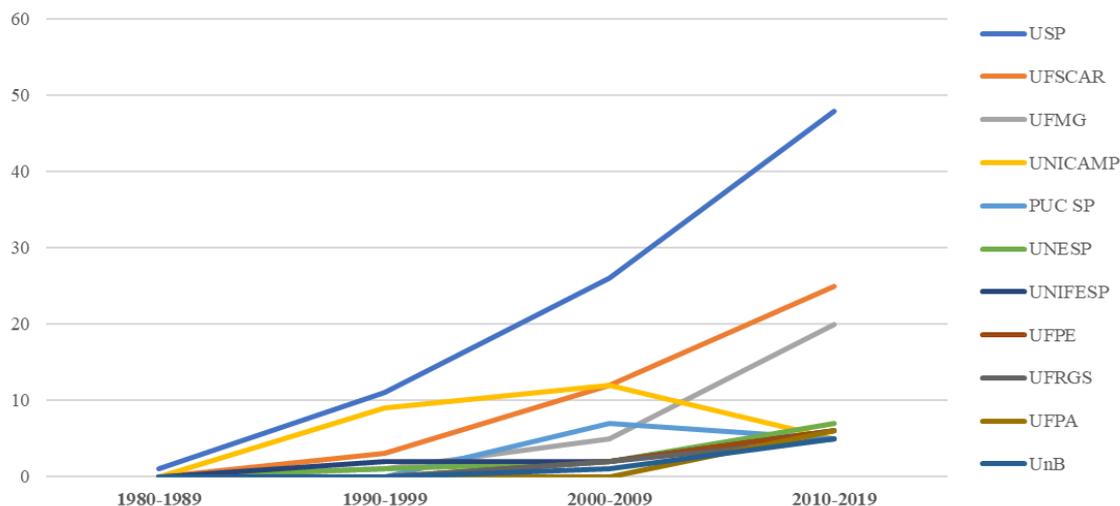
Instituição	FA	%
Universidade de São Paulo	86	26,14%
Universidade Federal de São Carlos	40	12,16%
Universidade Federal de Minas Gerais	26	7,90%
Universidade Estadual de Campinas	26	7,90%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	12	3,65%
Universidade Estadual Paulista	10	3,04%
Universidade Federal de São Paulo	10	3,04%
Universidade Federal de Pernambuco	8	2,43%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	7	2,13%
Universidade Federal do Pará	6	1,82%
Universidade de Brasília	6	1,82%
Outras Instituições	92	27,96%

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 3 ilustra a formação dos doutorados ao longo das décadas nas IES que titularam o maior número de profissionais. Novamente, a USP, a UFSCar e a UFMG se destacam. Os terapeutas ocupacionais têm realizado doutorado na USP desde anos 1980, com um importante crescimento recente. As formações na UFMG e UFSCar despontaram a partir dos anos 2000 e houve um incremento substancial na década atual. Duas das principais universidades formadoras nos anos 1990, UNICAMP e PUC-SP, apresentaram um tenro declínio.

Gráfico 3 - Frequência absoluta dos terapeutas ocupacionais brasileiros com doutorado quanto às instituições de formação pós-graduada mais frequentes ao longo do tempo.



Legenda: USP: Universidade de São Paulo; UFSCar: Universidade Federal de São Carlos; UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais; UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas; PUC SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; UNESP: Universidade Estadual Paulista; UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo; UFPE: Universidade Federal de Pernambuco; UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFPA: Universidade Federal do Pará; UnB: Universidade de Brasília.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1.3 Em quais Programas de Pós-Graduação, Áreas Básicas e Áreas de avaliação os terapeutas ocupacionais brasileiros obtiveram seus mestrados e doutorados?

A formação dos terapeutas ocupacionais em programas de mestrado tem sido ainda bem diversificada. Nenhum programa concentrou mais de 10% dos mestres titulados até o momento. A Tabela 8 apresenta os programas, as Áreas Básicas e as Áreas de Avaliação em que mais frequentemente ocorreram. Até 2017, foram concluídos 1176 mestrados, realizados em 237 programas de pós-graduação diferentes. Destaca-se, no entanto, que 11 programas formaram cerca de 45,92% (n=540) dos mestres. Os programas não específicos da profissão que mais formaram terapeutas ocupacionais no Brasil foram educação, saúde coletiva, ciências da reabilitação e psicologia.

No que concerne às Áreas Básicas de conhecimento, identificou-se uma diversificação da formação em 71 áreas diferentes. Quanto às Áreas de Avaliação, identificou-se a concentração de 83,84% em 11 áreas. As áreas de educação física, saúde coletiva, educação e interdisciplinar aglutinaram 61% dos mestres (Tabela 8).

Tabela 8 - Frequências absoluta e relativa dos mestrados concluídos quanto ao nome dos Programas, as Áreas Básicas e as Áreas de Avaliação mais frequentes.

(continua)		
Nome dos Programas MSc	FA	%
Educação	92	7,82%
Terapia Ocupacional	79	6,72%
Saúde Coletiva	70	5,95%
Ciências da Reabilitação	63	5,36%
Psicologia	61	5,19%
Educação Especial	44	3,74%
Saúde Pública	43	3,66%
Ciências da Saúde	29	2,47%
Gerontologia	25	2,13%
Enfermagem Psiquiátrica	17	1,45%
Engenharia de Produção	17	1,45%
Sub-total	540	45,92%
Outros Programas	636	54,08%
Área Básica MSc	FA	%
Saúde e Biológicas	122	10,4%
Educação Física	90	7,7%
Psicologia	88	7,5%
Educação	81	6,9%
Saúde Coletiva	79	6,7%
Enfermagem	51	4,3%
Saúde Pública	46	3,9%
Educação Especial	44	3,7%
Fonoaudiologia	37	3,1%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	35	3,0%
Sub-total	673	53,23%
Outras Áreas Básicas	503	35,71%
Não categorizados*	83	7,06%
Área de Avaliação MSc	FA	%
Educação Física	162	13,78%
Saúde Coletiva	160	13,61%
Educação	139	11,82%
Interdisciplinar	135	11,48%
Psicologia	131	11,14%
Medicina II ⁹	80	6,80%

⁹ Inclui áreas de conhecimento relacionadas à imunologia, hematologia, neurologia, pediatria, doenças infecciosas e parasitárias, reumatologia, saúde materno-infantil, psiquiatria, anatomia patológica e patologia clínica e radiologia médica;

Tabela 8 - Frequências absoluta e relativa dos mestrados concluídos quanto ao nome dos programas, as Áreas Básicas e as Áreas de Avaliação mais frequentes.

Área de Avaliação MSc	(conclusão)	
	FA	%
Enfermagem	53	4,51%
Medicina I ¹⁰	46	3,91%
Ensino	28	2,38%
Engenharias III ¹¹	26	2,21%
Engenharias IV ¹²	26	2,21%
Sub-total	986	83,84%
Outras Áreas de Avaliação	107	9,10%
Não categorizados	83	7,06%

Legenda: MSc: Mestrado; FA: Frequência Absoluta. Nota: *Não foram encontradas informações sobre as Áreas Básicas e de Avaliação de 47 programas de pós-graduação e de 36 mestrados que ocorreram no exterior. Assim, tanto os não encontrados quanto os que ocorreram no exterior não foram categorizados no que concerne a Área Básica e Área de Avaliação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

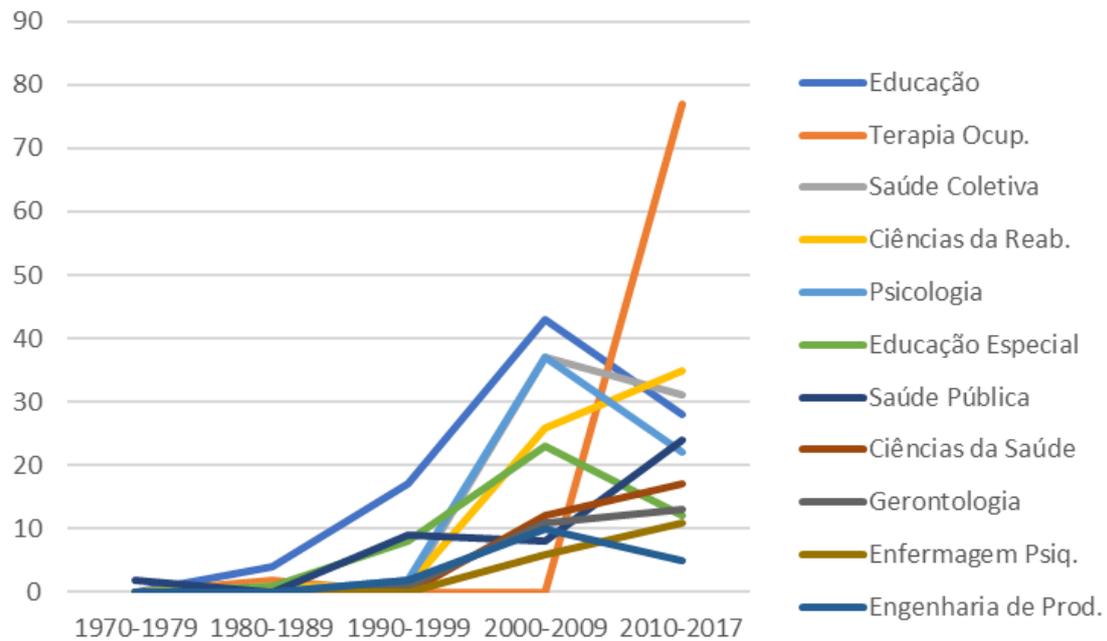
No que concerne à trajetória de formação dos terapeutas ocupacionais nos cursos mais frequentes ao longo do tempo, constatou-se que os cursos de mestrado denominados de saúde pública, educação, educação especial e psicologia predominaram até o fim dos anos 1990 (Gráfico 4). Na década seguinte, a formação em ciências da reabilitação e ciências da saúde também passou a ser frequente. A partir de 2010, destacam-se as pós-graduações em terapia ocupacional e ciências da reabilitação.

¹⁰ Inclui áreas de conhecimento relacionadas à clínica médica, angiologia, dermatologia, cancerologia, endocrinologia, cardiologia, gastroenterologia, pneumologia, nefrologia, fisioterapia e medicina legal e deontologia

¹¹ Inclui áreas de conhecimento relacionadas à engenharia mecânica, engenharia de produção, engenharia naval e oceânica e engenharia aeroespacial,

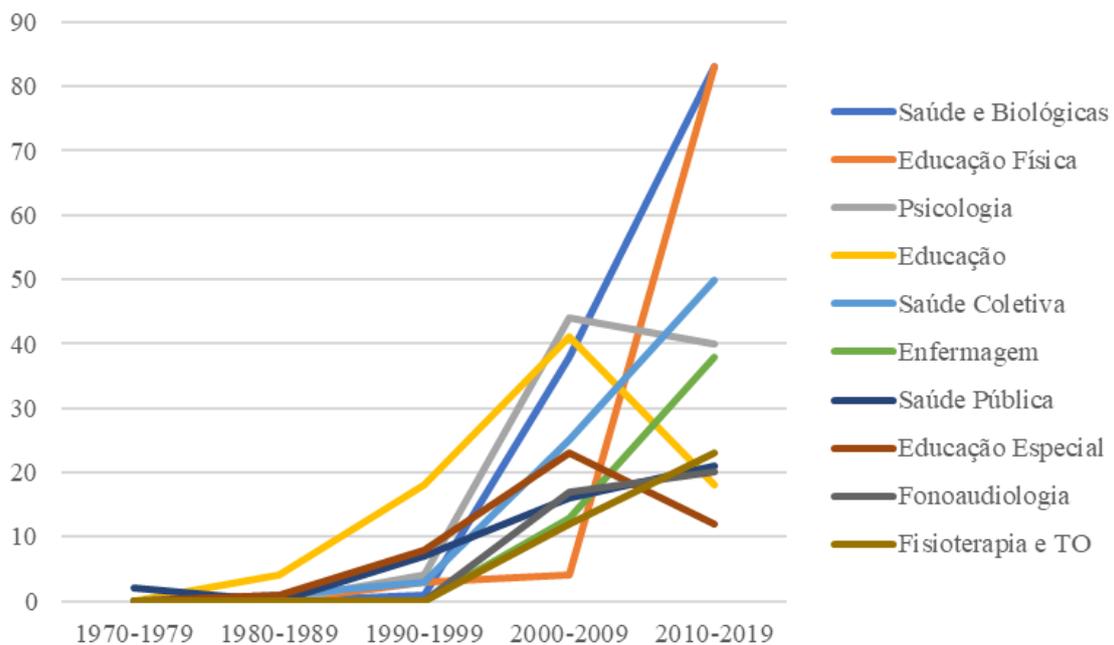
¹² Inclui áreas de conhecimento relacionadas à engenharia elétrica e engenharia biomédica.

Gráfico 4 - Descrição temporal do ano de conclusão dos mestrados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e o título dos programas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 - Descrição temporal do ano de conclusão dos mestrados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e segundo as Áreas Básicas

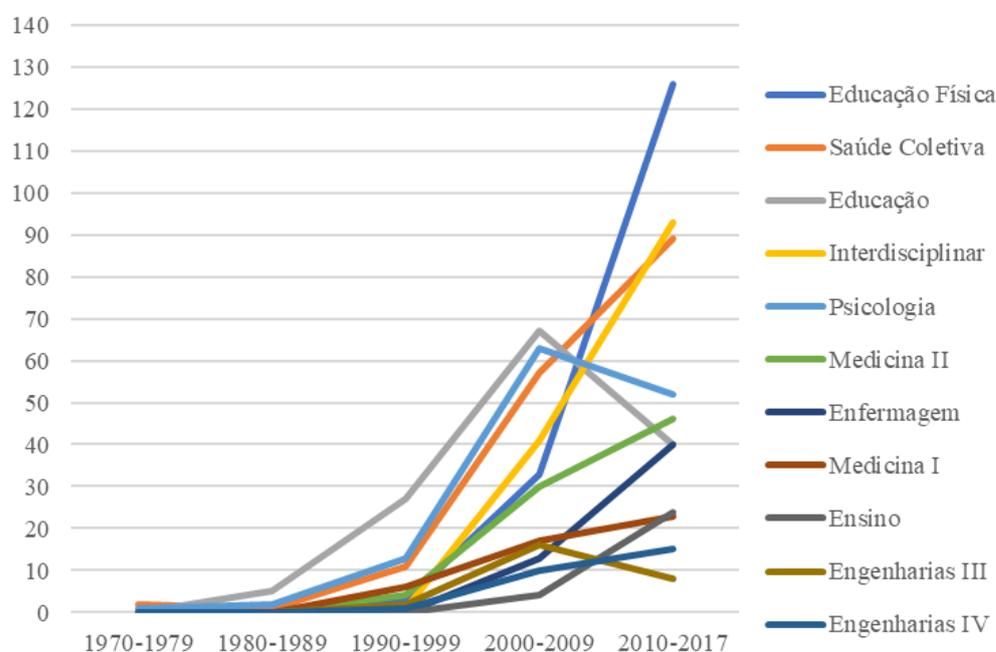


Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto às Áreas Básicas (Gráfico 5), observou-se que nos anos 1990 houve um predomínio das áreas de educação, educação especial, psicologia que declinou na década seguinte. Constatou-se uma ascensão desde 2010 das áreas de saúde e biológicas e educação física.

Quanto às Áreas de Avaliação predominantes (Gráfico 6), observou-se o crescimento das Áreas de Avaliação de educação física, interdisciplinar e saúde coletiva e o decréscimo de mestrados relacionados às áreas de psicologia e educação.

Gráfico 6 - Descrição temporal do ano de conclusão dos mestrados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e segundo as Áreas de Avaliação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre os doutorados (Tabela 9), até 2017, foram concluídos 329, realizados em 86 programas de pós-graduação diferentes. Dez programas formaram 55,32% (n = 182) dos doutores. Os programas não específicos da profissão que mais formaram terapeutas ocupacionais foram educação, educação especial, saúde coletiva, saúde pública e ciências da saúde.

As Áreas Básicas mais frequentes foram educação (8,51%, n = 28), educação especial (7,60%, n = 25), enfermagem (6,38%, n = 21), psicologia (6,08%, n = 20) e saúde pública (6,08%, n = 20). No que diz respeito às Áreas de Avaliação (Tabela 9), identificou-se a concentração de 84,50% (n = 278) em 10 áreas. As Áreas de

Avaliação de educação, psicologia, saúde coletiva, medicina II e medicina I corresponderam 66,57% (n = 219) da formação dos doutores.

Tabela 9 - Frequências absoluta e relativa dos doutorados concluídos quanto ao nome dos Programas, as Áreas Básicas e as Áreas de Avaliação mais frequentes.

(continua)		
Programa	FA	%
Educação	37	11,25%
Educação Especial	25	7,60%
Saúde Coletiva	23	7,01%
Saúde Pública	20	6,10%
Ciências da Saúde	17	5,17%
Ciências Médicas	13	3,95%
Psicologia	13	3,95%
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	12	3,65%
Ciências da Reabilitação	11	3,34%
Enfermagem	11	3,34%
Sub-total	182	55,32%
Outros Programas	147	44,68%
Área Básica	FA	%
Educação	28	8,51%
Educação Especial	25	7,60%
Enfermagem	21	6,38%
Psicologia	20	6,08%
Saúde Pública	20	6,08%
Clínica Médica	19	5,78%
Saúde Coletiva	14	4,26%
Medicina Preventiva	13	3,95%
Medicina	12	3,65%
Psicologia do ensino e da aprendizagem	12	3,65%
Sub-Total	184	55,93%
Outras Áreas Básicas	119	36,17%
Não categorizados	26	7,90%
Área de Avaliação	FA	%
Educação	60	18,24%
Psicologia	49	14,89%
Saúde Coletiva	47	14,29%
Medicina II	32	9,73%
Medicina I	31	9,42%
Enfermagem	21	6,38%
Educação Física	12	3,65%
Engenharias III	12	3,65%

Tabela 9 - Frequências absoluta e relativa dos doutorados concluídos quanto ao nome dos programas, as Áreas Básicas e as Áreas de Avaliação mais frequentes.

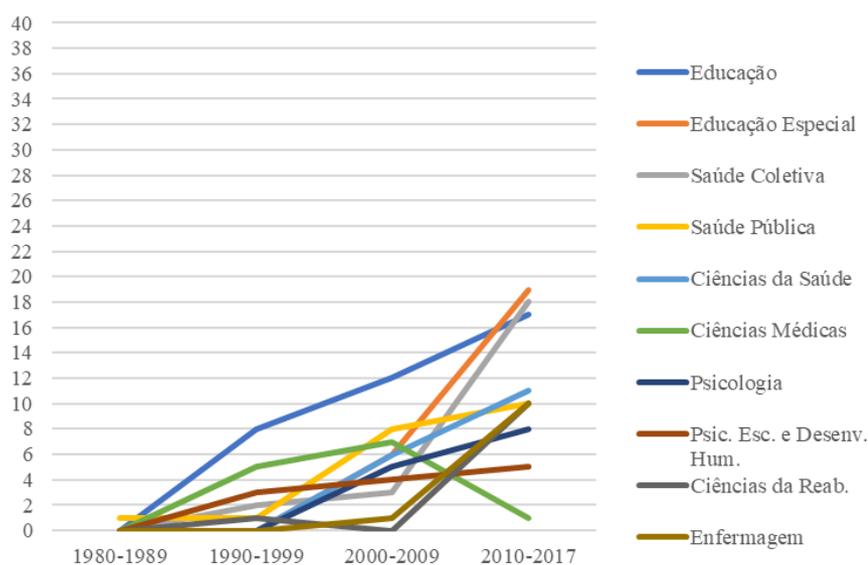
Área de Avaliação	(Conclusão)	
	FA	%
Interdisciplinar	7	2,13%
Sociologia	7	2,13%
Sub-total	278	84,50%
Outras Áreas de Avaliação	25	7,60%
Não categorizados	26	7,90%

Nota: *Não foram encontradas informações sobre as Áreas Básicas e de avaliação de 4 programas de pós-graduação e 22 doutorados no exterior. Assim, tanto os não encontrados quanto os que ocorreram no exterior não foram categorizados no que concerne a Área Básica e Área de Avaliação. Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na trajetória temporal de formação nos cursos de doutorado mais frequentes (Gráfico 7), identificou-se que, assim como o mestrado, o primeiro doutorado foi realizado na saúde pública. Na década de 1990, 32 novos doutores foram titulados em diversos programas, com destaque para educação, ciências médicas, psicologia escolar e do desenvolvimento e psicologia social. A partir da segunda década deste século, além desses programas, foi frequente também o doutoramento na saúde pública e saúde coletiva, ciências da saúde, ciências da reabilitação e enfermagem (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Descrição temporal do ano de conclusão dos doutorados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e segundo os títulos dos programas de doutorado.

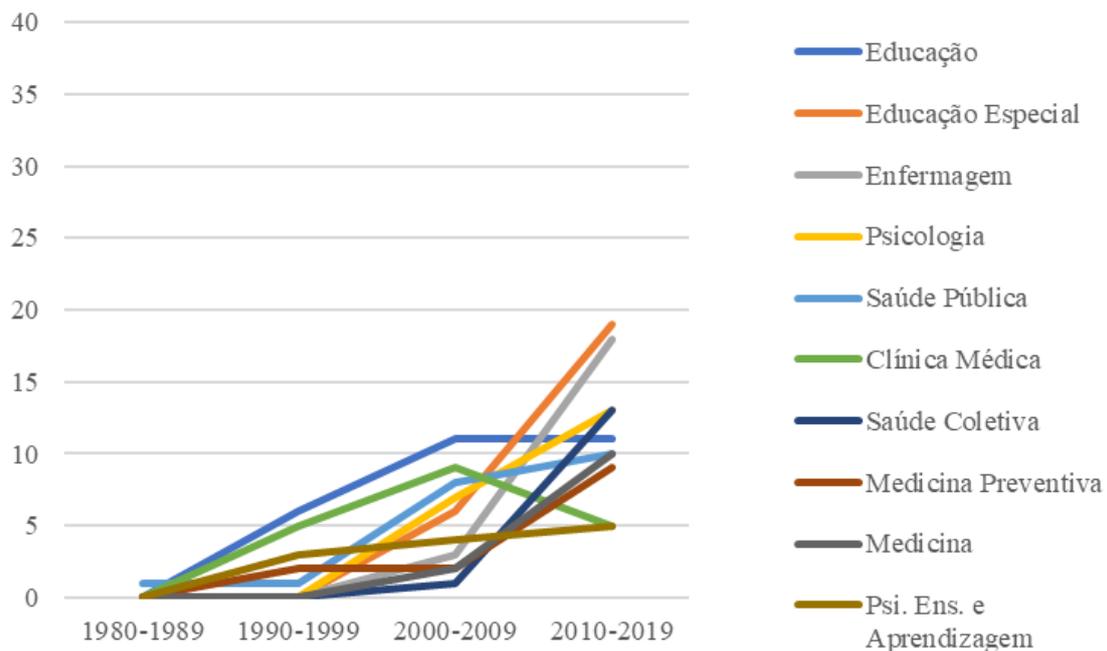


Legenda: Psic.Esc. e Desenv. Hum: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano; Ciências da Reab: Ciências da Reabilitação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação às Áreas Básicas (Gráfico 8), identificou-se que nas primeiras décadas houve uma maior frequência na formação de doutores nas áreas de saúde pública, educação, clínica médica e psicologia. No período atual, observa-se o predomínio da formação de doutores nas áreas de educação especial, enfermagem, saúde coletiva e psicologia.

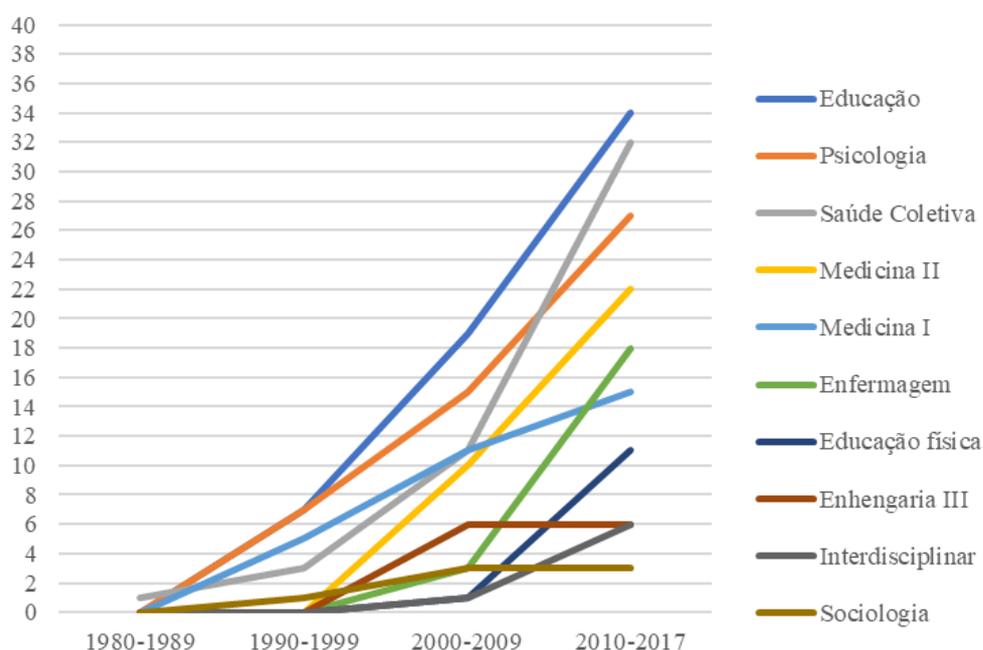
Gráfico 8 - Descrição temporal do ano de conclusão dos doutorados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo e segundo as Áreas Básicas de conhecimento.



Legenda: Psi. Ens. E Aprendizagem: Psicologia do Ensino e da Aprendizagem
 Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto às Áreas de Avaliação (Gráfico 9), desde a década de 1990 ocorre o predomínio da formação nas áreas de educação, saúde coletiva, psicologia e medicina I. Nota-se que, na última década, novos doutores também foram formados com frequência nas áreas de enfermagem e educação física.

Gráfico 9 - Descrição temporal do ano de conclusão dos doutorados mais frequentes realizados por terapeutas ocupacionais conforme as diferentes décadas do estudo, e segundo as Áreas de Avaliação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste estudo, identificou-se que semelhante às diferenças regionais quanto ao período de formação de mestres e doutores, existem diferenças quanto às áreas de formação mais frequentes no contexto nacional (Tabela 10).

Tabela 10 - Frequência relativa de mestrados e doutorados segundo as áreas de avaliação da Capes nas regiões brasileiras.

(continua)

Região	CO		NO		NE		SE		S	
	M (n=28)	D (n=6)	M (n=70)	D (n=6)	M (n=183)	D (n=32)	M (n=750)	D (n=243)	M (n=109)	D (N=20)
Arquitetura	0	0	0	0	1,64	0	0,67	0	2,75	0
Artes	0	0	1,43	0	0	0	0,67	0,41	0,92	0
Ciências Biológicas II	0	0	11,43	16,67	0,55	0	0,67	0,82	0	0
Educação	14,29	0	5,71	0	3,28	6,25	14,27	21,81	16,51	25
Educação Física	0	0	0	0	1,64	0	19,47	4,53	11,93	5
Enfermagem	3,57	0	0	0	1,09	3,13	6,11	7,82	3,67	5
Engenharias III	0	0	1,43	0	1,09	0	2,27	4,53	5,5	5
Engenharias IV	0	0	0	0	0,55	0	3,2	2,47	0,92	0
Ensino	0	0	10	0	2,19	0	2,0	0	1,83	0
Interdisciplinar	25,0	16,67	7,14	0	10,93	0	10,27	1,23	22,94	15
Linguística e Literatura	0	0	0	0	1,09	9,38	0,27	0	0	0
Medicina I	3,57	16,67	0	0	4,37	0	4,0	11,11	6,42	20

Tabela 10 - Frequência relativa de mestrados e doutorados segundo as Áreas de Avaliação da Capes nas regiões brasileiras.

Região Área de Avaliação	(conclusão)									
	CO		NO		NE		SE		S	
	M (n=28)	D (n=6)	M (n=70)	D (n=6)	M (n=183)	D (n=32)	M (n=750)	D (n=243)	M (n=109)	D (N=20)
Medicina II	0	33,33	7,14	33,33	12,57	25	6,8	7,41	0,92	5
Planejamento	0	0	8,57	0	0	0	0,13	0,82	0,92	5
Psicologia	42,68	33,33	34,29	50	13,11	9,38	8,13	16,05	9,17	10
Saúde Coletiva	7,14	0	1,43	0	34,97	37,5	11,73	14,4	5,5	0
Serviço Social	0	0	0	0	2,73	0	0,13	0	0,92	0
Sociologia	0	0	0	0	1,64	3,13	1,33	2,47	2,75	0
Outras áreas	3,57	0	2,86	0	3,83	3,13	3,47	2,47	3,67	5
Não encontrados	0	0	8,57	0	2,73	3,13	4,4	1,23	2,75	0

Legenda: CO: Centro-Oeste; NO: Norte; NE: Nordeste; SE: Sudeste; S: Sul.; IN: Internacional. M: Mestres; D: Doutor.

Nota: *Não foram encontradas informações sobre as Áreas Básicas e de Avaliação de 47 programas de pós-graduação e de 36 mestrados que ocorreram no exterior, bem como de 4 programas de pós-graduação e 22 doutorados no exterior. Assim, tanto os não encontrados quanto os que ocorreram no exterior não foram categorizados no que concerne a Área Básica e Área de Avaliação.

Fonte: Elaborado pelo autor

Constatou-se que há uma maior frequência de determinadas áreas de acordo com as regiões brasileiras tanto no mestrado quanto no doutorado (Tabela 10). Por exemplo, as Áreas de Avaliação mais procuradas no mestrado foram: no Centro-Oeste, Psicologia (42,86%, n=12) e Interdisciplinar (25%, n=7); no Norte, Psicologia (34,29%, n=24) e Ciências Biológicas II¹³ (11,43%, n=8); no Nordeste, Saúde Coletiva (34,97%, n=64) e Psicologia (13,11%, n=24); no Sudeste, Educação Física (19,47%, n=146) e Educação (14,27%, n=107); e no Sul, Interdisciplinar (22,94%, n=25) e Educação (16,51%, n=18).

No Doutorado, as mais procuradas foram: no Centro-Oeste, Psicologia e Medicina II, ambas com 33,33% (n=2); no Norte, Psicologia (50%, n=3) e Medicina II (33,33%, n=2); no Nordeste, Saúde Coletiva (37,50%, n=12) e Medicina II (25,00% (n=8); no Sudeste, Educação (21,81%, n=53) e Psicologia (16,05%, n=39); e no Sul, Educação (25%, n=5) e Medicina I (20%, n=4).

Alguns programas de mestrado e doutorado organizados nas Áreas de Avaliação mais frequentes foram: Ciências Biológicas II (neurociências, ciências fisiológicas e biomédicas), Educação (educação, educação especial), Educação Física

¹³ Inclui áreas de conhecimento relacionados à morfologia, fisiologia, bioquímica, biofísica, farmacologia;

(ciências da reabilitação, terapia ocupacional), Interdisciplinar (gerontologia, saúde e ambiente), Medicina I (ciências da saúde, ciências médicas), Medicina II (psiquiatria e psicologia médica, saúde da criança e do adolescente), Psicologia (psicologia clínica, experimental, institucional, escolar e do desenvolvimento e social) e Saúde Coletiva (saúde coletiva, saúde pública, saúde na comunidade).

5.1.4 A formação de mestres e doutores para o campo da terapia ocupacional

O início da formação dos terapeutas ocupacionais brasileiros em programas de pós-graduação específicos de terapia ocupacional ocorreu ainda na década de 1980. Duas profissionais obtiveram seus mestrados em terapia ocupacional nesse período, no entanto, em universidades situadas no exterior. Foi somente no ano de 2012 com a conclusão dos primeiros mestrados no PPGTO-UFSCar que se deu início a formação específica de pesquisadores em programas específicos da área no cenário brasileiro. Até 2017, nenhum terapeuta ocupacional brasileiro obteve título de doutorado em um programa específico da área, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

No entanto, desde meados dos anos 2000 (mestrado) e do início da década de 2010 (doutorado) tem ocorrido a formação pós-graduada de terapeutas ocupacionais em programas interdisciplinares, como os de ciências da reabilitação da UFMG e da USP, entre outros. Embora não sejam específicos do campo da terapia ocupacional, apresentam áreas de concentração, linhas de pesquisa, disciplinas e pesquisadores relacionados à área. Além desse aspecto, outro fato que merece destaque é que a formação de mestres e doutores para o campo da terapia ocupacional tem estado concentrada na região Sudeste.

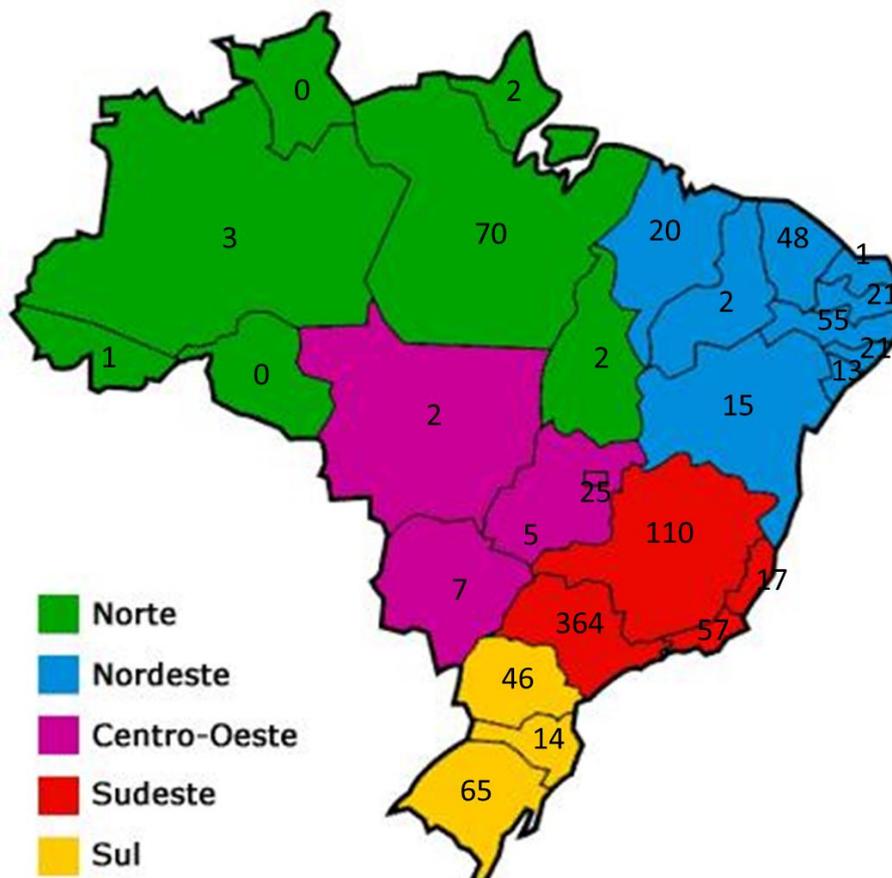
Uma vez apresentado como tem ocorrido a formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais no Brasil, a seguir, apresentam-se algumas características da sua atuação profissional, com destaque para sua atuação como pesquisador, formador e produtor de conhecimento.

5.2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS COM MESTRADO E DOUTORADO NO BRASIL: ONDE ESTÃO NOSSOS (AS) MESTRES (AS) E DOUTORES (AS)?

5.2.1 Onde atuam profissionalmente nossos mestres e doutores?

Aproximadamente 82% (n=988) dos currículos consultados apresentaram informações sobre a atuação profissional atual. Este dado permitiu elucidar a UF e a Região onde atuam. Dessa forma, observou-se que a região Sudeste concentra maior quantidade de mestres e doutores em atuação profissional (55,47%, n=548), seguida das regiões Nordeste (19,84%, n=196) e Sul (12,65%, n=125). As regiões Norte (7,89%, n=78) e Centro-Oeste (3,95%, n=39) apresentam menor número de profissionais com formação pós-graduada (Mapa 1). Destaca-se que ainda existem unidades federativas que não dispõem de terapeutas ocupacionais pós-graduados.

Mapa 1 - Frequência absoluta de terapeutas ocupacionais com pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.



Nota: 179 mestres e 21 doutores não apresentaram informações sobre sua atividade profissional atual, portanto, não estão incluídos nesta variável.

Fonte: Mapa adaptado de *Google* imagens. Dados oriundos do estudo.

Quanto às atividades profissionais identificou-se que 77,92% (n=240) dos doutores atuam como docentes, 24,03% (n=74) na assistência, 3,25% (n=10) na gestão de serviços e 0,97% (n=3) em consultorias. No que concerne aos mestres, 44,41% (n=302) atuam na docência, 62,35% (n=424) atuam na assistência, 3,53% (n=24) na gestão e 0,59% (n=4) como consultores.

5.3. A ATUAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS COM MESTRADO E DOUTORADO EM GRUPOS DE PESQUISA

5.3.1 Em quais grupos de pesquisa os terapeutas ocupacionais atuam?

Dos 1188 profissionais investigados 52,02% (n = 618) participam de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPq. Desses participantes, 40,78% (n = 252) são doutores e 59,22% (n = 366) são mestres. A Tabela 11 apresenta a distribuição dos profissionais participantes de grupos de pesquisa de acordo com sua vinculação ao campo da terapia ocupacional. Cerca de 59% (n = 365) participam de algum grupo de pesquisa relacionado à profissão, sendo 53,83% (n = 197) dos mestres e 66,67% (n = 168) dos doutores participam de algum grupo de pesquisa que aborda a terapia ocupacional.

Tabela 11 - Frequências absoluta e relativa dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado quanto à sua participação em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.

Participantes de grupos de pesquisa	Total		Terapia Ocupacional		Outros	
	FA	%	FA	%	FA	%
Mestres	366	59,22%	197	53,83%	169	46,17%
Doutores	252	40,78%	168	66,67%	84	33,33%
Mestres e Doutores	618	100%	365	59,06%	253	40,94%

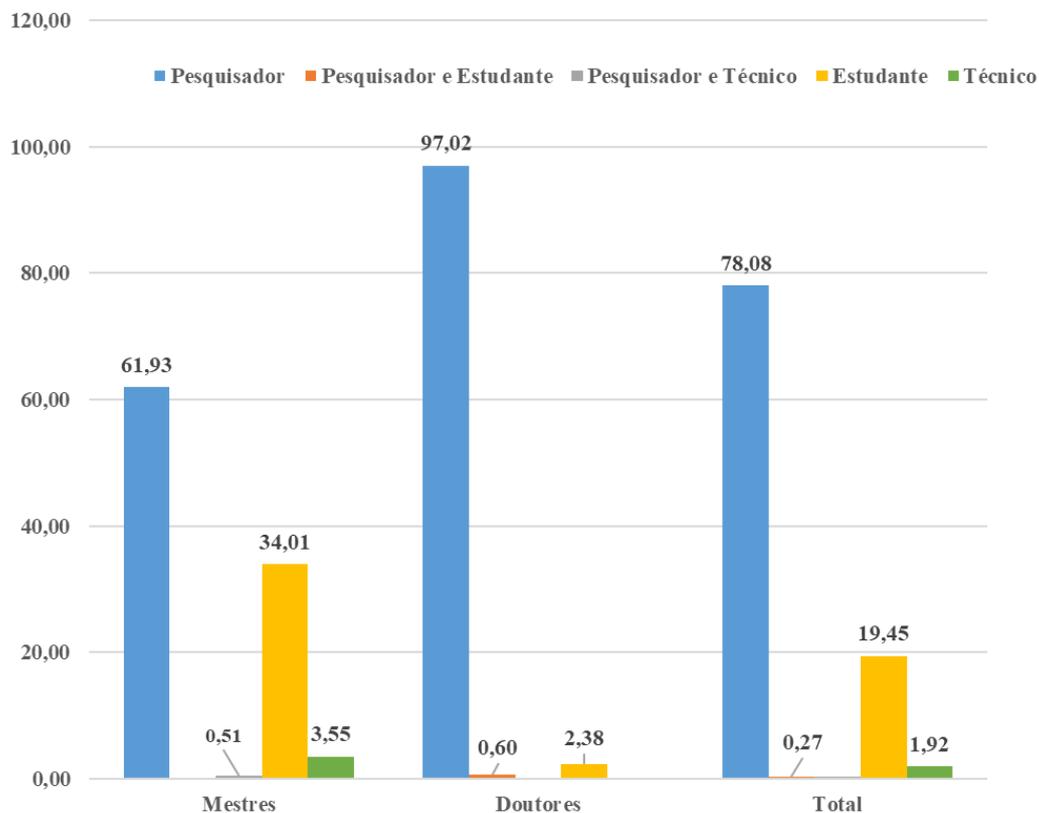
Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.3.2 Como os terapeutas ocupacionais participam dos grupos de pesquisa? Como pesquisador, estudante ou técnico?

Ao se analisar o tipo de participação desses profissionais nos grupos de pesquisa relacionados à terapia ocupacional (Gráfico 10), seja como pesquisador, estudante e/ ou técnico, visualizou-se que 78,08% (n = 285) das participações são como pesquisador, 19,45% (n = 71) como estudante e 1,92% (n = 7) como técnico. Um dado surpreendente foi que 61,93% (n =122) dos mestres participam na qualidade de pesquisadores nos grupos de pesquisa em terapia ocupacional.

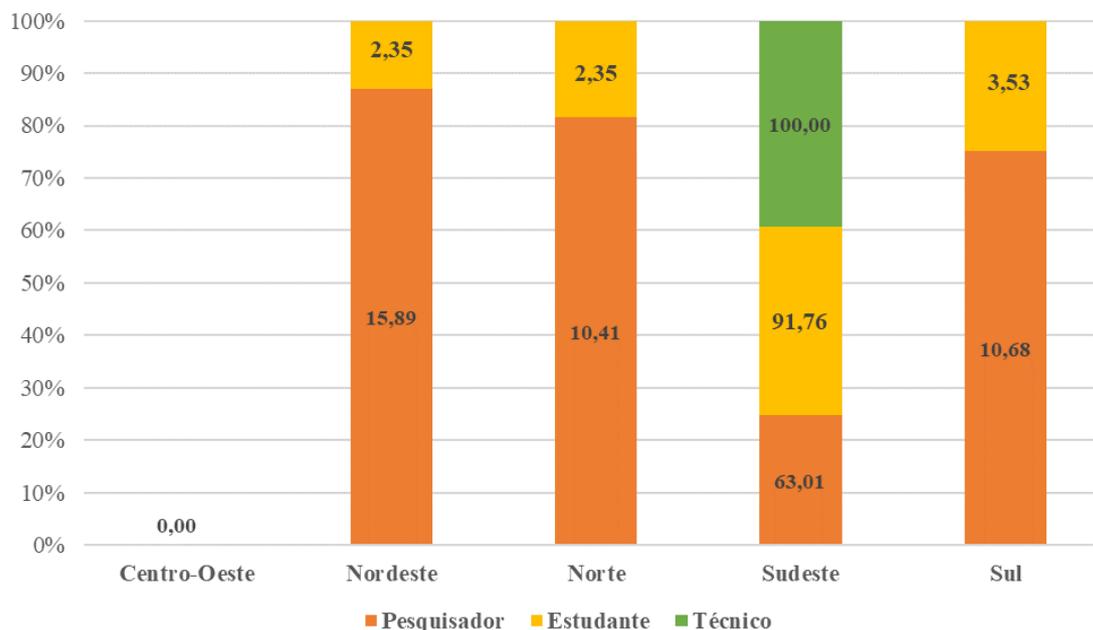
Gráfico 10 – Frequência relativa dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado quanto ao tipo de participação em grupos de pesquisa relacionados à terapia ocupacional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando se leva em consideração a distribuição dessas participações nas regiões brasileiras tem-se novamente uma diferença regional (Gráfico 11). Observou-se que, de todas as participações como estudante nessas regiões, 91,76% (n = 78) estão no Sudeste. No Sudeste, também estão situadas todas as participações como técnico. Nas regiões Nordeste, Norte e Sul há uma maior participação nos grupos como pesquisador em relação aos demais tipos.

Gráfico 11 – Frequência relativa dos tipos de participação nos grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional nas cinco regiões brasileiras



Fonte: Elaborado pelo autor.

5.3.3 Onde estão situados os grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional nos quais os mestres e doutores atuam?

Os 1188 terapeutas ocupacionais investigados nesse estudo participam de 56 grupos de pesquisa diferentes no Brasil que abordam a profissão em seu título, linhas de pesquisa e/ ou palavras-chave (Tabela 12). Eles estão distribuídos em 20 IES. USP e UFSCar concentram a maioria dos grupos, nove cada uma (16,07%).

Identificou-se uma distribuição desproporcional desses grupos nas cinco regiões brasileiras. Na região Centro-Oeste, por exemplo, não foi observada a atuação em nenhum grupo de pesquisa sobre a profissão. Por outro lado, há uma concentração de grupos na região Sudeste (62,50%, n = 35). A região Nordeste apresenta 16,07% (n = 9) dos grupos, a região Sul 14,29% (n = 8) e a região Norte 7,14% (n = 4). Quanto a natureza jurídica, 75% (n = 42) desses grupos estão instituições federais, 21,43% (n = 12) em estaduais e 3,57% (n = 2) nas instituições privadas.

Tabela 12 – Distribuição dos grupos de pesquisa no quais os terapeutas ocupacionais com mestrado e/ou doutorado participam e que elucidam em sua apresentação (título, repercussões do grupo, linha de pesquisa e palavra-chave) o descritor “terapia ocupacional”.

(Continua)

Grupos de pesquisa			
Sudeste	UF	Sudeste	UF
Estudos em Terapia Ocupacional e Reabilitação Física, Tecnologia Assistiva e Funcionalidade – UFES	ES	Laboratório de Investigação sobre a Atividade Humana - LIATH - USP	SP
Estudos dos processos de funcionalidade e de incapacidade relacionados ao desenvolvimento humano – UFMG	MG	Grupo de estudos e pesquisas interdisciplinares em saúde e trabalho – UNIFESP	SP
Avaliação do desenvolvimento e desempenho infantil - UFMG	MG	Núcleo Interprofissional de Pesquisa e Atendimento no Envelhecimento – UNIFESP	SP
Núcleo de estudo de exclusão e políticas sociais NEO POLIS - UFMG	MG	Saúde Mental, Terapia Ocupacional e Perspectivas de Formação - PUC Campinas	SP
Núcleo Interdisciplinar em Tecnologias no Cotidiano - NIPTEC - UFTM	MG	Laboratório de pesquisa da ação humana - UNIFESP	SP
SACI: Saúde, Cidadania e Inclusão Social - UFTM	MG	Nordeste	-
Terapia Ocupacional com pessoas com deficiências e doenças crônicas - UFRJ	RJ	Ensino, Saúde e Sociedade – UNCISAL	AL
Envelhecimento humano: saúde, cultura e sociedade - UFRJ	RJ	Núcleo de Estudo em Educação e Diversidade (NEEDI) - UFAL	AL
Terapia Ocupacional e Cultura - UFRJ	RJ	Ocupação e Saúde – UFPB	PB
Terapia Ocupacional e Tecnologia Assistiva em diferentes contextos - UFRJ	RJ	Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Infantil e Cotidiano - UFPB	PB
Grupo de Abordagem, Pesquisa e Intervenção Transdisciplinar em Terapia Ocupacional (GAPITTO) – IFRJ	RJ	Grupo de Estudo Pesquisa e Extensão em Psicanálise e Pediatria: Intervenção precoce – UFPB	PB
Terapia Ocupacional e Saúde Mental - UFSCAR	SP	Dermatology and Immunology Group Paraíba - Brasil - UFPB	PB
Atividades Humanas e Terapia Ocupacional - UFSCAR	SP	Fundamentos e Clínica da Terapia Ocupacional - UFPE	PE
Laboratório de Estudo e Pesquisa Arte e Corpo em Terapia Ocupacional - USP	SP	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Vulnerabilidade e Saúde na Infância e Adolescência (NEPVIAS) – UFPE	PE
Estudos em Terapia Ocupacional: Ocupação, Reabilitação Física, Tecnologia Assistiva e Funcionalidade - UFSCAR	SP	Neurociências e Neurofisiologia Clínica - Neurofis – UFPE	PE
Terapia ocupacional na educação - UNIFESP	SP	Norte	-
Terapia ocupacional: processos do desenvolvimento, atividade humana e tecnologias em saúde – UFSCAR	SP	Terapia Ocupacional e saúde na Amazônia - UEPA	PA
Cidadania, Ação Social, Educação e Terapia Ocupacional - UFSCAR	SP	Grupo de pesquisa em ciência da ocupação - UFPA	PA
Políticas, ações sociais, cultura e reabilitação - USP	SP	Práticas clínicas em terapia ocupacional - PRACTO - UEPA	PA
Grupo de estudo de trabalho, saúde e terapia ocupacional - USP	SP	Laboratório de Estudos em Ocupação e Saúde - LEOS - UNAMA	PA
Laboratório de Pesquisa em Inovação e Tecnologia Assistiva - LAPITEC - USP	SP	Sul	-

Tabela 12 – Distribuição dos grupos de pesquisa no quais os terapeutas ocupacionais com mestrado e/ou doutorado participam e que elucidam em sua apresentação (título, repercussões do grupo, linha de pesquisa e palavra-chave) o descritor “terapia ocupacional”.

(Conclusão)

Grupos de pesquisa			
Sudeste	UF	Sul	UF
Formação e capacitação em terapia ocupacional - UFSCAR	SP	Grupo de pesquisa em terapia ocupacional - UFPR	PR
Promoção do Desenvolvimento Infantil no Contexto da Vida Familiar e da Escola – UFSCAR	SP	Grupo de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional - UFPEL	RS
LEPTOI - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional, Infância e Adolescência – USP	SP	NEPTO- Núcleo de Estudos em Terapia Ocupacional: Adultos e Idosos - UFSM	RS
Terapia Ocupacional: Memórias, Histórias e Fundamentos - UFSCAR	SP	Estamira - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Terapia Ocupacional, Saúde Mental e Vulnerabilidade Social – UFSM	RS
Atividade, Cotidiano e Cuidado: terapia ocupacional e os processos de adoecimento, hospitalização e vulnerabilização na infância e adolescência - USP	SP	Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva: Políticas Públicas, Subjetividade e Territórios. – UFSM	RS
Saúde, ocupação e contextos psicossociais - USP	SP	Atuação da Terapia Ocupacional em Saúde do Adulto e Idoso - UFPEL	RS
REATA - Laboratório de Estudos em Reabilitação e Tecnologia Assistiva - USP	SP	Espaçocorpo: Núcleo Transdisciplinar de estudos em dança e terapia ocupacional – UFSM	RS
Terapia Ocupacional Social e suas interfaces: fundamentos, intervenções e formação – UNIFESP	SP	Grupo de Pesquisa em Dor Osteomusculares e Reabilitação - UFRGS	RS
Terapia ocupacional e atenção integral à infância – UFSCAR	SP	Total	56

Legenda: CO: Centro-Oeste; NO: Norte; NE: Nordeste; SE: Sudeste; S: Sul.

Fonte: Elaborado pelo autor

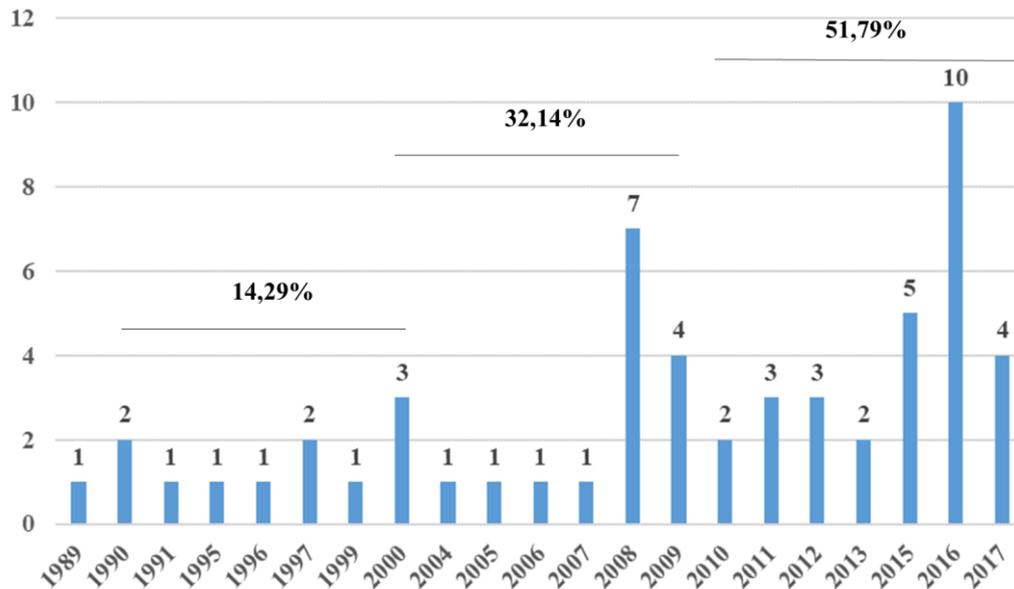
5.3.4 Quais as características dos grupos de pesquisa onde os mestres e doutores atuam?

5.3.4.1 Quando foram formados os grupos de pesquisa?

O Gráfico 12 ilustra o ano de formação dos grupos de pesquisa relacionados à terapia ocupacional nos quais os mestres e doutores atuam. O primeiro registro de grupo de pesquisa no CNPq com enfoque na terapia ocupacional ocorreu em 1989. Durante a década de 1990, houve um cadastro gradativo de novos grupos. Destaca-se que, em 2008, foram criados sete grupos de pesquisa e, em 2016, 10 novos grupos.

Sobre este aspecto temporal, nos anos 1990, ocorreu o registro de 14,29% (n = 8) dos grupos, enquanto nos anos 2000, 32,14% (n = 18). Identificou-se que foi a partir de 2010 que mais da metade (51,79%, n = 29) dos grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional foram criados.

Gráfico 12 - Frequências absoluta e relativa dos grupos de pesquisa relacionados à terapia ocupacional registrados no CNPq quanto ao ano de formação (n = 56).



Fonte: Elaborado pelo autor.

5.3.4.2 Em quais áreas estão os grupos de pesquisa onde os mestres e doutores atuam?

Apurou-se que 92,86% (n = 52) dos grupos de pesquisa estão situados na área predominante das Ciências da Saúde, 5,36% (n = 3) nas Ciências Humanas e 1,79% (n = 1) na Linguística, Letras e Artes. Quanto as sub-áreas, 82,14% (n = 46) dos grupos de pesquisa estão na Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 5,36% (n = 3) estão igualmente na Medicina e na Saúde Coletiva, 3,57% (n = 2) na Educação e 1,79% (n = 1) nas Artes e Sociologia.

5.3.4.3 Como os grupos de pesquisa onde os mestres e doutores atuam estão vinculados à terapia ocupacional?

Observou-se a vinculação dos grupos de pesquisa à área da terapia ocupacional por meio também da identificação do termo “terapia ocupacional” e seus correlatos, na descrição das repercussões do grupo, nas linhas de pesquisa e nas palavras-chaves utilizadas para identificar a linha de pesquisa (Tabela 13).

Observou-se que apenas em 7 casos (12,50%) não houve a descrição das repercussões do grupo. Mais da metade (58,93%, n =33) dos grupos relacionaram às suas atividades à terapia ocupacional, enquanto 28,57% (n =16) não relacionaram. Quanto as linhas de pesquisa, observou-se que os terapeutas ocupacionais participam de 235 linhas de pesquisa diferentes. Mais da metade (53,57%, n = 30) dos 56 grupos menciona a terapia ocupacional em pelo menos uma de suas linhas de pesquisa e 67,24% (n=39) à incluem como palavra-chave.

Tabela 13 – Frequências absoluta e relativa dos grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional, considerando a presença do termo “terapia ocupacional” na descrição das atividades do grupo.

Presença do termo “terapia ocupacional”	FA	%
Repercussões do grupo		
Não	16	28,57%
Sim	33	58,93%
Não se aplica*	7	12,50%
Linhas de Pesquisa		
Não	24	42,86%
Sim	30	53,57%
Não se aplica*	2	3,57%
Palavras-Chave		
Não	198	32,14%
Sim	38	67,86%

Legenda: FA: Frequência absoluta. Nota: * Número de grupos que não apresentou a informação analisada.

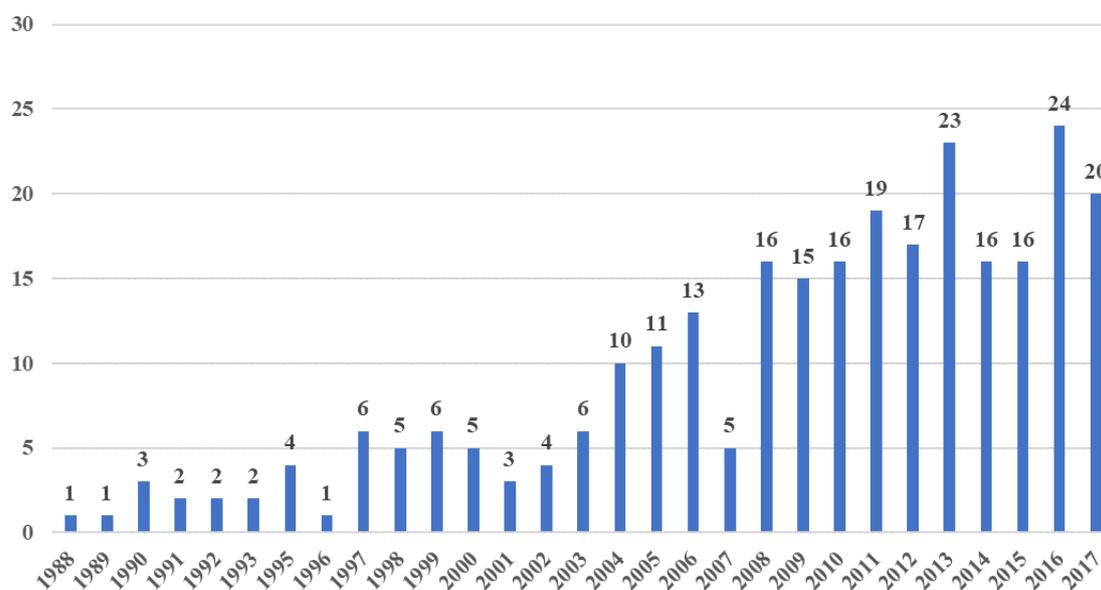
Fonte: Elaborado pelo autor.

5.4 A ATUAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS COM MESTRADO E DOUTORADO NA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES

5.4.1 Quais as características da formação de pesquisadores no âmbito da iniciação científica?

Identificou-se que 22,90% (n = 272) orientaram algum projeto de iniciação científica até 2017, sendo 82 mestres e 190 doutores. De acordo com os currículos analisados, a primeira conclusão de uma orientação de iniciação científica ocorreu em 1988. Observou-se que desde esse ano o número de profissionais que concluíram uma orientação aumentou gradativamente (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Frequência absoluta de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado considerando o ano de conclusão da primeira orientação de iniciação científica (n = 272).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Até 2017, foram realizadas 2315 orientações de iniciação científica, sendo 265 (11,45%) realizadas por mestres e 2050 (88,55%) por doutores. Notou-se que 65,92% dessas orientações ocorreram a partir de 2010 (Tabela 14).

Tabela 14 - Frequências absoluta e relativa de orientações de iniciação científica concluídas até 2017 por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

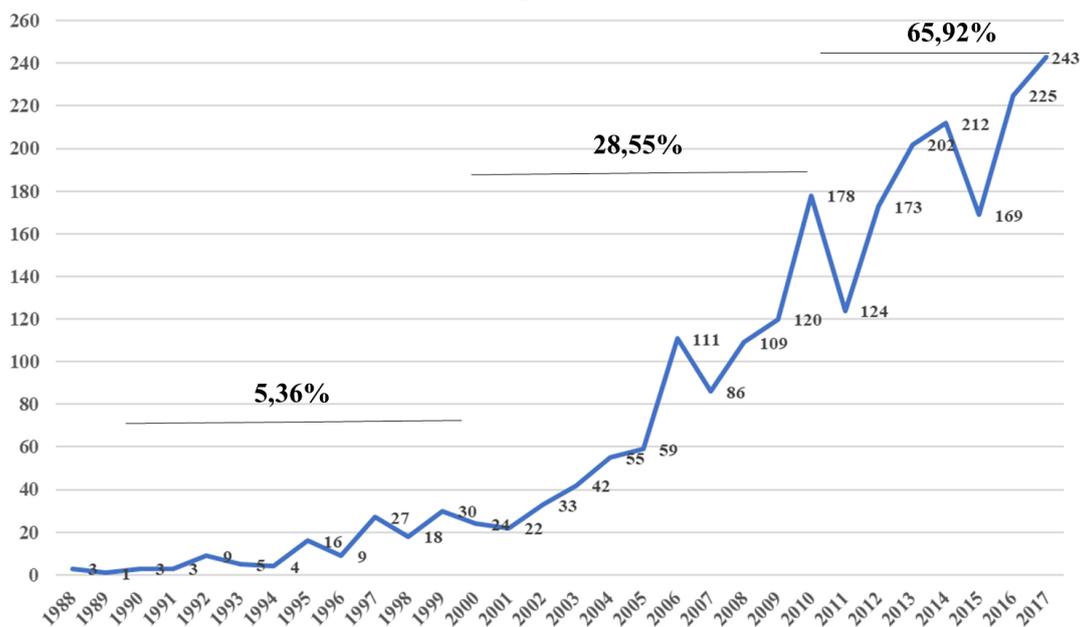
Período	Mestre		Doutor		Total	
	FA	%	FA	%	FA	%
1980-1989	0	0,00%	4	0,20%	4	0,17%
1990-1999	10	3,77%	114	5,56%	124	5,36%
2000-2009	51	19,25%	610	29,76%	661	28,55%
2010-2017	204	76,98%	1322	64,49%	1526	65,92%
Total	265	100%	2050	100%	2315	100%

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 14 elucida a distribuição das orientações anualmente. A década de 1990 apresentou um crescimento gradual da quantidade de orientações com uma média aproximada de 12 orientações ao ano, no entanto, nos anos 2000, essa média aumentou mais de 5 vezes, alcançando aproximadamente média anual de 66 orientações. O período de análise mais recente (2010-2017) apresentou um aumento expressivo, atingindo cerca de 190 orientações de iniciação científica por ano. Notou-se que 65,95% de todas orientações de iniciação científica realizadas por terapeutas ocupacionais ocorreu nessa década.

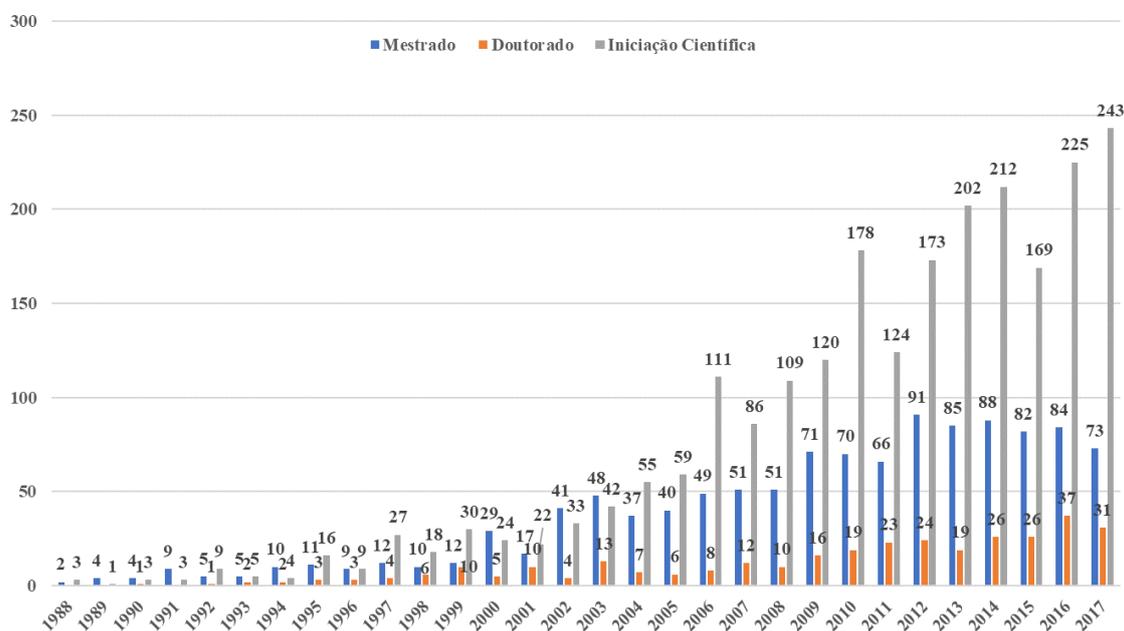
Gráfico 14 – Frequências absoluta e relativa da quantidade de orientações de iniciação científica realizadas por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado no Brasil ao longo dos anos (n = 2.315).



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 15 apresenta uma sobreposição entre a capacitação dos terapeutas ocupacionais com a atuação na orientação de projetos de iniciação científica, evidenciando que o envolvimento com essa atividade de pesquisa está associado com o crescimento da formação pós-graduada.

Gráfico 15 - Frequência absoluta do ano de conclusão dos mestrados e doutorados e do ano de conclusão das orientações de iniciação científica.



Fonte: Elaborado pelo autor.

De um modo geral, 82,29% (n = 1905) dos discentes de iniciação científica eram estudantes de terapia ocupacional e 17,71% (n = 410) de outras áreas. Por outro lado, 23,50% (n = 544) apresentaram descritor “terapia ocupacional” e seus correlatos no título dos projetos e 76,50% (n = 1771) não apresentaram. Na intenção de compreender o perfil da orientação de iniciação científica nos grupos de mestres e doutores, questionou-se: Qual o percentual de alunos de terapia ocupacional orientados por esses profissionais? Qual o percentual de projetos desenvolvidos com o descritor “terapia ocupacional” e seus correlatos no título?

Identificou-se que houve, em ambos os grupos, profissionais que orientaram apenas estudantes terapeutas ocupacionais, assim como profissionais que nunca orientaram estudantes da área. Esta característica também ocorreu em relação aos projetos de pesquisa desenvolvidos. A mediana de 100% ou 0% evidencia essa observação (Tabela 15).

Tabela 15 – Mediana, limites mínimo e máximo do número de estudantes de terapia ocupacional orientados em projetos de iniciação científica por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

Variável	MSc (n=82)			PhD (n=190)		
	Mín	Mediana	Máx	Mín	Mediana	Máx
Área de Graduação						
terapia ocupacional	0	2	17	0	5,5	60
outros	0	0	17	0	0	56
% terapia ocupacional	0	100	100	0	100	100
% outros cursos	0	0	100	0	0	100
Projetos com descritor “terapia ocupacional” no título						
Nº projetos TO	0	0	8	0	1	46
% projetos TO	0	0	100	0	11,33	100
Nº projetos sem TO	0	1	21	0	5	56
% projetos sem TO	0	100	100	0	88,68	100

Legenda: MSc: Mestre; PhD: Doutor; n: número de participantes incluídos; Mín: Limite Mínimo; Máx: Limite Máximo;

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observou-se (Tabela 16) que mais da metade das orientações de iniciação científica ocorreu nas universidades federais (56,50%, n = 1308). Quando se considerou os diferentes níveis de titulação, a orientação realizada por mestres foi mais frequente nas universidades privadas (49,43%, n = 131).

Tabela 16 - Frequências absoluta e relativa das orientações de iniciação científica de acordo com a natureza jurídica das instituições.

Variável	Titulação					
	Mestre		Doutor		Total	
Natureza Jurídica da IES	FA	%	FA	%	FA	%
Privada	131	49,43%	298	14,54%	429	18,53%
Pública Estadual	35	13,21%	543	26,49%	578	24,97%
Pública Federal	99	37,36%	1209	58,98%	1308	56,50%
Total	265	100	2050	100	2315	100

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao se observar a distribuição geográfica das orientações de iniciação científica no território brasileiro (Tabela 17), constatou-se uma assimetria significativa entre as regiões com destaque para uma frequência das orientações na região Sudeste (75,59%, n =1750) e uma participação menos expressiva na região Norte (2,33%, n = 54). É importante frisar que a desproporção entre as regiões brasileiras é ainda mais acentuada quando se considera os diferentes níveis de titulação. Por exemplo, nos

mestres há uma maior distribuição nas cinco regiões, ao contrário do que ocorre com os doutores, que estão concentrados principalmente no Sudeste do país.

Tabela 17 – Frequências absoluta e relativa das orientações científicas efetuadas por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado nas cinco regiões brasileiras (n = 2315).

Região	Mestre		Doutor		Total	
	FA	%	FA	%	FA	%
Centro-Oeste	22	8,30%	119	5,80%	141	6,09%
Nordeste	46	17,36%	189	9,22%	235	10,15%
Norte	15	5,66%	39	1,90%	54	2,33%
Sudeste	159	60,00%	1591	77,61%	1750	75,59%
Sul	23	8,68%	112	5,46%	135	5,83%
Total	265	100%	2050	100%	2315	100%

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cerca de 68% das orientações estão concentradas em 10 instituições de ensino superior (Tabela 18). Dessas, com exceção de três universidades, UnB, UFPR e UNIFOR, todas as demais estão situadas no Sudeste do país. As IES com maior número de orientações de iniciação científica foram UFSCar (16,29%, n = 377), USP (12,75%, n = 295), UFMG (7,47%, n = 173).

Tabela 18 - Frequências absoluta e relativa das orientações de iniciação científica efetuadas por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado de acordo com as IES mais frequentes.

Instituições de Ensino Superior	FA	%
Universidade Federal de São Carlos	377	16,29%
Universidade de São Paulo	295	12,74%
Universidade Federal de Minas Gerais	173	7,47%
Universidade de Brasília	134	5,79%
Universidade Federal de São Paulo	131	5,66%
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	121	5,23%
Universidade Federal do Paraná	105	4,54%
Universidade de Fortaleza	92	3,97%
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	87	3,76%
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	74	3,20%
Outras instituições	726	31,36%
Total	2315	100%

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor

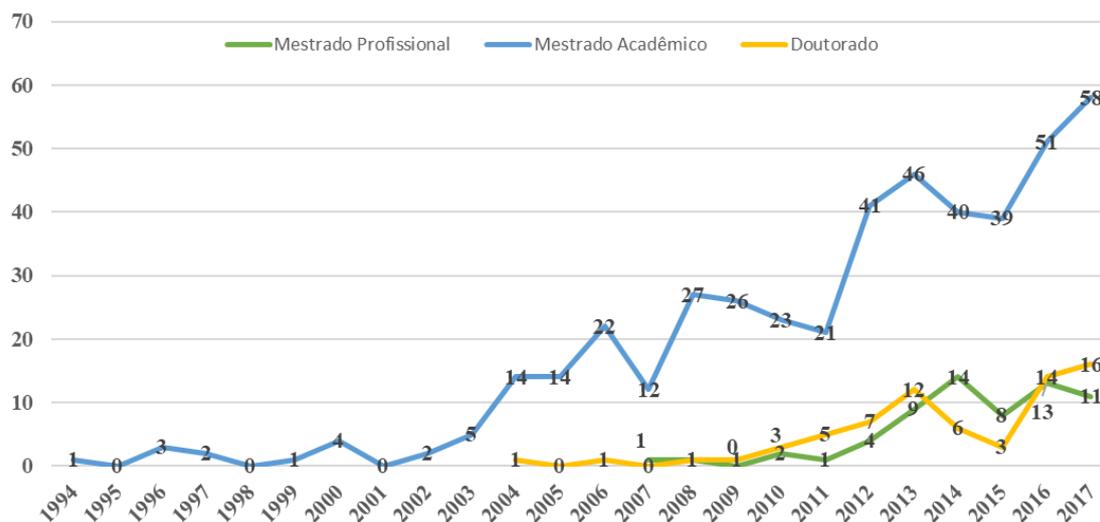
5.4.2 Quais as características da formação de pesquisadores no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*?

Neste estudo, a atuação dos terapeutas ocupacionais como orientadores em programas de pós-graduação de mestrado e doutorado também foi caracterizada. Para tanto, analisou-se o currículo dos doutores quanto à realização de alguma orientação de mestrado e doutorado na qualidade de orientador. Dos 329 doutores, até o ano de 2017, 27,96% (n = 92) pesquisadores atuaram em algum programa no sistema nacional de pós-graduação brasileiro. No entanto, verificou-se que desses profissionais, sete (07) não estão mais credenciados. Dessa forma, dos terapeutas ocupacionais com doutorado cerca de 25,84% (n = 85) estão em atividade na pós-graduação no cenário nacional.

Apurou-se que dos 329, 71 (21,58%) já concluíram pelo menos uma orientação de mestrado e 17 (5,17%) de doutorado. Atualmente, 21 (6,38%) estão orientando um mestrado e 22 (6,69%) um doutorado pela primeira vez. Constatou-se também que a mediana do tempo entre o ano de conclusão do doutorado e o início da primeira orientação de uma dissertação foi de 5 anos (Mínimo = 0; Máximo = 20), enquanto que a mediana a conclusão do doutorado e o início da orientação da primeira tese foi de 9 anos (Mínimo = 3; Máximo = 18).

O primeiro mestrado acadêmico orientado por uma terapeuta ocupacional foi concluído no ano de 1994, o primeiro doutorado ocorreu 10 anos depois, em 2004, e o primeiro mestrado profissional em 2007. Atualmente, foram identificadas 245 orientações em andamento, sendo 53 mestrados profissionais, 95 mestrados acadêmicos e 97 doutorados (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Frequência absoluta das pós-graduações orientadas por terapeutas ocupacionais com doutorado segundo o ano de conclusão (n = 586).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Até 2017, os terapeutas ocupacionais com doutorado orientaram, entre os diferentes níveis da pós-graduação *stricto sensu*, 586 pesquisas de mestrado e doutorado. Dessas orientações, 77,13% (n = 452) foram mestrados acadêmicos, 10,92% (n = 64) mestrados profissionais e 11,95% (n = 70) doutorados. Esses profissionais foram orientadores de 516 dissertações e 70 teses.

Conforme demonstrado na Tabela 19, a mediana do número de orientações de cursos de pós-graduação foi de 6 orientações de mestrado acadêmico, 2 de mestrado profissional e 3 de doutorado. O número máximo de dissertações orientadas por um mesmo orientador foi de 40 dissertações, assim como 10 teses. Quanto à presença do descritor “terapia ocupacional” e seus correlatos no título, resumo e palavras-chaves, identificou-se mediana de 5,56 para as dissertações. Nesse quesito, a mediana de teses com os descritores referidos acima foi igual a zero.

Quanto à área de graduação dos orientandos, chamou atenção o fato de que a mediana tanto da frequência absoluta quanto da relativa dos orientandos terapeutas ocupacionais de mestrado profissional foi igual a zero. Nos demais cursos, a mediana da frequência relativa de orientações foi de 60% para mestrado acadêmico e 42,86% para o doutorado.

Tabela 19 – Mediana, limites mínimo e máximo das orientações de mestrado e doutorado concluídas no Brasil por terapeutas ocupacionais doutores.

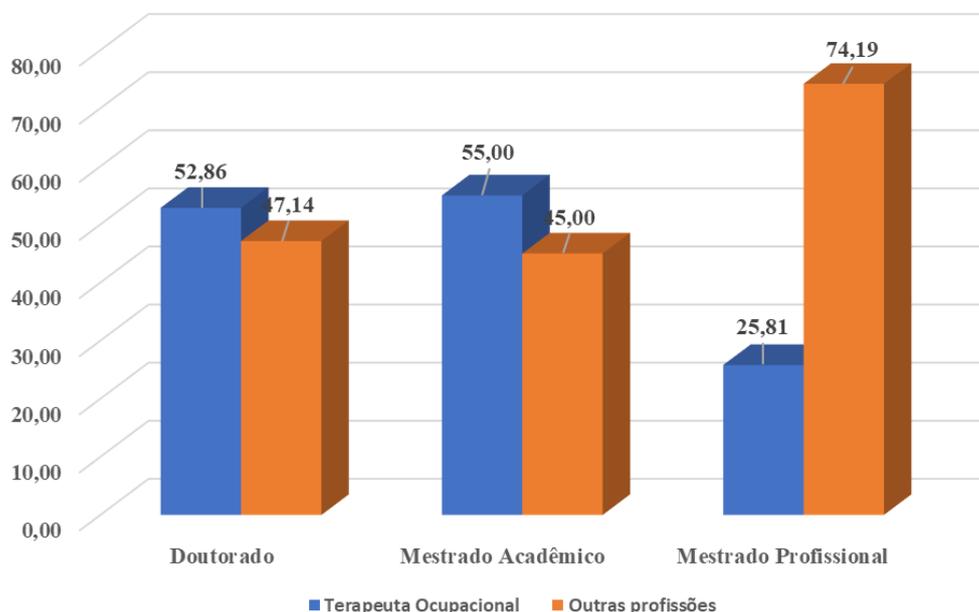
Variável	N	Mínimo	Mediana	Máximo
Cursos de Orientação				
MSc	57	1	6	40
MP	23	1	2	8
PhD	17	1	3	10
Dissertações e Teses				
n° Dissertações	71	1	6	40
n° Dissertações com descritor TO	71	0	1	10
% Dissertações com descritor TO	71	0,00	5,56	100,0
n° Teses	17	1	3	10
n° Teses sobre com descritor TO	17	0	0	3
% Teses sobre com descritor TO	17	0,00	0,00	60
Orientandos terapeutas ocupacionais				
n° MSc	57	0	3	19
% MSc	57	0,00	60,0	100,0
n° MP	23	0	0	3
% MP	23	0,00	0,00	100
n° PhD	17	0	1	8
% PhD	17	0,00	42,86	100,0

Legenda: n: número de participantes incluídos; MSc: Mestrado Acadêmico; MP: Mestrado profissional; PhD: Doutorado; FA: Frequência absoluta; FR: Frequência Relativa

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 17 elucida a formação profissional dos discentes orientados pelos terapeutas ocupacionais nos programas de pós-graduação com base na frequência relativa das orientações. Conforme foi possível constatar, identificou-se que há uma distribuição proporcional entre discentes terapeutas ocupacionais e os de outras profissões no mestrado (55%, n = 242) e no doutorado (52,86%, n = 37). Por outro lado, no mestrado profissional, somente 25,81% (n = 16) dos alunos orientados eram terapeutas ocupacionais.

Gráfico 17 – Frequência relativa da formação profissional dos discentes orientados por terapeutas ocupacionais em programas de pós-graduação no Brasil. Doutorado (n = 70); Mestrado Acadêmico (n = 440); e Mestrado Profissional (n = 62).



Nota: A formação profissional de 12 discentes no mestrado acadêmico e 2 no mestrado profissional não foi identificada. Dessa forma, os mesmos não foram contabilizados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito aos programas, Áreas Básicas de conhecimento e Áreas de Avaliação nas quais as orientações têm ocorrido (Tabela 20), identificou-se que até o fim dos anos 1990 ocorreram apenas orientações de mestrado acadêmico, sendo estas no programa de Educação Especial da UFSCar. A partir dos anos 2000 foram concluídas orientações em programas de Ciências da Reabilitação, Educação, Nutrição, entre outros. A partir de 2010, alguns profissionais adentraram programas interdisciplinares como de Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação da UNICAMP e o Interdisciplinar em Ciências da Saúde da UNIFESP. Um grande avanço desse período foi a inserção como orientadores no PPGTO na UFSCar.

Conforme é ilustrado na Tabela 21, as cinco Áreas Básicas que têm a maior frequência de formação de mestres são Educação, Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Educação Especial e Saúde e Biológicas. No que concerne às Áreas de Avaliação, observa-se um predomínio da atuação dos terapeutas ocupacionais na área de Educação Física.

Tabela 20 - Programas, Área Básica e Área de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais concluíram orientações de mestrado acadêmico (n = 452).

Programas	1990-1999	2000-2009	2010-2017	Total
Terapia Ocupacional	0	0	85	85
Ciências da Reabilitação	0	31	43	74
Educação	0	37	33	70
Educação do Indivíduo Especial	7	26	12	45
Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação	0	0	20	20
Bioengenharia	0	2	17	19
Educação Sócio-Comunitária	0	0	19	19
Ciência da Nutrição	0	7	11	18
Interdisciplinar em Ciências da Saúde	0	0	13	13
Saúde da Criança e do Adolescente	0	4	9	13
Outras áreas	0	19	57	76
Total	7	126	319	452
Áreas Básicas				
Educação	0	40	56	96
Educação Física	0	0	85	85
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	0	19	28	47
Educação Especial	7	26	12	45
Saúde e Biológicas	0	0	39	39
Fonoaudiologia	0	12	15	27
Engenharia Biomédica	0	3	17	20
Nutrição	0	7	11	18
Sociais e Humanidades	0	0	14	14
Enfermagem	0	0	13	13
Outras áreas	0	8	28	37
Total	7	115	318	441
Áreas de Avaliação				
Educação Física	0	31	128	159
Educação	7	66	68	141
Interdisciplinar	0	0	53	53
Medicina II	0	7	15	22
Engenharias IV	0	3	17	20
Nutrição	0	7	11	18
Enfermagem	0	0	13	13
Psicologia	0	0	11	11
Medicina I	0	0	2	2
Administração pública	0	1	0	1
Medicina III	0	0	1	1
Total	7	115	318	441

Nota: Em 11 programas não foi possível identificar as Áreas Básicas e Áreas de Avaliação a que estão vinculados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora a primeira orientação de um mestrado profissional por um terapeuta ocupacional tenha ocorrido em 2007, a década atual demarca uma maior participação de profissional da categoria nessa modalidade de pós-graduação, principalmente em Áreas Básicas e Áreas de Avaliação ligadas ao ensino e à saúde (Tabela 21).

Tabela 21 - Programas, Área Básica e Área de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais concluíram orientações de mestrado profissional (n = 64).

Programas	2000-2009	2010-2017	Total
Ensino em Ciências da Saúde	1	30	31
Gestão da Clínica	0	13	13
Saúde da Criança e da Mulher	0	0	8
Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde	0	4	4
Promoção da Saúde	0	3	3
Formação Interdisciplinar em Saúde	0	2	2
Pesquisa em Saúde	0	1	1
Gerontologia	0	1	1
Odontologia	1	0	1
Total	2	54	64
Áreas Básicas			
Ensino em Ciências da Saúde e Matemática	1	30	31
Ensino	0	2	2
Enfermagem	0	1	1
Saúde Pública	0	21	21
Odontologia	1	1	2
Saúde e Biológicas	0	3	3
Saúde Coletiva	0	4	4
Total	2	62	64
Áreas de Avaliação			
Ensino	1	32	33
Saúde Coletiva	0	25	25
Odontologia	1	1	2
Interdisciplinar	0	3	3
Enfermagem	0	1	1
Total	2	62	64

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre as orientações de doutorado (Tabela 22), observou-se que 4 orientações ocorreram no período de 2000-2009, sendo 3 no Programa de Educação Especial na UFSCar e 1 no de Fisiopatologia Experimental da USP. No período mais recente (2010-2017), a participação de orientadores terapeutas ocupacionais tem acontecido

em uma diversidade de programas, incluindo aqueles pertencentes à Área 21, como os de Ciências da Reabilitação.

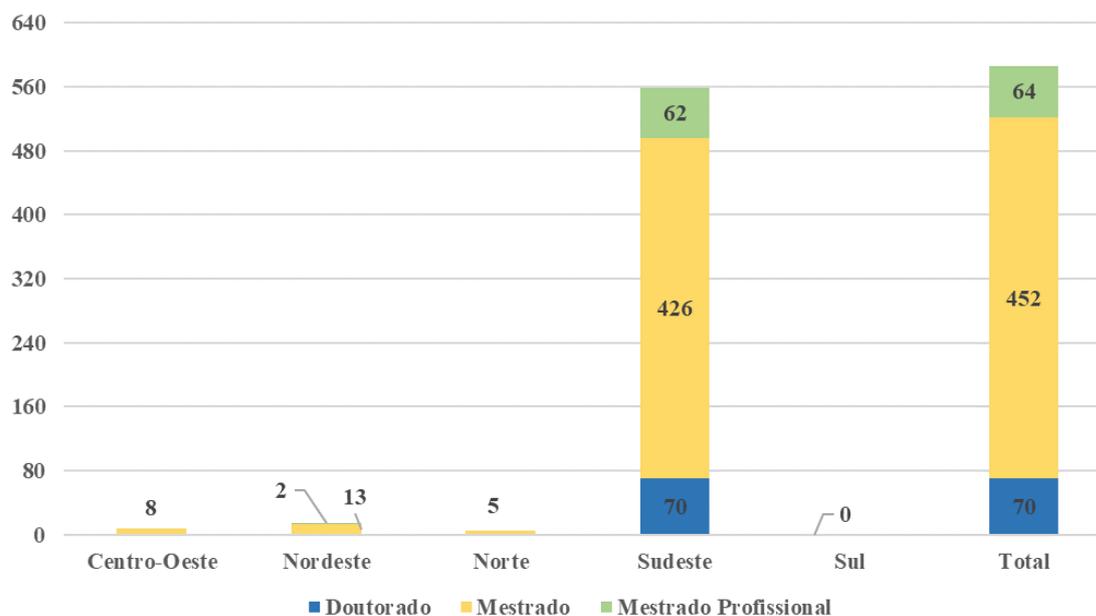
Tabela 22 - Programas, Área Básica e Área de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais concluíram orientações de doutorado (n = 70).

Programas	2000-2009	2010-2017	Total
Educação do Indivíduo Especial	2	17	19
Educação	1	13	14
Ciências da Reabilitação	0	14	14
Ciência da Nutrição	0	6	6
Bioengenharia	0	4	4
Educação Escolar	0	3	3
Neurologia	0	3	3
Enfermagem em Saúde Pública	0	2	2
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social	0	2	2
Fisiopatologia Experimental	1	0	1
Interdisciplinar em Ciências da Saúde	0	1	1
Psicologia	0	1	1
Total	4	66	70
Área Básica			
Educação Especial	2	17	19
Educação	1	16	17
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	0	10	10
Nutrição	0	6	6
Engenharia Biomédica	0	4	4
Neurologia	0	3	3
Psicologia	0	3	3
Fonoaudiologia	0	4	4
Enfermagem	0	2	2
Anatomia Patológica e Patologia Clínica	1	0	1
Saúde e Biológicas	0	1	1
Total	4	66	70
Área de Avaliação			
Educação	3	33	36
Educação Física	2	12	14
Nutrição	0	6	6
Engenharias IV	0	4	4
Medicina II	1	3	4
Psicologia	0	3	3
Enfermagem	0	2	2
Interdisciplinar	0	1	1
Total	6	64	70

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com respeito à distribuição regional das orientações de mestrado e doutorado realizadas (Gráfico 18), observou-se que 100% (n = 70) das orientações de doutorado ocorreram no Sudeste. Com exceção da região Sul, as demais regiões apresentaram profissionais que concluíram uma orientação de mestrado acadêmico e/ ou profissional.

Gráfico 18 – Frequência absoluta das orientações de mestrado e doutorado realizadas por terapeutas ocupacionais concluídas nas cinco regiões brasileiras (n = 586).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme mencionado anteriormente, foram identificados 85 doutores em atividade na pós-graduação (Tabela 23). Esses profissionais participam como orientadores em 97 ocasiões, dispersos em 40 programas de pós-graduação diferentes. Doze (12) docentes atuam em mais de um programa de pós-graduação. Os programas com maior número de docentes vinculados (Tabela 22) foram: Terapia Ocupacional (20%, n = 17); Ensino em Ciências da Saúde (10,59%, n = 9) e Ciências da Reabilitação (9,41%, n = 8). Com relação às Áreas Básicas, as mais prevalentes foram: Educação Física (20,24%, n = 17) e Saúde e Biológicas (15,48%, n = 13). No que concerne às Áreas de Avaliação, os orientadores estão principalmente vinculados às áreas de Educação Física (30,95%, n = 26), Interdisciplinar (25%, n = 21), Ensino (17,86%, n = 15) e Educação (11,90%, n = 10).

Tabela 23 - Programas de Pós-Graduação, Áreas Básicas e Áreas de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais estão atuando como orientadores (n = 85).

(Continua)

Programas de Pós-Graduação	FA	%
Terapia Ocupacional	17	20,00%
Ensino em Ciências da Saúde	9	10,59%
Ciências da Reabilitação	8	9,41%
Interdisciplinar em Ciências da Saúde	5	5,88%
Educação	4	4,71%
Formação Interdisciplinar em Saúde	4	4,71%
Psicologia	4	4,71%
Educação do Indivíduo Especial	3	3,53%
Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde	3	3,53%
Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação	3	3,53%
Bioengenharia	2	2,35%
Educação Escolar	2	2,35%
Enfermagem em Saúde Pública	2	2,35%
Estética e História da Arte	2	2,35%
Estudos do Lazer	2	2,35%
Gerontologia	2	2,35%
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades	2	2,35%
Outros PPG	23	27,06%
Total	97	*
Área Básica	FA	%
Educação Física	17	20,24%
Saúde e Biológicas	13	15,48%
Ensino de Ciências e Matemática	9	10,71%
Sociais e Humanidades	8	9,52%
Educação	7	8,33%
Enfermagem	6	7,14%
Ensino	6	7,14%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	6	7,14%
Psicologia	6	7,14%
Educação Especial	3	3,57%
Fonoaudiologia	3	3,57%
Saúde Coletiva	3	3,57%
Engenharia Biomédica	2	2,38%
Saúde Pública	2	2,38%
Outras Áreas Básicas	5	5,95%
Total	96	*
Área de Avaliação	FA	%

Tabela 23 - Programas de Pós-Graduação, Áreas Básicas e Áreas de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais estão atuando (n = 85).

Área de Avaliação	(Conclusão)	
	FA	%
Educação Física	26	30,95%
Interdisciplinar	21	25,00%
Ensino	15	17,86%
Educação	10	11,90%
Enfermagem	6	7,14%
Psicologia	6	7,14%
Saúde Coletiva	5	5,95%
Engenharias IV	2	2,38%
Medicina II	2	2,38%
Medicina I	1	1,19%
Nutrição	1	1,19%
Odontologia	1	1,19%
Total	96	*

Legenda: FA: Frequência Absoluta. Nota: * Não foi encontrada a Área Básica e Área de Avaliação de um programa de pós-graduação identificado, portanto, não foi realizada sua contabilização.

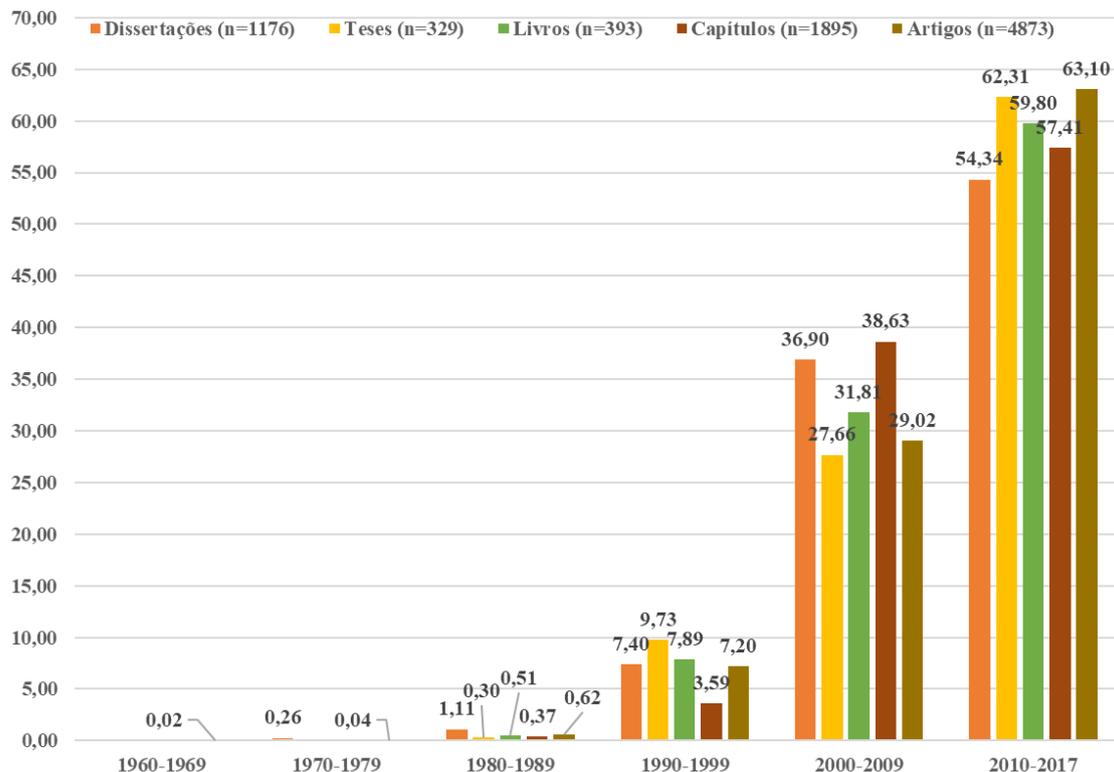
Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5. A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS COM MESTRADO E DOUTORADO: UM ENFOQUE SOBRE DISSERTAÇÕES, TESES, ARTIGOS, LIVROS E CAPÍTULOS.

5.5.1 Como a produção bibliográfica dos terapeutas ocupacionais tem ocorrido ao longo do tempo?

Baseado na coleta de informações sobre as dissertações, teses, livros, capítulos e artigos publicados pelos mestres e doutores foi possível obter um panorama da publicação bibliográfica dos terapeutas ocupacionais brasileiros. O Gráfico 19 apresenta o quantitativo de documentos publicados ao longo das décadas. Foram identificadas 1176 dissertações de mestrado, 329 teses de doutorado, 393 livros, 1895 capítulos de livros e 4873 artigos publicados em periódicos científicos.

Gráfico 19 - Frequência relativa das dissertações, teses, livros, capítulos de livros e artigos publicados pelos terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos anos de 1960 e 1970 as produções foram bem focais, realizadas por poucas profissionais. Na década de 1980 e 1990 começou a ocorrer uma maior diversificação das produções e dos seus autores aumentando expressivamente nos períodos seguintes. Nota-se que, em todos os tipos de produções, mais de 50% do que foi publicado ocorreu a partir de 2010. Sobre este dado, destaca-se, por exemplo, que 63,10% (n = 3075) de todos os artigos publicados por estes profissionais foi divulgado nesta última década.

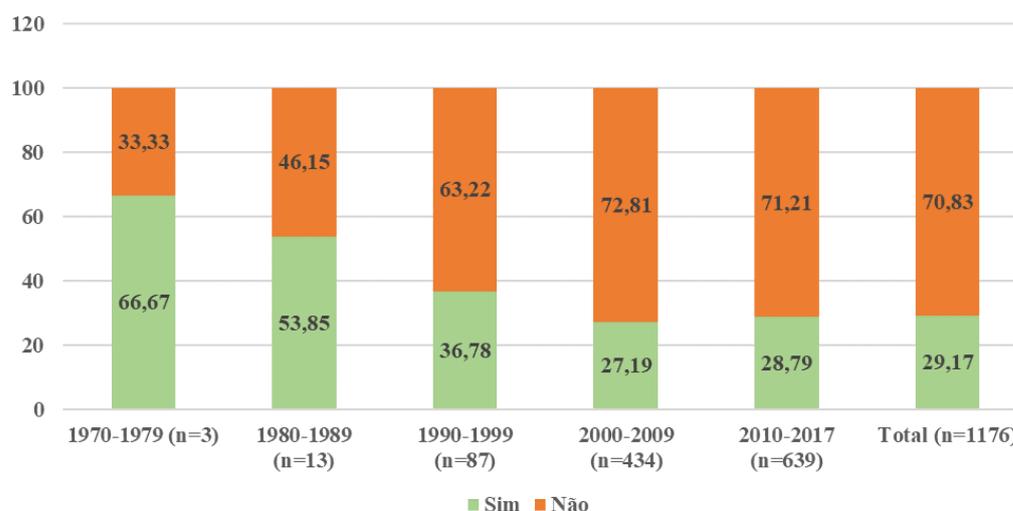
5.5.2 Como a produção bibliográfica está relacionada ao campo da terapia ocupacional?

Identificou-se a presença do descritor “terapia ocupacional” e seus correlatos, no título, resumo e/ ou palavras-chaves das dissertações e teses e dos artigos publicados. Os livros e capítulos não foram incluídos nessa análise em virtude de não

ter sido possível acessar um quantitativo expressivo de produções, uma vez que não estão disponíveis *online*. Além disso, com frequência os livros e capítulos não dispõem de resumos e palavras-chaves para a identificação dos descritores de análise desse estudo.

Sobre as dissertações, identificou-se que, desde a produção da primeira dissertação no ano de 1970 até os dias atuais, observa-se o predomínio (70,83%, n = 833) de dissertações sem a presença do termo “terapia ocupacional” e suas variações (Gráfico 20). Esse predomínio aumentou até o fim dos anos 2000. A partir de 2010, identificou-se um pequeno aumento de dissertações com a presença do descritor em relação aos anos anteriores.

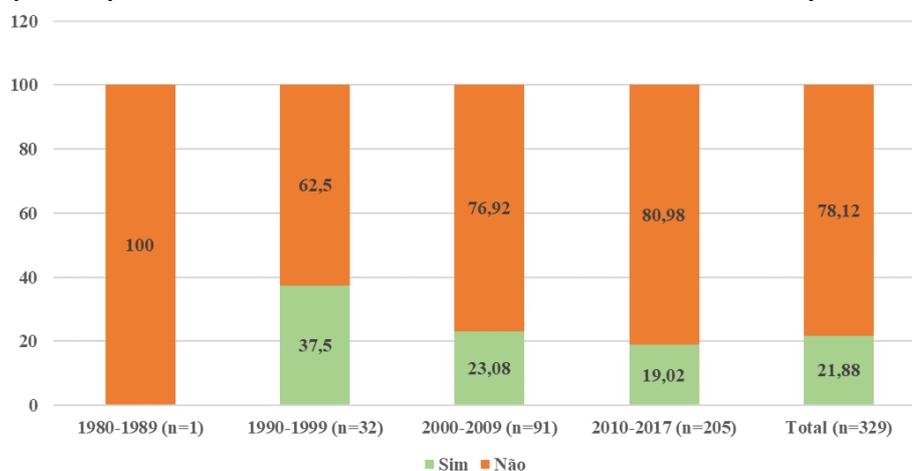
Gráfico 20 – Frequência relativa da distribuição temporal das dissertações desenvolvidas por terapeutas ocupacionais quanto à presença do descritor “terapia ocupacional” e/ ou seus correlatos no título, resumo e/ ou palavra-chave.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto às teses (Gráfico 21), os anos 1990 evidenciaram um período de maior frequência de produções com a presença de descritores relacionados à terapia ocupacional em relação aos demais períodos. De um modo geral, aproximadamente 1 em cada 5 teses produzidas por terapeutas ocupacionais, apresenta o descritor e/ ou seus correlatos no título, resumo e/ ou palavras-chave.

Gráfico 21 – Frequência relativa da distribuição temporal das teses desenvolvidas por terapeutas ocupacionais quanto à presença do descritor “terapia ocupacional” e/ ou seus correlatos no título, resumo e/ ou palavra-chave.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Buscou-se ainda analisar as dissertações e teses orientadas pelos terapeutas ocupacionais em programas de pós-graduação. De forma alarmante, constatou-se uma proporção pequena de dissertações ou teses com a identificação dos descritores. Mais especificamente, observou-se que apenas 1,55% (n = 7) das teses, 1,99% (n = 9) das dissertações de mestrado profissional e 27,88% (n = 126) das dissertações produzidas nos mestrados acadêmicos apresentaram o termo.

Com relação aos artigos, a partir da identificação das produções nos currículos dos terapeutas ocupacionais foi possível contabilizar 5041 artigos científicos. No entanto, alguns foram excluídos por serem identificados como artigos publicados em anais de evento, capítulos de livro e artigos em publicações não científicas. A partir dessas exclusões, restaram 4873 artigos. A Tabela 24 elucida a distribuição temporal dessas produções.

Tabela 24 - Frequências absoluta e relativa de artigos científicos publicados por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado ao longo do tempo.

Período	FA	%
1960-1969	1	0,02%
1970-1979	2	0,04%
1980-1989	30	0,62%
1990-1999	351	7,20%
2000-2009	1414	29,02%
2010-2017	3075	63,10%
Total	4873	100

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esses textos também foram analisados quanto presença do descritor “terapia ocupacional” em seu título, resumo e palavras-chaves. Destaca-se que 149 publicações foram excluídas por serem cartas ao editor ou comentários, editoriais, entrevistas, traduções, descrição de imagens, poemas, resenhas e resumos de dissertações e teses. Além destas, foram excluídos 295 textos, por não ter sido possível recuperá-los para extrair as informações acima apresentadas. Desta forma, foram analisados 90,89% (n=4429) dos artigos identificados nos currículos.

Notou-se que apenas 28,56% (n = 1265) desses textos foram veiculados em periódicos específicos do campo da terapia ocupacional. Trinta (30) periódicos de terapia ocupacional foram identificados. Os periódicos específicos com maior difusão de artigos pelos terapeutas ocupacionais brasileiros (Tabela 25) foram os Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional (43,79%, n = 554) e a Revista de Terapia Ocupacional da USP (38,34%, n = 485).

Tabela 25 – Frequências absoluta e relativa do número de artigos publicados em periódicos específicos de terapia ocupacional pelos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

Periódicos de terapia ocupacional	Nº de artigos publicados	%
Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	554	43,76%
Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	485	38,32%
Revista do C.E.T.O	55	4,34%
Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional	39	3,08%
<i>Occupational Therapy International</i>	19	1,50%
Revista Baiana de Terapia Ocupacional	19	1,50%
<i>Tog (A Coruña)</i>	18	1,42%
<i>Revista Chilena de Terapia Ocupacional</i>	16	1,26%
<i>The American Journal of Occupational Therapy</i>	7	0,55%
<i>WFOT Bulletin</i>	7	0,55%
Revista Comemorativa dos Vinte Anos do Curso de Terapia Ocupacional	6	0,47%
<i>Scandinavian Journal of Occupational Therapy</i>	6	0,47%
<i>OTJR: Occupation, Participation and Health</i>	5	0,39%
<i>Revista Ocupación Humana</i>	5	0,39%
<i>Canadian journal of occupational therapy</i>	3	0,24%
<i>Indian Journal of Physiotherapy and Occupational Therapy</i>	3	0,24%
<i>Australian Occupational Therapy Journal</i>	2	0,16%
<i>Physical & Occupational Therapy in Geriatrics</i>	2	0,16%
<i>Physical & Occupational Therapy in Pediatrics</i>	2	0,16%
<i>Revista Argentina de Terapia Ocupacional</i>	2	0,16%
<i>South African Journal of Occupational Therapy</i>	2	0,16%
<i>Asian Journal of Occupational Therapy</i>	1	0,08%
<i>Ergoterapeuten</i>	1	0,08%
<i>Ergotherapies</i>	1	0,08%
<i>Hong Kong Journal of Occupational Therapy</i>	1	0,08%
<i>Occupational Therapy Now</i>	1	0,08%
<i>Revista Asturiana de Terapia Ocupacional</i>	1	0,08%
<i>The British Journal Of Occupational Therapy</i>	1	0,08%
<i>TJPRC: International Journal of Physiotherapy & Occupational Therapy</i>	1	0,08%
<i>The Open Journal of Occupational Therapy</i>	1	0,08%
Total	1266	100%

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além dos nacionais específicos da área, os terapeutas ocupacionais brasileiros têm publicado em uma diversidade de periódicos (n =938). Identificou-se que 22,47% (n = 711) de todos os artigos publicados estão disseminados em 15 periódicos (Tabela 26). Por outro lado, 542 (57,78%) publicaram apenas um artigo desse grupo.

Tabela 26 - Quantidade de periódicos não específicos (nacionais e internacionais) e número de artigos neles publicado por terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado.

Periódicos Não Específicos	Nº Periódicos	Periódicos (%)	Nº de Artigos	Artigos (%)
Publicaram apenas 1 artigo	542	57,78%	542	17,13%
Publicaram de 2 a 5 artigos	284	30,28%	793	25,06%
Publicaram de 6 a 10 artigos	53	5,65%	397	12,55%
Publicaram de 11 a 15 artigos	23	2,45%	288	9,10%
Publicaram de 16 a 20 artigos	10	1,07%	183	5,78%
Publicaram de 21 a 25 artigos	11	1,17%	250	7,90%
Publicaram mais de 25 artigos	15	1,60%	711	22,47%
Total	938	100%	3164	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os periódicos não específicos que mais publicaram artigos dos terapeutas ocupacionais estão listados na Tabela 27. Entre eles estão as revistas Interface (2,91%, n = 92), Ciência & Saúde Coletiva (2,43%, n = 77), O Mundo da Saúde (2,15%, n = 68) e Temas sobre Desenvolvimento (2,02%, n = 64).

Tabela 27 - Frequências absoluta e relativa de artigos publicados por terapeutas ocupacionais brasileiros com mestrado e doutorado em periódicos não específicos.

Periódicos Não Específicos	FA	%
Interface	92	2,91
Ciência & Saúde Coletiva	77	2,43
O Mundo da Saúde	68	2,15
Temas sobre Desenvolvimento	64	2,02
Acta Fisiátrica	50	1,58
Revista Brasileira de Educação Especial	49	1,55
Revista Brasileira de Fisioterapia	48	1,52
Multitemas (UCDB)	41	1,30
Revista Brasileira em Promoção da Saúde	37	1,17
Saúde e Sociedade	36	1,14
Saúde em Debate	36	1,14
Journal of Human Growth and Development	32	1,01
Revista Kairós : Gerontologia	28	0,88
Arquivos de Neuro-Psiquiatria	27	0,85
Work : a journal of prevention, assessment, and rehabilitation	26	0,82
Outros periódicos	2453	77,53
Total	3164	100

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 4429 artigos analisados, apenas em 33,75% (n = 1495) o descritor “terapia ocupacional” e suas variações foi constatado. Além disso, o equivalente à 20,91% (n = 926) dos artigos foram divulgados em periódicos específicos da profissão (Tabela 28).

Tabela 28 – Frequências absoluta e relativa de artigos com o descritor “terapia ocupacional” no título, resumo e/ ou palavra-chave publicados em periódicos específicos e não específicos à terapia ocupacional.

Tipo de periódico	Artigo com o descritor “terapia ocupacional”				Total (FA)	Total (%)
	Sim (FA)	Sim (%)	Não (FA)	Não (%)		
Específico	926	20,91%	339	7,65%	1265	28,56%
Não Específico	569	12,85%	2595	58,59%	3164	71,44%
Total	1495	33,75%	2934	66,25%	4429	100,00

Legenda: FA: Frequência Absoluta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os artigos também foram categorizados em relação à sua tipologia. Constatou-se que 60,51% (n = 2680) foram artigos derivados de pesquisas, 16,84% (n = 746) teóricos, 9,55% (n = 423) relatos de experiência, 9,21% (n = 408) revisões de literatura e 3,88% (n = 172) relatos de caso.

Com base na identificação dos artigos publicados por cada terapeuta ocupacional, foi possível registrar, individualmente, o perfil da produção bibliográfica de artigos de cada terapeuta ocupacional e sua vinculação com a produção de conhecimento do campo. Essa vinculação ocorreu por meio do cálculo do percentual de textos publicados por cada profissional em periódicos específicos da profissão, bem como de artigos com foco sobre a área da terapia ocupacional. A partir dos dados individuais, foi possível obter um perfil da produção dos mestres e doutores.

Identificou-se que apenas 25,25% (n = 300) dos profissionais até o ano de 2017 não publicaram nenhum artigo, sendo 284 mestres e 14 doutores. Frisa-se que 20 (1,68%) profissionais publicaram um artigo, no entanto, não foi possível recuperar a produção desses autores. Dessa forma, estes profissionais não foram incluídos na análise individual da produção bibliográfica. Por fim, 97,75% (n = 868) dos autores, que tiveram ao menos uma publicação de artigo, foram incluídos.

A Tabela 29 apresenta indicadores acerca dos artigos publicados. Foi elevado o percentual de artigos incluídos nesta análise, pois a mediana foi equivalente a 100%,

tanto nos mestres quanto nos doutores. Por outro lado, observou-se a mediana dos artigos veiculados em periódicos específicos de terapia ocupacional foi de 14,29% nos mestres e 30,43% nos doutores. Na Tabela 29, também é possível identificar a frequência do descritor na produção individual dos terapeutas ocupacionais. A mediana nos mestres foi de 40,84% e, nos doutores, 39,13%.

Tabela 29 – Mediana, limites mínimo e máximo da produção bibliográfica (artigos) desenvolvida por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

Variável	MSc (n = 558)			PhD (n = 310)		
	Min	Mediana	Máx	Min	Mediana	Máx
n° art. analisados	1	2	19	1	9	148
% art. analisados	50,0%	100,0%	100,0%	33,33%	100%	100%
n° art. periódicos TO	0	1	13	0	2	48
% art. periódicos TO	0,00	14,29%	100,0%	0,00%	30,43%	100,0%
n° art. descritor TO	0	1	11	0	3	50
% art. descritor TO	0	40,84%	100,0	0,00%	39,13%	100,0%

Legenda: MSc: Mestre; PhD: Doutor; n: número de participantes incluídos; Mín: Limite Mínimo; Máx: Limite Máximo; TO: terapia ocupacional.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.6 QUAL A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS COM MESTRADO E DOUTORADO NO BRASIL?

Com base nos dados obtidos, a seguir, apresentam-se os resultados na análise de associação entre as variáveis pesquisadas.

5.6.1. Há relação entre a oferta de cursos de graduação, o número de profissionais registrados e a formação pós-graduada e atuação profissional dos terapeutas ocupacionais nas regiões brasileiras?

Para verificar essa relação, os dados sobre a região de realização pós-graduada e a região de atuação profissional foram analisados conjuntamente com as informações obtidas acerca do número de cursos de graduação em terapia ocupacional e do número de vagas ofertadas nas UF do país e o número de registros profissionais no COFFITO. Com base nessa análise, identificou-se a existência de uma relação proporcional entre o número de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado em

atuação profissional com o número de cursos, número de vagas ofertadas na graduação, quantidade de profissionais registrados no COFFITO e quantidade de terapeutas ocupacionais formados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Tabela 30).

Observou-se que o Sudeste concentra o maior número de cursos (54,41%, n=37), de vagas ofertadas (53,64%, n=4.701), de terapeutas ocupacionais registrados (55,05%, n=8.943), de formação de mestres (65,79%, n=750) e doutores (79,15%, n=243) e, conseqüentemente, de mestres (50,22%, n=341) e de doutores (67,80%, n=208) em atividade profissional (Tabela 30). As regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram os menores valores em todas as variáveis relacionadas. Com exceção do Sudeste, todas as demais regiões brasileiras apresentam um número de mestres e doutores em atuação maior do que o número de titulações de mestrado e doutorado. Observou-se ainda que dos 179 terapeutas ocupacionais em doutoramento no país, 72,07% (n=129) estão no Sudeste.

Tabela 30 - Frequência relativa de cursos de graduação, vagas ofertadas, profissionais registrados, número de mestres e doutores formados, número de doutorandos e quantidade de pós-graduados em atuação profissional nas regiões brasileiras.

Região	Graduação		Profissionais	Formação pós-graduada			Atuação profissional	
	Cursos (n=68)	Vagas (n=8.764)	Registrados (n=16.245)	M* (n=1.140)	D* (n=307)	Dt* (n=179)	M** (n=679)	D** (n=307)
CO	4,41	7,07	5,03	2,53	1,96	1,68	3,83	4,2
NE	17,65	17,18	21,23	16,07	10,46	12,85	22,83	13,4
NO	7,35	12,02	5,44	6,11	1,96	5,03	9,57	3,9
SE	54,41	53,64	55,05	65,68	79,08	72,07	50,22	67,8
S	16,18	10,09	13,25	9,61	6,54	5,03	13,55	10,7

Legenda: CO: Centro-Oeste; NO: Norte; NE: Nordeste; SE: Sudeste; S: Sul; M: Mestres; D: Doutores; Dt: Doutorandos. Nota: *36 mestrados e 22 doutorados foram realizados no exterior e 6 doutorados estão em andamento. **1 mestre e 1 doutor atuam profissionalmente fora do país. Esses profissionais não foram incluídos na análise regional.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.6.2. Há relação entre a formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais com a sua atuação em grupos de pesquisa?

Conforme relatado anteriormente, 618 profissionais participam de algum grupo de pesquisa no Brasil, sendo 366 mestres e 252 doutores. Verificou-se a

hipótese de que se a participação em grupos de pesquisa, específicos ou não de terapia ocupacional, está associada com o período de titulação pós-graduada (Tabela 31). Constatou-se que tal associação ocorreu em ambos os níveis de titulação no que diz respeito à participação em grupos de pesquisa (mestres, $p < 0,0001$); doutores, $p = 0,022$), mas não foi constatada quando se analisou a participação em grupos relacionados à terapia ocupacional (mestres, $p = 0,07768$); doutores, $p = 0,2220$). Identificou-se que a maioria dos mestres ($n = 293$) e doutores ($n = 163$) que atuam em grupos de pesquisa atualmente, foi titulada a partir de 2010.

Tabela 31 - Relação entre período de titulação e atuação em grupos de pesquisa dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

Período de Titulação	MSc				P Valor	χ^2	PhD				P Valor	χ^2
	Sim	%	Não	%			Sim	%	Não	%		
Atuação em grupos de pesquisa												
1980-1989	1	0,3	1	0,20			0	0,0	1	1,30		
1990-1999	5	1,4	13	2,64			19	7,5	13	16,88		
2000-2009	67	18,3	187	37,93	< 0,0001	42,04	70	27,8	21	27,27	0,022	7,638
2010-2017	293	80,1	292	59,23			163	64,7	42	54,55		
Total	366	100	493	100			252	100	77	100		
Atuação em grupos de pesquisa de terapia ocupacional												
1980-1989	1	0,5	0	0,00			0	0,0	0	0,00		
1990-1999	3	1,5	3	1,78			16	9,5	3	3,57		
2000-2009	38	19,3	28	16,57	0,7768	0,5052	47	28,0	23	27,38	0,2220	3,01
2010-2017	155	78,7	138	81,66			105	62,5	58	69,05		
Total	197	100	169	100			168	100	84	100		

Legenda: MSc: Mestre; PhD: Doutor.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos profissionais que participam de grupos de pesquisa ($n = 618$), 78,7% ($n = 155$) são mestres e 62,5% ($n = 105$) são doutores titulados entre 2010-2017. Visando compreender a relação entre a formação dos terapeutas ocupacionais com sua atuação como pesquisadores em grupos de pesquisa, identificou-se quatro grupos distintos: aqueles profissionais que participam somente de grupos de pesquisa relacionados à terapia ocupacional; aqueles que participam tanto de grupos de pesquisa da área da terapia ocupacional quanto de outras áreas; aqueles que participam de grupos ligados somente à outras áreas do saber e aqueles que não participam como pesquisadores em

nenhum grupo de pesquisa no Brasil. Esses perfis foram associados à formação pós-graduada dos mestres e doutores em Programas e Áreas de Avaliação da terapia ocupacional.

Não foram observadas associações entre o Programa de Pós-Graduação, e sua respectiva Área Básica, com a atuação em grupos de pesquisa relacionados à terapia ocupacional, tanto nos mestres quanto nos doutores (Tabela 32). No entanto, quando o agrupamento foi realizado com base na Área de Avaliação do programa, identificaram-se diferenças entre os titulados na Área 21 (Educação Física) e os titulados em outras áreas, tanto no grupo mestres ($p = 0,0043$) quanto no de doutores ($p = 0,0069$).

Ao se observar a relação entre o programa de formação do mestrado com a atuação em grupos de pesquisa relacionados à profissão, foi possível constatar que apenas 9,98% ($n = 9$) foram formados e atuam em grupos na área. A maioria dos terapeutas ocupacionais concluíram seus mestrados em outras áreas e atuam em grupos de pesquisa relacionados somente à profissão (90,11%, $n = 82$) ou em mais de um grupo, onde um deles é de outra área (96,88%, $n = 31$). Um número importante de mestres concluiu sua capacitação em outra área e não atua em grupos da terapia ocupacional (96,15%, $n = 75$).

Quanto à Área Básica, constatou-se que é pouco expressiva a participação de mestres formados na subárea de terapia ocupacional em grupos de pesquisa vinculados à profissão (4,65%, $n = 4$). Ao se analisar a Área de Avaliação da Capes, também se observou que a maioria ($n = 657$; somatória de todos os grupos) não foi titulada na área de conhecimento da terapia ocupacional. Esses profissionais compuseram de forma predominante tanto o grupo de pesquisadores que atuam somente em grupos relacionados à profissão (74,42%, $n = 64$) quanto àqueles que não atuam na terapia ocupacional (91,67%, $n = 66$).

No que diz respeito aos doutores (Tabela 32), nenhum doutor foi titulado em um programa de pós-graduação específico em terapia ocupacional. Porém, observou-se que, considerando a somatória dos grupos, 12 doutores foram formados na Área 21 e, dos que atuam especificamente com a terapia ocupacional ($n = 79$), 7 foram formados nessa área. Por outro lado, observou-se que, assim como no mestrado, a maioria ($n = 291$, somatória de todos os grupos) dos doutores foi formada em outras

Áreas de Avaliação. Porém, a atuação desses profissionais em grupos de pesquisa é equilibrada entre aqueles que atuam em grupos de terapia ocupacional somente (90,41%, n = 66) e aqueles que atuam em outros grupos (93,65%, n = 69). Destaca-se que um número expressivo de doutores atua em ambas as frentes (n = 80).

Tabela 32 - Relação entre a atuação dos terapeutas ocupacionais em grupos de pesquisa e sua formação pós-graduada (Programa, Área Básica e Área de Avaliação).

Formação Pós-Graduada	Grupos de Pesquisa								P Valor	X ²
	terapia ocupacional	%	terapia ocupacional e outros grupos	%	outros grupos	%	Não atuam	%		
Programa MSc										
terapia ocupacional	9	9,89	1	3,13	3	3,85	59	8,97	0,2835	3,804
outros programas	82	90,11	31	96,88	75	96,15	599	91,03		
Área Básica MSc*										
fisioterapia e terapia ocupacional	4	4,65	2	6,25	1	1,39	24	3,94	0,2108	4,517
outra área básica	82	95,35	30	93,75	71	98,61	585	96,06		
Área de Avaliação MSc*										
educação física	22	25,58	5	15,63	6	8,33	109	17,90	0,0443	8,086
outra área de avaliação	64	74,42	27	84,38	66	91,67	500	82,10		
Programa PhD #										
terapia ocupacional	0	0	0	0	0	0	0	0	#	#
outros programas	79	100	85	100	71	100	94	100		
Área Básica PhD*										
fisioterapia e terapia ocupacional	3	4,11	2	2,44	0	0,00	0	0	0,1375	5,518
outra área básica	70	95,89	80	97,56	61	100,00	87	100		
Área de Avaliação PhD*										
educação física	7	9,59	0	0,00	4	6,35	1	1,15	0,0069	12,13
outra área de avaliação	66	90,41	80	100,00	59	93,65	86	98,85		

Legenda: MSc: Mestrado; PhD: Doutorado. Nota: *60 currículos de mestres não foram incluídos nessa análise, pois 24 foram formados no exterior e em 36 casos não foi encontrada a Área de Avaliação cursada; # Teste não realizado em virtude de não ocorrer doutor titulado em programa de pós-graduação em terapia ocupacional; **26 currículos de doutores não foram incluídos nessa análise, pois 22 foram formados no exterior e em 4 casos não foi encontrado a Área Básica e Área de Avaliação cursada.

Fonte: Elaborado pelo autor

5.6.3. Há relação entre a formação pós-graduada e a atuação como orientador em Programas de Pós-Graduação?

Os terapeutas ocupacionais que atuam como orientadores de mestrado e doutorado obtiveram suas titulações a partir de programas relacionados aos diferentes campos de conhecimento, como das ciências da saúde, sociais e humanas, artes e engenharias (Tabela 33). No entanto, houve uma maior frequência em programas de educação (14,13%, n = 13), educação especial (13,04%, n = 12), saúde pública (8,70, n = 8) e saúde coletiva (7,61%, n = 7). Como consequência, observou-se também uma maior frequência de Áreas Básicas e Áreas de Avaliação relacionadas à educação e à saúde coletiva. Destaca-se que somente 2,35% (n = 2) dos orientadores de pós-graduação em atividade, foram titulados na Área 21.

Tabela 33 - Programa, Área Básica e Área de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais que atuam na Pós-Graduação concluíram seus doutorados.

(continua)		
Programas	FA	%
Educação	13	14,13%
Educação Especial	12	13,04%
Saúde Pública	8	8,70%
Saúde Coletiva	7	7,61%
Ciências Médicas	6	6,52%
Ciências Sociais	5	5,43%
Ciências da Saúde	4	4,35%
Ciências da Reabilitação	3	3,26%
Enfermagem Psiquiátrica	3	3,26%
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	3	3,26%
Sociologia	3	3,26%
Psicologia Clínica	3	3,26%
Engenharia de Produção	2	2,17%
Psicologia	2	2,17%
Outros Programas	18	19,57%
Total	92	100%
Área Básica		
Educação Especial	12	14,12%
Educação	9	10,59%
Saúde Pública	9	10,59%
Sociologia	7	8,24%
Clínica Médica	6	7,06%
Medicina Preventiva	6	7,06%
Enfermagem	5	5,88%
Ensino-Aprendizagem	3	3,53%
Psicologia	3	3,53%

Tabela 33 - Programa, Área Básica e Área de Avaliação onde os terapeutas ocupacionais que atuam na Pós-Graduação concluíram seus doutorados.

	(conclusão)	
Área Básica	FA	%
Psicologia do ensino e da aprendizagem	3	3,53%
Tratamento e Prevenção psicológica	3	3,53%
Comunicação	2	2,35%
Engenharia de produção	2	2,35%
Fisioterapia e terapia ocupacional	2	2,35%
Medicina	2	2,35%
Neurologia	2	2,35%
Psiquiatria	2	2,35%
Outras Áreas	7	8,24%
Total	85	100%
Área de Avaliação		
Educação	24	28,24%
Saúde coletiva	16	18,82%
Psicologia	11	12,94%
Medicina I	8	9,41%
Sociologia	7	8,24%
Enfermagem	5	5,88%
Medicina II	5	5,88%
Comunicação e Informação	2	2,35%
Educação Física	2	2,35%
Engenharias III	2	2,35%
Outras Áreas	3	3,53%
Total	85	100%

Legenda: FA: Frequência Absoluta. Nota: 7 orientadores não foram incluídos, pois 1 realizou doutorado no exterior e em 6 casos, a Área Básica e Área de Avaliação dos respectivos programas não foi encontrada.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre os orientadores de mestrado e doutorado que estão em atividade (n = 85), analisou-se a hipótese de associação entre a sua atuação em um programa, Área Básica ou área de avaliação e sua área de formação doutoral (Tabela 34). Como resultado, não foi encontrada associação significativa ($p = 0,0965$). De fato, identificou-se que os orientadores majoritariamente mudaram de programa, Área Básica e Área de Avaliação para se inserir na pós-graduação. Apenas 9,28% (n = 9) dos orientadores atuam no mesmo programa, 15,05% (n=14) na mesma Área Básica e 20,43% (n = 19) dentro da mesma Área de Avaliação na qual foram titulados.

Tabela 34 - Relação entre a formação no doutorado com a atuação como orientador na pós-graduação.

Formação no doutorado x Atuação como orientador	Sim		Não		P Valor	X ²
	FA	%	FA	%		
Programa de Pós-Graduação	9	9,28%	88	90,72%	0,0965	4,677
Área Básica*	14	15,05%	79	84,95%		
Área de Avaliação*	19	20,43%	74	79,57%		

Legenda: FA: Frequência Absoluta. Nota: *Quatro orientadores obtiveram sua formação doutoral fora do país, portanto, não foi possível efetuar sua comparação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.6.4. Há relação entre a atuação profissional e a participação em grupos de pesquisa, específicos ou não da área?

Foi verificado também se a participação em grupos de pesquisa está associada com a atuação profissional dos terapeutas ocupacionais, seja na sua função, ligada ou não à docência, ou em relação à área de atuação, na terapia ocupacional ou em outra área (Tabela 35). Como esperado, identificaram-se diferenças significativas tanto na função exercida (Assistência/ Gestão x Docência/ Pesquisa) pelos mestres e doutores ($p < 0,0001$) quanto no vínculo com a terapia ocupacional (mestres, $p = 0,0056$; doutores, $p < 0,0001$).

Outro resultado que se destaca é que mais da metade dos mestres ($n = 493$, somatório dos grupos) não participa de grupos de pesquisa. Em 179 currículos (somatório dos grupos) não há informação sobre a atuação profissional (Sem vínculo). Conforme descrito na Tabela 35, dos mestres que atuam somente em grupos de pesquisa relacionados à profissão, 41,67% ($n = 55$) estão ligados à docência. Por outro lado, dos que atuam somente em grupos de pesquisa de outras áreas, a maioria (42,29%, $n = 74$) está ligada à assistência e gestão de serviços. Observou-se que dos profissionais que atuam ao mesmo tempo em ambas as frentes de pesquisa, a maioria é composta por docentes e pesquisadores (83,05%, $n = 49$). Nos doutores, observou-se um perfil diferente. Os docentes são prevalentes em todos os tipos de grupos de pesquisa.

Quanto à área de atuação onde essas funções profissionais são exercidas (Tabela 35), constatou-se, de forma frequente, que os profissionais atuam na área de terapia ocupacional. Contudo, esses profissionais participam tanto, de grupos de pesquisa exclusivamente de outras áreas (66,86%, $n = 117$), quanto de forma

combinada com a terapia ocupacional (86,44%, n = 510). No que diz respeito aos doutores, também foi frequente o número de profissionais que atuam na área da terapia ocupacional, mas participam somente em grupos de pesquisa de outras áreas (75%, n=63) ou atuam em ambos os grupos (98,89%, n =89). Esse é caso, por exemplo, de docentes que atuam em cursos de graduação em terapia ocupacional, mas que participam de grupos de pesquisa de outros campos de conhecimento, de forma exclusiva ou combinada com grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional.

Tabela 35 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa com a função profissional e área de atuação nas quais os terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado atuam.

Atuação Profissional	Grupos de Pesquisa						P Valor	X ²	
	terapia ocupacional	%	terapia ocupacional e outros grupos	%	outros grupos	%			Não atuam em grupos de pesquisa
Função MSc									
Assistência/ Gestão	40	30,30	5	8,47	74	42,29	260	52,74	
Docência/ Pesquisa	55	41,67	49	83,05	62	35,43	135	27,38	< 0,0001
Sem vínculo*	37	28,03	5	8,47	39	22,29	98	19,88	
Área de Atuação MSc									
Terapia Ocupacional	93	70,45	51	86,44	117	66,86	346	70,18	
Outras áreas	0	0,00	3	5,08	11	6,29	26	5,27	
Sem vínculo	37	28,03	5	8,47	39	22,29	98	19,88	0,0056
Não Informado**	2	1,52	0	0,00	8	4,57	23	4,67	
Função PhD									
Assistência/ Gestão	12	15,38	4	4,44	20	24,10	29	37,66	
Docência/ Pesquisa	62	79,49	86	95,56	59	71,08	35	45,45	< 0,0001
Sem vínculo	4	5,13	0	0,00	4	4,82	13	16,88	
Área de Atuação PhD									
Terapia Ocupacional	72	92,31	89	98,89	63	75,00	54	70,13	
Outras áreas	0	0,00	0	0,00	14	16,67	5	6,49	
Sem vínculo	4	5,13	0	0,00	4	4,76	13	16,88	< 0,0001
Não Informado	2	2,56	1	1,11	3	3,57	5	6,49	

Legenda: MSc: Mestres; PhD: Doutores. Nota: * Profissionais que não relataram vínculo profissional.
** Profissionais que embora tenham relatado vínculo profissional, não apresentaram a informação analisada nessa variável.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.6.5. Terapeutas ocupacionais pós-graduados e que atuam na formação de novos pesquisadores participam de grupos de pesquisa, específicos ou não da profissão? De quais formas?

5.6.5.1 Há associação entre a atuação em grupos de pesquisa com a orientação de projetos de iniciação científica?

Verificou-se a relação entre a atuação em grupos de pesquisa e a atividade de orientação de projetos de iniciação científica de alunos de graduação com associação significativa tanto nos mestres quanto nos doutores ($p < 0,0001$). Considerando o número total de mestres ($n = 859$) e doutores ($n = 329$) identificados na pesquisa, apurou-se que 57,75% ($n = 190$, somatório dos grupos) dos doutores e 9,55% ($n = 82$, somatório dos grupos) dos mestres realizaram pelo menos uma orientação de iniciação científica. Desses profissionais 50,46% ($n = 166$) dos doutores e 6,52% ($n = 56$) dos mestres participaram de algum grupo de iniciação científica (Tabela 36).

Tabela 36 - Relação entre orientação de iniciação científica com a participação em grupos de pesquisa.

Participação em Grupos de Pesquisa com	Orientação de Projetos de Iniciação Científica											
	MSc						PhD					
	Sim	%	Não	%	P Valor	X ²	Sim	%	Não	%	P Valor	X ²
Sim	56	6,52%	310	36,09%	< 0,0001	24,46	166	50,46%	86	26,14%	< 0,0001	29,11
Não	26	3,03%	467	54,37%			24	7,29%	53	16,11%		

Legenda: MSc: Mestre; PhD: Doutor

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos mestres que realizaram alguma orientação, destaca-se o fato de que a maioria (31,71%, $n = 26$) não atua em nenhum grupo de pesquisa ou atua em grupos não associados ao campo da terapia ocupacional (24,39%, $n = 20$). Apenas 21,95% ($n = 18$) participam somente de grupos de pesquisa que abordam a terapia ocupacional. Essa frequência foi a mesma para aqueles que participam dos dois tipos de grupo. Com relação aos doutores, observou-se um perfil diferente. Desses, a maioria (35,26%, $n = 67$) participa tanto de grupos específicos da área quanto de grupos de outros campos. O percentual de profissionais que desenvolvem atividades unicamente em um tipo de grupo, tanto na terapia ocupacional (26,84%, $n = 51$) quanto em outras áreas (25,26%, $n = 48$) foi aproximado. Ainda assim, 12,63% ($n = 24$) dos doutores que realizaram algum projeto de iniciação científica não estão vinculados a um grupo de pesquisa.

Em seguida, baseado no número total de orientações e número de orientações de estudantes de terapia ocupacional, bem como no número total de projetos

desenvolvidos e no número de projetos com o descritor “terapia ocupacional” e seus correlatos no título, buscou-se verificar a associação entre a participação em grupos de pesquisa com a orientação de alunos e projetos vinculados à terapia ocupacional (Tabela 37). Quanto ao curso de graduação, identificou-se diferença significativa entre os grupos, somente nos mestres ($p = 0,0035$). Quanto à vinculação do projeto com a área de terapia ocupacional, visualizou-se diferença estatisticamente significativa tanto nos mestres quanto nos doutores ($p < 0,0001$).

Identificou-se o predomínio na orientação de discentes de terapia ocupacional em todos os perfis de grupos de pesquisa tanto no mestrado quanto no doutorado. Todavia, destaca-se que nos mestres, profissionais que atuam somente em grupos de pesquisa não relacionados à terapia ocupacional ($n = 88$), apresentaram maior frequência absoluta de orientações. Nos doutores, essa frequência foi maior em profissionais que atuam em grupos relacionados à profissão, seja de forma específica ($n = 576$) ou quando atuam conjuntamente com grupos de outras áreas ($n = 686$). Sobre os projetos, notou-se que a quantidade de projetos com foco sobre terapia ocupacional foi menor que em todos os grupos nos diferentes níveis de titulação, com exceção dos mestres que atuam somente em grupos que abordam a terapia ocupacional ($n = 47$).

Tabela 37 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa com a orientação de iniciação científica junto a acadêmicos de terapia ocupacional e acerca de projetos com o descritor “terapia ocupacional” no título.

Orientação de Iniciação Científica	Atuação em Grupos de Pesquisa											
	MSc (FA)						PhD (FA)					
	TO	TO e outras áreas	outras áreas	Não atuam	P Valor	X ²	TO	TO e Outras áreas	outras áreas	Não atuam	P Valor	X ²
Curso de Graduação												
terapia ocupacional	54	30	88	45	0,0035	13,62	576	686	289	146	0,1675	5,059
outras áreas	19	3	9	17			43	63	218	29		
Projetos de Pesquisa												
Terapia Ocupacional	26	8	36	14	< 0,0001	323,0	175	130	94	55	< 0,0001	36,00
Outros Temas	47	25	61	48			444	619	413	120		

Legenda: MSc: Mestre; PhD: Doutor; TO: Terapia Ocupacional; Não atuam: Profissionais que não participam de grupos de pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.6.5.2 Há associação entre a atuação em grupos de pesquisa com a orientação em programas de Mestrado e Doutorado?

Quanto a relação entre a participação em grupos de pesquisa com a atuação como orientador em programas de pós-graduação de mestrado e doutorado (Tabela 38), identificou-se diferença estatisticamente significativa entre a associação do tipo de grupos de pesquisa com o título do programa de pós-graduação ($p = 0,0010$) e sua respectiva Área de Avaliação ($p < 0,0001$). Não foram observadas associações significativas entre o tipo de curso que atua ou a Área Básica do programa de pós-graduação.

Identificou-se que dos 85 profissionais que atuam como orientadores, considerando o programa de pós-graduação vinculado, há uma maior frequência de profissionais que participam tanto de grupos relacionados à profissão quanto de grupos de outras áreas e atuam em programas não específicos de terapia ocupacional (73,68%, $n = 28$). Frisa-se que dos profissionais que participam unicamente de grupos de pesquisa específicos da área, 50% ($n = 12$) atuam em programas não específicos à terapia ocupacional.

Da mesma forma, no que tange a Área de Avaliação, há uma maior frequência de profissionais em atividade na pós-graduação em áreas cujo foco principal não é a terapia ocupacional (67,06%, $n = 57$, somatório dos grupos).

De forma surpreendente, constituem essa amostra, profissionais que atuam tanto em grupos específicos da terapia ocupacional (33,33%, $n = 8$, somatório dos grupos) quanto aqueles que atuam em ambos os grupos (76,32%, $n = 29$, somatório dos grupos). Por outro lado, dos terapeutas ocupacionais que estão na pós-graduação e atuam em grupos de pesquisa específicos da profissão, 66,67% ($n = 16$, somatório dos grupos) estão de algum modo vinculados à programas de pós-graduação vinculados à Área 21 da Capes.

Tabela 38 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq com a participação como orientador em programas de pós-graduação de mestrado e doutorado.

Orientação na Pós-Graduação	Atuação em grupos de pesquisa						P Valor	X ²
	TO	%	TO e outras áreas	%	outras áreas	%		
Curso								
MSc	9	37,50	8	21,05	13	59,09		
MSc e PhD	11	45,83	13	34,21	6	27,27		
MP	2	8,33	14	36,84	3	13,64	0,0564	15,14
MP e MSc	1	4,17	1	2,63	0	0,00		
MP, MSc e PhD	1	4,17	2	5,26	0	0,00		
Programa								
TO	8	33,33	2	5,26	0	0,00		
TO e programa de outra área	3	12,50	4	10,53	0	0,00		
Programa de outra área	12	50,00	28	73,68	22	100,00	0,0010	22,50
2 Programas de outras áreas	1	4,17	4	10,53	0	0,00		
Área Básica*								
Fisioterapia e TO	2	8,33	3	7,69	1	4,76		
Fisioterapia e TO e Outra área	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,2492	5,394
Outra Área Básica	18	75,00	28	71,79	20	95,24		
2 AB de outra área	4	16,67	8	20,51	0	0,00		
Área de Avaliação*								
Área 21	13	54,17	5	13,16	1	4,76		
Área 21 e outra Área de Avaliação	3	12,50	4	10,53	0	0,00		
Outra Área de Avaliação	7	29,17	25	65,79	20	95,24	< 0,0001	27,88
2 outras Áreas de Avaliação	1	4,17	4	10,53	0	0,00		

Legenda: MSc: Mestrado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; PhD: Doutorado; TO: Terapia Ocupacional. Nota: * Em um caso não possível identificar a Área Básica e Área de Avaliação do programa ao qual um profissional está vinculado, portanto o mesmo não foi incluído nesta análise.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.6.6 A produção bibliográfica dos terapeutas ocupacionais está associada à formação pós-graduada, à atuação profissional, à atuação em grupos de pesquisa e à atuação na pós-graduação dos mestres e doutores?

5.6.6.1 Há associação entre o programa, Área Básica e Área de Avaliação da formação pós-graduada com a produção bibliográfica?

No mestrado (Tabela 39), os perfis de publicação de profissionais formados em programas específicos diferenciaram-se dos titulados em outras áreas, tanto na publicação em periódicos específicos ($p < 0,0001$) quanto na presença do termo terapia ocupacional nos artigos ($p = 0,0044$). Na Área de Avaliação, essa diferença foi observada na veiculação em periódicos específicos ($p < 0,0001$). Quanto aos doutores, observou-se diferença apenas quanto à veiculação de artigos sobre a profissão, considerando Área Básica de formação doutoral ($p = 0,0185$).

Tabela 39 - Relação entre formação pós-graduada (Programa, Área Básica e Área de Avaliação) onde os terapeutas ocupacionais cursaram o mestrado e o doutorado com a produção de artigos com o descritor “terapia ocupacional” no título, resumo e/ ou palavras-chave.

Formação Pós-Graduada	n	Incluídos (%)	Publicação (Artigos)		P valor	X ²	Sobre TO (%)	Outros assuntos	P valor	X ²
			Periódicos da área (%)	Outros periódicos (%)						
Programa MSc										
Terapia ocupacional	57	199	99	100	< 0,0001	24,70	110	89	0,0004	12,71
Outro programa	501	1516	485	1031			636	880		
Área Básica										
Fisioterapia terapia ocupacional	21	59	22	37	0,5935	0,2849	15	44	0,0044	8,122
Outra área básica	511	1656	562	1094			731	925		
Área de Avaliação										
Educação física	109	394	180	214	< 0,0001	30,82	184	210	0,1441	2,134
Outra área de avaliação	423	1321	404	917			562	759		
Programa PhD										
Terapia ocupacional	0	0	0	0	*	*	0	0	*	*
Outro programa	310	4436	1502	2934			1670	2766		
Área Básica										
Fisioterapia terapia ocupacional	5	100	35	65	0,8625	0,0299	29	71	0,0185	5,552
Outra área básica	286	3775	1353	2422			1537	2238		
Área de Avaliação										
Educação física	12	166	63	103	0,5581	0,3431	57	109	0,1030	2,658
Outra área de avaliação	279	3709	1325	2384			1509	2200		

Legenda: MSc: Mestrado Acadêmico; PhD: Doutorado; N: número de terapeutas ocupacionais; FR: Nota: *301 mestres foram excluídos dessa análise, pois 284 não publicaram nenhum artigo e 17 publicaram apenas 1 e o mesmo não foi encontrado. Da mesma forma, 19 doutores foram

excluídos, pois 16 não publicaram nenhum artigo até 2017 e 3 publicaram um único artigo e o mesmo não foi recuperado. ** Além das exclusões dos 284 mestres e 19 doutores por motivos relacionados à publicação dos artigos, mais 26 mestres (8 por terem cursado o mestrado no exterior e 18 pela ausência de identificação da Área de Avaliação da Capes do programa cursado) e 19 doutores (15 por terem cursado o doutorado no exterior e 4 pela ausência de identificação da Área de Avaliação da Capes do programa cursado) foram excluídos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 40, é possível verificar o reflexo da diferença entre os grupos, por meio do percentual de artigos em periódicos de terapia ocupacional e do percentual de artigos com o termo “terapia ocupacional” e seus correlatos. Detalha-se que foi efetuada a média do percentual das variáveis. Assim, no grupo de mestres, o percentual de artigos em periódicos específicos foi, em média, de 42,83% para profissionais titulados em programas específicos, enquanto foi de 29,76% para profissionais titulados em outras áreas. Da mesma forma, cerca de 53% dos artigos publicados por mestres formados em programas específicos da profissão apresentam o descritor “terapia ocupacional”, ao passo que este percentual foi de 42,46% para profissionais formados em outros programas.

Esse perfil também foi observado nas Áreas de Avaliação. Mestres titulados em programas da Área 21 apresentaram, em média, um percentual maior de publicações em periódicos de terapia ocupacional (42,48%) do que os profissionais titulados em outras áreas do conhecimento (28,08%). No grupo de doutores, as diferenças encontradas foram consideradas pouco expressivas.

Tabela 40 - Relação entre formação pós-graduada (Programa e Área de Avaliação) onde os terapeutas ocupacionais cursaram o mestrado e o doutorado com a produção de artigos com o descritor “terapia ocupacional” no título, resumo e/ ou palavras-chave, considerando o percentual médio dos artigos publicados.

Formação na Pós-Graduação	Produção Bibliográfica (Artigos)							
	N	MSc			N	PhD		
		Artigos Analisados (%)	Publicados em periódicos da área (%)	Descritor terapia ocupacional (%)		Artigos Analisados (%)	Publicados em periódicos da área (%)	Descritor terapia ocupacional (%)
Programa*								
Terapia ocupacional	57	100	43,83	52,9	0	0	0	0
Outro PPG	501	99,3	29,76	42,46	310	97,33	33,88	39,31
Área de Avaliação**								
Educação física	109	99,66	42,48	45,45	12	99,12	39,27	42,05
Outra área de avaliação	423	99,27	28,08	42,63	279	97,12	34,29	39,95

Legenda: MSc: Mestrado Acadêmico; PhD: Doutorado; N: número de terapeutas ocupacionais; Nota: *301 mestres foram excluídos dessa análise, pois 284 não publicaram nenhum artigo e 17 publicaram apenas 1 e o mesmo não foi encontrado. Da mesma forma, 19 doutores foram excluídos, pois 16 não publicaram nenhum artigo até 2017 e 3 publicaram um único artigo e o mesmo não foi recuperado. ** Além das exclusões dos 284 mestres e 19 doutores por motivos relacionados à publicação dos artigos, mais 26 mestres (8 por terem cursado o mestrado no exterior e 18 pela ausência de identificação da Área de Avaliação da Capes do programa cursado) e 19 doutores (15 por terem cursado o doutorado no exterior e 4 pela ausência de identificação da Área de Avaliação da Capes do programa cursado) foram excluídos.

Fonte: Elaborado pelo autor

5.6.6.2 Há associação entre a atuação profissional, função exercida e área de atuação, e a produção bibliográfica?

Neste estudo, constatou-se também a existência de associação entre a atuação profissional e o perfil de sua produção bibliográfica (Tabela 41). Identificou-se que o tipo de função exercida está associado com o perfil de difusão de artigos em periódicos, tanto nos mestres ($p = 0,0002$) quanto nos doutores ($p < 0,0001$). Quanto a publicação de artigos com o descritor terapia ocupacional ($p < 0,0001$), a função apresentou associação no grupo de doutores. Observou-se também que área de atuação, se ou não na terapia ocupacional, está associada com o perfil de veiculação de artigos em periódicos (mestres, $p = 0,0030$; doutores, $p < 0,0001$) quanto ao foco dos artigos sobre a profissão (mestres, $p = 0,0028$; doutores, $p < 0,0001$).

Tabela 41 - Relação entre a atuação profissional (função e área de atuação) dos mestres e doutores com sua produção bibliográfica (artigos).

Atuação Profissional	N	Publicação (Artigos)								
		Incluídos (FA)	Periódicos da área (FA)	Outros periódicos (FA)	P valor	X ²	Descritor TO (FA)	Outros assuntos	P valor	X ²
Função MSc*										
Assistência/Gestão	233	654	212	442			275	379		
Docência/Pesquisa	206	776	365	501	0,0002	17,50	365	411	0,0996	4,613
Sem vínculo	119	380	128	252			159	221		
Área de Atuação MSc										
Terapia Ocupacional	400	1311	464	847			605	706		
Outras áreas	22	72	11	61	0,0030	13,90	19	53	0,0028	14,10
Sem vínculo	119	380	128	252			159	221		
Não Informado	17	47	12	35			16	31		
Função PhD*										
Assistência/Gestão	59	516	146	370			159	350		
Docência/Pesquisa	232	3723	1319	2404	< 0,0001	31,23	1469	2254	< 0,0001	47,31
Sem vínculo	19	197	37	160			35	162		
Área de Atuação PhD										
Terapia Ocupacional	263	3754	1432	2322			1590	2164		
Outras áreas	18	342	21	321	< 0,0001	209,6	33	309	< 0,0001	235,0
Sem vínculo	19	197	37	160			35	162		
Não Informado	10	143	12	131			12	131		

Legenda: MSc: Mestrado Acadêmico; PhD: Doutorado; N: número de terapeutas ocupacionais. Nota: Nota: *301 mestres foram excluídos dessa análise, pois 284 não publicaram nenhum artigo e 17 publicaram apenas 1 e o mesmo não foi encontrado. Da mesma forma, 19 doutores foram excluídos, pois 16 não publicaram nenhum artigo até 2017 e 3 publicaram um único artigo e o mesmo não foi recuperado.

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à função exercida, observou-se que os terapeutas ocupacionais ligados à docência e pesquisa, tanto nos de mestres quanto nos doutores, são os principais produtores de artigos publicados em periódicos e de artigos com vínculo à terapia ocupacional. Da mesma forma, conforme esperado, há uma maior frequência de publicação de profissionais que atuam em cursos, departamentos e setores de terapia ocupacional em comparação com terapeutas que atuam em outras áreas.

Destaca-se que nenhum grupo apresentou média de publicação em periódicos e de artigos sobre a profissão maior que 50%. Mais da metade da publicação dos terapeutas ocupacionais é veiculada em periódicos não específicos e não menciona a terapia ocupacional no título, resumos e palavras-chave.

5.6.6.3 Há associação entre a atuação em grupos de pesquisa e a produção bibliográfica?

A hipótese de que o perfil do grupo de pesquisa no qual o terapeuta ocupacional participa está associado ao seu padrão de produção bibliográfica também foi investigada neste estudo. A Tabela 42 ilustra que, em ambos os grupos, houve associação entre as variáveis, seja em relação à difusão em periódicos ($p < 0,0001$) ou na publicação de artigos vinculados à terapia ocupacional ($p < 0,0001$).

Tabela 42 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa e a produção bibliográfica.

Atuação em grupos de pesquisa	n	Publicação (Artigos)								
		Incluídos (FA)	Periódicos da área (FA)	Outros periódicos (FA)	P valor	X ²	Descritor TO (FA)	Outros assuntos	P valor	X ²
MSc*										
Terapia ocupacional	104	384	191	193			209	175		
TO e outros grupos	54	293	115	178			141	152		
Outros grupos	132	413	121	292	< 0,0001	70,05	152	261	< 0,0001	29,82
Não atuam em grupos de pesquisa	268	720	188	532			297	423		
PhD**										
Terapia ocupacional	75	1351	612	739			588	763		
TO e outros grupos	89	1540	576	964			643	897		
Outros grupos	78	1044	148	896	< 0,0001	268,3	205	839	< 0,0001	192,7
Não atuam em grupos de pesquisa	68	501	166	335			234	267		

Legenda: MSc: Mestrado Acadêmico; PhD: Doutorado; N: número de terapeutas ocupacionais. Nota: *301 mestres foram excluídos dessa análise, pois 284 não publicaram nenhum artigo e 17 publicaram apenas 1 e o mesmo não foi encontrado. Da mesma forma, 19 doutores foram excluídos, pois 16 não publicaram nenhum artigo até 2017 e 3 publicaram um único artigo e o mesmo não foi recuperado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nessas diferenças, identificou-se a média percentual de publicações em cada grupo. Em ambas as titulações foi constatado que, tanto os profissionais que atuam somente em grupos de pesquisa que abordam a terapia ocupacional (Mestres, 44,1%; Doutores, 45,83%) quanto os que, além destes, atuam em grupos de outras áreas (Mestres, 41,54%; Doutores, 37,99%), apresentaram maior média de publicação em periódicos de terapia ocupacional do que terapeutas ocupacionais que atuam somente em outras áreas (Tabela 43). Esta diferença também ocorreu na publicação de

artigos que descrevem a terapia ocupacional (Mestres, 53,31%; Doutores, 44,83%). Destaca-se que os doutores que não atuam em grupos de pesquisa também apresentaram média maior de publicação em periódicos específicos (31,36%) e de artigos identificados com a profissão (42,93%) do que aqueles que não atuam em grupos de pesquisa em terapia ocupacional.

Tabela 43 - Relação entre atuação em grupos de pesquisa e a produção bibliográfica (Média)

Atuação em Grupos de Pesquisa	Produção Bibliográfica (Artigos)							
	MSc*				PhD**			
	N	Artigos analisados (%)	Periódicos específicos (%)	Descritor TO (%)	N	Artigos analisados (%)	Periódicos específicos (%)	Descritor TO (%)
Terapia Ocupacional	103	99,35%	44,1%	53,31%	80	97,41%	45,83%	44,83%
TO e Outras Áreas	60	99,17%	41,54%	52,59%	84	98,14%	37,99%	43,87%
Outras Áreas	127	99,23%	26,92%	35,1%	78	97,28%	19,37%	25,58%
Não atuam	268	99,49%	25,95%	41,72%	68	96,32%	31,36%	42,93%

Legenda: MSc: Mestrado Acadêmico; PhD: Doutorado; N: número de terapeutas ocupacionais; FR: Frequência Relativa. Nota: *301 mestres foram excluídos dessa análise, pois 284 não publicaram nenhum artigo e 17 publicaram apenas 1 e o mesmo não foi encontrado. Da mesma forma, 19 doutores foram excluídos, pois 16 não publicaram nenhum artigo até 2017 e 3 publicaram um único artigo e o mesmo não foi recuperado.

Fonte: Elaborado pelo autor

5.6.6.4 Há associação entre a atuação na pós-graduação e a produção bibliográfica?

Por fim, buscou-se examinar se a atuação como orientador em programas de pós-graduação *stricto sensu* produz um perfil de produção bibliográfica diferente dos profissionais que não atuam na pós-graduação. Conforme esperado, observou-se (Tabela 44) que as diferentes variáveis relacionadas à pós-graduação, como o tipo de curso, a especificidade do programa, a subárea e a grande área de conhecimento (Área de Avaliação) do qual faz parte estão associadas com diferentes perfis de produção bibliográfica, seja nos periódicos de comunicação científica ($p < 0,0001$) ou nos artigos publicados ($p < 0,0001$).

Tabela 44 - Relação entre atuação como orientador de pós-graduação *stricto sensu* com a produção bibliográfica (FA).

Orientação na Pós-Graduação	n	n° Incluídos	Publicação (Artigos)				P valor	X ²	n° artigos descritor TO	n° artigos outros assuntos	P valor	X ²
			n° Periódicos da área	n° periódicos não específicos								
Tipo de Curso que orienta (em atividade)												
MSc	31	645	200	445				187	458			
MSc e PhD	30	1463	474	989				492	971			
MP	19	300	119	181	< 0,0001	65,60		126	174	< 0,0001	72,11	
MP e MSc	2	49	17	32				19	30			
MP, MSc e PhD	3	85	62	23				62	23			
Programa												
TO	10	359	172	187				197	162			
TO e outro programa	7	352	185	167				170	182			
Outro programa	63	1693	465	1228	< 0,0001	116,9		463	1230	< 0,0001	135,4	
Outros programas	5	138	50	88				56	82			
Área Básica												
Fisioterapia e TO	6	305	77	228				43	262			
Fisioterapia e TO Outra Área Básica	0	0	0	0				0	0			
Outra Área Básica	66	1736	558	1178	< 0,0001	55,19		613	1123	< 0,0001	85,44	
Outras Áreas Básicas	12	490	235	255				226	264			
Área de Avaliação*												
Educação Física	19	796	335	461				300	496			
Educação Física e Outra Área de Avaliação	7	352	185	167				170	182			
Outra Área de Avaliação	53	1245	300	945	< 0,0001	131,1		356	889	< 0,0001	54,31	
Outras Áreas de Avaliação	5	138	50	88				56	82			

Legenda: MSc: Mestrado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; PhD: Doutorado; FA: Frequência Absoluta; X²: Valor de qui-quadrado. Nota: *1 orientador foi excluído em virtude não ter sido possível encontrar a Área Básica e a Área de Avaliação do programa do qual faz parte.

Fonte: Elaborado pelo autor

Essas diferenças estatísticas também podem ser visualizadas nas frequências relativas das publicações dos terapeutas ocupacionais (Tabela 45). Identificou-se que, tanto “o que” se publica quanto “onde” se publica, está associado à atuação na pós-graduação. Observou-se que, em média, 52,04% dos artigos publicados por terapeutas ocupacionais vinculados a programas de terapia ocupacional e 52,11% dos periódicos

de publicação estão relacionados à área. Essa média foi de 32,28% e 32,68%, respectivamente, para profissionais vinculados à outras áreas de conhecimento. Diferença semelhante também foi observada quando se considerou a divisão segundo a Área de Avaliação. Profissionais que atuam em programas da Área 21 apresentaram média de publicação em periódicos específicos (47,34%) e de artigos identificados com a profissão (40,87%) maior do que os profissionais que atuam em programas de pós-graduação em outras áreas do conhecimento (30,87% e 33,35%, respectivamente).

Tabela 45 - Relação entre atuação como orientador de pós-graduação stricto sensu com a produção bibliográfica, considerando o percentual médio dos artigos publicados.

Formação na Pós-Graduação	Produção Bibliográfica (Artigos)			
	N	Artigos analisados (%)	Publicados em periódicos da área (%)	Descritor terapia ocupacional (%)
Tipo de Curso que orienta (em atividade)				
MSc	31	95,83%	35,84%	32,87%
MSc e PhD	30	95,36%	33,66%	36,03%
MP	19	98%	37,33%	37,32%
MP e MSc	2	100%	34,35%	39,3%
MP, MSc e PhD	3	98,11%	73,13%	69,97%
Programa				
Terapia ocupacional	10	96,59%	52,04%	52,11%
Terapia ocupacional e outro programa	7	97,05%	52,6%	49,22%
Outro programa	63	95,91%	32,28%	32,68%
Dois outros programas	5	100%	39,3%	34,38%
Área Básica*				
Fisioterapia e terapia ocupacional	6	99,57%	28,82%	17,22%
Outra área básica	66	95,85%	35,8%	36,98%
Duas outras áreas básicas	12	98,28%	47,06%	43,08%
Área de Avaliação*				
Educação física	19	94,23%	47,34%	40,87%
Educação física e outra área de avaliação	7	97,05%	52,6%	49,22%
Outra área de avaliação	53	96,86%	30,87%	33,35%
Outras áreas de avaliação	5	100%	39,3%	34,48%

Legenda: MSc: Mestrado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; PhD: Doutorado; FR: Frequência Relativa. Nota: *1 orientador foi excluído em virtude não ter sido possível encontrar a Área Básica e a Área de Avaliação do programa do qual faz parte.

Fonte: Elaborado pelo autor

De um modo geral, este estudo identificou a existência de associações entre a formação pós-graduada e a atuação profissional dos terapeutas ocupacionais com

mestrado e doutorado. Especificamente, constatou que a área de conhecimento da formação pós-graduada e do envolvimento em atividades de pesquisa, como participação em grupos de pesquisa e orientação de novos pesquisadores, está relacionada com o perfil de produção de conhecimento científico. A seguir, os dados encontrados nesta pesquisa são refletidos com base na literatura científica.

6 DISCUSSÃO

Os pontos discutidos nesta seção estão organizados de acordo com a lógica de apresentação dos resultados. Dessa forma, primeiramente serão discutidos os dados a respeito da formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais brasileiros. Em seguida, abordar-se-á os aspectos referentes à atuação em pesquisa dos mestres e doutores, destacando fatos peculiares à participação nos grupos de pesquisa, à formação de recursos humanos e à produção de conhecimento relacionada à terapia ocupacional. Posteriormente, refletir-se-á a respeito das relações identificadas neste estudo entre a formação pós-graduada e atuação profissional dos mestres e doutores.

6.1 SOBRE A FORMAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES E SUA RELAÇÃO COM O CAMPO DA TERAPIA OCUPACIONAL NO BRASIL

6.1.1 Mulheres à frente!

Nesta pesquisa, identificou-se que 93% dos mestrados e doutorados foram obtidos por mulheres. Dado semelhante foi observado por Vasconcelos *et al.* (2014) ao analisar o perfil do terapeuta ocupacional pesquisador no Brasil. Isso pode ser explicado pelo predomínio feminino na profissão, onde segundo levantamento mundial recente, 99% dos profissionais que atuam no contexto brasileiro são mulheres (WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS *et al.*, 2017).

A literatura demonstra que essa característica da área é histórica, ocorre desde o seu surgimento. Figueiredo *et al.* (2018), com base em uma revisão narrativa da literatura, evidenciaram implicações históricas do papel das mulheres na sociedade e sua relação com o desenvolvimento da terapia ocupacional. Essa relação constitutiva também foi abordada por Vogel, Benetton e Goubert (2002). Lopes *et al.* (2016), ao analisarem uma parte do conhecimento produzido em terapia ocupacional no Brasil, revelaram a hegemonia feminina na autoria das publicações nacionais. Somados a estas questões, dados disponibilizados no site da Capes indicam que, em 2016, houve uma maior proporção de mulheres em relação aos homens na matrícula e na titulação em programas de mestrado e doutorado no Brasil (CAPES, 2018g).

Dessa forma, os dados obtidos na pesquisa estão alinhados às evidências na literatura e chamam a atenção para o papel da mulher no desenvolvimento da terapia ocupacional como campo científico no Brasil. Assim, baseado nos dados e reflexões de Figueiredo *et al.* (2018) e Vogel, Benetton e Goubert (2002), sobre a necessidade de se pensar e agir acerca dos fatores sociais e histórico-culturais que influenciam na participação da mulher na terapia ocupacional, é importante conhecer aqueles que circunscrevem o seu envolvimento na atividade científica, como os papéis da mulher na sociedade brasileira e a maternidade na atividade científica, entre outros, pois, presume-se que eles estão associados à constituição do campo científico da terapia ocupacional no país, campo este, majoritariamente composto, por mestras e doutoras.

6.1.2 Os mestres e doutores estão crescendo no Brasil, fruto da evolução no campo, mas não no mesmo compasso!

A expansão da formação pós-graduada é um outro atributo da constituição do campo científico da terapia ocupacional no Brasil. Considerando as investigações anteriores e reconhecendo as diferenças metodológicas (VASCONCELOS *et al.*, 2014; TEIXEIRA; GONÇALVES; BOTELHO, 2012; LOPES *et al.*, 2014, 2010; OLIVER, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003), constata-se que houve um aumento importante na formação pós-graduada de terapeutas ocupacionais, especialmente nas duas últimas décadas. Considera-se que esse aumento está relacionado a dois fatores: a expansão de cursos de graduação e a evolução do envolvimento dos terapeutas ocupacionais em pesquisa.

Sobre o primeiro fator, observou-se que o crescimento longitudinal da formação pós-graduada ocorreu em paralelo aos picos de crescimento no número de cursos de graduação em terapia ocupacional que aconteceram em diferentes momentos no Brasil. Nos anos 1980, esse aumento ocorreu a partir do processo de profissionalização da profissão e das modificações no currículo mínimo que expandiu a carga horária do curso e aumentou a formação em disciplinas específicas, demandando maior número de docentes e uma busca por melhor qualificação acadêmica (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986; EMMEL; LANCMAN, 1998). Nos anos 1990, esse aumento ocorreu em virtude da implementação de políticas

governamentais que favoreceram a expansão do ensino superior privado (BARROS; OLIVER, 2003; TIRADO *et al.*, 2006; HADDAD *et al.*, 2010). Nos anos 2000, ocorreu um crescimento decorrente das políticas públicas de incentivo à ampliação de vagas e cursos no ensino superior público, com o REUNI, principalmente em universidades federais onde não havia cursos de graduação em terapia ocupacional. O crescimento da formação pós-graduada na década atual pode refletir a abertura de novos cursos, especialmente nas universidades federais, que demandam qualificação docente para entrada e progressão de carreira (PAN; LOPES, 2016; EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015). Além disso, acredita-se que a pressão institucional pela melhoria na qualificação docente com destaque nas universidades públicas, principalmente no que concerne ao envolvimento dos docentes em pesquisa e na pós-graduação, seja um outro fator que tem favorecido a busca de terapeutas ocupacionais por programas de mestrado e doutorado (DRUMMOND; CRUZ, 2018; LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008).

Observou-se um crescimento expressivo nas duas últimas décadas. Nesse estudo, registrou-se, em média, que, nos 1990, cerca de 8 mestres e 3 doutores foram formados por ano, enquanto nos anos 2000, essa média aumentou para 43 mestres e 9 doutores. Entre 2010 e 2017, essa medida foi 91 mestres e 29 doutores. Com base nesses dados, acredita-se que outro fator tem contribuído para a expansão da formação pós-graduada nessas duas últimas décadas - a evolução do envolvimento dos terapeutas ocupacionais com a pesquisa.

Essa evolução pode ser atribuída ao fortalecimento do trabalho coletivo dos pesquisadores nas entidades, eventos e simpósios da área (HAHN *et al.*, 2018; LOPES *et al.*, 2014; LOPES; MALFITANO, 2009), à expansão do número de grupos de pesquisa (LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008), à ampliação da produção bibliográfica (OLIVER, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003) e ao incremento na participação dos terapeutas ocupacionais na formação de recursos humanos, seja na iniciação científica (VASCONCELOS *et al.*, 2014; CRUZ, 2007, 2003; BALLARIN; TOLDRÁ, 2001) ou na pós-graduação *stricto sensu* (LOPES *et al.*, 2014, 2012, 2010), sobretudo, nesta última.

Acredita-se que a participação de terapeutas ocupacionais como docentes em programas de pós-graduação tem sido um fator elementar para a ampliação da

titulação de mestres e doutores. Observou-se picos de crescimento no mestrado no início dos anos 2000 e no início da década seguinte, períodos estes consequentes à inserção de terapeutas ocupacionais nos programas de Ciências da Reabilitação da UFMG e da USP e do PPGTO da UFSCar, respectivamente. Esta hipótese foi considerada por outros autores (DRUMMOND; CRUZ, 2018; LOPES *et al.*, 2016; MALFITANO *et al.*, 2013; OLIVER, 2009).

Assim, como a inserção de um docente na pós-graduação depende de um conjunto de fatores, como participação em grupos de pesquisa, experiência na elaboração de projetos de investigação e de captação de fomento, experiência na orientação de discentes de iniciação científica e produção bibliográfica compatível com a área de pós-graduação (RODAKI; GUIRRO; KESKE-SOARES, 2017; MALFITANO *et al.*, 2013; LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008; MAGALHÃES, 1998), a participação de terapeutas ocupacionais nesse sistema segue, na maioria das vezes, a evolução científica ocorrida nas instituições a qual pertencem. Prova disso é o fato de que USP, UFSCar e UFMG tem sido instituições pioneiras na pesquisa em terapia ocupacional no país. Portanto, para este estudo, a evolução do envolvimento dos terapeutas ocupacionais em pesquisa tem repercutido na expansão da formação pós-graduada no Brasil.

Um outro atributo da composição do campo de conhecimento científico brasileiro na terapia ocupacional é que a expansão da formação pós-graduada destacada acima não ocorre na mesma intensidade e quantidade nas regiões do país e entre estados de uma mesma região.

Nessa pesquisa, observou-se que mais de 60% dos mestres e 70% dos doutores obtiveram suas titulações no Sudeste brasileiro, principalmente, nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse número contrasta com o pequeno percentual de titulações obtidas nas regiões Norte e Centro-Oeste. Essa assimetria na composição do campo tem sido observada por estudos na área (VASCONCELOS *et al.*, 2014; TEIXEIRA; GONÇALVES; BOTELHO, 2012; EMMEL; LANCMAN, 1998). Conforme destacado por outros autores, a formação de mestres e doutores no Brasil não é homogênea (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; PIMENTEL, 2004).

Ressalta-se que essa diferença regional tem sido observada desde os primeiros estudos acerca da capacitação pós-graduada de terapeutas ocupacionais no

Brasil (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986; EMMEL; LANCMAN, 1998) até os mais recentes (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; VASCONCELOS *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014, 2010; OLIVER, 2008). Ela pode resultar tanto do número de cursos de graduação quanto do número de profissionais, conforme os dados disponibilizados pelo MEC (2018) e pelo COFFITO (2018).

No entanto, é preciso salientar que a assimetria regional na formação não é uma realidade exclusiva da terapia ocupacional, ela também tem sido observada em outras áreas de conhecimento, como na fonoaudiologia (PAZ-OLIVEIRA; CARMO; FERREIRA, 2015) e na fisioterapia (COURY; VILELLA, 2009), áreas de saber que compõem a Área 21 da Capes junto com a terapia ocupacional. Dessa forma, a diferença entre as regiões também pode estar relacionada a quantidade de cursos de pós-graduação e de mestres e doutores em cada região.

De acordo com os dados disponibilizados no Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (CAPES, 2019d), existem 67 programas de pós-graduação na Área 21 no território nacional, sendo que 53,73% estão no Sudeste, 23,88% no Sul, 16,42% no Nordeste e 5,97% no Centro-Oeste. Na região Norte, a aprovação do primeiro programa na Área 21 ocorreu recentemente e o curso ainda está em fase de implantação (CAPES, 2018d). Da mesma forma, segundo dados disponíveis no site do CNPq (CNPQ, 2019c), existem 132.631 doutores no país. Desses 47,50% estão no Sudeste, 20,59% no Sul, 18,42% no Nordeste, 8,88% no Centro-Oeste e 4,59% no Norte.

Embora as agências governamentais, desde os anos 1990 e com mais ênfase a partir dos anos 2000, tenham implantado ações estratégicas para diminuir as discrepâncias regionais na formação de pesquisadores e, conseqüentemente, na produção de ciência e tecnologia no país (ALVES, 2018; BRASIL, 2010; MARTINS, 2003), e um levantamento recente acerca da formação de mestres e doutores no país tenha demonstrado efeitos positivos dessas ações sobre a diminuição do desequilíbrio regional (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2016), ainda não foi possível observar esta mudança na terapia ocupacional.

Dessa forma, entende-se que os dados identificados nesse estudo refletem a realidade do desenvolvimento da pesquisa no país, caracterizada por uma forte assimetria regional. Essa característica pode ser resultado das diferenças

populacionais, sociais e econômicas entre as regiões que são refletidas em oportunidades de graduação, pós-graduação e inserção do mercado de trabalho (DRUMMOND; CRUZ, 2018; EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; TEIXEIRA; GONÇALVES; BOTELHO, 2012; LOPES *et al.*, 2010; BARROS, 2000).

Com base nas informações acima elucidadas, compreendeu-se que o campo científico da terapia ocupacional no Brasil é também caracterizado pela associação com a expansão dos cursos de graduação, pela ampliação do envolvimento dos terapeutas ocupacionais em pesquisa e pós-graduação e pelo desequilíbrio regional no desenvolvimento dessas atividades.

6.1.3 Sobre o ritmo da constituição do campo, rápido ou devagar? Sem dúvida, é preciso apertar o passo!

Nesse estudo, constatou-se que a constituição do campo científico da terapia ocupacional no Brasil é tardia e tem sido demorada. Tardia, em virtude da sua ocorrência postergada em relação a outros campos de conhecimento no país, e demorada, por conta do tempo prolongado para a formação científica de seus pesquisadores.

De fato, a constituição da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, pela história de desenvolvimento do país, é tardia considerada tardia em comparação a outros países. A institucionalização científica brasileira começou a ocorrer a partir dos anos 40 e 50 e a se consolidar nos anos 70 e 80, em virtude da criação e do fortalecimento de entidades científicas, da fortificação das agências governamentais ligadas a essa atividade, à vinculação da pesquisa ao sistema universitário e à pós-graduação (SOUZA; FILIPPO; CASADO, 2018; IVASHITA; VIEIRA, 2017; RIBEIRO, 2016; FILGUEIRAS, 1990). E foi, nesse momento, enquanto algumas áreas de conhecimento começaram a organizar suas atividades de pesquisa e pós-graduação, as bases da graduação em terapia ocupacional estavam sendo organizadas nacionalmente (PALHARES, 1991; LOPES, 1990). Esse desenvolvimento postergado da composição do campo da terapia ocupacional em relação a outras áreas já foi observado anteriormente (DRUMMOND, 2000).

Além da constituição tardia, a formação de pesquisadores para o desenvolvimento do campo tem sido demorada. Um dado inédito observado nesta foi pesquisa foi a relação entre o tempo de experiência profissional e o tempo de formação pós-graduada. Embora, 90,24% dos terapeutas ocupacionais doutores e 91,27% dos mestres tenham menos de 20 anos de titulação, isso não significa que estes profissionais estejam no início da carreira profissional. A mediana do tempo de experiência profissional (tempo de formado) dos doutores foi de 24 anos e dos mestres 13 anos. Por outro lado, a mediana do tempo após a titulação pós-graduada foi de 6 anos para os doutores e de 5 anos para os mestres. Em seu estudo, Vasconcelos *et al.* (2014) identificaram que 70% dos doutores tinham obtido a titulação nos últimos 10 anos, o que se alinha aos dados desta pesquisa e evidencia que a formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais é recente, com predomínio nas duas últimas décadas.

Outro aspecto que chamou a atenção em relação ao ritmo de constituição do campo é que, embora em algumas áreas de conhecimento no Brasil o intervalo temporal entre a graduação e doutoramento seja de 11 anos (VELLOSO, 2004), o dos terapeutas ocupacionais brasileiros foi de 16 anos. Além disso, observou-se que o tempo entre o doutoramento e o início da orientação da primeira dissertação foi de 5 anos e o da primeira tese de 9 anos. Desse modo, os terapeutas ocupacionais brasileiros levaram, após graduados, 21 anos para orientar a primeira dissertação e 25 para a primeira tese.

Assim, esses dados subsidiam duas constatações. A primeira é que a área está sendo constituída por um grupo de profissionais com uma certa experiência profissional, mas com pouca experiência como pesquisador. Isso pode ser explicado pela existência de ritmos e intensidades diferentes entre a formação no mestrado e no doutorado. Conforme observado neste estudo, há um número muito maior de mestres que não é acompanhado pela formação doutoral consecutiva. Tal aspecto pode estar relacionado às diferentes finalidades de formação na pós-graduação, onde o doutorado tem uma finalidade voltada para a carreira universitária e de pesquisa, ao passo que o mestrado, principalmente a modalidade profissional, está associado à inserção nos serviços de assistência ou à uma necessidade de aprofundamento e atualização profissional. Um dado que corrobora esta perspectiva foi a constatação do crescimento

de matrículas em mestrados profissionais na última década (CAPES, 2019a; FERREIRA DE OLIVEIRA, 2015; VELLOSO, 2004; ALMEIDA JÚNIOR *et al.*, 1965).

A segunda constatação é que essa formação prolongada implica sobre a produção de conhecimento por meio de pesquisas e para a formação de mestres e doutores na área, aspectos estes que perpassam pela inserção e manutenção de terapeutas ocupacionais como orientadores em programas de pós-graduação no país. Nessa linha, Lancman e Mângia (2017) refletiram sobre a quantidade insuficiente de docentes com produção acadêmica capaz de repor e/ ou ampliar a participação de terapeutas ocupacionais na pós-graduação na Área 21. Lopes e Malfitano (2009) referiram que é importante que se compreenda a existência de pesquisadores em diferentes momentos na carreira. Na mesma perspectiva, Oliver (2009) identificou a necessidade de uma articulação coletiva da área em torno de um trabalho intergeracional para a manutenção e ampliação da capacidade de produção da área de conhecimento.

Os dados e evidências ressaltados acima incitaram a reflexão sobre a relação entre a pesquisa e prática profissional. É preciso acelerar a formação de pesquisadores para área? Incentivar os discentes a seguirem na pós-graduação *stricto sensu* logo após a conclusão graduação? Certamente, tal atitude proporciona muitos benefícios, como o prolongamento de linhas de pesquisa e o aperfeiçoamento de objetos de estudo e de estratégias metodológicas, aspectos primordiais à produção de saber na área. Mas, por outro lado, reflete-se que a experiência acumulada no cotidiano da prática profissional é substancial para o amadurecimento de propostas de pesquisa alinhadas a essa realidade. Sob esse olhar, outra questão surge: Mas esse tempo de prática não prolonga o processo de formação do pesquisador? Muito provavelmente. Talvez, por ainda estar em processo de constituição do campo, seja necessário na terapia ocupacional seguir por dois caminhos. Incentivar estudantes e profissionais ao envolvimento na pesquisa e na pós-graduação.

6.1.4 Sobre as instituições de formação pós-graduada e a necessidade de sobreviver e prosperar em tempos difíceis. Mestres e doutores, uni-vos!

Quanto à natureza jurídica das instituições onde os terapeutas ocupacionais obtiveram suas titulações, percebeu-se uma prevalência de instituições públicas, tanto federais quanto estaduais, em ambos os níveis de pós-graduação. Notou-se também que quanto mais elevada a formação, mais frequente é a sua ocorrência em uma instituição pública. Embora nos últimos anos tenha ocorrido um aumento da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em várias áreas do conhecimento em instituições privadas, esta formação ainda tem sido predominante nas IES públicas (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2016). Este resultado também tem sido observado na terapia ocupacional (EMMEL; DA CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; VASCONCELOS et al, 2014; LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2008; EMMEL; LANCMAN, 1998).

As IES que mais formaram terapeutas ocupacionais estão entre as instituições com maior quantidade de cursos de mestrado e doutorado no país, bem como estão entre os principais expoentes da pesquisa acadêmica produzida no Brasil, a saber: USP, UFSCar, UFMG e UNICAMP. Com exceção desta última, as três primeiras IES, além de estarem entre as pioneiras instituições no Brasil a formar terapeutas ocupacionais nos anos 1960 e 1970 (REIS; LOPES, 2018), foram as pioneiras em incluir terapeutas ocupacionais como pesquisadores em programas de mestrado e doutorado (LOPES *et al.*, 2010; OLIVER *et al.*, 2008), notadamente nos programas de educação especial na UFSCar (EMMEL, 2017), Ciências da Reabilitação na UFMG (MAGALHÃES, 2012; MANCINI, 2012) e Ciências da Reabilitação na USP (LANCMAN, 2012). Acredita-se que a UNICAMP, em virtude de seu papel primordial no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no território nacional, tem atraído muitos terapeutas ocupacionais interessados em fazer pesquisa desde as primeiras capacitações ocorridas ainda nos anos 1980 (MAGALHÃES, 1989; GALHEIGO, 1988).

Fora da região Sudeste, observou-se o importante papel na formação em pesquisa da UFPE no Nordeste e da UFPA no Norte. A UFPE apresenta um dos cursos de graduação em terapia ocupacional mais antigos do país (REIS; LOPES, 2018) e, conforme observado nesse estudo, também possui terapeutas ocupacionais atuando como orientadores de pós-graduação, mesmo que em outras áreas do conhecimento. A UFPA, embora tenha começado a graduar terapeutas ocupacionais a partir de 2009

(PAN; LOPES, 2016), é a IES que contém a maior quantidade de cursos de pós-graduação da região Norte, segundo os dados disponíveis na Plataforma Sucupira (CAPES, 2018f) e a primeira a oferecer, nessa região, um programa de pós-graduação na subárea de fisioterapia e terapia ocupacional da Área 21 da Capes (CAPES, 2018d).

Notou-se também que entre as 10 IES que mais formaram terapeutas ocupacionais em programas de mestrado e doutorado, estão duas IES privadas, a PUC São Paulo e UNIFOR. Ambas as instituições têm sido pioneiras e inovadoras na formação de terapeutas ocupacionais em seus respectivos estados (REIS; LOPES, 2016; TOLDRÁ; CARVALHO; BALLARIN, 2008).

Diante desses dados e compreendo-os como um reflexo dos caminhos de evolução científica apresentados anteriormente, presume-se que, embora haja dificuldades atuais de manutenção da capacidade produtiva e formativa de pesquisadores terapeutas ocupacionais (LANCMAN; MÃNGIA, 2017), a expansão dos cursos de graduação nas universidades federais nos últimos anos, que tem como a pesquisa como uma atividade fim (PAN; LOPES, 2016), pode potencializar o campo, mesmo em tempos de tensão política e econômica no ambiente universitário (ANGELO, 2019, 2017; GIBNEY, 2015). Dessa forma, considerando as evidências anteriormente abordadas sobre a centralização das atividades de pesquisa e pós-graduação em instituições do Sudeste brasileiro, o trabalho colaborativo interinstitucional e intergeracional, (OLIVER, 2009), pode ser uma estratégia fundamental para o fortalecimento do campo científico da terapia ocupacional no país.

6.1.5 Sobre a área de formação pós-graduada. As áreas já não são mais as mesmas! Terapeutas ocupacionais entraram no sistema!

Um dos principais resultados deste estudo diz respeito à identificação de uma mudança no perfil de formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais brasileiros. A formação predominante no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 não é mais a mesma. Essa característica do campo ocorreu com base na caracterização dos programas, Áreas Básicas e Áreas de Avaliação onde os mestrados e doutorados foram realizados. Sobre este resultado, dois elementos são destacados: os motivos que

contribuíram para a mudança no perfil da formação e as implicações dessa mudança para a constituição do campo da terapia ocupacional.

Acredita-se que um dos motivos para a variação no perfil está relacionado à diversidade de programas e cursos de pós-graduação onde os terapeutas ocupacionais foram titulados. Os mestrados ocorreram em 237 programas diferentes e os doutorados em 86. Por outro lado, embora tenha se observado essa diversidade, constatou-se também titulações predominantes em cada estado e região do país. Essas formações contribuíram para a ampliação do olhar sobre a pós-graduação a partir de um prisma abrangente do Brasil. Nesse contexto, há uma diferença entre os perfis no mestrado e no doutorado.

No mestrado, constatou-se uma mudança importante. As primeiras titulações ocorreram com maior ênfase em programas e áreas relacionadas principalmente à saúde pública, educação, educação especial e psicologia, situadas, no Sudeste do país. Conforme indicado por Emmel e Lancman (1998, 2003), dada a inexistência de um programa específico na área, os terapeutas ocupacionais buscaram formação em programas de áreas afins, no entanto, nem todos eram susceptíveis à inclusão de profissionais de outras áreas. Os programas mencionados acima eram os mais abrangentes.

Nas últimas décadas, no Sudeste, os programas e áreas mais frequentes foram terapia ocupacional, ciências da reabilitação, educação e educação especial, notadamente programas que apresentam orientadores terapeutas ocupacionais (LOPES *et al.*, 2014, 2012, 2010; OLIVER, 2009; 2008) enquanto que, em outras regiões, predominaram programas e áreas relacionadas à saúde coletiva e saúde pública, saúde e ciências biológicas e psicologia, entre outros.

No doutorado, as variações de predominância de programas e áreas foram menos evidentes entre as décadas iniciais e as décadas mais recentes. Constatou-se que houve uma prevalência de pesquisadores formados em programas de educação, psicologia, saúde pública/ coletiva e ciências da saúde nas diferentes regiões do país. Talvez, os fatores que têm influenciado no processo de mudança de perfil observado no mestrado ainda não estejam bem evidentes no doutorado. Este fato pode estar relacionado à menor capacidade de atração e retenção de alunos no doutorado e à maior seletividade para sua realização e maior duração, além da diminuição do

financiamento da pesquisa e da pós-graduação no país que reverbera na diminuição da oferta de bolsas de estudo (ANGELO, 2019, 2017; GIBNEY, 2015).

De um modo geral, supõem-se que dois fatores principais podem estar influenciando no processo de mudança da formação dos terapeutas ocupacionais na pós-graduação: diversidade regional e inserção de terapeutas ocupacionais como orientadores em programas de pós-graduação.

Em relação ao primeiro fator, identificou-se que o crescimento da formação pós-graduada nas diferentes regiões do Brasil influenciou no perfil geral dos programas e áreas de formação dos mestres e doutores no país. Sabe-se que a constituição de programas de pós-graduação visa contemplar as demandas de pesquisa de cada região (BARROS, 2000; FERREIRA DE OLIVEIRA, 2015). Ao mesmo tempo, políticas públicas implementadas pelas agências governamentais têm incentivado a descentralização regional (ALVES, 2018; BRASIL, 2010; MARTINS, 2003). Nesse caminho, levantamento recente acerca da pós-graduação no Brasil demonstrou o crescimento da formação em outras regiões do país, além do Sudeste (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2016). Como consequência desse processo, há maior diversidade de programas, principalmente para mestrado. Assim, o rol de programas de pós-graduação em cada estado torna-se um fator delimitador das possibilidades de formação dos profissionais.

Acredita-se também que a inserção de terapeutas ocupacionais como orientadores em programas de pós-graduação é um segundo fator que tem influenciado substancialmente a mudança no perfil da pós-graduação, principalmente no mestrado: Isso pode ser observado pelo predomínio da formação em programas da Área 21, específicos ou não, como o PPGTO da UFSCar e os de Ciências da Reabilitação da USP e UFMG, quanto em programas de outras áreas, como bioengenharia, enfermagem, neurologia, educação e educação especial, que contém terapeutas ocupacionais em seus quadros docentes (LOPES *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2010).

Sabe-se que a formação de doutores também existe nesses programas, no entanto, pelas suas características ela ocorre em menor número e em processos mais demorados (BIANCHI; MALFITANO, 2017). Espera-se, em termos quantitativos, que os efeitos da orientação de terapeutas ocupacionais sobre a área possam ser mais evidentes a partir da formação das primeiras turmas de doutorado no PPGTO da

UFSCar (MALFITANO, 2015; RODACKI, 2015) e a partir dos novos programas de pós-graduação na área que foram aprovados recentemente pela Capes, como o Mestrado Profissional de Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social da USP (CAPES, 2018b) e o Mestrado em Estudos da Ocupação da UFMG (CAPES, 2018c).

Um possível desdobramento dessa mudança de perfil na formação está relacionado a sua influência sobre a constituição do campo de conhecimento científico da terapia ocupacional no país. Conforme evidenciado na literatura (CRUZ, 2019; EMMEL; LANCMAN, 1998; LANCMAN, 1998; EMMEL; LANCMAN, 2003), a formação diversificada em pesquisa ao mesmo tempo em que amplia o repertório teórico e metodológico dos terapeutas ocupacionais, também distancia a produção de conhecimento científico voltada para questões específicas da área de conhecimento.

Nos anos 1980 e 1990, houve um movimento propositivo dos terapeutas ocupacionais brasileiros na busca por reflexões e delimitações do campo profissional e teórico da terapia ocupacional, baseado principalmente nos conhecimentos advindos das formações pós-graduadas em outros campos do saber (DRUMMOND, 2000; MEDEIROS, 2000; GALHEIGO, 1999; LIMA, 1999; MÂNGIA, 1998; LIMA, 1997; BENETTON, 1995; MACHADO, 1991). Dessa forma, indaga-se: Quais seriam as delimitações do campo de conhecimento científico da área hoje? A formação em programas específicos na área tem produzido percepções diferentes?

A seguir, serão discutidos os dados obtidos acerca da atuação dos mestres e doutores no contexto brasileiro.

6.2 SOBRE A ATUAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS COMO PESQUISADORES NO BRASIL

6.2.1 Sobre a região de atuação dos mestres e doutores em ação, é preciso desbravar novos horizontes!

Nesse estudo, também se observou uma assimetria regional na atuação dos mestres e doutores. Em 82% dos currículos analisados foi possível obter informações sobre a atuação profissional dos terapeutas ocupacionais. Há um predomínio da atuação no Sudeste, seguido do Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste. Constatou-se

que, mesmo depois de aproximadamente 50 anos de regulamentação da profissão no país (BRASIL, 1969) e de 30 anos do início da formação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais brasileiros (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986; EMMEL; LANCMAN, 1998), ainda existem unidades da federação que não apresentam profissionais pós-graduados em seu território ou que apresentam um número pouco expressivo. Essa é uma demanda que precisa ser revista e analisada com cautela pela categoria (DRUMMOND; CRUZ, 2018; LOPES *et al.*, 2016, 2010), se houver, de fato, interesse na expansão do seu corpo de pesquisadores e, por conseguinte, do campo de conhecimento.

Além das possibilidades explicativas já apresentadas anteriormente acerca das diferenças regionais, um outro aspecto que pode contribuir para esta desigualdade envolve a imigração e emigração de mestres e doutores, movimento este que está relacionado à capacidade de atração e retenção das regiões no que diz respeito à oferta e condições de oportunidade de trabalho. Esse fato tem sido observado por outros pesquisadores (AVELLAR, 2015; BARROS, 2000). Debates e ações coletivas acerca da minimização dessa desigualdade devem se tornar mais frequentes nos fóruns científicos da área, em virtude da relação direta com a oferta de cursos de graduação, e consequentemente, de profissionais para os serviços. Sabe-se que a ausência de formação de recursos humanos em uma região pode comprometer os serviços ofertados a população (HADDAD *et al.*, 2010; TIRADO *et al.*, 2006). A relação proporcional entre oferta de cursos de graduação, número de mestres e doutores e número de profissionais registrados também foi observada nesse estudo.

Quanto a função exercida, constatou-se que 88% dos doutores atuam como docentes em IES ao passo que 62% dos mestres atuam na assistência, embora, nesse segundo grupo, cerca de 44% também atue na docência. Esses dados estão de acordo com os estudos que relatam que a carreira universitária é a principal atividade laborativa desempenhada por doutores (LOPES *et al.*, 2016; ROSA; EMMEL, 2001) notadamente nas IES públicas, que quando não requisitam esse nível de formação para contratar um docente, demandam sua capacitação ao longo de sua carreira (VASCONCELOS *et al.*, 2014; ROSA; EMMEL, 2001; EMMEL; LANCMAN, 1998). No que diz respeito aos mestres, supõe-se que a realização de um mestrado esteja relacionada à uma necessidade de aperfeiçoamento profissional ou demanda

institucional para aprimoramento (EMMEL; LANCMAN, 2003). Essas diferenças entre as modalidades foram consideradas desde o início da pós-graduação no país (ALMEIDA JUNIOR *et al.*, 1965) e foram abordadas anteriormente.

Com essas informações, acredita-se que o desenvolvimento de estudos que auxiliem na compreensão da atuação profissional dos mestres e doutores pode fornecer indícios para se empreender estratégias de expansão para novos lugares do país. Por exemplo, quais os motivos para o envolvimento na pós-graduação? As pessoas que buscam fazer uma pós-graduação já estão estabilizadas profissionalmente? Ou a realização da pós-graduação é um elemento a mais para a competição no mercado de trabalho? Presume-se que essas informações possam contribuir no empreendimento de estratégias de incentivo a abertura de mercado de trabalho em regiões onde não há terapeutas ocupacionais pós-graduados.

A seguir, apresentam-se discussões quanto ao envolvimento dos terapeutas ocupacionais com atividades de pesquisa, seja na participação de grupos de pesquisa institucionalizados ou na formação de recursos humanos no âmbito da iniciação científica e na pós-graduação.

6.2.2 Sobre o envolvimento de pesquisadores no campo. Pesquisar junto é bom! Organizar-se em grupo é fundamental!

Uma outra característica observada acerca do campo científico da terapia ocupacional é que a sua composição tem poucos pesquisadores e muitos não focalizam a terapia ocupacional em suas pesquisas. Identificou-se quase metade (48%) dos mestres e doutores não participa de grupos de pesquisa e dos que participam, 41% não atuam em grupos que identificam a terapia ocupacional como campo de pesquisa. Julga-se que isso é um desafio à institucionalização científica da área. A partir do entendimento que os grupos de pesquisa e suas linhas de atuação são considerados elementos estruturantes de uma comunidade de pesquisadores, logo, de um campo de conhecimento científico, como abordado por Lopes *et al.*, (2010) e Whitley (1980), os dados obtidos neste estudo demandam uma leitura cautelosa da comunidade dos terapeutas ocupacionais. Nesse sentido, entender a trajetória de composição da área é um caminho

A literatura indica que desde os anos 1970 alguns terapeutas ocupacionais começaram a se organizar em grupos de estudo como os grupos orquestrados por Jô Bennetton em São Paulo e Rui Chamone Jorge em Minas Gerais (GALHEIGO *et al.*, 2018; JORGE, 1989). Nos anos 1980, com a aproximação mais contundente dos terapeutas ocupacionais com o ambiente universitário a demanda por produção de pesquisas assim como a necessidade de uma pós-graduação na área tornou-se premente (EMMEL; LANCMAN, 2003; MÂNGIA, 1999). Tal aspecto foi ponto inicial para as reflexões sobre a necessidade de articulação de grupos e linhas de pesquisa (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986).

Nessa direção, de acordo com os dados observados nessa pesquisa, o ano de 1989 registra o ano de início do primeiro grupo de pesquisa em terapia ocupacional registrado no CNPq, denominado “Terapia Ocupacional: Processos do Desenvolvimento, Atividade humana e Tecnologias em Saúde”, atualmente situado no Laboratório de Atividade e Desenvolvimento (LAD) do Departamento de Terapia Ocupacional na UFSCar, sendo este considerado como o primeiro laboratório de pesquisa em terapia ocupacional dentro de uma universidade (EMMEL, 2017). No ano seguinte, dois novos grupos surgiram, o grupo “Formação e Capacitação em Terapia Ocupacional” também vinculado ao LAD e o grupo de pesquisa “Avaliação do desenvolvimento e desempenho infantil” da UFMG (MANCINI, 2012; MAGALHÃES, 2012; LOPES *et al.*, 2010). Esse marco inicial da área também já foi registrado por Lopes *et al.* (2010).

Nessa pesquisa, identificou-se que os terapeutas ocupacionais participam de 56 grupos, que de algum modo, abordam a terapia ocupacional. Pesquisas recentes indicam o crescimento de grupos de pesquisa relacionados à profissão nas diferentes regiões brasileiras, embora estejam concentrados em algumas localidades, como nos estados de São Paulo e Minas Gerais (LOPES *et al.*, 2010). Acredita-se que o predomínio de grupos nessa região esteja relacionado à presença de um maior número de profissionais com doutorado, de um maior número de programas e cursos de pós-graduação, bem como de cursos de graduação, além de ter sido a região pioneira na formação pós-graduada de terapeutas ocupacionais (EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015; EMMEL *et al.*, 2010; LOPES *et al.*, 2010).

A literatura indica que tem ocorrido um aumento gradativo da participação de estudantes e profissionais em grupos de pesquisa (LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008). Sobre este aspecto, identificou-se o predomínio da participação em grupos de pesquisa na categoria de pesquisador, tanto para mestres quanto para doutores. Embora a participação de 61% dos mestres como pesquisador chame a atenção, uma vez que segundo a normativa, essa categoria deveria ser composta de doutores (LOPES *et al.*, 2010), pode-se supor que esse fato seja reflexo das estratégias desenvolvidas por terapeutas ocupacionais em IES e regiões onde a quantidade de doutores não é suficiente, mantendo-se assim como participantes e líderes de atividades de pesquisa em determinados contextos. Conforme observado em outras variáveis nesse estudo, a formação e a atuação dos terapeutas ocupacionais no Brasil não é homogênea e segue ritmos diferentes dentro de cada região (EMMEL *et al.*, 2010; PIMENTEL, 2004).

Um dado importante acerca dos grupos de pesquisa é que, em um número relevante de casos, o termo terapia ocupacional não aparece como contexto de investigação, nem como linha de pesquisa e nem como palavra-chave. Baseado nesses dados, supõe-se que não é objeto de investigação dos terapeutas ocupacionais que atuam nesses grupos. Em virtude do papel central dos grupos de pesquisa no contexto da pesquisa na área da terapia ocupacional (LOPES *et al.*, 2010), esse resultado merece uma análise aprofundada da categoria.

Whitley (1980) referiu que a institucionalização de um campo científico decorre tanto do amadurecimento dos seus conceitos, teorias, objetos de pesquisa e metodologias quanto das suas formas de organização social, como os grupos e linhas de pesquisa. Em uma linha semelhante, Manoel (2009) refletiu sobre agendas de pesquisa que os pesquisadores defendem. Segundo este autor, áreas menos tradicionais tendem a incorporar agendas e lentes de pesquisa de áreas mais tradicionais.

Nesse caminho, nesse estudo, ao se constatar que quase metade dos terapeutas ocupacionais não participa de grupos de pesquisa e dos que participam, um número expressivo não focaliza a área, questiona-se: Quais agendas de pesquisa são defendidas por pesquisadores terapeutas ocupacionais? Acredita-se que entender os motivos relacionados à participação e à não participação em grupos de pesquisa sobre

terapia ocupacional é um desafio atual. Mais ainda, incentivar a formação de novos pesquisadores para a área é fundamental.

6.2.3 Sobre a formação de novos pesquisadores. Semeando o campo...para quem?

Nessa pesquisa, constatou-se a expansão da atuação dos terapeutas ocupacionais na formação de recursos humanos no âmbito da iniciação científica e da pós-graduação, o que é visto como um aspecto positivo. Em contrapartida, percebeu-se que os projetos de pesquisa desenvolvidos, principalmente na pós-graduação, não têm tomado a terapia ocupacional como objeto norteador, o que se considera como uma questão central para o fortalecimento da atividade científica na área.

Quanto à atuação dos mestres e doutores na formação de recursos humanos para a pesquisa, identificou-se que aproximadamente 23% desses terapeutas ocupacionais orientou algum projeto de iniciação científica, sendo que essa atividade é predominante nos doutores, principalmente em universidades federais, situados na região Sudeste. O início desta atividade de pesquisa ocorreu no final dos anos 1980, apresentando crescimento gradativo anual. Destaca-se que 65% das orientações ocorreram nesta última década (2010-2017). As universidades com maior quantidade de orientações foram a UFSCAR, USP e UFMG.

Quanto as características identificadas neste estudo acerca desta variável, observa-se que ela corrobora algumas informações disponíveis na literatura. Foi nos anos 1980, com a aprovação do novo currículo mínimo de graduação em terapia ocupacional, que ocorreu a possibilidade de desenvolvimento de disciplinas relacionadas à metodologia da pesquisa e a produção de um trabalho monográfico, favorecendo o envolvimento dos discentes com a pesquisa e a produção de conhecimento (PÁDUA; PALM, 2000; BARROS; OLIVER, 1997; PÁDUA, 1991). É nesse período também que ocorre um crescimento da procura dos docentes por formação pós-graduada, passando a incluir seus alunos como auxiliares de pesquisa em seus projetos (TOLDRÁ; CARVALHO; BALLARIN, 2008; CRUZ, 2003).

Dessa forma, como tem ocorrido um crescimento da capacitação dos docentes (LOPES et al, 2014), bem como um aumento do número de cursos de graduação e vagas em terapia ocupacional em universidades federais (PAN; LOPES, 2017),

presume-se que este fato possa estar relacionado ao predomínio de orientações de iniciação científica nesta última década nessas instituições. Quanto às universidades com maior número de orientações, destaca-se que elas têm sido as pioneiras na formação de terapeutas ocupacionais no Brasil (REIS; LOPES, 2018), as pioneiras na formação pós-graduada de terapeutas ocupacionais (EMMEL; LANCMAN, 1998), bem como na inserção desses profissionais como orientadores de pós-graduação (MALFITANO et al, 2013; OLIVER, 2008).

Um outro dado acerca da atuação dos mestres e doutores na orientação de projetos de iniciação científica diz respeito ao fato de que 82% dos discentes orientandos foram oriundos de cursos graduação em terapia ocupacional. Além disso, 76% dos projetos não apresentaram o descritor “terapia ocupacional” ou algum correlato em seu título. Lopes *et al.* (2014) encontraram resultado semelhante ao mapearem os artigos publicados em dois periódicos brasileiros. Estas autoras identificaram que 30% a 40% dos textos não apresentava esses descritores.

Embora se reconheça a limitação de uma análise com base no título, faz-se o seguinte questionamento: Os projetos desenvolvidos tomam a terapia ocupacional como objeto central das investigações? Ou abordam a profissão como pano de fundo das pesquisas desenvolvidas? Considera-se que estes questionamentos são importantes uma vez que a iniciação científica compõe um processo inicial de estímulo e atração de pesquisadores para atuação em um determinado campo de conhecimento (CRUZ, 2003; BARROS; OLIVER, 1997; PÁDUA, 1991).

Argumentos em favor dessa leitura são encontrados em algumas proposições no campo da sociologia das ciências. Por exemplo, Whitley (1980) identificou a formação de novos pesquisadores ainda na graduação como um componente essencial ao desenvolvimento de um campo de conhecimento. O despertar para os objetos de pesquisa e as formas de abordá-lo, bem com as contribuições que tem para a sociedade, são inculcadas nesse momento, além do sentimento de pertencimento ao campo.

Na terapia ocupacional, Drummond e Magalhães (2001), a partir de uma análise sobre a formação em terapia ocupacional no Brasil, defenderam a necessidade do estabelecimento de uma cultura de pesquisa na formação na área, centrada sobre seus aspectos nucleares. Baseado nas compreensões de Whitley (1980) e na

proposição de Drummond e Magalhães (2001), levanta-se as seguintes questões: Os discentes de terapia ocupacional estão sendo estimulados a permanecer, pesquisar e produzir conhecimento para o campo? Ou, mesmo estando em um curso de graduação da área e sendo orientados por terapeutas ocupacionais, estão produzindo pesquisa e conhecimento para outros campos do saber? Ou, como refletido por Manoel (2009), estão sendo formados para assumir agendas de pesquisa de outras áreas do conhecimento? Considera-se que essas questões devem constituir também os debates e reflexões sobre a institucionalização científica da área.

Decerto, a formação no âmbito da iniciação científica é elementar. Da mesma forma, a formação no quadro da pós-graduação é considerada fundamental ao desenvolvimento da terapia ocupacional. Sob essa perspectiva, observou-se que a atuação como docente em programas de pós-graduação *stricto sensu* não é desenvolvida por cerca de 74% dos terapeutas ocupacionais com doutorado. Apenas 26% (n = 85) estão orientando em algum curso de mestrado ou doutorado no país atualmente.

Sobre os motivos para este número reduzido, acredita-se que ele possa estar relacionado à dificuldade de alcance dos requisitos mínimos estabelecidos pela Capes para entrar no sistema de pós-graduação, conforme indicado por outros autores (LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003) ou também em virtude do número reduzido de programas específicos de terapia ocupacional no país que induz a necessidade de docentes interessados em adentrar na pós-graduação a buscarem a inclusão em programas interdisciplinares ou de outras áreas do conhecimento (DRUMMOND; CRUZ, 2018; MALFITANO, 2015; MALFITANO *et al.*, 2013; EMMEL; LANCMAN, 2003).

Acredita-se que este último motivo também esteja associado ao elevado tempo entre conclusão do doutorado e o início da primeira orientação de uma dissertação ou tese, conforme já destacado nessa discussão. O alcance dos requisitos mínimos, baseado principalmente em indicadores numéricos de produção científica relacionada à área de interesse de inserção na pós-graduação, fica ainda mais intangível quando os terapeutas ocupacionais precisam entrar em programas de outras áreas do saber. Tal fato requer um esforço individual sobrepujante. Essa dificuldade também tem sido observada por outros autores (BARROS; OLIVER, 2003; OLIVER,

2009, 2008). Por outro lado, acredita-se que a consolidação dos programas de mestrado e doutorado em terapia ocupacional da UFSCar e dos programas recém-criados na USP e UFMG possa contribuir para a diminuição do tempo de formação de terapeutas ocupacionais em pesquisa e fortalecer sua atuação na área.

Embora o percentual de orientadores seja pequeno frente ao universo de doutores existentes, destaca-se que esse grupo tem orientado uma gama expressiva de trabalhos. Foram 586 pós-graduações, sendo 516 dissertações e 70 teses. Por outro lado, observou-se que essas dissertações e teses não tem identificado a terapia ocupacional como objeto central ou pano de fundo de suas pesquisas, pelo menos quando se buscou identificar o termo “terapia ocupacional” e seus correlatos no título, resumo e palavras-chave dos trabalhos. Esse tipo de recorte tem sido útil para compreender a produção de conhecimento na terapia ocupacional (LOPES *et al.*, 2016). Esse fato pode estar relacionado ao predomínio de profissionais que orientam em programas de pós-graduação interdisciplinares ou de outras áreas do conhecimento, o que, conforme previsto por outros autores, amplia os espaços de diálogo, mas também distancia da possibilidade de discutir questões centrais à profissão (DRUMMOND; CRUZ, 2018; CRUZ, 2019; LANCMAN, 1998; EMMEL; LANCMAN, 1998).

No que concerne à formação profissional dos orientandos, destaca-se a existência de uma relação equilibrada entre alunos terapeutas ocupacionais e alunos com outras formações, tanto no mestrado acadêmico quanto no doutorado. Esse fato pode estar relacionado à maior frequência de orientadores em programas não específicos da profissão, que tem como público-alvo estudantes de outras áreas. Como programas específicos de terapia ocupacional tendem a atrair mais terapeutas ocupacionais do que profissionais de outras áreas e há apenas um programa no país com orientações concluídas até o momento (MALFITANO *et al.*, 2013; OLIVER, 2009), acredita-se que o volume de orientações em outras áreas ainda seja um fator a ser considerado nessa equação. No que diz respeito ao mestrado profissional, observou-se que a mediana de orientandos terapeutas ocupacionais foi igual a zero, o que significa que foram raros os terapeutas ocupacionais que foram orientados, nesses programas, por outros terapeutas ocupacionais.

Diante desse quadro, baseando-se nos pensamentos e proposições de Whitley (1980) e Drummond e Magalhães (2001), acredita-se que seja preciso refletir sobre a formação de pesquisadores para a terapia ocupacional, apresentando meios de favorecer a compreensão do seu valor por novos pesquisadores enquanto caminho de produção de conhecimento na sociedade. Essas atitudes são essenciais ao desenvolvimento do campo no país.

6.2.4 Sobre os caminhos percorridos para a expansão do campo... “Abrindo portas abertas...”

Certamente os terapeutas ocupacionais no país têm sido exímios desbravadores. Idealizaram caminhos diferentes para formar quando não existiam parâmetros para essa formação (PALHARES, 1991; LOPES, 1990). Engendraram formas de se organizar coletivamente quando não se tinha organização (HAHN *et al.*, 2018; MAGALHÃES, 1989). Criaram meios de ensinar quando não havia literatura de apoio (MEDEIROS, 1990). Conceberam formas de pensar quando não se tinham teorias próprias no pensamento (GALHEIGO, 1988). Inventaram formas de praticar quando os recursos, contextos e objetivos não eram mais os mesmos (OLIVER, BARROS, LOPES, 2005). No entanto, quando se considera o panorama nacional, todos esses avanços parecem ainda não ser suficientes diante dos desafios postos à terapia ocupacional.

Quanto aos programas, Áreas Básicas e Áreas de Avaliação nos quais as orientações têm ocorrido, observou-se o predomínio de programas, com exceção do PPGTO da UFSCar, que possuem terapeutas ocupacionais a mais tempo em seu quadro docente, a saber: Educação Especial, Ciências da Reabilitação e Educação e suas respectivas Áreas Básicas e Áreas de Avaliação (EMMEL, 2017; MAGALHÃES, 2012; MANCINI, 2012; LANCMAN, 2012). Observou-se também que a inserção de terapeutas ocupacionais na orientação de mestrados profissionais tem produzido um número expressivo de pós-graduados. Esse dado está de acordo com a ampliação desta modalidade de pós-graduação no Brasil (FERREIRA DE OLIVEIRA, 2015). Constatou-se também a inexistência de orientações de doutorado concluídas no programa de terapia ocupacional. Esse fato está relacionado com o início recente do

curso de doutorado no PPGTO (EMMEL, 2017; MALFITANO, 2015; RODACKI, 2015).

Quanto ao aspecto geográfico e institucional, observou-se, com exceção da região Sul, que as demais regiões possuem terapeutas ocupacionais atuando em programas de pós-graduação interdisciplinares e/ ou de outras áreas do saber. Porém, essas orientações de mestrado e doutorado tem ocorrido sobretudo na região Sudeste, majoritariamente, nas IES públicas. Conforme relatado anteriormente, supõe-se que essa diferença regional esteja relacionada com a prevalência de cursos de graduação e pós-graduação nessa região, bem como maiores e melhores oportunidades para atuação com pesquisa no Brasil (LOPES *et al.*, 2016; EMMEL; CRUZ; FIGUEIREDO, 2015).

Sobre este aspecto, questiona-se: Seria essa ainda a única alternativa para a inserção de terapeutas ocupacionais na pós-graduação? Estariam estas regiões fadadas a repetir a trajetória desenvolvida na região Sudeste? É possível pensar em outros caminhos?

Será que os terapeutas ocupacionais no campo da pesquisa seguirão os mesmos passos de outrora? Quer seja: Formação pós-graduada em outra área; Atuação como pesquisador em e com arcabouço teórico-metodológico de outra área; Inserção na pós-graduação em outra área; Formação de recursos humanos para outras áreas e Produção de conhecimento não diretamente relacionada com a terapia ocupacional.

Certamente, não se considera esse processo como uma linearidade e um determinismo absoluto, pois, como abordaram Emmel e Lancman (1998) e Emmel, Cruz e Figueiredo (2015), há terapeutas ocupacionais que conseguem “fazer a ponte” com a profissão, mas também há tantos outros que não. Reflete-se que os dados obtidos neste estudo alimentam essa última possibilidade, tornando-a mais verossímil. No contexto de incertezas em relação as dificuldades de inserção, manutenção e renovação de pesquisadores para a área de terapia ocupacional, mesmo em programas interdisciplinares (MÂNGIA; LANCMAN, 2017), acredita-se que mudanças nas estratégias coletivas em relação à manutenção e ampliação da vitalidade do campo científico da terapia ocupacional são elementares para os próximos anos.

Dadas as evidências e reflexões acima elucidadas é fundamental refletir sobre a necessidade de desenvolvimento de ações e estratégias ao nível local, regional e

nacional para fomentar a formação de pesquisadores e a produção de pesquisa para a profissão, uma vez que, como já abordado por outros autores, há uma estreita relação entre a formação pós-graduada e constituição da profissão no Brasil (MÂNGIA; LANCMAN, 2017; LOPES; MALFITANO, 2009; LANCMAN, 1998; MÂNGIA, 1998).

Nesse sentido, Magalhães (1981) em uma palestra sobre filosofia do ensino na terapia ocupacional, transcrita posteriormente, utilizou uma expressão, destacada no título desta subseção, para se referir as dificuldades de compartilhamento de experiências e concatenamento de esforços coletivos com finalidades comuns pelos terapeutas ocupacionais brasileiros. Tomando emprestado a reflexão da autora, mas agora pensando não mais na graduação, mas na pós-graduação, observa-se um processo de “desbravamento” contínuo em diferentes regiões do país, onde todos seguem aproximadamente os mesmos passos para alcançar objetivos já alcançados em outros contextos por outros desbravadores. Certamente, o valor individual de cada jornada é inestimável, mas o “preço” coletivo tem sido elevado e dificultado uma expansão mais efetiva da pesquisa e da produção de conhecimento na terapia ocupacional. É preciso conectar as portas já abertas e abrir novas janelas!

Nesse sentido, iniciativas de integração interinstitucionais por meio da integração de pesquisadores, de grupos de pesquisa, de projetos comuns, de propostas de programas de pós-graduação podem ser um caminho efetivo para formar pesquisadores para a área em um menor intervalo de tempo, sendo possível constituir comunidades de pesquisadores para o campo da terapia ocupacional em diferentes regiões do país, ao invés de “perdê-los” para outros campos. Os mestrados e doutorados interinstitucionais já regulamentados pela Capes (CAPES, 2019e) podem ser um caminho. A criação de cursos de graduação de terapia ocupacional em IES federais nos últimos anos (PAN; LOPES, 2016) potencializa esta possibilidade, pois, dentre as atividades desempenhadas na carreira docente para os professores desses cursos, está o envolvimento na pesquisa (LOPES *et al.*, 2016; ROSA; EMMEL, 2001) e quiçá, na pós-graduação.

6.3 SOBRE O CONHECIMENTO CIENTÍFICO PRODUZIDO POR TERAPEUTAS OCUPACIONAIS BRASILEIROS COM MESTRADO E DOUTORADO

Uma vez compreendido o processo formativo dos terapeutas ocupacionais e as características que demarcam sua atuação na esfera da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, apresenta-se, a seguir, os desdobramentos dessa trajetória na produção de conhecimento científico desenvolvida.

6.3.1 Falando por escrito... Mas falando com quem? E sobre o quê?

Nesse estudo, buscou-se também analisar a atuação dos mestres e doutores com relação ao seu envolvimento com a produção de conhecimento difundida em dissertações, teses, livros, capítulos de livros e artigos científicos. Constatou-se que cerca de 80% de todas produções teóricas desenvolvidas por terapeutas ocupacionais brasileiros ocorreu a partir dos anos 2000 e cerca de metade, a partir do início desta última década. Supõe-se que, esse crescimento recente esteja relacionado à expansão das atividades de pesquisa dos mestres e doutores, fruto de seus processos de capacitação pós-graduada (LOPES *et al.*, 2016; OLIVER, 2009; EMMEL; LANCMAN, 1998).

Alguns relatos de terapeutas ocupacionais indicam que até meados dos anos 1980, poucas obras específicas de terapia ocupacional circulavam no Brasil (TOLDRÁ; CARVALHO; BALLARIN, 2008; FRANCISCO, 2001). Magalhães (1989) refere que, nesse período, não chegava a dez, os livros publicados por profissionais brasileiros ou traduzidos para o português. Os materiais didáticos de referência eram versões em espanhol e inglês dos livros “*Terapia Ocupacional*” de Hellen Willard e Clare Spackman (posteriormente organizado por outros autores) e “*Terapia Ocupacional em reabilitação*” de Mac Donald (GALHEIGO *et al.*, 2018; TOLDRÁ; CARVALHO; BALLARIN, 2008), realidade comum a outros países da América Latina (MORENO, 2012). Esse período também registrou livros produzidos por terapeutas ocupacionais no país, fruto de suas experiências clínicas, sobretudo na saúde mental (FRANCISCO, 1988), como os livros de Rui Chamone Jorge, *Chance para uma Esquizofrênica* (1981) e *Terapia Ocupacional Psiquiátrica* (1984) e o livro de Jorge Augusto Ortiz Finger, “*Terapia Ocupacional* (1985)”. No final dos anos

1980, ocorreu a publicação do livro de Berenice Rosa Francisco, “Terapia Ocupacional” (1988), dando início às produções de livros desenvolvidas na academia.

A partir dos anos 1990, entre outras obras, observa-se o desenvolvimento de produções teóricas a partir da capacitação dos terapeutas ocupacionais na pós-graduação, como o livro de Léa Beatriz Teixeira Soares, “*Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?*” e de Jô Benetton, “*Trilhas Associativas: ampliando recursos na clínica da psicose*” (1991). Nos anos 1990 e 2000, ocorreu um crescimento importante da produção de livros, atingindo sua maior expressão quantitativa a partir de 2010. Esse crescimento na publicação bibliográfica tem sido constatado em outras pesquisas (VASCONCELOS *et al.*, 2014; OLIVER, 2009).

As dissertações e teses foram os primeiros veículos de comunicação científica onde os terapeutas ocupacionais puderam registrar profundamente suas experiências, pesquisas e reflexões teóricas (GALHEIGO *et al.*, 2018; EMMEL *et al.*, 2010; EMMEL; LANCMAN, 1998). Conforme identificado nesse estudo, a primeira dissertação desenvolvida por uma terapeuta ocupacional foi produzida por Pola Maria Poli de Araujo, em 1970, no mestrado de saúde pública na USP, com o título “O excepcional e a Educação Sanitária”. A primeira tese foi defendida por Maria Auxiliadora Cursino Ferrari, em 1981, nesse mesmo programa de pós-graduação, com o título “Idade avançada: nova preocupação da Saúde Pública”.

Até o fim dos anos 1980 e meados dos anos 1990, as dissertações e teses eram o principal local de registro da atividade e do pensamento científico desenvolvido por terapeutas ocupacionais (BARROS; OLIVER, 2003; OLIVER, 2008). Atualmente, embora sua elaboração ainda seja um requisito essencial da atividade na pós-graduação, observa-se a valorização de outras formas de comunicação, como os artigos científicos, fruto principalmente das políticas de avaliação da pós-graduação (OLIVER, 2008).

Constatou-se nessa pesquisa que menos de 30% tanto das dissertações quanto das teses produzidas pelos mestres e doutores apresenta o termo “terapia ocupacional” ou seus correlatos no título, resumo e ou palavra-chave, o que pode indicar que a profissão não tem sido o objeto de estudo e nem o contexto das produções desenvolvidas. Esse dado era esperado e compreensível uma vez que a pós-graduação dos terapeutas ocupacionais brasileiros tem ocorrido sobretudo em áreas de

conhecimento correlatas, em virtude da ausência durante muito tempo de um programa específico na área (EMMEL; LANCMAN, 1998). No entanto, espera-se que os próximos anos registrem o crescimento de investigações com enfoque na área de terapia ocupacional, oriundas, principalmente, do crescimento de pós-graduações de específicas no país, conforme previsto por outros autores (CAPES, 2018b, c; EMMEL, 2017; MALFITANO, 2015; MALFITANO *et al.*, 2013).

Os artigos, assim como os primeiros capítulos, dada a inexistência de periódicos próprios da área até o fim dos anos 1980, eram publicados em periódicos de outros campos, principalmente, com enfoque sobre a demonstração da atuação, da eficácia, de uma experiência de terapia ocupacional (GALHEIGO *et al.*, 2018; MEDEIROS, 1990). Questões mais específicas da profissão eram difundidas em encontros e eventos da categoria (HAHN *et al.*, 2018; TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986).

A partir dos 1990, observa-se um crescimento das publicações de artigos científicos principalmente em virtude da criação de periódicos científicos da área, como o Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, a Revista de Terapia Ocupacional da USP e a Revista CETO (DRUMMOND; CRUZ, 2018; EMMEL *et al.*, 2010). Segundo alguns autores, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, se refletia sobre a “afasia” do terapeuta ocupacional (BRITTO, 1990), sobre as dificuldades de “falar por escrito” (MAROTO, 2003) e sobre a forte “tradição oral” da profissão (GALHEIGO *et al.*, 2018) que repercutia na dificuldade de manter os periódicos científicos recém-criados (EMMEL *et al.*, 2010) e tinha os eventos científicos da categoria como principal local de debates e troca de idéias (TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986).

Em relação aos artigos publicados pelos mestres e doutores, destaca-se inicialmente dois aspectos. O primeiro está relacionado a quantidade de artigos identificados nessa pesquisa, 4873 artigos científicos foram publicados. Em 2016, Lopes *et al.* (2016), ao analisar a divulgação do conhecimento em terapia ocupacional nos dois principais periódicos da área no Brasil, identificaram que 883 artigos foram publicados entre 1990-2014. Esse número, embora se considere as diferenças temporais e metodológicas, representa menos de 20% do que já foi publicado por mestres e doutores até os dias atuais. Mesmo considerando o crescimento desses

periódicos nos últimos quatro anos, com o aumento do número de artigos por edição e de fascículos por volume (LOPES; CRUZ; MALFITANO, 2017; MÂNGIA; LANCMAN, 2016), a quantidade de artigos difundidos em outros veículos é substancial.

Ainda sobre os artigos publicados, destaca-se a diversidade de periódicos que os profissionais têm utilizado para difundir seus estudos e reflexões. De acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, observou-se uma tendência de docentes e pesquisadores de várias regiões do país de publicarem em periódicos de circulação local e regional, inclusive abordando temáticas centradas na terapia ocupacional. Dessa forma, ao se observar o crescimento de estudos de revisão de literatura no contexto brasileiro e que os mesmos têm considerado analisar principalmente o conhecimento difundido nos dois principais periódicos da área (LOPES *et al.*, 2016), acredita-se, então, que muitos conhecimentos do campo da terapia ocupacional não estão sendo considerados nessas revisões, enfraquecendo conclusões generalistas acerca de uma temática relacionada à área no Brasil. Análises mais abrangentes precisam ser aperfeiçoadas. Esse é um desafio ao campo da pesquisa em terapia ocupacional.

Outro destaque nesse contexto está relacionado à autoria dos artigos. Embora observa-se que, assim como nos livros, capítulos, dissertações e teses, a produção de um maior volume de artigos ocorreu a partir do início do século XXI, especialmente a partir de sua segunda década, essa produção ainda tem sido restrita a poucos autores, conforme demonstrado em análises da produção difundida nos periódicos de terapia ocupacional (LOPES *et al.*, 2016).

Essa é uma questão que precisa ser trabalhada minuciosamente pela categoria: Por que, embora se tenha crescido em termos quantitativos, ainda são poucos os terapeutas ocupacionais que registram por escrito suas experiências, reflexões e pesquisas? Quais são as dificuldades para essa sistematização? Ainda há dificuldade de se “falar por escrito”?

Sobre os artigos, efetuou-se também análise acerca de sua vinculação com o campo da terapia ocupacional. Notou-se que menos de 30% dos artigos publicados por terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado circulam em periódicos específicos da área. Visto de outra maneira, tem-se que 7 de cada 10 artigos publicados são veiculados em periódicos de outras áreas do conhecimento. Compreende-se que assim

como as dissertações e teses é concebível que haja um número relevante de artigos publicados nesses periódicos, em virtude das pós-graduações terem sido realizadas predominantemente em outras áreas (OLIVER, 2008; LANCMAN, 1998). Da mesma forma, entende-se também que a publicação de terapeutas ocupacionais em periódicos não específicos pode ampliar os espaços de diálogo e interlocução da profissão com outros campos (LIMA, 1999; MÂNGIA, 1998;). No entanto, considera-se que esta assimetria possa, mais uma vez, refletir uma dispersão do conhecimento produzido por terapeutas ocupacionais em e para outras áreas (OLIVER, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003).

Essa última hipótese é consubstanciada pelos dados obtidos neste estudo relativos à vinculação dos artigos produzidos ao campo da terapia ocupacional. Observou-se que dos 4429 artigos analisados, o equivalente à 90% dos artigos publicados pelos mestres e doutores, apenas 33,75% apresentam o termo “terapia ocupacional” ou seus correlatos no título, resumo e/ ou palavras-chave. Proporcionalmente, também se identificou que, de cada 10 artigos publicados, 7 não contém o descritor relativo à profissão.

No intuito de aprofundar a análise tanto a partir de uma perspectiva coletiva da categoria de terapeutas ocupacionais quanto considerando o desempenho individual de cada pesquisador, obteve-se nesse estudo, também de forma inédita na literatura, o percentual de publicações de cada profissional em periódicos, específicos ou não da profissão, e de artigos, que abordam ou não, a profissão. Identificou-se que a mediana do percentual de publicações em periódicos específicos foi de 14,29% para os mestres e 30,43% para os doutores. Identificou-se também que a mediana de publicação de artigos sobre a profissão foi de aproximadamente 40%, em ambos os grupos.

Diante desses dados, questiona-se: Embora as revistas científicas e as bases de dados cada vez mais incentivem a inclusão de termos centrais do estudo no título, resumo e palavras-chave (LOPES *et al.*, 2016; OLIVER, 2009, 2008), estariam os terapeutas ocupacionais brasileiros caminhando na contramão dessa tendência? Ou, a não inclusão de terminologias da área nos artigos seja algo subentendido pela comunidade de pesquisadores do campo, como supõem Lopes *et al.* (2016)? Ou ainda, estariam os terapeutas ocupacionais pesquisando e publicando, de fato, sobre a área?

Ou estes profissionais estão produzindo e reproduzindo conhecimentos oriundos de outros campos do saber?

Diante desses questionamentos e da sua primazia para o entendimento da constituição do campo da terapia ocupacional no Brasil, considera-se fundamental compreender as relações existentes entre a formação pós-graduada, a atuação profissional e a produção de conhecimento dos mestres e doutores. Esse estudo investigou uma perspectiva possível

6.4 SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Após a identificação das trajetórias e características da formação e da atuação profissional dos mestres e doutores, buscou-se verificar a existência de relações entre os processos formativos e as diferentes modalidades de atuação em pesquisa.

6.4.1 Sobre a relação entre a formação pós-graduada e a participação em grupos de pesquisa... É necessário mexer na base! Terapia Ocupacional ao centro!

Outra relação verificada nesse estudo diz respeito à correspondência entre a formação pós-graduada e a atuação em grupos de pesquisa. Identificou-se a existência de uma associação entre o período de titulação com o envolvimento em grupos de pesquisa, assim como percebeu-se uma expansão da participação de terapeutas ocupacionais em grupos de pesquisa, de um modo geral, nas últimas décadas. Por outro lado, quando se considerou os grupos de pesquisa que focalizam a profissão, esta associação não foi observada.

Isso indica que desde o registro dos primeiros grupos de pesquisa no final dos anos 80 e início dos anos 90 (EMMEL, 2017; LOPES *et al.*, 2010), a proporção entre os profissionais que participam ou não de grupos específicos da área tem se mantido constante. Tal comportamento pode ser explicado pelo quantitativo de mestres e doutores que não tem participado de grupos de pesquisa e não tem participado da produção teórica difundida na área (LOPES *et al.*, 2016). Pelo seu papel nuclear na composição do campo da terapia ocupacional (LOPES *et al.*, 2010; MAGALHÃES,

1998), acredita-se que o envolvimento de discentes e docentes em grupos de pesquisa relacionados à profissão precisa ser incentivado desde a graduação e, sobretudo, na pós-graduação.

Em seguida, buscou-se discriminar a existência de relação entre os Programas, Áreas Básicas e Áreas de Avaliação de formação dos terapeutas ocupacionais com sua atuação em grupos de pesquisa, específicos ou não da profissão. Foram observadas relações significativas apenas quando se observa a Área de Avaliação da formação, tanto no mestrado quanto no doutorado. Acredita-se o pequeno número de terapeutas ocupacionais formados em programas específicos de terapia ocupacional, como o da UFSCar, ou em programas incluídos na sub-área de fisioterapia e terapia ocupacional da Capes, como o de Ciências da Reabilitação da UFMG, ainda não é suficiente para influenciar na distribuição dos profissionais nos diferentes perfis de participação nos grupos de pesquisa.

Por outro lado, quando as formações em programas e subáreas são aglutinadas na composição da Área 21, esse quantitativo produz um efeito na distribuição dos grupos de pesquisa. Esse dado pode indicar que a formação dos terapeutas ocupacionais na Área 21 da Capes está associada com uma maior participação em grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional, aspecto este indicativo do fortalecimento do campo e almejado pelos outros pesquisadores (MALFITANO *et al.*, 2013; LOPES; MALFITANO, 2009; OLIVER, 2009).

Ao se observar a relação entre a atuação dos mestres e doutores com a participação em grupos de pesquisa, identificou-se que a função exercida e a área de atuação foram associadas com diferentes perfis de grupos de pesquisa. Constatou-se que terapeutas ocupacionais ligados à docência atuam, principalmente, em duas frentes, em grupos de pesquisa específicos e não específicos. Por outro lado, profissionais que atuam na assistência e/ ou gestão de serviços apresentaram predomínio de atuação em grupos de pesquisa de outras áreas de conhecimento. Quando se analisou a área de atuação dos mestres e doutores, seja em departamentos ou setores específicos da profissão, embora tenha se constatado um predomínio importante da atuação na terapia ocupacional, observou-se que a atenção desses profissionais é dividida entre os grupos específicos e não específicos.

Diante desses dados, pergunta-se: Seria essa atenção dividida uma repercussão da formação pós-graduada ou da atuação em programas de pós-graduação em outras áreas? Esses dados corroboram as singularidades levantadas por outros autores acerca da composição do campo da terapia ocupacional como um campo de fronteira (LIMA, 1997; 1999; GALHEIGO, 1999)? Ou são resquícios de uma formação e atuação que ainda tem dificuldades de caminhar com as próprias “pernas” e abordar questões pertinentes ao próprio campo?

Palhares (1991) fez uma reflexão importante acerca dos terapeutas ocupacionais no fim dos anos 1970 e 1980 sobre a atuação em duas frentes, uma interdisciplinar, marcada pela defesa da ampliação da concepção de saúde; outra disciplinar, pautada pela defesa do desenvolvimento da especificidade da profissão. Fundamentado nos dados obtidos nesta pesquisa, considera-se que a atividade de pesquisa dos terapeutas ocupacionais mestres e doutores ainda é marcada pela atuação nessas duas frentes, uma que dialoga com outros campos e outra, situada na terapia ocupacional.

Nos anos 1990, grande parte das proposições teóricas da profissão foi fundamentada em outros campos. Nos anos 2000 e 2010, observou-se o crescimento da atividade de pesquisa nos grupos e na pós-graduação (DRUMMOND; CRUZ, 2018; LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009), mas esse incremento ainda não tem sido traduzido na ampliação de submissões de projetos de pesquisa (LOPES *et al.*, 2010) e uma boa parte da produção bibliográfica não é focalizada sobre a área (LOPES *et al.*, 2016), o que pode estar relacionado à dificuldade de mantê-la (MÂNGIA; LANCMAN, 2017).

Certamente há inúmeros benefícios da articulação com outros campos de saber (GALHEIGO, 1999; LIMA, 1999; 1997; MÂNGIA, 1998), sua contribuição ao pensamento da profissão é inegável. Mas reflete-se: Considerando que a comunidade de terapeutas ocupacionais ligada a pesquisa ainda é diminuta, a divisão da atuação em pesquisa não estaria dificultando a formação e a prática de pesquisadores para a área? Acredita-se que sim.

Para ancorar essa resposta, recorre-se, mais uma vez, às ideias Whitley (1980) sobre os elementos constituintes de um campo de conhecimento e a importância do estabelecimento de estratégias para desenvolvê-los. Na mesma linha, recorre-se as

proposições de Drummond e Magalhães (2001) sobre a necessidade de formação de uma cultura de pesquisa na área. Assim, considera-se que seja elementar, nesse momento, quando a sua institucionalização é um desafio, focalizar sobre a terapia ocupacional. É necessário colocá-la no centro das investigações e da formação de pesquisadores. Afinal, se os terapeutas ocupacionais não pesquisarem sobre a terapia ocupacional, quem pesquisará?

Ainda no que diz respeito a relação entre participação em grupos de pesquisa e formação pós-graduada, um dado que chamou a atenção nesse quesito foi a identificação de que um número expressivo de pós-graduados não participa de grupos de pesquisa. Sobre isso, sabe-se que vários motivos podem ser associados ao envolvimento na pós-graduação, desde motivações pessoais às demandas institucionais (EMMEL; LANCMAN, 2003). Nesse caminho, supõe-se que o não envolvimento dos terapeutas ocupacionais nesses grupos esteja relacionado à sua própria formação científica e as dificuldades de articulação interna da área em torno de um campo comum, conforme tem sido posto como um desafio por outros pesquisadores (LOPES *et al.*, 2010; LOPES; MALFITANO, 2009).

6.4.2 Sobre a relação entre a participação em grupos de pesquisa e o envolvimento na formação de novos pesquisadores...Se colhe o que se planta!

Verificou-se também a existência de algum tipo de vínculo entre a participação em grupos de pesquisa com a orientação de projetos de iniciação científica. Observou-se que foram poucos os mestres que atuam em grupos de pesquisa e orientam estudantes de graduação na iniciação científica. Mais da metade desses mestres não participa de grupos nem orienta. No grupo de doutores, cerca de 50% participam de grupos de pesquisa e orientam projetos de iniciação científica e um pouco mais de 25% participa, mas não orienta.

Esse dado indica que a formação e a atuação em pesquisa ainda são um desafio à institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no país. Este distanciamento das atividades de pesquisa pelos profissionais pode significar a carência de envolvimento em atividades de pesquisa na graduação. Sem docentes qualificados e envolvidos com a pesquisa, há uma maior dificuldade de formação de

profissionais interessados em seguir esse caminho. Essa questão pode ser corroborada por pesquisas que demonstraram que a capacitação e atuação docente impactaram no envolvimento dos alunos em atividade de pesquisa e na produção de conhecimento desenvolvida por eles (CRUZ; PFEIFER, 2007; PIMENTEL, 2004; CRUZ, 2003; BALLARIN; TOLDRÁ, 2001; BARROS; OLIVER, 1997; PÁDUA, 1991).

Observou-se também diferenças entre os perfis de participação nos grupos de pesquisa quando se considerou o curso de graduação dos orientados, bem como a vinculação dos projetos ao campo da terapia ocupacional. Observou-se que, nos mestres, a maioria das orientações de iniciação científica de estudantes de terapia ocupacional ocorreu por terapeutas ocupacionais participantes de grupos de pesquisa não diretamente relacionados à profissão. Da mesma forma, nesse nível de titulação, também predominou a orientação de projetos não diretamente vinculados à área. Por outro lado, no grupo de doutores, não foi observada diferença significativa entre os grupos quando se considerou o curso de graduação dos orientandos. Porém, também se observou nesse grupo o predomínio de orientações de projetos não diretamente vinculados à profissão, mesmo por profissionais que participam somente de grupos específicos.

Sobre estes dados, pode-se supor que os mestres apresentam menos autonomia para desenvolver projetos de pesquisa e orientação científica de forma independente. Muitas vezes, a orientação de iniciação científica decorre dos processos de capacitação pós-graduada (CRUZ, 2003; BALLARIN; TOLDRÁ, 2001), e como essa formação tem ocorrido majoritariamente em outras áreas do conhecimento com projetos que não abordam como objeto central a terapia ocupacional (EMMEL; LANCMAN, 1998), culmina-se com orientações de iniciação científica também focadas em outros temas. É importante afirmar também que esse dado pode refletir uma limitação da abordagem metodológica desenvolvida no estudo que categorizou os projetos com base no título.

Ressalta-se que quem mais orientou projetos de iniciação científica foram os doutores. Isso está relacionado à função docente exercida nas universidades, notadamente, as públicas federais e estaduais, que tem previstos em suas atribuições de carreira o envolvimento na orientação acadêmica de estudantes (LOPES *et al.*,

2016; VASCONCELOS *et al.*, 2014; ROSA; EMMEL, 2001; EMMEL; LANCMAN, 1998).

No que concerne à relação entre a participação em grupos de pesquisa e o desenvolvimento de orientações em programas de mestrado e doutorado, identificou-se diferenças significativas entre os grupos quando se considerou os programas e Áreas de Avaliação de inserção dos terapeutas ocupacionais. A maioria dos terapeutas ocupacionais que atuam como orientadores participa tanto de grupos específicos quanto de grupos ligados à outras áreas do conhecimento. Os terapeutas ocupacionais que atuam somente nesses programas, diferentes dos vinculados à Área 21, participam com mais frequência de grupos de pesquisa não específicos da profissão.

Ao que tudo indica, a inserção de pesquisadores na pós-graduação está associada ao seu envolvimento em atividades científicas. Estas atividades podem envolver a participação em grupos de pesquisa, a execução e orientação prévia de projetos de iniciação científica e de pesquisa e a produção e divulgação científica dentro de um campo de conhecimento, entre outros aspectos (LOPES *et al.*, 2010; MAGALHÃES, 1998). Dessa forma, os dados acima evidenciados ratificam o entendimento de que a participação na pós-graduação está associada com o envolvimento em grupos de pesquisa na área (LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2008; BARROS; OLIVER, 2003).

As relações abordadas acima denotam diferentes associações entre a formação e a atuação profissional de pesquisadores terapeutas ocupacionais. Discutiuse a influência da formação pós-graduada sobre a atuação em grupos de pesquisa e sobre a formação de recursos humanos no âmbito da iniciação científica e da pós-graduação para o campo da terapia ocupacional. A seguir, busca-se apresentar algumas discussões derivadas das relações observadas entre essa formação com a produção bibliográfica.

6.4.3 Sobre a relação entre a formação pós-graduada e produção bibliográfica...

Sobre ter asas e raízes.

Nessa pesquisa, foi constatado que, dependendo do programa ou Área de Avaliação de formação pós-graduada, os terapeutas ocupacionais tendem a publicar,

mais ou menos, artigos em periódicos específicos da área e com enfoque, ou não, na mesma. Esse resultado foi mais evidente nos mestres do que nos doutores.

Observou-se que, nos mestres, houve uma associação entre o programa de pós-graduação e sua respectiva Área de Avaliação e a área dos periódicos onde os artigos foram publicados. Da mesma forma, observou-se associação significativa entre o programa de pós-graduação e sua respectiva Área Básica com a publicação de artigos que apresentam o termo “terapia ocupacional” ou seus correlatos no título, resumo e palavras-chave. No grupo de doutores, observou-se associação significativa somente entre Área Básica e a publicação de artigos com o referido descritor.

As diferenças apontadas acima, quando compreendidas com base na média individual de publicações em periódicos específicos e de artigos sobre a profissão, possibilitam entender que mestres titulados em programas e Áreas de Avaliação diretamente relacionados à terapia ocupacional tendem a publicar com mais frequência artigos com enfoque na profissão e, também, em periódicos específicos da área.

Dessa forma, o resultado deste estudo confirma a hipótese de que a formação pós-graduada influencia o perfil de produção e difusão científica (OLIVER, 2009, 2008; EMMEL; LANCMAN, 1998; LANCMAN, 1998). Acredita-se que, no grupo de doutores, esse fato ainda não tenha sido observado, em virtude do reduzido número de doutores titulados em programas e Áreas de Avaliação relacionados à terapia ocupacional. No entanto, conforme aludido por outros autores, supõe-se que isso irá acontecer à medida que novos doutores forem formados em programas específicos de terapia ocupacional ou em programas situados na Área 21 (MALFITANO, 2015; RODACKI, 2015).

Outro resultado que chamou a atenção neste estudo diz respeito ao fato de que 284 mestres e 16 doutores não publicaram nenhum artigo científico até o período da coleta de dados para a pesquisa. Considera-se que estes números são elevados perante a realidade dos terapeutas ocupacionais brasileiros e alerta-se para a importância de se compreender os motivos para essa ausência de envolvimento na publicação de artigos.

Quanto a função exercida, observou-se que mestres e doutores que atuam na docência e/ ou na pesquisa tendem a publicar com mais frequência artigos sobre a terapia ocupacional e em periódicos específicos da área do que aqueles profissionais que atuam somente em atividades de assistência e gestão. Esse perfil de associação

também foi observado quando se comparou os grupos com base na área de atuação. Dessa forma, como esperado, docentes que atuam em departamentos e setores diretamente ligados à terapia ocupacional tendem a publicar com mais frequência artigos sobre a profissão e em periódicos específicos.

Esses dados resguardam que a atuação na docência e na pesquisa e no campo da terapia ocupacional favorece a publicação na área. Ratificam também outras evidências que destacam o papel primordial dos docentes e pesquisadores na produção de conhecimento da terapia ocupacional no Brasil (LOPES *et al.*, 2016; OLIVER, 2009, 2008). Por outro lado, incitam a reflexão sobre a ausência de muitos mestres e doutores desse processo. Desvendar os fatores que delimitam e limitam o envolvimento de docentes na pesquisa e na produção de conhecimento apresenta-se como um caminho promissor para investigações futuras.

Conforme abordado por Whitley (1980), a institucionalização científica de um campo não perpassa somente pela produção de conceitos e teorias reconhecidas como importantes para a sociedade, ela também depende de um processo de organização interna do campo, capaz de formar pesquisadores na graduação e pós-graduação e garantir vitalidade à área. Sem dúvida, esse processo perpassa pelo envolvimento dos docentes. Desse modo, é importante também que se reflita sobre a necessidade dos docentes, especialmente das universidades públicas, que tem na pesquisa uma atividade fim, de assumirem um protagonismo na produção de conhecimento científico em terapia ocupacional no Brasil.

Observou-se também uma associação entre a participação em grupos de pesquisa com o perfil de produção bibliográfica. Terapeutas ocupacionais que participam somente de grupos de pesquisa de outras áreas ou não participam de grupos de pesquisa tendem a publicar com mais frequência em periódicos não específicos da profissão. Esse dado corrobora a afirmativa de que a participação em grupos de pesquisa sobre terapia ocupacional é elementar para favorecer o processo de produção de conhecimento para o campo (LOPES *et al.*, 2010; OLIVER, 2009, 2008).

Por fim, identificou-se nesse estudo que a atuação como orientador em programas de pós-graduação está associada com a produção bibliográfica. Essa associação foi observada nas diferentes variáveis analisadas, a saber: tipo de curso, especificidade do programa, a subárea e Área de Avaliação. Destaca-se que foi

constatado que a orientação em programas de terapia ocupacional ou em programas situados na Área 21, de forma única ou combinada com outras áreas do conhecimento, está associada à uma maior frequência de publicações em periódicos de terapia ocupacional bem como de artigos com enfoque sobre essa área de conhecimento. Desse modo, este estudo ratifica as suposições levantadas por outros autores de que a atividade de orientação na pós-graduação influencia de forma significativa o perfil de produção bibliográfica da terapia ocupacional (LOPES *et al.*, 2016; OLIVER, 2009, 2008; BARROS; OLIVER, 2003; EMMEL; LANCMAN, 1998; LANCMAN, 1998; TOYODA; PINTO; EMMEL, 1986).

Os dados acima apresentados abrem caminhos para se refletir sobre como os mestres e doutores, de um modo geral, estão desenvolvendo a pesquisa e, conseqüentemente, a produção de conhecimento em terapia ocupacional. As evidências apontam para o fato de que a formação pós-graduada, predominantemente realizada em outras áreas do conhecimento, tem moldado o perfil de pesquisa do terapeuta ocupacional, distanciando-o do desenvolvimento de pesquisas com enfoque sobre o próprio campo e da publicação nos periódicos da área. Dessa forma, os dados e reflexões desenvolvidos nesse estudo indicam que falar de pesquisa com terapeutas ocupacionais no Brasil não significa falar de pesquisa em terapia ocupacional. Esse parece ser um importante desafio nesses 50 anos de regulamentação profissional.

6.5 PARA AQUÉM OU PARA ALÉM DA FRONTEIRA? ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL COMO CAMPO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO BRASIL.

Os dados e reflexões elucidados acima encorajam o pensamento na direção da apresentação de alguns apontamentos que, somados às diferentes estratégias que já vem sendo desenvolvidas, podem contribuir para a institucionalização do campo científico da terapia ocupacional no Brasil.

A compreensão de institucionalização científica desenvolvida por Whitley (1980), a qual perpassa pelo estabelecimento de dois processos interdependentes de institucionalização, a cognitiva e social, contribui para a visualização da posição da

terapia ocupacional em relação ao seu desafio atual. Nessa perspectiva, entende-se que a institucionalização do campo está em processo, que muito já foi realizado e que muito ainda pode ser feito.

Nesse caminho, com base nos dados obtidos nesse estudo, apresentam-se algumas proposições. Essas proposições estão organizadas nos dois eixos de análise dessa pesquisa – formação pós-graduada e atuação profissional. Da mesma forma, essas proposições estão alinhadas ao entendimento de que não é suficiente para o campo científico da terapia ocupacional favorecer a formação e o envolvimento dos terapeutas ocupacionais em pesquisa. É preciso, sobretudo, estimulá-los a pesquisar e atuar com foco sobre a própria terapia ocupacional.

Desse modo, sobre a formação de pesquisadores para o campo, sugere-se: Primeiro, mexer na base. Os grupos são os elementos estruturantes da atividade de pesquisa. Portanto, considera-se necessário rever a estruturação dos grupos e linhas de pesquisa em favor de temáticas vinculadas à terapia ocupacional. Segundo, desenvolver a ambiência de pesquisa em terapia ocupacional. É preciso fazer circular entre docentes, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, teorias e pesquisas em terapia ocupacional por meio dos veículos de comunicação científica da área, como periódicos, livros e outros materiais que abordem a produção de conhecimento. É preciso estimular, nos pesquisadores da área, o pensamento sobre os objetos de pesquisa, as formas de investigação, os modos de leitura, entre outros aspectos. É necessário estimular o compartilhamento, a troca e a produção coletiva entre os atores do campo, sejam docentes, discentes e profissionais.

Essa sugestão pode parecer óbvia, mas, como demonstrado nesse estudo, a formação pós-graduada influencia na construção das lentes de pesquisa e nas formas de investigá-la, conseqüentemente, no conhecimento produzido. Desse modo, é possível que os terapeutas ocupacionais, docentes de cursos de graduação, incutirem na formação dos alunos os objetos de pesquisa, as formas de apreendê-los e os caminhos metodológicos desenvolvidos em seus campos de mestrado e doutorado. Nesse processo, a formação científica dos alunos muitas vezes é caracterizada pelo amálgama de teorias e metodologias de pesquisa de outros campos, com pouco espaço para pensar a terapia ocupacional e suas problemáticas sem a influência de outras

chaves de análise. Como Drummond e Magalhães (2001) advertiram, é preciso fomentar uma cultura de pesquisa em terapia ocupacional.

No plano da atuação profissional, é preciso debater sobre as questões de pesquisa prioritárias da terapia ocupacional no cenário brasileiro. Fortalecer nos grupos de trabalho dos fóruns científicos da área o sentimento de pertencimento a um campo comum. Talvez, o delineamento de um plano nacional comum possa constituir uma diretriz para a organização dos grupos de pesquisa, dos cursos de pós-graduação e da produção de conhecimento.

Essas proposições estão alinhadas com as ideias desenvolvidas Whitley (1980) sobre o fortalecimento de um campo científico. Para esse autor, quanto mais um campo é claro e maduro nas suas estruturas epistemológicas, metodológicas e sociais, menos influência ele sofre das agendas de outros campos.

Além das proposições, os dados obtidos nesse estudo abriram caminhos para o desenvolvimento de outras pesquisas necessárias à compreensão do campo científico da terapia ocupacional no Brasil. Nesse contexto, é importante compreender: Quais os motivos conduzem os terapeutas ocupacionais à formação em um programa de mestrado e doutorado? Como fatores pessoais e contextuais influenciam no envolvimento dos terapeutas ocupacionais na pesquisa e na produção de conhecimento? De que forma a formação pós-graduada contribui para a prática profissional dos terapeutas ocupacionais?

Como, nesse estudo, as questões relacionadas à produção de conhecimento em terapia ocupacional ficaram limitadas à identificação do descritor no título, resumo e palavras-chaves, considera-se que um aprofundamento nessas questões é essencial. Nesse sentido, a análise de elementos epistemológicos e metodológicos dessa produção, como conceitos, teorias, formas de apreensão dos objetos de pesquisa e chaves metodológicas de leitura, é um importante caminho de pesquisa a ser traçado.

A seguir, apresentam-se algumas limitações da abordagem desenvolvida nessa pesquisa.

6.6 LIMITAÇÕES E PONDERAÇÕES

Os dados obtidos neste estudo devem ser analisados cautelosamente, principalmente quanto às fontes de informações consultadas e quanto à atualização das informações. Na Plataforma Lattes, a atualização e a veracidade das informações dependem única e exclusivamente dos pesquisadores durante o seu preenchimento. Embora tenha se utilizado da estratégia de confirmação e complementação de informações por meio do cruzamento de bases de dados, isso pode não ter sido suficiente.

A categorização em décadas também pode ter sido um fator limitador para identificação de mudanças em intervalos menores de tempo uma vez que a trajetória de terapeutas ocupacionais como pesquisadores no Brasil é recente. A não inclusão, pela ausência de informações, de alguns mestrados e doutorados na caracterização de Áreas Básicas e Áreas de Avaliação pode também ter influenciado na análise, pois algumas áreas podem não ter sido contabilizadas. Outra limitação está relacionada ao critério adotado para a vinculação de um grupo de pesquisa ou de uma produção teórica ao campo científico da terapia ocupacional com base na presença de um descritor e seus correlatos.

7 CONCLUSÕES

Este estudo possibilitou identificar algumas características da constituição da terapia ocupacional como campo de conhecimento científico no Brasil. Por meio da coleta de dados com base em uma combinação de fontes de informação, com destaque para as Plataformas Lattes e Sucupira, constatou-se que o campo de conhecimento científico da terapia ocupacional brasileiro é composto majoritariamente por mulheres, apresenta-se de modo tardio e demorado, com uma formação centralizada e diversificada, e está em processo de mudança de perfil. A atuação dos terapeutas ocupacionais com foco na pesquisa é centralizada em poucos atores e instituições, no entanto, está em evolução, com expansão da participação em grupos de pesquisa, da formação de pesquisadores no âmbito da iniciação científica e nos cursos de mestrado e doutorado.

Observou-se também, nesse estudo, que a formação pós-graduada está associada à atuação profissional e, por conseguinte, ao perfil da produção de conhecimento desenvolvida pelos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado. A análise dessa relação possibilitou compreender que o envolvimento dos terapeutas ocupacionais em pesquisa não significa afirmar a ocorrência de pesquisa em terapia ocupacional. Dessa forma, concluiu-se que a formação pós-graduada e atuação dos mestres e doutores em pesquisa é fundamental ao desenvolvimento do campo científico da terapia ocupacional. Portanto, rever, reestruturar e criar possibilidades de formação e de envolvimento na pesquisa em terapia ocupacional é uma questão central à sua institucionalização científica no cenário atual.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; FERRAZ, M. H. M. Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 03-14, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300002&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 de abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000300002>.
- ALFONSO-GOLDFARB, A.M; SOUZA, E.P. A produção de ciência no Brasil: questões e desafios. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.17, n. sup, p.13-20, 2009.
- ALMEIDA JUNIOR, A. et al. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 162-173, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso Acesso em 28 de fevereiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300014>
- ALMEIDA, E.C.; ALMEIDA, J.A.; ALVES, I.T.G. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 218-246, 2010.
- ALMEIDA, M. C. de et al. Processos e práticas de formalização da Terapia ocupacional na assistência social: alguns marcos e desafios. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.20, n.1, p.33-41, 2012. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.004>
- ALMEIDA, M.; MÂNGIA, E. O processo de formalização e consolidação da Terapia Ocupacional no Brasil: percepções sobre o crescimento da produção científica na área. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n.1, p. i-ii, 2004. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i1pi-ii>
- ALVES, M.C. A SBPC e as fundações de amparo à pesquisa. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 8-10, 2018. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400003&lng=en&nrm=iso Acesso em 24 de abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000400003>
- ANDERY, M.A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 14ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ANGELO, C. Brazil's government freezes nearly half of its science spending. **Nature**, vol. 568, p. 155-156, 2019. Disponível em <https://www.nature.com/articles/d41586-019-01079-9> Acesso em 24 de abril de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-019-01079-9>

ANGELO, C. Brazilian scientists reeling as federal funds slashed by nearly half. **Nature**. 2017. Disponível em <https://www.nature.com/news/brazilian-scientists-reeling-as-federal-funds-slashed-by-nearly-half-1.21766> Acesso em 24 de abril de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1038/nature.2017.21766>

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ARAÚJO, F.A. Terapia Ocupacional: reflexões sobre uma experiência e potencialidades clínicas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v.35, n.3, p.187-190, 1986

ARAÚJO, L.S.; FOLHA, O.A.A.C. Ocupación humana y la practica de los terapeutas ocupacionales en la Amazonia en Pará: una perspectiva fenomenológica. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**, Santiago, v.10, p.99-110, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-5346.2010.10564>

ARAÚJO, L.S.; JÓRDAN, N.F.; MONCLUS, P.; RODRIGUEZ, O. Ciencia de la ocupación y terapia ocupacional: sus relaciones y aplicaciones a la práctica clínica. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**, Santiago, v. 1, n. 11, p.79-87, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-5346.2011.17084>

ARBOIT, A.E.; BUFREM, L.S.; GONZÁLEZ, J.A.M. A produção brasileira em Ciência da Informação no exterior como reflexo de institucionalização científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.16, n.3, p.75-92, 2011.

ARRUDA, E. **Terapêutica Ocupacional Psiquiátrica**. Riode Janeiro (s.ed), 1962

ASSIS, M.G. Incursões no percurso profissional: análise crítica de minha trajetória. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.21, n.2, p.439-451, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4322/cto.2013.046>

AVELLAR, S. O. C. Migração interna de mestres e doutores no Brasil: algumas considerações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 11, n. 24, p. 429 - 457, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2014.v11.512>

BALLARIN, M. L. G. S.; TOLDRÁ, R. A trajetória do pesquisador e da iniciação científica no curso de graduação em terapia ocupacional da Puc-Campinas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**. São Carlos, v.9, n.2, p.67-79, 2001

BALLARIN, M. L. G. S.; CARVALHO, F. B.; TOLDRÁ, R. C. Iniciação científica na Faculdade de Terapia Ocupacional da PUC-Campinas: panorama dos trabalhos desenvolvidos entre 1996 e 2006. **Revista de Ciências Médicas**, Campinas, v.17, n.2, p. 85-93, 2008.

BARATA, R. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.947>

BARATA, R. B. et al. The configuration of the Brazilian scientific field. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 1, p. 505-521, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-37652014000100505&lng=en&nrm=iso Acesso em 15 de fevereiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0001-3765201420130023>

BARROS, D. D. Habilitar-Rehabilitar... o rei está nu? **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.2, n.2/3, p.100-104, 1991

BARROS, D. D.; OLIVER, F. C. Contribuindo para a discussão do Qualis de terapia ocupacional no Brasil. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 52–63, 2003. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i2p52-63>

BARROS, D.D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia Ocupacional e sociedade. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 10, n. 2/3, p. 69-74, 1999.

BARROS, D.D; OLIVER, F.C. Monografias dos alunos de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo entre 1985 a 1992. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.8, n.2/3, p.67-74, 1997

BARROS, F. Os desequilíbrios regionais da produção técnico-científica. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 3, p. 12–19, 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000300004>

BATTISTEL, A.L.H.T; ISAIA, S.M.A. Protagonistas na terapia ocupacional brasileira: as memórias de Virgílio Cordeiro de Melo Filho. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**. Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p.240-252, 2017.

BAZI, R. E. R.; SILVEIRA, M.A.A. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **TransInformação**, Campinas, v.19, n.2, p.129-137, 2007.

BEIRÃO, R; ALVES, C.K.A. Terapia ocupacional no SUS: Refletindo sobre a normatização vigente. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.18, n.3, p 231-246, 2010.

BELA, A.; PINHO, E. Histórico do Hospital Psiquiátrico “Juliano Moreira”. In: RICCI, M.; VALENTIN, R (orgs). **História, Loucura e Memória: o acervo do hospital psiquiátrico “Juliano Moreira”**. Belém: SECULT, 2009, p.22-23

BENETTON, M. J. **Trilhas associativas: ampliando recursos na clínica da psicose**. São Paulo: Lemos editorial, 1991

BENETTON, M. J et al. Terapia Ocupacional - 40 anos. **Revista do Centro de Estudos de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v.5, n.5, p.3-5, 2000.

BENETTON, M. J. Além da opinião: uma questão de investigação para a historicização da Terapia Ocupacional. **Revista do Centro de Estudos de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v.9, n.9, p.4-8, 2005.

BENETTON, M. J. Alguns aspectos do uso de atividades artísticas em terapia ocupacional. **Boletim de Psiquiatria de São Paulo**, São Paulo, v.17, n.2, p.53-96, 1984.

BENETTON, M. J. Terapia Ocupacional: conhecimento em evolução. **Revista do Centro de Estudos de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v.1, p.5-7, 1995.

BENETTON, M. J. Terapia Ocupacional: uma profissão dos anos dourados. **Revista do Centro de Estudos de Terapia Ocupacional**, São Paulo, n.11, p.3-17, 2008.

BEZERRA, W. O estado brasileiro e o ataque neoliberal: algumas Reflexões para a terapia ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.19, n.2, p. 239-248, 2011.

BEZERRA, W.; TRINDADE, R. A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**. São Carlos, v.21, n.2, p. 429-437, 2013b. DOI: <https://doi.org/10.4322/cto.2013.045>

BEZERRA, W.; TRINDADE, R. Gênese e constituição da terapia ocupacional: em busca de uma interpretação teórico-metodológica. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 155-161, 2013a. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v24i2p155-161>

BIANCHI, P.; MALFITANO, A. P. Formação graduada em Terapia Ocupacional na América Latina: mapeando quem somos e onde estamos. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 135-146, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v28i2p135-146>

BRASIL, 1998. Portaria nº 080 de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. **Diário Oficial de União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 1999, Seção I, pág. 14. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_CAPES_080_1998.pdf. Acesso em 24 de abril de 2019.

BRASIL, Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez 1950a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1310.htm. Acesso em 24 de abril de 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Plano nacional de pós-graduação [PNPG] 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010, v.1. Disponível em <http://capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>

BRASIL. Decreto nº 29.741 de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1951b, seção 1, p. 10425. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html>. Acesso em 24 de abril de 2019.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 29 nov.1968, Seção 1, p.152. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 de março de 2018.

BRASIL. Decreto-lei 938 de 13 de outubro de 1969. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 14 out.1969, Seção 1, p.8658. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10938.htm. Acesso em: 25 de março de 2018.

BRASIL. Lei n. 6.316 – de 17 de dezembro de 1975. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez.1975. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3318>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994. Fixa a Jornada de Trabalho dos Profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 02 mar.1994. Disponível em <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3314>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez.1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Portaria nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 24 mar. 2017, Seção 1, nº 58, p.61. Disponível em: http://www.capes.gov.br/tutorial-sucupira/documentos/Portaria389-2017_doutoradoprofissional.pdf. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Portaria nº 60, de 20 de março de 2019. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 22 mar. 2019, Seção 1, nº 56, p.26. Disponível em: http://capes.gov.br/images/novo_portal/portarias/22032019_Portarias_59e60.pdf. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

BRITTO, L.P.L. A afasia do terapeuta ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.1, n.2, p.141-146, 1990

BRUNELLO, M.I.B. História de vida: uma técnica de aproximação da realidade. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.8, n.2/3, p.87-90,1997.

CANÍGLIA, M.; CARVALHO, F. B.; LOPES, R. E. Terapia Ocupacional: Ciência da Atividade humana. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.4, n.1 e 2, 1993/6.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Resultado da Avaliação de Proposta de Curso Novo: Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e Doutorado**. Diretoria de Avaliação. 182ª Reunião (28 a 30 de novembro de 2018). 2018c. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/documentos/20122018_RESULTADO_APCN_2017_2018_CTC-ES_182.xlsx Acesso em 18 de abril de 2019.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Resultado da Avaliação de Proposta de Curso Novo: Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e Doutorado**. Diretoria de Avaliação. 181ª Reunião (12 a 14 de dezembro de 2018). 2018b. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/07122018_RESULTADO_APCN_2017_2018_CTC-ES_181_v2.xlsx Acesso em 18 de abril de 2019.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Resultado da Avaliação de Proposta de Curso Novo: Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e Doutorado**. Diretoria de Avaliação. 181ª Reunião (12 a 14 de dezembro de 2018). 2018d. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/07122018_RESULTADO_APCN_2017_2018_CTC-ES_181_v2.xlsx. Acesso em 18 de abril de 2019.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e Missão**. 2019b. Disponível em <https://capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em 24 de abril de 2019.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de Áreas do Conhecimento / Avaliação**. 2018a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao> Acesso em 7 de março de 2018.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2018e. Disponível em: http://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/02_bt_sobre.html Acesso em 8 de março de 2018.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira**. Cursos Avaliados e Reconhecidos. 2018f. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>. Acesso em 8 de março de 2018.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Mulheres permanecem como maioria na pós-graduação brasileira**. 2018g. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8787-mulheres-permanecem-como-maioria-na-pos-graduacao-brasileira> Acesso em 15 de março de 2018.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Mestrado Profissional: o que é?** 2019a. Disponível em <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sistema de Informações Georreferenciadas**. Distribuição de Programas de Pós-graduação no Brasil por Área de Avaliação. Educação Física. 2019d. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/> Acesso em 28 de Fevereiro de 2019.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Turmas Minter e/ou Dinter e Fora de Sede**. 2019e. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/projeto-minter-e-ou-dinter>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **CAPES muda concessão de bolsas de cursos nota 3 e amplia prazo do PrInt**. 2019f. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/pt/36-noticias/9526-capes-muda-concessao-de-bolsas-de-cursos-nota-3-e-amplia-prazo-do-print>. Acesso em 16 de Julho de 2019.

CARVALHO, C. R. A. A identidade profissional dos terapeutas ocupacionais: considerações a partir do conceito de estigma de Erving Goffman. **Saúde e Sociedade**,

São Paulo, v. 21, n. 2, p. 364-371, 2012. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000200010&lng=en&nrm=iso Acesso em 01 de março de 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000200010>.

CASTIEL, L.D.; SANZ-VALERO, J.; RED MEI-CYTED. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cad. Saúde Pública** [online], vol.23, n.12, pp.3041-3050, 2007. ISSN 0102-311X. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001200026>

CASTRO, R.C.F. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.40, n.esp, p.57-63, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102006000400009>.

CAVALCANTE, G. M. M.; TAVARES, M. M. F.; BEZERRA, W. C. Terapia ocupacional e capitalismo: articulação histórica e conexões para a compreensão da profissão. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.19, n.1, p.29-33. 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i1p29-33>

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Mestres e doutores 2015 - Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira.** – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

CERQUEIRA, L. Praxiterapia numa clínica psiquiátrica universitária. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p.320-327, 1958

CERQUEIRA, L. **Pela reabilitação em psiquiatria.** Rio De Janeiro: Universidade do Brasil, 1965.

CERQUEIRA, L. **Terapêutica ocupacional: um tratamento da pessoa.** **Revista de Neurobiologia**, Recife. v.38, n.4, p.343-350, 1975.

CERQUEIRA, L; CIONE, V. J.; VERA, PE. O jornal de doentes num serviço psiquiátrico (hospital-dia). **Revista de Neurobiologia**, Recife, v.40, n.3, p.3247-258, 1977.

CIRANI, C.B.S.; CAMPANARIO, M.A.; DA SILVA, H. H. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 163-187, 2015.

CLOUSTON, T. J.; WHITCOMBE, S. W. The Professionalisation of Occupational Therapy: a Continuing Challenge. **British Journal of Occupational Therapy**, London, v.71, n.8, p.314-320, 2008. <https://doi.org/10.1177/030802260807100802>

CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Avaliação e Perspectivas**. Brasília: CNPq, 1982.

CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Painel Lattes**. Distribuição geográfica. Doutores por região. 2019d. Disponível em <http://estatico.cnpq.br/painelLattes/mapa/> Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

CNPQ, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **História**. 2019a. Disponível em <http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao/> Acesso em 17 abril de 2019.

CNPQ, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Plataforma Lattes**. Histórico. 2019b. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/> Acesso em 17 de abril de 2019.

CNPQ, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. 2019c. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/web/dgp> Acesso em 17 de abril de 2019.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução N° 445 de 26 de abril de 2014. Altera a Resolução-COFFITO n° 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. **Diário Oficial da União**, 21 out. 2014, Seção 1, n° 203, p.128-132. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Número de terapeutas ocupacionais registrados** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 16 de março de 2018. Disponível em: <http://coffito-br.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Conteudos?id=7a78081c-cba0-47bd-b0c7-6e374c661418>

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Definição de Terapia Ocupacional**. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3382. Acesso em 28 de Fevereiro de 2019.

CONSELHO EDITORIAL. Editorial. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.1, n.1, p.i, 1990.

COOPER, J. E. Reflections on the professionalization of occupational therapy: Time to put down the looking glass. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, Toronto, v.79, n.4, p.199-209, 2012. <https://doi.org/10.2182/cjot.2012.79.4.2>

COSTA M. C.; ALMEIDA, M. V. M. Esquiza-ocupação: uma ferramenta de análise da instituição Terapia Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 11-6, 2004. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i1p11-16>

COSTA, D. Organização, critérios e perspectivas do desenvolvimento da pós-graduação no Brasil: um destaque para a terapia ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.17, n.sup, p.23-30, 2009a.

COSTA, D. Disseminação do conhecimento em terapia ocupacional e periódicos da área de educação física, fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.17, n.sup, p.65-68, 2009b.

COSTER, W.; MANCINI, M. Recomendações para a tradução e adaptação transcultural de instrumentos para a pesquisa e a prática em Terapia Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 1, p. 50-57, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i1p50-57>

COURY, H.J.C.G; VILELLA, I. Perfil do pesquisador fisioterapeuta brasileiro. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v. 13, n. 4, p. 356-363, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552009000400014&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 de janeiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-35552009005000048>.

CRUZ, D. M.C. Investigação científica na terapia ocupacional: visões e perspectivas dos clientes no contexto brasileiro. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.11, n.1, p.21-37, 2003

CRUZ, D.M.C. Editorial. Historical milestones of occupational therapy research in Brazil. **British Journal of Occupational Therapy**, London, p.1-3, 2019. <https://doi.org/10.1177/0308022618820270>

CRUZ, D.M.C; PFEIFER, L. Contribuciones de la investigación científica a la formación profesional: ¿qué piensan los estudiantes de terapia ocupacional? **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**, Santiago, v. 7, p.13-21, 2007. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-5346.2010.72>

CRUZ, D.M.C; VEIGA, J. Periódicos de Terapia Ocupacional e o desafio da inserção nas bases de dados internacionais. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.22, n.2, p. 229-230, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4322/cto.2014.044>

CRUZ, F.G et al. Scientometric profile of physiotherapists Brazilian scientists. **Fisioterapia em Movimento.**, Curitiba, v. 31, e003123, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-51502018000100219&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 de janeiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-5918.031.ao23>

CUNHA, L. A. C. R. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**, v.14, n.5, p.66-70, 1974.

CURY, C.R.J. Quadragésimo ano do parecer CFE no 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, n..30, p.7-20, 2005.

DANTAS, F. Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: idéias para (avali)ação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 141-159, 2004.

DE CARLO, M. M. R. P; BARTALOTTI, C. C. Caminhos da terapia ocupacional. In: DE CARLO, M. M. R. P; BARTALOTTI, C. C (Org). **Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas**, São Paulo: Plexus, 2001, p.19-39.

DE MEIS, L. et al. The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, Ribeirão Preto , v. 36, n. 9, p. 1135–1141, set. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-879X2003000900001>

DE SOUZA, R.F. Áreas do Conhecimento. DataGramZero. **Revista de Ciência da Informação**, v.5 n.2, p.1-30, 2004.

DIMOV, T.; RICCI, E.C. A pesquisa acadêmica como atividade humana: participação de usuários da saúde mental e as contribuições da Terapia Ocupacional. **Cadernos de**

Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, v.24, n.3, p. 651-658, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoEN0674>

DOMINGOS, M. A trajetória do CNPq. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 19-40, 2004.

DOS SANTOS, O. Terapêutica Ocupacional: Métodos de Investigação e Tratamento. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v.11, n.1/2, p.67-91, 1962

DOS SANTOS, C. M. Tradições e Contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003.

DRUMMOND, A.; RODRIGUES, A. Os desafios da implantação de uma proposta de flexibilização curricular nos cursos de terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 106-111, 1 dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i3p106-111>

DRUMMOND, A.F. O incentivo à produção: desafios da formação do terapeuta ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.1-6, 2000.

DRUMMOND, A.F.; CRUZ, D.M.C. History of Occupational Therapy in Brazil: Inequalities, Advances, and Challenges. **Annals of International Occupational Therapy**, Thorofare, v.1, n.2, p.103-112, 2018. <https://doi.org/10.3928/24761222-20180409-01>

DRUMMOND, A.F; MAGALHÃES, L.C. Tendências da formação do terapeuta ocupacional no Brasil. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 12, n. 1/3, p. 34-39, 2001.

DURHAM, E.R. As Universidades Públicas e a Pesquisa no Brasil. **Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**, n. 09, 1998. Disponível em <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9809.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

ELIEL, R.A. Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área. **TransInformação**, Campinas, v.20, n.3, p.207-224, 2008.

EMMEL, M. L. G. Caminhos trilhados e contribuições para o desenvolvimento da terapia ocupacional no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 235-242, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoEN0876>

EMMEL, M. L. G.; DA CRUZ, D. M. C.; FIGUEIREDO, M. DE O. An historical overview of the development of occupational therapy educational institutions in Brazil. **South African Journal of Occupational Therapy**, Pretoria, v. 45, n. 2, p. 63–67, 2015. <http://dx.doi.org/10.17159/2310-3833/2015/V45N2A10>

EMMEL, M. L. G.; LACMAN, S. Quem são nossos mestres e doutores? O avanço da capacitação docente em terapia ocupacional no Brasil. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 7, n. 1, 1998.

EMMEL, M. L. G; MALFITANO, A. P.S.; HAHN, M.S; PALHARES, M. S. Cadernos de terapia ocupacional da UFSCar: apontamentos acerca de seus vinte anos de publicação. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.18, n.3, p. 295-305, 2010.

EMMEL, M.L.G; LANCMAN, S. La recherche en ergothérapie: Développement de la formation des enseignants au Brésil. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, Toronto, v.70, n.2, p.97-102, 2003.
<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/000841740307000205?journalCode=cjo>

FÁVERO, M.L.A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERRARI, M. A. C. La educación en la prevención de los accidentes del tránsito. **Boletín de la oficina sanitaria pan-americano**, Washington, p.320-326, 1974.

FERRARI, M. A. C. O terapeuta ocupacional em geriatria e gerontologia. **Anais Brasileiros de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.3, n.1,1981.

FERRARI, M. A. C. Terapia Ocupacional aplicada à geriatria. **Cadernos da Terceira Idade**, São Paulo, v.5, p.11-16, 1980.

FERRARI, M. A. C. Uma luz no final do túnel do conhecimento: a chegada da terapia ocupacional na cidade de São Paulo. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 3, p.663-670, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4322/cto.2013.069>

FERREIRA DE OLIVEIRA, J. A Pós-Graduação e a pesquisa no Brasil: processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico. **Práxis Educativa (Brasil)**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i2.0004>

FERRIGNO, I. S. V. Terapia Ocupacional: considerações sobre o contexto profissional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.2, n.1, p.3-11, 1991.

FIGUEIREDO, M.O.; *et al.* . Terapia ocupacional: uma profissão relacionada ao feminino. **História, ciências, Saúde -Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 115-126, 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000100115&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702018000100007>.

FILGUEIRAS, C.A.L. Origens da Ciência no Brasil. **Química Nova**, v.13, n.3, p.222-229, 1990.

FILHO, S. **Ocupoterapia: Psicoterapia Ocupacional e espiritual**. Editora Módena,1982

FILHO, S. Estudos e observações sobre a terapeutica ocupacional em doentes mentais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio d Janeiro, v.4, n.2, p.156-189 1955

FILHO, M.S.; SULIANO, M.A.C. Terapêutica ocupacional: diário de uma clínica para enfermos mentales com 150 camas. **Revista de Neurobiologia**, Recife, v.35, n.1, p.17-26, 1972

FILHO, S.S. Política de Ciência e Tecnologia no III PBDCT (1980-1985). **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 407-432, 2003.

FINGER, J.A.O. **Terapia Ocupacional**. Sarvier: São Paulo, 1986

FILHO, U.D. Introdução à bioestatística para simples mortais. São Paulo: Elsevier, 1999

FOLHA, O.A.A.C et al. Caracterização de publicações científicas sobre terapia ocupacional em periódicos não específicos da profissão no período de 2004 a 2015. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. *no prelo*.

FOLHA, O.A.A.C.; CRUZ, D.M.C; EMMEL, M.L.G. Mapeamento de artigos publicados por terapeutas ocupacionais brasileiros em periódicos indexados em bases de dados. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 358–367, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v28i3p358-367>

FRANCISCO, B. R. Notas acerca da questão moral na terapia ocupacional ou correndo por fora da raia. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.2, n.1, p.27-29, 1991.

FRANCISCO, B. R. **Terapia Ocupacional**. 3ed. São Paulo: Papirus, 2004.

FREIRE, R. S. et al. Perfil dos pesquisadores na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 10, n. 19, p.11-24, 2013.

GALHEIGO, S. M. A transdisciplinariedade enquanto princípio e realidade das ações de saúde. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.10, n.2/3, p.49-54, 1999.

GALHEIGO, S. M. Sobre identidades, latinoamericanidades e construção de saberes em Terapia Ocupacional: diálogos com Boaventura de Sousa Santos. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v.22, n.1, p.215-221, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4322/cto.2014.023>

GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional, a produção do cuidado em saúde e o lugar do hospital: reflexões sobre a constituição de um campo de saber e prática. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.19, n. 1, p. 20-28, 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i1p20-28>

GALHEIGO, S. M. What needs to be done? Occupational therapy responsibilities and challenges regarding human rights. **Australian Occupational Therapy Journal**, Melbourne, v.58, n.2, p.60-66, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1630.2011.00922.x>

GALHEIGO, S. M.; TESSUTO, L. A. A. Trajetórias, percepções e inquietações de terapeutas ocupacionais do Estado de São Paulo no âmbito das práticas da terapia ocupacional no hospital. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 23-32, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v21i1p23-32>

GALHEIGO, S. M. **Terapia ocupacional**: a produção do conhecimento e o cotidiano da prática sob o poder disciplinar em busca de um depoimento coletivo. 1988. 84f. Dissertação (Mestrado) -Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251914> Acesso em 13 de julho de 2018.

GALHEIGO, Sandra Maria et al. Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 4, p. 723-738, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102018000400723&lng=pt&nrm=iso Acesso em 01 de março de 2019. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1773>

GIBNEY, E. Brazilian science paralysed by economic slump. **Nature**. v.526, October, 2015. doi:10.1038/526016a. Disponível em: <https://www.nature.com/news/brazilian-science-paralysed-by-economic-slump-1.18458>. Acesso em: Acesso em 01 de março de 2019.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALO, C. S.; BARROS, N. F. Entrevistas realizadas a distância no campo da pesquisa qualitativa em saúde. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 3, p. p. 635-644, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4322/cto.2013.066>

GRANT; M.J.; BOOTH, A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health information and libraries journal**, Oxford, v.26, n.2, p.91-108, 2009. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>

GUIMARÃES, R. O futuro da pós-graduação: avaliando a avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 282-292, 2007.

GUIMARAES, R. Pesquisa no Brasil: a reforma tardia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 41-47, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000400008&lng=en&nrm=iso Acesso em 11 de abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000400008>

GUIMARÃES, T.A et al. A ANPAD e o processo de institucionalização da comunidade científica brasileira de Administração. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n.esp., p. 523-537, 2018.

HADDAD, A. E. et al. Formação de profissionais de saúde no Brasil: uma análise no período de 1991 a 2008. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 383-393, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000300001&lng=en&nrm=iso Acesso em 01 de março de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102010000300001>.

HAHN, M. S. et al. 30 anos de encontros nacionais de docentes de terapia ocupacional: 1986-2016. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.481-503, 2018.

HAHN, M. S; MALFITANO, A. P.S; FERRIGNO, I.V.F. Editorial. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.17, n.1, p.i, 2009.

HAUCK, N. T. Serviço de terapêutica ocupacional. **Revista Paulista de Hospitais**, São Paulo, v.7, n.3, p.70-72, 1959

HAYASHI, M.C.P.I; HAYASHI, C.R.M; LIMA, M. L. Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos. v. 15, n. 2, 109-119, 2007.

HO, D. C.; OLIVER, F. C. Terapia ocupacional e saúde da pessoa com deficiência na Secretaria Municipal de Saúde: uma discussão sobre dez anos de sua incorporação. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.16, n.3, p.114-123, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v16i3p114-123>

HOSTINS, R.C.L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, 2006.

IVASHITA, S.B.; VIEIRA, A.D.R. A pós-graduação no Brasil e o plano nacional de pós-graduação - PNPG (2011-2020): rupturas e permanências. **Debates em Educação**, v. 9, n. 9, p. 121-132, 2017.

JORGE, R. C. Editorial. **Cadernos de Terapia Ocupacional (GES.TO)**. n.1, v.1, p.1-15, 1989.

JORGE, R. **Terapia Ocupacional Psiquiátrica**. Belo Horizonte, FUMARC/PUC-MG, 1984

JORGE, R. **Chance para uma esquizofrênica** – Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981.

JORIO, A; BARRETO, FC; SAMPAIO, JF; CHACHAM, H. Brazilian science towards a phase transition. **Nature**, v. 9, p. 528-531, 2010.

LANCMAN, S. A influência da capacitação dos terapeutas ocupacionais no processo de construção da profissão no Brasil. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 7, n. 2, p.49-57, 1998.

LANCMAN, S. Reflexões sobre uma trajetória na Terapia Ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 20, n.3, p. 471-478, 2012.
<http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.046>

LANCMAN, S.; MÂNGIA, E. F. Terapia Ocupacional e Programas de Pós-Graduação: considerações sobre a situação. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 28, n. 3, 2017. DOI:
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v28i3pi-ii>

LANCMAN, S.; MÂNGIA, E.; ALMEIDA, M. A Terapia Ocupacional da USP na Pós-Graduação. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.17, n.2, p. i-i, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v17i2pi-i>

LECUONA, D. et al. Levantamento dos grupos de pesquisa sobre lazer cadastrados na plataforma lattes: uma perspectiva atual sobre o estado da arte no contexto da educação física. **Licere**, Belo Horizonte, v.20, n.4, p.129-151, 2017.

LETA, J. Brazilian growth in the mainstream science: The role of human resources and national journals. **Journal of Scientometric Research**, New Delhi, v. 1, n. 1, p. 44–52, 2012. DOI:10.5530/jsciress.2012.1.9

LIBERMAN, F.; SAMEA, M. Uma pesquisa do corpo em terapia ocupacional: o método de danceability. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 125-32, 1998.

LIEVORE, C.; PICININ, C.Y.; PILATTI, L.A. As áreas do conhecimento na pós-graduação stricto sensu brasileira: crescimento longitudinal entre 1995 e 2014. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 207-237, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100008>

LIMA, E.A. Identidade e complexidade: composições no campo da terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 10, n. 2/3, p. 42-45, 1999.

LIMA, E.A. Terapia Ocupacional: Um território de fronteira? **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.8, n.2/3, p.98-101, 1997.

LOPES, R. E. Currículo mínimo para terapia ocupacional: uma questão técnico-ideológica. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.1, n.1, p.33-41, 1990.

LOPES, R. E. et al. A divulgação do conhecimento em terapia ocupacional no Brasil: um retrato nos seus periódicos. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 777–789, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0798>

LOPES, R. E. et al. II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional: caminhos para a institucionalização acadêmica da área. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 167–176, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i2p167-176>

LOPES, R. E. et al. Pesquisa em terapia ocupacional: apontamentos acerca dos caminhos acadêmicos no cenário nacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 207–214, 1 dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v21i3p207-214>

LOPES, R. E. et al. XI Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional: refletindo sobre os processos de formação acadêmica e profissional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 19, n. 3, p.159–166, 1 dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i3p159-166>

LOPES, R. E. No pó da estrada. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 1, p.171-186, 2013. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.022>

LOPES, R. E. Terapia ocupacional em São Paulo. Um percurso singular e geral. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 12, n. 2, p.75-88, 2004.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. Perspectivas e desafios para a pesquisa em terapia ocupacional: uma análise do seu I Seminário Nacional de Pesquisa. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.sup, p.115-120, 2009.

LOPES, R.E. A direção que construímos: algumas reflexões sobre a formação do terapeuta ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.4/7, p.27-35, 1993/6.

LOPES, R.E. Políticas de Saúde no Brasil: construções, contradições e avanços. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.12, n.1/3, p.23-33, 2001.

LOPES, R.E.; CRUZ, D.M.C.; MALFITANO, A.P.S. Estamos no nosso melhor momento. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 447-448, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoED22503>

LOPES, R.E et al. I Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional: grupos de trabalho, plenária e encaminhamentos. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.sup, 105-114, 2009b.

LOPES, R.E et al. I Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional: perspectivas e consolidação do campo. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.sup, p.7-10, 2009a.

LOPES, R.E.; CRUZ, D.M.C.; MALFITANO, A.P.S. Em tempos difíceis, compartilhando boas notícias em meio a muito trabalho... **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 3, p. 509-510, jul. 2018. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102018000300509&lng=pt&nrm=iso Acesso em 01 de março de 2019.
<http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoed2632>.

LUCKESI, C.C. et al. **Fazer uma universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 2007.

LUSSI, I. A. Editorial. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.19, n.2, p.135-136, 2011.

MACHADO, M. C. Rumo à ciência da atividade humana. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.2, n.2/3, p.60-65, 1991.

MACHADO, M. H. **Profissões de Saúde**: uma abordagem sociológica. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

MAGALHÃES, L.C. Reminiscências. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 143-154, 2012.
<http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.015>

MAGALHAES, L.C. Situação da capacitação docente e perspectivas de criação de curso de pós-graduação em terapia ocupacional na Universidade Federal de Minas Gerais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.9, n.3, p. 119–24, 1998.

MAGALHÃES, L.; GALHEIGO, S.M. Enabling International Communication among Brazilian Occupational Therapists: Seeking Consensus on Occupational Terminology. **Occupational Therapy International**, London, v.17, p.13–124, 2010. doi: 10.1002/oti.292.

MAGALHÃES, L. V. Os terapeutas ocupacionais no Brasil: sob o signo da contradição. 1989. 145, [12]f. **Dissertação** (Mestrado) -Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252841> Acesso em 13 de julho de 2018.

MAGALHÃES, L.V. Filosofia do ensino da terapia ocupacional no Brasil. In: **II Semana de Terapia Ocupacional da UFSCar**. São Carlos, 1981.

MALFITANO, A. P. S. et al. Programa de pós-graduação *stricto sensu* em terapia ocupacional: fortalecimento e expansão da produção de conhecimento na área. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 105–111, 2013. DOI: <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.18n1p105-111>

MALFITANO, A. P. S. Editorial: Doutorado em terapia ocupacional: desafios para a produção de conhecimento na área e sua consolidação acadêmica. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 23, n. 4, p. 683-684, 2015. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoed12304>

MALFITANO, A. P. S., FERREIRA, A. P. Saúde pública e terapia ocupacional: apontamentos sobre relações históricas e atuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.22, n.2, p.102-109, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v22i2p102-109>

MALFITANO, A. P. S.; CRUZ, D. M.C; LOPES, R.E. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional: mudando para permanecer e avançar. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 243-244, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoED2502>

MALFITANO, A. P. S.; HAHN, M. S. Editorial. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 18, n. 1, p. i-ii, 2010a.

MALFITANO, A. P. S.; HAHN, M. S, Editorial. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 18, n. 3, p. i-ii, 2010b.

MALFITANO, A. P. S.; HAHN, M. S. Editorial. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 19, n. 1, p. 5-6, 2010c.

MALFITANO, A. P. S.; HAHN, M. S. Editorial. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 20, n. 2, 2012.

MALFITANO, A. P.S.; MARQUES, A. C. R. A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 289-296, 2011. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2011.002>

MALFITANO, A.P.S.; PALM, R.C.M. Editorial. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.20, n.2, p.161-163, 2012

MANCINI, M.C. Abrindo trilhas e consolidando caminhos: reflexões sobre minha trajetória profissional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 2, p. 293-305, 2012. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.031>

MANCINI, M.C.; COURTY, H.J.C. Procedimentos e critérios para fomento e bolsas junto ao CNPq. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.sup, p.31-38, 2009.

MÂNGIA, E. F. Apontamentos sobre o campo da Terapia Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 9, n.1, p.5-13, 1998.

MÂNGIA, E. F.; ALMEIDA, M. A primeira década da Revista de Terapia Ocupacional da USP e os desafios atuais para a consolidação de um periódico científico. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.i-i, 2002. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i2pi-i>

MÂNGIA, E. F.; ALMEIDA, M. A Rede Nacional de Ensino de Terapia Ocupacional (RENETO). **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. i-i, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v17i3pi-i>

MÂNGIA, E. F.; ALMEIDA, M.; LANCMAN, S. A parceria entre o CREFITO - 3 e a Revista de Terapia Ocupacional da USP: um novo horizonte de qualificação e crescimento para a produção e divulgação científica em Terapia Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.16, n.2, p.1-2, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v16i2p1-2>

MÂNGIA, E. F.; ALMEIDA, M.; LANCMAN, S. Acessibilidade e visibilidade: nossa revista no Portal de Revistas da USP. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. i-i, 1 dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i3pi-i>

MÂNGIA, E. F.; LANCMAN, S. A Revista de Terapia Ocupacional em seu 26º ano. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. i-i, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i3pi-i>

MÂNGIA, E. F.; LANCMAN, S. Mais um ano da Revista de Terapia Ocupacional: avanços e perspectivas. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São**

Paulo, São Paulo, v. 24, n. 3, p. i-i, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v24i3pi-i>

MÂNGIA, E. F.; LANCMAN, S. Pensar a internacionalização. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. i-i, 9 set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i1pi-i>

MÂNGIA, E. F.; LANCMAN, S. Terapia Ocupacional no Brasil e a produção de conhecimento. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. i-ii, 31 dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v29i2pi-ii>

MÂNGIA, E.F. Terapia Ocupacional: práticas, discursos e a questão da legitimidade científica. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.10, n.2/3, p.55-59, 1999.

MÂNGIA, E.F. Uma década das Diretrizes Curriculares Nacionais: Terapia Ocupacional e as mudanças no ensino para o SUS. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. i-i, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v23i1pi-i>

MÂNGIA, E.F. et al. Inovações na Revista de Terapia Ocupacional da USP. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. i-i, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i1pi-i>

MANOEL, E. Breve reflexão sobre a pós-graduação na grande Área da saúde: um conto, um mito e um filme. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.17, n.sup, p.87-91, 2009.

MAROTO, G. N. V. Editorial. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.11, n.2, 2003.

MAROTO, G. N. V.; EMMEL, M.L.G. Apresentação. Editorial. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.1, n.1, 1990.

MARQUES, A.A.C. A institucionalização do conselho de pesquisas no brasil: inspirações históricas internacionais e identidade para a concepção das áreas do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 06-34, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n3p06>

MARTINEZ, C.M.S. Construção de um percurso acadêmico singular e seus diálogos com a Terapia Ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 3, p. 710-719, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102018000300710&lng=pt&nrm=iso Acesso em 01 de março de 2019. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoen1735>

MARTINS, C.B. Balanço: A CAPES e a formação do sistema nacional de pós-graduação. In: **CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV**. FERREIRA, M.M.; MOREIRA, R.L. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC; Brasília: CAPES, 2003. p. 294- 309.

MEC, Ministério da Educação. **e-MEC - Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em 14 de março de 2018.

MEDEIROS, M. H. R. A assistência, o ensino e a pesquisa em terapia ocupacional uma integração possível e necessária. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.11, n.2/3, p.56-52, 2000b.

MEDEIROS, M. H. R. A produção e a transmissão do conhecimento em terapia ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.1, n.1, p.2-6,1990.

MEDEIROS, M. H. R. A Terapia Ocupacional como um saber: uma abordagem epistemológica e social. **Dissertação** (Mestrado em Filosofia – Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. 1989. 129f.

MEDEIROS, M. H. R. A terapia ocupacional em relação à produção de conhecimento. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**, São Carlos, v.8, n.1, p.61-68, 2000a.

MEDEIROS, M. H. R. **Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social**. São Carlos: EDUFSCar, 2003.

MEDEIROS, M. H. R. A identidade da terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Bahiana**, Salvador, v.1, n.1, p.30-34, 2004.

MEIRA, C. **Médicos de outrora no Pará**. Grafisa: Belém, 1986, 479 p.

MELO, D.O.C.V; GALLIAN, D.M.C. Tecendo a história da Terapia Ocupacional no Brasil: o pioneirismo de Fernanda Guerreiro. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.105-118, 2017.

MENDES, P.H.C et al. Perfil dos pesquisadores bolsistas de produtividade científica em medicina no CNPq, Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 535-541, dez. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022010000400008&lng=pt&nrm=iso Acesso em 10 de janeiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022010000400008>

MORAES, W.R. Cursos para técnicos em fisioterapia e terapia ocupacional. **Revista Paulista de Hospitais**, São Paulo, v.7, n.3, p.57-59, 1959

MOREIRA, M.L.; VELHO, L. Pós-graduação no Brasil: da concepção "ofertista linear" para "novos modos de produção do conhecimento" implicações para avaliação. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v.13, n.3, pp. 625-645, 2008.

MORENO, A.F. Publicaciones seriadas de la terapia ocupacional en latinoamerica. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 2, p. 287-292, 2012. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.029>

MOROSINI, M.C. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Educación Superior**. v. 1, n. 1, p. 125-152, 2009.

NAKAGAWA, C.S.; BENETTON, M.J.; TAKAKI, S. R. Terapia Ocupacional. **Temas: Teoria e Prática do Psiquiatra**. v.1, n.2, p.84-87, 1971.

NASCIMENTO, B.A. O mito da atividade terapêutica. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.1, n.1, p.17-21, 1990.

NETO, J.L. et al. Mestrado no Brasil – a situação e uma nova perspectiva. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 139-144, 2005.

NETO, O.T.; CAFÉ, L.M.A.; SILVA, E.L. As instituições, produtores e produtos científicos do campo da moda no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.22, n.2, p.152-169, 2017.

OLIVEIRA, G.S. *et al.* Terapia Ocupacional no Centro de Saúde de Icoaracy: nossa experiência. **Revista da Associação Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.6, n.21, p.56-63, 1987

OLIVEIRA, M. C. L. A. et al. Profile and scientific production of the Brazilian Council for Scientific and Technological Development (CNPq) researchers in the field of Hematology/Oncology. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 60, n. 6, p. 542-547, 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302014000600542&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 de janeiro de 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9282.60.06.012>.

OLIVER, F. C. Disseminação do conhecimento e periódicos científicos: contribuições para o debate em Terapia Ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.sup., p.69-85, 2009.

OLIVER, F. C. et al. III Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional: Contribuições para o Desenvolvimento da Área. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 361–368, 30 dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i3p361-368>

OLIVER, F. C. Pesquisa e produção bibliográfica em terapia ocupacional: contribuições ao debate sobre parâmetros de avaliação da produção acadêmica brasileira. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 108–120, 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i2p108-120>

OLIVER, F. C., BARROS, D. D., LOPES, R. E. Estudo sobre a incorporação da terapia ocupacional no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa com deficiência no Município de São Paulo entre 1989 e 1993. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.16, n., p.31-39, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v16i1p31-39>

OLIVER, F. C.; SOUTO, A. C.F.; NICOLAU, S. M. Terapia ocupacional em 2019: 50 anos de regulamentação profissional no Brasil. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.244-256, 2018.

OLIVER, F. et al. Desafios da educação em Terapia Ocupacional na América Latina para a próxima década. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 298-307, 1 dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v22i3p298-307>

PACKER, M. P; TURATO, E. R. Facilitações e barreiras em pesquisas de campo no emprego de métodos qualitativos e em particular em instituição informal de saúde. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.19, n.1, p.27-36, 2011.

PÁDUA, E. M. M. Iniciação à pesquisa científica em terapia ocupacional: resultados e tendências de uma década de experiências na PUCCAMP. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.2, n.4, p.173-181, 1991.

PÁDUA, E. M. M.; PALM, R. C. M. A monografia no curso de terapia ocupacional da PUC-Campinas: uma experiência que está dando certo. **Revista de Ciências Médicas**. v.9, n.1, p.3-11, 2000.

PALHARES, M. S. Estudo do currículo de Terapia Ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.2, n.2, p.149-165, 1991.

PALHARES, M. S; HAHN, M. S. Editorial. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.16, n.2, p.i, 2008.

PAN, L. C; LOPES, R. E. Políticas de ensino superior e a graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 457-468, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0704>

PASSOS, A. J. M. Uma revista de terapia ocupacional produzida na Bahia. **Revista de Terapia Ocupacional da Bahiana**, Salvador, v.1, n.1, p.2, 2004.

PATRUS, R.; SHIHAKI, H.B.; DANTAS, D.C. Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, nº 4, Rio de Janeiro, p. 642-656, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395166526>

PAZ-OLIVEIRA, A.; CARMO, M. P.; FERREIRA, L.P. Fonoaudiólogos brasileiros titulados doutores no período de 2009 a 2013: perfil da formação. **Revista CEFAC**,

São Paulo, v. 17, n. 2, p. 586-594, 2015. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462015000200586&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 de janeiro de 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0216201511814>.

PEDRAZZANI, E. S. et al. Prevenção de incapacidades em hanseníase: realidade numa unidade sanitária. **Hansenologia Internationalis**, São Paulo, v.10, n.1/2, p.10-22,1985.

PEDROSO, B et al. Análise da produção técnico-científica dos bolsistas de produtividade do CNPq da área de educação física no triênio 2010-2012. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 4, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v20i4.42682>

PEREIRA, P.E.; MALFITANO, A.P.S. **Olhos de ver, ouvidos de ouvir, mãos de fazer**: oficinas de atividades em Terapia Ocupacional como método de coleta de dados. *Interface*, Botucatu, v.18, n. 49, p. 415-422, 2014 .Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000200415&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Maio 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0784>.

PETHERICK, A. High hopes for Brazilian science. **Nature**, V. 465, n. 10, p.674-675, 2010.

PFEIFER, L. I. Sementes...Refletindo sobre os frutos de uma trajetória profissional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 435-444, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoEN0862>

PIMENTEL, A. M. O trabalho de conclusão de curso: uma via de reflexão sobre a formação do terapeuta ocupacional na Bahiana. **Revista de Terapia Ocupacional da Bahiana**, Salvador, v.1, n.1, p.3-10, 2004

PINTO, J.M. As correntes metodológicas em Terapia Ocupacional no Estado de São Paulo (1970-1985), **Dissertação** (Mestrado em Educação), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 1990, 160p.

POTTER, J. Mapping the literature of occupational therapy: an update. **Journal of the Medical Library Association: JMLA**, Chicago, v. 98, n. 3, p. 235-242, 2010. DOI: 10.3163/1536-5050.98.3.012

PPGTO, Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. **Histórico**. 2019. Disponível em: <http://www.ppgto.ufscar.br/ppgto/historico>. Acesso em 16 de Julho 2019.

RAMOS, M.Y. Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e161579, 2018.

REED, K.L. Mapping the literature of occupational therapy. **Bulletin of the Medical Library Association**, Chicago, v.87, n.3, July, p.235-242, 1999. DOI: <http://doi.org/10.3163/1536-5050.98.3.012>

REED, K.L. Occupational Therapy Articles in Serial Publications: An Analysis of Sources. **Bulletin of the Medical Library Association**. v.76, n.2, p.124-130, 1988.

REGALADO, A. Science in Brazil. Brazilian science: riding a gusher. **Science**, New York, v. 330, n. 6009, p. 1306–12, 3, 2010. DOI: 10.1126/science.330.6009.1306.

REIS, S. C. C. A. G.; LOPES, R. E. O início da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: o que contam os(as) docentes pioneiros(as) sobre a criação dos primeiros cursos. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 255-270, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102018000200255&lng=pt&nrm=iso Acesso em 01 de março de 2019. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1154>.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL, Universidade Federal de São Carlos. Terapia Ocupacional. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/browse?rpp=20&offset=100&etal=-1&sort_by=-1&type=program&value=Programa+de+P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o+em+Terapia+Ocupacional&order=ASC. Acesso em 16 de julho de 2019.

RIBEIRO, D.B. Os planos nacionais de pós-graduação: qual a direção dada à produção de conhecimentos no Brasil? **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.16, n.2, p. 37-60, 2016.

RODACKI, A. L. F.; GUIRRO, R. R. D. J.; KESKE-SOARES, M. **Relatório de Avaliação. Educação Física. Avaliação Quadrienal 2017**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais->

[quadrienal-2017/20122017-EDUCACAO-FISICA-quadrienal.pdf](#) Acesso em 6 de março de 2017.

RODACKI, A. L. F. Qualis: implicações para a avaliação de programas de pós-graduação das diferentes áreas do conhecimento - uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p.65-76, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.1129>

RODACKI, A. L. F. Editorial. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 2, p.235-236, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoED2302>

RODRIGUES, L.O.C. Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 457-472, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642011005000014>

ROSA, S. D.; EMMEL, M. L.G. Reflexões sobre os diferentes papéis assumidos pelo terapeuta ocupacional enquanto professor universitário. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 9, n. 1, p.1-15, 2001.

SANTIN, D. M.; VANZ, S.A.; STUMPF, I.R.C. Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. **RBPG**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 81 - 100, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.923>

SANTOS, M. I. P. et al. Avaliação da produção científica, patentes e formação de recursos humanos da Enfermagem Brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**., Brasília, v. 68, n. 5, p. 846-854, 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672015000500846&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 de janeiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680512i>

SANTOS, S. M. C. et al. Perfil dos pesquisadores da Saúde Coletiva no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 761-775, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300012&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 de janeiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000300012>

SCHROEDER, J. An Overlap Analysis of Occupational Therapy Electronic Journals Available in Full-Text Databases and Subscription Services, **Journal of Electronic**

Resources in Medical Libraries, London, v.5, p.346-361, 2008.
<http://dx.doi.org/10.1080/15424060802453720>

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. Science in Brazilian regions: Development of scholarly production and research collaboration networks. **TRANSINFORMACAO**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 15–31, 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>

SIEGMANN, C. FONSECA, T.M.G. Caso-pensamento como estratégia na produção de conhecimento. **Interface**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 53-63, 2007. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100006&lng=en&nrm=iso Acesso em 01 de março de 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832007000100006>.

SILVA, V.; BARROS, D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, 1 abr. 2010. DOI:
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v21i1p68-73>

SILVA, C.R. As atividades como recurso para a pesquisa. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar, São Carlos**, v.21, n.3, p. 461-470, 2013. DOI:
<https://doi.org/10.4322/cto.2013.048>

SILVEIRA, N. Análise das atividades manuais em desenho, pintura, gravação e pirogravura. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v.5, n.4, p.346-352, 1956

SOARES, L. B.T. História da Terapia Ocupacional. In: CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara & Koogan, 2007, p.3-8.

SOARES, L. B.T. Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho. Retrospectiva histórica da profissão no Estado brasileiro de 1950 a 1980. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 1987.

SOARES, L. B.T. **Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?** Retrospectiva histórica da profissão no Estado brasileiro de 1950 a 1980. São Paulo: Hucitec, 1991. 216p

SOLIANI, M.L.C. 40 anos do curso de terapia ocupacional da Bahiana. **Revista Baiana de Terapia Ocupacional**, Salvador. v.1, n.1, p. 86-91, 2012.

SOMA, N. Y.; ALVES, A. D.; YANASSE, H. H. O Qualis Periódicos e sua utilização nas avaliações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, 22 dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.1128>

SOUZA, C. T. C. O ideal, o rito e o mito na constituição da atual da terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.1, n.2, p.81-86, 1990.

SOUZA, J. G. S. et al. Profile and scientific production of Brazilian researchers in dentistry. **Arquivos em Odontologia**, Belo Horizonte, v.52, n.1, p.13-22, 2016.

SOUZA, C. D.; FILIPPO, D.; CASADO, E. S. Crescimento da atividade científica nas universidades federais brasileiras: análise por áreas temáticas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 126-156, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100008>

TASSARA, E.T.O. Terapia Ocupacional: ciência e tecnologia? **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.4/7, p.43-52, 1993/6.

TEDESCO, S. A construção do campo de conhecimento em terapia ocupacional: introdução e discussão de um percurso. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.25, n.4, p.378-383, 2001.

TEIXEIRA, R. K. C.; GONÇALVES, T. B.; BOTELHO, N. M. Análise Quantitativa de Pós-Graduandos em Ciências de Saúde no Brasil: Perfil por Estados. **Journal of Health Sciences**, Londrina, v.14, n.3, p.183-8, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.17921/2447-8938.2012v14n3p%25p>

TIRADO, M. G. A., et al. Terapia Ocupacional. In: HADDAD, A. E., et al (Org.). **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991 - 2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/489343. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

TOLDRÁ, R. C.; CARVALHO, F. B. de; BALLARIN, M. L. G. S. Trinta anos de história da Faculdade de Terapia Ocupacional da PUC-Campinas: um trabalho de rememoração. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-136, 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i2p131-136>

TOYODA, C.Y.; AKASHI, L.T. Atividade: conceito e utilização pelas terapeutas ocupacionais - docentes do estado de São Paulo. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**. V.4, n.1/2, p.26-35, 1993.

TOYODA, C.Y.; PINTO, J.M.; EMMEL, M.L.G. **Evolução científica da terapia ocupacional no Brasil (1984 – 1986)**. Apostila. São Carlos: Departamento de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFSCar, 1986.

TRIVINOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

UEPA. Universidade do Estado do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional**. 2007. Disponível em http://paginas.uepa.br/ccbs/terapiaocupacional/index.php?option=com_content&view=article&id=98&Itemid=228 Acesso em 25 de setembro de 2016.

VAN NOORDEN, R. South America by the numbers. **Nature**, v. 510, p.202-203, 2014.

VASCONCELOS, A. C. C. G. et al. Perfil do pesquisador terapeuta ocupacional brasileiro. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 391–397, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4322/cto.2014.059>

VELLOSO, A.; LANNES, D.; De MEIS, L. Concentration of science in Brazilian governmental universities. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 61, n. 2, p.207–220, 2004.

VELLOSO, J. Mestres e doutores no país: Destinos profissionais e políticas de pós-graduação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 583–611, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300005&lng=en&nrm=iso Acesso em 09 de março de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000300005>

VIEIRA, S. **Bioestatística: Tópicos avançados**. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

VIEIRA, P.V.M; WAINER, J. Correlações entre a contagem de citações de pesquisadores brasileiros, usando o Web of Science, Scopus e Scholar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.3, p.45-60, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000300004&lng=en&nrm=iso Acesso em 09 de março de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362013000300004>

VILLARES, C. C. Abordagem qualitativa em saúde mental: Parte I- contexto, conceituação e metodologia. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.9, n.2, p.55-61, 1999.

VILLARES, C. C. Abordagem qualitativa em terapia ocupacional: um panorama geral. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.9, n.3, p.105-13, 1998.

VOGEL, B; BENETTON, J.; GOUBERT, J. Terapia Ocupacional – história de uma profissão feminina. **Revista do Centro de Estudos de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v.7, n.7, p.38-42, 2002.

VOLPATO, G.; BARRETO, R. **Estatística sem dor**. 2ed. Best Writing: Botucatu, 2016.

WEITZEL, S. R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, 2006.

WFOT, World Federation of Occupational Therapists. **Statement of Occupational Therapy**. 2010. Disponível em: <http://www.wfot.org/AboutUs/AboutOccupationalTherapy/DefinitionofOccupationalTherapy.aspx>. Acesso em 07 de julho de 2015.

WHITLEY, R. The context of scientific investigation. In: KNORR, K.; KROHN, R.; WHITLEY, R. **The social process of scientific investigation**. Sociology of sciences. v.4. D. Reidel publishing company, Boston. 1980, p.297-321

WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS et al. World Federation of Occupational Therapists human resources project 2016: Demographic profile of WFOT member organisations. **World Federation of Occupational Therapists Bulletin**, London, v. 73, n. 2, p. 76–79, 3 jul. 2017. <https://doi.org/10.1080/14473828.2016.1275409>

ZORZETTO, R. et al. The scientific production in health and biological sciences of the top 20 Brazilian universities. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, Ribeirão Preto, v.39, n.12, p.1513-1520, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X2006001200001&lng=en&nrm=iso Acesso em 09 de março de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-879X2006005000040>

APÊNDICE A - Procedimentos para coleta de dados

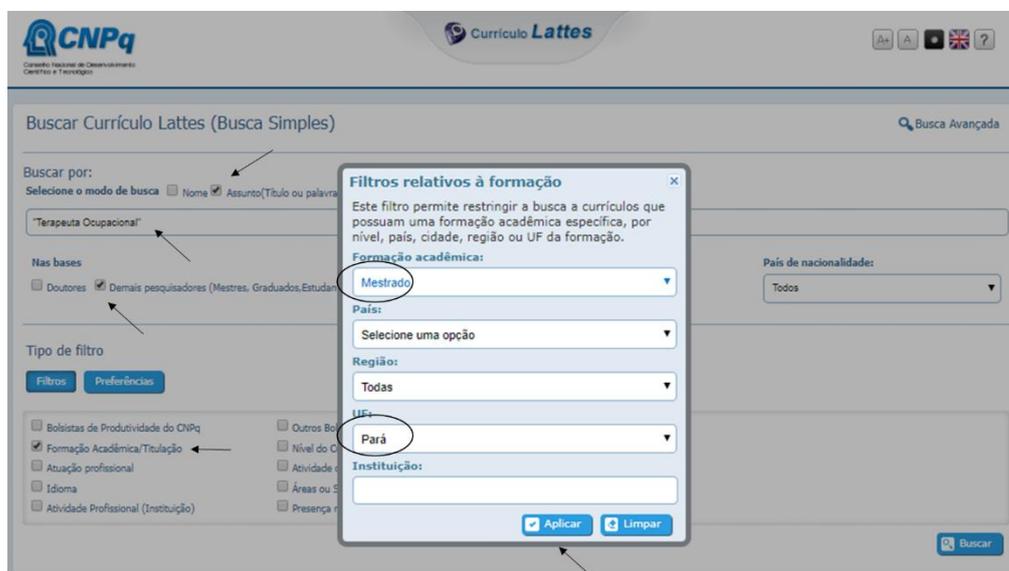
Etapa 1: Identificação de terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado e extração de dados sobre formação pós-graduada e atuação profissional.

Objetivo: Identificar terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado e coletar informações sobre sua formação pós-graduada e atuação profissional (atuação profissional, participação em grupos de pesquisa, atividade de orientação de iniciação científica concluída, atividade de orientação de mestrado e doutorado concluída ou em andamento e produção bibliográfica - artigos completos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros publicados).

Fonte de Informação: Plataforma Lattes (Currículo Lattes)/ (<http://lattes.cnpq.br/>)

- **1º Passo:** Identificar terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

- **Estratégia de busca:** Combinação: Descritores “terapia ocupacional” e “terapeuta ocupacional” no campo Assunto somado à marcação do filtro Formação acadêmica/titulação com as opções de “Mestrado” e “Doutorado” e do filtro Unidade da Federação.



- **2º Passo:** Remover duplicações: Profissionais identificados em mais de um filtro.

- **3º Passo:** Acessar o currículo dos pesquisadores.

The screenshot shows the CNPq Currículo Lattes search interface. The search term is "Terapeuta Ocupacional". The results list 10 entries, with the 10th entry, Otavio Augusto de Araujo Costa Folha, circled in red. The interface includes logos for CNPq and Currículo Lattes, a search bar, and navigation links.

Rank	Name	Qualification	Institution	Year
1.	Thamires Bezerra Vasconcelos de Azevedo	Mestrado em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento)	Universidade Federal do Pará, Brasil	2013
2.	Maria Virginia de Moraes Costa	Mestrado Profissional em GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE NA AMAZONIA	Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, Brasil	2018
3.	Marcelle Monteiro Matos	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano	Universidade da Amazônia, Brasil	2018
4.	Sheila Alcolumbre Gonçalves	Mestrado Profissional em Ensino em Saúde na Amazônia	Universidade do Estado do Pará, Brasil	2017
5.	Rosane Maria Carneiro dos Santos	Mestrado em Mestrado de Motricidade Humana	Universidade do Estado do Pará, Brasil	2006
6.	Ana Paula Colares Vieira Girard	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano	Universidade da Amazônia, Brasil	2014
7.	Vera Lúcia Sarti	Mestrado em Educação Docência Universitária	Universidade do Estado do Pará, Brasil	2001
8.	Edilson Coelho Sampaio	Mestrado em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	Universidade Federal do Pará, Brasil	2015
9.	Adriane Carvalho dos Santos Vieira	Mestrado em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento)	Universidade Federal do Pará, Brasil	2013
10.	Otavio Augusto de Araujo Costa Folha	Mestrado em Reabilitação e Biologia Celular	Universidade Federal do Pará, Brasil	2012

- **4º Passo:** Extração das variáveis para uma planilha (Excel):

- **Informações extraídas:** *Identificação:* Nome, data da última atualização do currículo, gênero; *Formação na graduação e pós-graduação:* Ano, IES, Programa, UF, Região e País de obtenção da titulação; *Atividade profissional:* ano de início da atuação profissional atual, Instituição, Função, Área, carga horária, UF, Região; *Orientações concluídas de Iniciação Científica como orientador:* Nome do discente, Ano de Conclusão da Orientação, Curso do Discente, Título do Projeto, IES; *Orientações concluídas e em andamento de mestrado e doutorado como orientador:* Título, Nome do discente, Ano de Início, Ano de Conclusão, Programa de Pós-Graduação, Curso de graduação do discente, Título do trabalho, IES; *Produção bibliográfica:* Livros publicados (Título, Autores, Editora, Cidade e Ano de Publicação); Capítulos de Livro (Título do Capítulo, Autores, Título do livro, organizadores, Editora, Cidade e Ano de Publicação) e Artigos publicados em periódicos (Título do artigo, autores, Periódico, Fascículo, Volume, Páginas, Ano de publicação).

Fonte de Informação: Catálogo de Dissertações e Teses da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>)/ Repositórios Institucionais.

- **5º Passo:** Complementar dados e/ ou confirmar informações conflitantes ou não claras sobre as dissertações e teses apresentadas, sobre os programas de pós-graduação e as IES de formação pós-graduada dos profissionais. Este passo visou também localizar pós-graduados não identificados na etapa anterior em virtude da não atualização do currículo ou de algum eventual problema na sua recuperação pelo sistema.

- **Estratégia de busca:** Busca “nominal” dos profissionais identificados na Plataforma Lattes. Utilizou-se também os termos “Terapia Ocupacional” e “Terapeuta Ocupacional” na ferramenta de busca do catálogo para identificar dissertações e teses de terapeutas ocupacionais não encontrados na etapa anterior. Quando isso aconteceu (em alguns casos, houve mudança de nome ou não atualização do currículo), retornou-se à Plataforma Lattes para nova busca.

BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à Informação Legislação Canais

FALE CONOSCO DÚVIDAS FREQUENTES SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

Alto contraste Tamanho da fonte

Catálogo de Teses e Dissertações

Busca

Otavio Augusto de Araujo Costa Folha

Panel de informações quantitativas (teses e dissertações)

Catálogo de Teses e Dissertações Central de Atendimento - 0800 616161 Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados. Versão: 0.0.41

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GOVERNO FEDERAL

Catálogo de Teses e Dissertações

Busca

Otavio Augusto de Araujo Costa Folha

Panel de informações quantitativas (teses e dissertações)

Início > Busca

1146152 resultados para **Otavio Augusto de Araujo Costa Folha**
Exibindo 1-20 de 1146152

Refinar meus resultados

Tipo: 6 opções

Mestrado (Dissertação) 790613

Doutorado (Tese) 269978

Ano: 32 opções

1. Folha, Otavio Augusto da Araujo Costa. **Efeito do ambiente sobre o período crítico de plasticidade do córtex pré-frontal de ratos.** 01/11/2012 84 f. Mestrado em NEUROCIÊNCIAS E BIOLOGIA CELULAR Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPA e ICB **Trabalho anterior à Plataforma Supupira**

2. VENTURA, OTAVIO AUGUSTO FERREIRA. **RIGIDEZ OU FLEXIBILIDADE GOVERNAMENTAL? DISCURSOS ANTI-CORRUPÇÃO E PRÓ-EFICIÊNCIA SOBRE CONTRATAÇÕES COM ORÇAMENTO SIGILOSO** 29/03/2016 88 f. Mestrado em CIÊNCIA POLÍTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: undefined [Detalhes](#)

3. CAMPOS, CARLOS EDUARDO DA COSTA. **Otavio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC - 14 ECY** 13/12/2017 394 f. Doutorado em HISTÓRIA

Fonte de Informação: Plataforma E-Mec (<https://emec.mec.gov.br/>)/ Sites institucionais.

- **6º Passo:** Obter dados acerca da natureza jurídica, UF e Região das IES de formação graduada e pós-graduada.
- **Estratégia de busca:** Busca “nominal” das instituições de ensino superior no filtro consulta avançada.

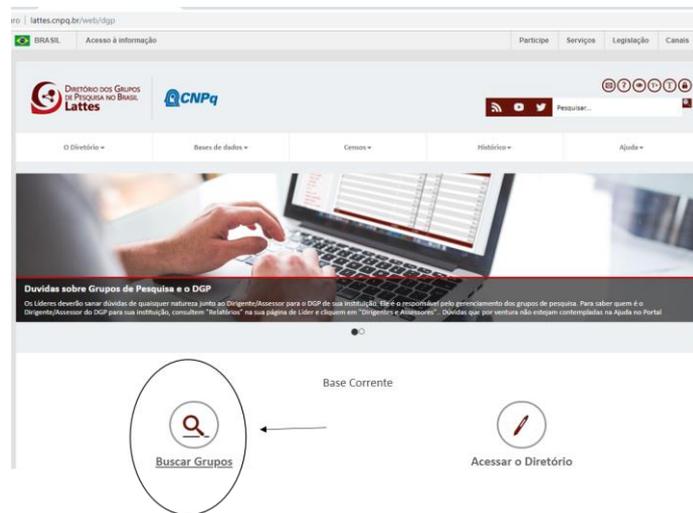
Fonte de Informação: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (<https://www.coffito.gov.br/nsite/>)

- **7º Passo:** Obter de dados sobre o número de terapeutas ocupacionais registrados no COFFITO por jurisdição no Brasil.
- **Estratégia de busca:** Solicitação via email institucional.

Fonte de Informação: Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>)

- **8º Passo:** Obter informações acerca da atuação dos profissionais em grupos de pesquisa.
- **Estratégia de busca:** Buscou-se, individualmente, o nome de cada mestre e doutor identificado no estudo no Currículo Lattes no 1º passo. Utilizou-se o filtro “Termo de busca” associado ao filtro “Consulta por” nas modalidades de “Pesquisador”, “Estudante” e “Técnico”.

- **Informações Extraídas:** Nome do Grupo, Instituição, UF, Região, Área Predominante, Sub-área, Ano de Formação, Repercussões do trabalho do grupo, Linhas de pesquisa; Palavras-chaves das linhas de pesquisa; Modalidade de Participação.



The image shows the search interface on the Lattes website. The page title is 'Consulta parametrizada'. Below the title, there is a section 'Consultar - Base corrente' with radio buttons for 'Base Corrente' (selected) and 'Censos Anteriores'. A dropdown menu for 'Censo' is set to 'ATUAL'. A text input field for 'Termo de Busca' contains 'Otavio Augusto de Araujo Costa Folha'. A dropdown menu for 'Consultar por' is set to 'Estudante'. Below these fields, there is a section 'Aplicar a busca nos campos' with several checkboxes: 'Nome do grupo', 'Nome da linha de pesquisa', 'Palavra-chave da linha de pesquisa', 'Objetivo da linha de pesquisa', 'Nome do líder', 'Nome do orientador', and 'Nome do estudante' (checked). There are also checkboxes for 'Situação' with 'Certificado' (checked) and 'Não-atualizado'. A 'Filtros' button is located below the checkboxes. At the bottom, there are 'Pesquisar' and 'Limpar' buttons.

The top screenshot displays the search results for a student. The student's name is "Otavio Augusto de Araujo Costa Folha" and their academic formation is "Mestrado". The research group is "Estudos em Terapia Ocupacional: Ocupação, Reabilitação Física, Tecnologia Assistiva e Funcionalidade - UFSCAR".

The bottom screenshot shows the detailed profile of the research group "TERAPIA OCUPACIONAL: PROCESSOS DO DESENVOLVIMENTO, ATIVIDADE HUMANA E TECNOLOGIAS EM SAUDE". The profile includes the following information:

- Situação do grupo: Certificado - Não-atualizado há mais de 12 meses
- Ano de formação: 1989
- Data da Situação: 21/03/2019 00:32
- Data do último envio: 23/01/2018 14:09
- Líderes do grupo: Maria Luísa Guillaumon Emmel, Claudia Maria Simões Martinez
- Área predominante: Ciências da Saúde: Fisioterapia e Terapia Ocupacional
- Instituição do grupo: Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR
- Unidade: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UFSCAR

Etapa 2: Caracterização das IES de formação e atuação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

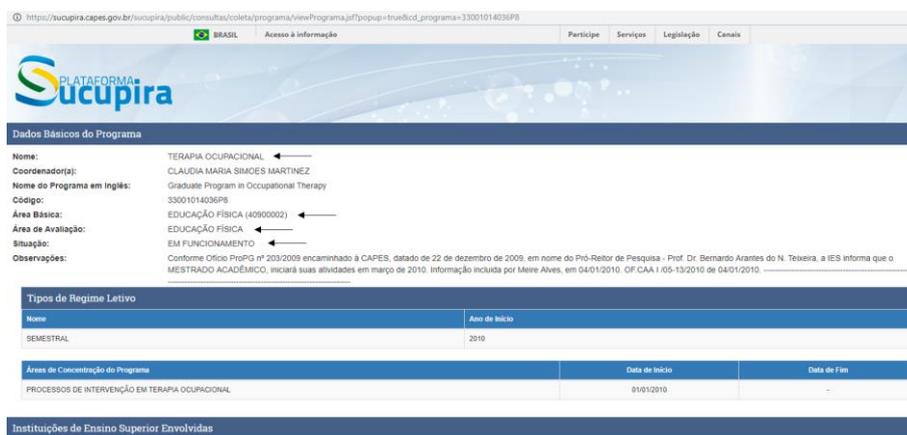
Objetivo: Caracterizar as IES de formação e atuação pós-graduada quanto ao nome do programa, Área de Avaliação, Área Básica de conhecimento.

Fonte de Informação: Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>)

- **9º Passo:** Obter informações sobre as IES de formação e atuação pós-graduada dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

- **Estratégia de busca:** Foi acionado o ícone “Cursos Avaliados e Reconhecidos pela Capes”. Em seguida, com base na identificação da UF e da IES de obtenção do mestrado ou doutorado no currículo dos profissionais, buscou-se informações sobre os programas pelo filtro “região”, em seguida “UF”, “Instituição” e “Programa”.

- **Informações Extraídas:** Nome do Programa, Área Básica e Área de Avaliação do Programa, Situação de funcionamento, IES, UF, Região.



Etapa 3: Identificação e caracterização da produção bibliográfica identificada no Currículo Lattes dos terapeutas ocupacionais com mestrado e doutorado.

Objetivo: Encontrar e caracterizar a publicação bibliográfica referente aos artigos publicados e os periódicos onde esses artigos foram divulgados.

Fontes de Informação: Bases Informacionais de Indexação e Referências/ Repositórios institucionais/ Sítios Eletrônicos dos periódicos/ Periódicos impressos/ Rede mundial de computadores (Plataforma Google).

10º Passo: Encontrar e caracterizar a publicação bibliográfica referente aos artigos publicados e os periódicos onde esses artigos foram divulgados.

- **Estratégias de busca:** Acesso via rede mundial de computadores aos periódicos eletrônicos, bases dados e repositórios institucionais. Acesso manual a periódicos impressos via bibliotecas universitárias.

- **Informações extraídas:** Artigos publicados: Título do artigo, autores, Periódico, Fascículo, Volume, Páginas, Ano de publicação; Periódicos de Publicação: ISSN impresso e online, situação do periódico (Ativo ou Inativo), tipo de publicação periódica, periodicidade, editora, ano de início do periódico, ano de fechamento, país e idiomas de publicação e áreas de conhecimento de vinculação.

The image shows the homepage of the Portal de Periódicos CAPES/MEC. At the top, there is a blue navigation bar with the text 'Portal de Periódicos CAPES/MEC' and links for 'Acesso livre', 'Perguntas frequentes', and 'Contato'. Below this is a banner for 'TREINAMENTOS ON-LINE 2019' with the slogan 'Garanta a sua vaga!'. The main content area is divided into three sections: a search bar on the left with 'Assunto' and 'Base' tabs, a central search area with a 'BUSCAR BASE' button and an alphabetical navigation grid, and a 'DESTAQUES' section on the right featuring a nature article about apes. A sidebar on the left contains various navigation options like 'BUSCA', 'INSTITUCIONAL', and 'ACERVO'. At the bottom, there is a 'Notícias' section.